

EMERSON URIZZI CERVI

PSDB & PT

EM ELEIÇÕES NACIONAIS

**FATORES GEOGRÁFICOS, POLÍTICOS
E SOCIOECONÔMICOS NA POLARIZAÇÃO
PARTIDÁRIA NO BRASIL (1994 E 2014)**



EMERSON URIZZI CERVI

PSDB E PT EM ELEIÇÕES NACIONAIS:

FATORES GEOGRÁFICOS, POLÍTICOS E
SOCIOECONÔMICOS NA POLARIZAÇÃO PARTIDÁRIA
NO BRASIL (1994 E 2014)

Copyright @ 2016 do autor

Montagem de capa, planejamento gráfico e diagramação final
Fernanda Cavassana de Carvalho

Revisão final do texto
Claudia Gomes Fonseca
Estúdio Texto

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Fundação Biblioteca Nacional

C419P Cervi, Emerson Urizzi

PSDB e PT em eleições nacionais: fatores geográficos, políticos e socioeconômicos na polarização partidária no Brasil (1994 e 2014) / Emerson Urizzi Cervi - Salamanca: Flacso-es / Curitiba: PPGCP-UFPR, 2016. (1ª edição)

Bibliografia

ISBN 978-85-915195-2-1

1. Ciências Sociais - Ciência Política - Eleições - Brasil - 1994-2014 I. Título.

CDD-300.342.8



FLACSO
E S P A Ñ A

Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales - España - Flacso-es
Universidad de Salamanca - Campus Miguel de Unamuno, 37007
Salamanca - España



UFPR
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Programa de Pós-graduação em Ciência Política - PPGCP-UFPR
Universidade Federal do Paraná - Rua General Carneiro, 46
80.060-000 Curitiba - Paraná - Brasil

LISTA DE GRÁFICOS

Gráf. 1 1 - Desempenho partidário por eleição para presidente	20
Gráf. 1 2 – Diferença do PIB percapta/ano Brasil	26
Gráf. 1 3 – Série de desigualdade de renda domiciliar no Brasil 1992-2014 (PNAD-IBGE)	28
Gráf. 2 1 - Variações do α de Cronbach ao longo do tempo para Ipe	90
Gráf. 2 2 - Estatísticas descritivas do Ipe para PSDB e PT entre 1994 e 2014	101
Gráf. 3 1 - Proporção de votos a presidente e Ipe por região para PT entre 1994 e 2014	174
Gráf. 3 2 - Proporção de votos a presidente e Ipe por região para PSDB entre 1994 e 2014	177
Gráf. 4 1 – Candidato/vaga para prefeito e vereador por região	195
Gráf. 4 2 – Ipe de PSDB e PT por ano e região do País nas eleições municipais	216
Gráf. 4 3 - Ipe do PT por UF do Brasil entre 1996 e 2012 em eleições municipais	224
Gráf. 4 4 - Ipe do PSDB por UF do Brasil entre 1996 e 2012 em eleições municipais	226
Gráf. 5 1– Coeficientes padronizados das variáveis independentes para voto a presidente	250
Gráf. 5 2- Coef. parciais de Ipe subnacional e IVS para PSDB e PT ao longo do tempo	256
Gráf. 6 1 – Proporções de votos para presidente 1994 a 2014 por município	262
Gráf. 6 2 - Desempenho para presidente do PT por faixas de votos por eleição	264
Gráf. 6 3 - Desempenho para presidente do PSDB por faixas de votos por eleição	266

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 1 - Resumo da proposta e modelo analítico da pesquisa	21
Quadro 2 1 - Fatores do teste multivariado – Modelo linear geral	103
Quadro 2 2 - Subgrupos por homogeneidade – Eleições Regionais	109

Quadro 2 3 – Subgrupos por homogeneidade – Eleições locais	111
Quadro 3 1 - Classes de partidos por Índice de Nihans para Majoritárias - 1994 a 2014	148
Quadro 3 2 - Classes de partidos por Índice de Nihans para Proporcionais - 1998 a 2014	150
Quadro 4 1 - Grupo de partidos por Índice de Nihans para prefeito - 1996 a 2012	198
Quadro 4 2 - Grupo de partidos por Índice de Nihans para vereador - 1996 a 2012	199

LISTA DE TABELAS

Tab. 1 1 – Sumarização dos resultados das eleições para presidente do Brasil de 1994 a 2014	41
Tab. 2 1 – α de Cronbach para componentes do Índice de Presença Eleitoral partido/ano	88
Tab. 2 2 - Coeficiente F (MANOVA) para Ipe dos partidos por eleição	106
Tab. 2 3 - Coeficiente F para teste de diferença de média do Ipe por Região do País	107
Tab. 2 4 - Médias de Ipe por ano e região do País por partido	113
Tab. 3 1 - Estatísticas descritivas – indicadores para Governador e Senador 1994-2014	130
Tab. 3 2 - Estatísticas descritivas – indicadores para Dep. Federal e Estadual 1994-2014	133
Tab. 3 3 - Estatísticas descritivas e ANOVA para cand./vaga por região - Majoritárias	137
Tab. 3 4 - Estatísticas descritivas e ANOVA para cand./vaga por região - Proporcionais	139
Tab. 3 5 - Teste de homogeneidade de subconjuntos Regiões – número de candidatos Eleições Majoritárias e relação candidato/vaga - Eleições Proporcionais	143
Tab. 3 6 - Estatísticas e ANOVA para candidato/vaga por classe de partido - Majoritárias	153

Tab. 3 7 - Estatísticas e ANOVA para cand./vaga por grupo de partido - Proporcionais	155
Tab. 3 8 - Desempenho de partidos relevantes nacionalmente nas disputas Majoritárias	158
Tab. 3 9 - Desempenho de partidos relevantes nacionalmente nas disputas proporcionais	160
Tab. 3 10 - Médias e coeficientes de correlação de votos para presidente e Ipe por ano	163
Tab. 3 11 - Teste de homogeneidade de subconjuntos/região PT	168
Tab. 3 12 - Teste de homogeneidade de subconjuntos/região PSDB	170
Tab. 4 1- Estatísticas descritivas – indicadores para as eleições municipais 1996- 2012	187
Tab. 4 2 - Estatísticas descritivas e ANOVA para candidato/vaga por região do País	190
Tab. 4 3 - Teste de homogeneidade de subconjuntos Regiões por candidato/vaga	193
Tab. 4 4 - Estatísticas descritivas e ANOVA para candidato/vaga por grupo de partido	202
Tab. 4 5 – Teste de homogeneidade de subconjuntos Partidos por candidato/vaga	204
Tab. 4 6 - Desempenho de partidos relevantes nas disputas para prefeito e vereador	209
Tab. 4 7 – Testes de diferenças de médias para Ipe por região do País	218
Tab. 4 8 - Homogeneidade de subconjuntos para Ipe de PSDB e PT por região	221
Tab. 5 1 – Comparação entre os erros para todos os modelos regressivos	239
Tab. 5 2– Coeficientes do Modelo 1 para todos os efeitos entre 1994 e 2014	246
Tab. 6 1 - Correlação de votos para presidente em PT e PSDB com variáveis explicativas	270
Tab. 6 2 – Colinearidade e Bp para var. explicativas na regressão linear multivariada clássica	276
Tab. 6 3 – Coeficientes I de Moran para efeito espacial univariado todas as variáveis do modelo	279
Tab. 6 4 – Testes de ajustamento dos modelos de regressão geográfica	282
Tab. 6 5 - Coeficientes z-value para variáveis explicativas dos modelos entre 1994 e 2014	284

LISTA DE FIGURAS

Figura 5 1 - Representação dos efeitos individuais das variáveis Mediadas	235
Figura 5 2 – Aplicação do modelo de trajetórias para as eleições presidenciais brasileiras	236

LISTA DE MAPAS

Mapa 2 1 – Distribuição dos quartis e coeficiente I de Moran para Ipe	115
Mapa 2 2 - Clusters de vizinhança para Ipe do PT em eleições regionais e locais	119
Mapa 2 3 - Clusters de vizinhança para Ipe do PSDB em eleições regionais e locais	121
Mapa 6 1 – Clusters LISA univariados para variáveis explicativas do modelo (IVS e Ipe)	290
Mapa 6 2 – Clusters LISA para proporções de votos controladas pelos resíduos das regressões	293

SUMÁRIO

1. Introdução: um recorrido de duas décadas de eleições presidenciais	14
1.1 O objeto da pesquisa	16
1.2 Economia e sociedade nos 20 anos de bipartidarismo PSDB-PT no Brasil.....	22
1.3 O contexto político partidário nas disputas presidenciais em duas décadas.....	29
1.4 Apresentação dos capítulos.....	43
2. Índice de Presença Eleitoral	83
2.1 Descrição das dimensões que compõem o Ipe.....	90
2.2 Aplicação do “Ipe” ao desempenho eleitoral.....	99
3. Eleições nacionais e desempenho regional do PSDB e PT	127
3.1 Desempenho dos partidos.....	145
3.2 Índice de Presença Eleitoral e voto para presidente.....	162
4. Eleições municipais entre 1996 e 2012: fragmentação sem domínio do binômio PSDB-PT	182
4.1 Desempenho partidário em eleições municipais no Brasil.....	197
4.2 Índice de presença eleitoral em disputas locais.....	212

5. Análise de trajetória para efeitos compostos sobre o desempenho eleitoral dos partidos.....	229
5.1 Os resultados da análise de trajetória.....	241
6. Geografia e desempenho eleitoral de PSDB e PT entre 1994 e 2014.....	260
6.1 Clusters eleitorais nas regiões do País.....	288
7. Conclusões a respeito de 20 anos de eleições nacionais de PSDB e PT.....	296
8. Referências Bibliográficas.....	319

ANEXOS

Anexo 2.1 – Resultados dos testes de diferenças de médias multivariados MANOVA.....	333
Anexo 2.2 – Identificação geográfica das regiões e dos Estados (UFs) brasileiros.....	334
Anexo 2.3 – Médias de Ipe por ano e Unidade da Federação para PT.....	335
Anexo 2.4 – Médias de Ipe por ano e Unidade da Federação para PSDB.....	336
Anexo 6.1 – Tabela de correlação de Pearson entre Ipe e voto para presidente por eleição e região para PT e PSDB	337
Anexo 6.2 – Resumo de resultados: modelo de erro espacial	338

AGRADECIMENTOS

A pesquisa que deu origem a este texto foi financiada por uma bolsa de pós-doutorado fornecida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Ministério da Educação, para o período 2015-2016. Sem o financiamento público a pesquisa não poderia ter sido realizada. Por este motivo, à Capes meus sinceros agradecimentos.

Agradeço ao professor catedrático da Universidad de Salamanca (USAL), Manuel Alcántara Sáez, que me recebeu para a estância de um ano nas dependências da Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais – FLACSO/España. Além de total liberdade para o desenvolvimento do trabalho, pude participar de seminários e outras atividades de pesquisa do programa de pós-graduação em Ciência Política do Instituto de Iberoamerica/Usal. Sem o apoio acadêmico e pessoal do professor Alcántara este trabalho não teria chegado ao final.

Agradeço a recepção em Salamanca, as conversas, as viagens pelo interior da Espanha e as parcerias profissionais atuais e futuras do professor Rodrigo Rodrigues-Silveira, da Universidad de Salamanca.

Agradeço ainda ao professor Glaucio Dilon Soares que em uma conversa com várias pessoas em um intervalo de congresso, pouco antes do início de meu pós-doutorado, falando sobre realizar estudos em outros países, disse o seguinte: “não importa o que você seja no seu País. Saiu para estudar, seja estudante”. Eu adotei a frase como recomendação e isso me permitiu entrar em contato com doutorandos em Ciência Política da Usal não como professor, mas como colega, o que foi muito gratificante. Fiz muitos novos colegas de profissão, doutorandos e pesquisadores de várias áreas do conhecimento. Em especial aos que passaram ou estiveram na Flacso-es entre 2015 e 2016: Abril, Sandra, Marco, Melany, Asbel, Martin, Aldo, José Manuel, Fran, Elisabeth. Juan Daniel, Sergio, Julian, Daniela, Ivonne, Edu, Bruna, Luz, Daniel, Janine, Carolina e Lara.

Feitos os agradecimentos, dois avisos. Primeiro este é um livro técnico de análises descritivas de resultados eleitorais. Embora o tema chame atenção do público em geral, sugere-se algum conhecimento de técnicas analíticas para compreensão do desenvolvimento do argumento. Aos não iniciados na área de análises políticas, sugiro a leitura do primeiro e do último capítulo. Segundo, se trata de uma análise que está limitada do desempenho eleitoral dos dois principais partidos brasileiros nos últimos 20 anos. Não se aborda aqui os acontecimentos políticos entre períodos eleitorais, em especial, os ocorridos entre 2015 e primeiro semestre de 2016.

APRESENTAÇÃO

A essência da lógica partidária se sustenta na existência de fatores claros de divisão das preferências políticas dos cidadãos. Partidos políticos recorrem a estas divisões para configurar sua própria natureza. Na medida em que as distinções são claras, a identificação por parte dos simpatizantes e dos eleitores é mais simples e se, além disso, os fatores das identificações têm caráter permanente, os partidos terminam enraizando-se ainda mais na sociedade, o que é positivo desde a lógica da qualidade da democracia.

O conjunto de temas públicos que produz a distinção da oferta programática pode ampliar a distância entre os diferentes grupos sociais e, neste caso, torna-se oportuno introduzir o conceito de polarização. Os sistemas políticos, e dentro deles os sistemas partidários, estão submetidos a este conceito, que é fundamental para entender o próprio funcionamento dos sistemas. A polarização pode ser maior ou menor, definida por um ou vários eixos, mas está na essência da política representativa.

Em complexos cenários políticos derivados tanto da extensão territorial quanto da intensidade de divisões internas, analisar o significado da polarização não é simples. Mas, no exercício de uma aproximação desse tema que a Ciência Política exige, medir a polarização é tarefa obrigatória. A partir das bases territoriais

da representação, dando importância às unidades político-administrativas primárias (municípios) e secundárias (estados), a quantificação da polarização supõe um trabalho complementar ao da medição mais clássica, que se costuma fazer em âmbito nacional. Apresentar componentes geográficos da polarização é, em consequência, uma necessidade em um país da envergadura do Brasil.

Além disso, o trabalho constitui um desafio complementar ao incorporar elementos específicos da dinâmica política brasileira de 1994 até a atualidade. Trata o presidencialismo como forma de governo e o multipartidarismo como expressão da representação política. Ainda que o presidencialismo termine funcionando como uma lógica de “soma zero”, tornando mais factível a ideia de polarização, que se vê reforçada pela existência de segundo turno nas eleições, a realidade das eleições legislativas permite uma enorme fragmentação partidária, que deveria conspirar contra a polarização bipolar. Os resultados a nível federal indicam, também, a necessidade de descrever o que acontece nas disputas subnacionais do País. Este é um desafio que justifica o presente trabalho.

A reunião de dados que configuram o fundamento empírico e a proposta metodológica do Índice de Presença Eleitoral são outros elementos que fazem do livro uma obra inovadora e que desde o momento de sua publicação a converte em um trabalho de consulta necessária. É, também, um incentivo para empreender estudos similares em países vizinhos, seguindo uma guia de análise que merece ser testada em outros sistemas políticos.

Manuel Alcántara Sáez
Universidade de Salamanca
Flacso - Espanha
Julho de 2016

Capítulo 1 - Introdução

Um recorrido de duas décadas de eleições presidenciais

Que os partidos, imprimindo suas características, são capazes de mudar governos já sabemos. A questão aqui é quanto os governos podem modificar os partidos.

A democracia representativa brasileira do final do século XX e início do XXI passa por dois processos independentes e paralelos. Por um lado, houve a consolidação do sistema eleitoral, a partir das bases estabelecidas na Constituição de 1988, com mudanças e incrementos graduais, que foram desde a possibilidade de reeleição para cargos Executivos, até mudanças procedimentais, como a adaptação para o voto em urna eletrônica. Por outro, o sistema multipartidário, fragmentado, com muitos candidatos não se consolidou nesse período para as eleições presidenciais. O fato de o País ter menos de três partidos efetivos disputando todas as eleições presidenciais entre 1994 e 2014 aponta para uma

concentração de poder político em poucos partidos ou líderes. Além disso, apenas duas siglas (PSDB e PT), surgidas pós-regime militar, conseguiram apresentar candidatos em todas as disputas, além de serem as únicas a elegerem presidentes nesses 20 anos.

As bases da representação partidária brasileira recente são estabelecidas pela Constituição de 1988, que, por sua vez, é resultado de um conjunto de negociações entre elites políticas tradicionais e novas elites em um momento de crise institucional, devido à transição do regime militar para a redemocratização. Como a transição dos anos 1980 é negociada, o resultado é a manutenção de algum espaço para os velhos atores políticos e suas práticas, que conseguem sobreviver na Nova República. A particularidade da redemocratização brasileira é que ela foi construída por grandes alianças entre elites econômicas regionais, que consolidam seu poder político a partir da repartição patrimonial do Estado (Jerez, 1990). O resultado é que entramos nos anos 1990 com um Estado hipertrofiado para atender demandas antigas e novas, presentes no pacto populista-regional, com manutenção de práticas políticas arcaicas como patrimonialismo, corrupção e clientelismo. Além disso, há uma desvirtuação do conceito de cidadania, que é outorgada e regulada (Jerez, 1990). Isso explicaria por que a opinião pública brasileira é mobilizada por temas morais e éticos durante períodos de crise, inclusive nas econômicas.

Para Jerez (1990), PSDB e PT são os dois partidos modernos resultantes da transição dos anos 1980 no que diz respeito aos requisitos de organização interna, perfil de lideranças e comportamento público. Ainda assim, eles sofreriam das mesmas deficiências de seus pares, com baixa fidelidade partidária e representatividade em segmentos sociais. Como resultado, embora com dois

partidos modernos e com força eleitoral no início dos anos 1990, os problemas da representação política no Brasil se mantêm.

Para Levine e Molina (2007), os três maiores entraves são a dependência de alianças políticas por parte da classe média, dependência do Estado por parte da classe baixa e exagerada capacidade de intervenção política dos meios de comunicação devido à concentração de propriedade. No debate público brasileiro, a mobilização dos mais pobres estaria ligada a percepções individuais e provisórias, não a organizações permanentes. O resultado é um processo intermitente de avanços, com democracia vulnerável, acompanhada da dependência de líderes populistas (Levine e Molina, 2007). Por outro lado, a democracia eleitoral construída em um cenário como o apresentado pelos autores pode ser entendida como influxos permanentes, com trocas de apoios e de bases eleitorais entre os partidos relevantes. É disso que trataremos aqui.

1.1 O objeto da pesquisa

O livro apresenta os resultados de uma pesquisa sobre partidos e eleições no Brasil, com objeto mais específico, o desempenho dos dois partidos que conseguiram se consolidar como majoritários no período da redemocratização: PT e PSDB.

Nas últimas décadas, cientistas políticos têm identificado uma estabilização no sistema representativo de países latino-americanos. O Brasil não é diferente. Um dos primeiros trabalhos a notar a estabilização da democracia representativa na América Latina no período pós-ditaduras civis e militares foi o de Alcántara Sáez (1999), ao constatar que os sistemas poliárquicos na América Latina estavam cada vez mais estáveis. O desafio seria, a partir de então, analisar se ao mesmo tempo se democratizavam

as instituições políticas. Um sistema representativo estável não tende necessariamente ao aprofundamento da democracia representativa. Para isso, é necessária uma democratização das instituições políticas. Porém, é o primeiro passo. A substituição periódica das organizações representativas, tais como partidos políticos majoritários, ao final de cada ciclo político pode ser entendida como um indicador de democratização institucional. Sem isso pode haver oligarquização da representação ou da limitação entre as opções políticas reais.

No Brasil, na última década do século XX e nas primeiras do século XXI, apenas dois partidos têm conseguido mobilizar as preferências majoritárias dos eleitores em disputas presidenciais: PT e PSDB. Juntos, eles responderam por pelo menos 2/3 dos votos em todas as eleições desde 1994 e já chegaram, em 2006, a obter mais de 90% dos votos válidos no primeiro turno da eleição presidencial. Em uma obra coletiva, organizada por Alcántara Sáez e García Díez (2008), já se apontava, para a eleição de 2006, a estabilidade na divisão de poder eleitoral entre PT e PSDB no Brasil. Desde aquele ano PT e PSDB vêm mantendo o predomínio eleitoral. A pesquisa parte da seguinte questão: o que explica a polarização bem-sucedida de PT e PSDB no sistema eleitoral brasileiro entre 1994 e 2014?

A hipótese que será testada nos próximos capítulos do livro é que as variáveis político-institucionais são insuficientes para explicar o desempenho desses dois partidos brasileiros. A explicação começa pela estrutura institucional dos partidos, a capilaridade do PT e PSDB nas regiões brasileiras e como eles conseguem tirar proveito das estruturas de siglas médias e pequenas do sistema partidário brasileiro. Mas, além disso, o

que explica a manutenção da força eleitoral do PT e PSDB é o desempenho dos governos liderados por eles, ou, no caso do PSDB em 1994, dos resultados de políticas públicas implantadas pelo governo do qual o partido fazia parte. Políticas implementadas pelos governos refletem-se diretamente no desempenho eleitoral dos candidatos à presidência e contribuem para a manutenção da polarização entre as duas siglas. A medida usada para identificar os efeitos das políticas públicas dos governos é o desenvolvimento econômico e social percebido no período em análise. Como ponto de partida, são apresentadas aqui duas proposições, com seus consequentes corolários:

Proposição 1 – Existe uma relação direta entre organização do partido de oposição na sociedade e seu desempenho eleitoral.

Corolário 1 – Partido governante depende menos da estrutura partidária e militância para continuar no governo do que partido de oposição para chegar ao poder.

Proposição 2 – Mudanças socioeconômicas em um país interferem mais no desempenho eleitoral do partido do governo do que a presença do partido nas estruturas representativas.

Corolário 2 – Resultados de políticas públicas e contexto socioeconômico são tão relevantes para o desempenho eleitoral do partido governante quanto a organização partidária da oposição.

O objetivo geral desta pesquisa é integrar efeitos de variáveis institucionais e resultados de políticas públicas para explicar o sucesso eleitoral de PT e PSDB nos últimos 20 anos na política nacional brasileira. Para isso, são analisadas as transfor-

mações em variáveis institucionais partidárias de maneira sistêmica e comparativa, tais como desempenho do partido em eleições nacionais e para os governos de Estado, número de candidatos a deputado federal, distribuição dos candidatos por unidade da federação, percentual de votos obtidos, percentual de votos aproveitados e outros indicadores que mostrem a força institucional de cada partido. Também são considerados os resultados das políticas públicas dos governos do PSDB (1995 a 2002) e pelos governos do PT (2003 a 2014) a partir de dados agregados socioeconômicos, para verificar a força explicativa dos outputs de governo para a manutenção do desempenho eleitoral positivo do partido.

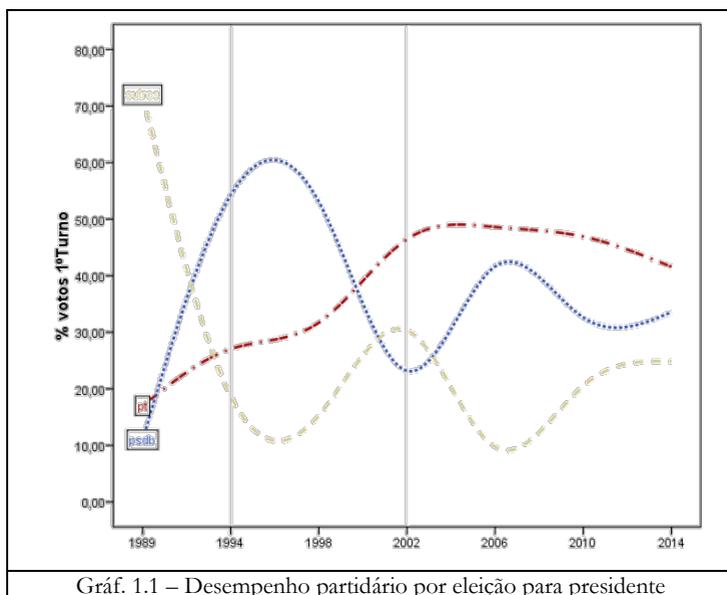
A pesquisa empírica descrita aqui usa dados agregados de desempenho político-eleitoral dos partidos e dados socioeconômicos dos Estados brasileiros. Entre as fontes de informação para a pesquisa empírica está o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), principalmente – além de fontes indiretas. Embora não muito comum no Brasil, a complementação entre variáveis político-institucionais e socioeconômicas é feita desde meados do século passado.

Em 1948, o sociólogo norte-americano Joseph Campbell propôs um conjunto de variáveis políticas e econômicas para explicar o desempenho dos partidos em disputas presidenciais nos Estados Unidos (Gelman & King, 1993), por exemplo. Aqui, usamos a proposta de Campbell como ponto de partida para a análise do desempenho do PT e PSDB no Brasil entre 1994 e 2014 por ser tratar de dois países presidencialistas e que apresentam sistemas eleitorais com apenas dois partidos rele-

vantes (no caso do Brasil, apesar do multipartidarismo formal, os resultados eleitorais no período mostram uma tendência ao bipartidarismo na prática).

O Gráfico 1.1, a seguir, mostra os percentuais de votos obtidos por PT, PSDB e o conjunto de demais partidos que disputaram as eleições entre 1989 e 2014. É possível perceber que, juntos, PT e PSDB somaram mais de 2/3 dos votos válidos no primeiro turno desde 1994. Apenas em 2002, a somatória dos demais candidatos ultrapassou os votos obtidos pelo PSDB. Em todas as eleições, PT e PSDB foram partidos dominantes.

A variável dependente, a ser explicada nessa pesquisa, é a variação da proporção de votos obtidos pelo PT e PSDB nas eleições de 1994 a 2014, por município. Por se tratar de uma sé-



Gráf. 1.1 – Desempenho partidário por eleição para presidente

Fonte: Autor, a partir de dados do TSE

rie temporal, as análises deverão levar em conta técnicas específicas. A unidade de análise são os 5,6 mil municípios brasileiros existentes no período. As variáveis explicativas do modelo são de duas dimensões: político-institucional e econômico-social, como descritas no Quadro 1.1 a seguir.

A unidade de análise da pesquisa é o município, portanto, todos os indicadores das variáveis independentes e a variável dependente serão agregados para o nível municipal, o que limita a possibilidade do uso de variáveis explicativas, pois devem existir dados disponíveis para todos os municípios no período de duas décadas. Os indicadores municipais são agregados por Unidades da Federação (UF), que também é o distrito eleitoral em disputas regionais no Brasil. O Quadro 1.1 resume a proposta metodológica de análise com a identificação da variável dependente, as duas dimensões de variáveis explicativas, unidade de análise, técnica predominante e resultados esperados.

Quadro 1.1 – Resumo da proposta e modelo analítico da pesquisa

Variável dependente	Variáveis independentes	
	Dimensão política	Dimensão socioeconômica
Proporção de votos nos municípios para candidatos a presidente do PT e PSDB de 1994 a 2014	- votos na eleição anterior; - desempenho nas disputas regionais por Índice de Presença Eleitoral (Ipe regional); - desempenho nas disputas municipais por Índice de Presença Eleitoral (Ipe municipal);	- Produto Interno Bruto per capita (PIBpcta) dos municípios brasileiros, medidos em 1999 e 2009 (Variável Econômica); - Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) desenvolvido pelo IPEA e medido em 2000 e 2010 (variável social);
Unidade de análise	Os 5,6 mil municípios distribuídos em 27 Unidades da Federação, agrupados em cinco regiões do País.	
Técnica de análise	i) Estatísticas descritivas, ii) Análises de diferenças de médias (MANOVA); ii) Análises de trajetória (<i>path analysis</i>) com regressão clássica; iii) Técnicas regressivas de análise espacial.	
Resultados esperados	Identificar o impacto de variáveis político/institucionais e socioeconômicas sobre o desempenho eleitoral para a Presidência da República dos dois partidos que conseguiram polarizar as disputas entre 1994 e 2014.	

Elaboração: Autor

Todas as informações utilizadas são de acesso público e já estão presentes em outras pesquisas, porém, em geral, de maneira isolada. Há uma tradição de análises do desempenho institucional dos partidos políticos brasileiros com os resultados eleitorais em disputas nacionais (Figueiredo & Coutinho, 2003; Carreirão, 2004; Lyne, 2008; Peixoto e Campos, 2014; Silva, 2014), por um lado, e por outro, uma série de estudos que relacionam variáveis socioeconômicas com o desempenho eleitoral dos partidos (Knoop, 2003; Amorim Neto & Coelho, 2008; Terron & Soares, 2010; Cervi, 2014).

O que se faz aqui é reunir os dois conjuntos em um único modelo analítico para poder comparar os efeitos das variáveis institucionais e socioeconômicas ao longo do tempo sobre o desempenho eleitoral dos dois partidos dominantes (PT e PSDB). Por se tratar da incorporação de variáveis socioeconômicas no modelo explicativo, o próximo tópico apresenta um resumo dos contextos econômico e social do Brasil entre 1994 e 2014, a partir da diferença anual do PIB percapta e da desigualdade de renda por domicílio, a partir do coeficiente Gini de desigualdade, aplicado aos dados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD – IBGE).

1.2 Economia e sociedade nos 20 anos de bipartidarismo PSDB-PT no Brasil

Os 20 anos que compreendem o período analisado, do ponto de vista econômico, podem ser divididos de maneira bastante aproximada em três partes distintas. De 1995 a 2002, um período de crises internacionais com efeitos na economia interna. De 2003 a 2009, um período de estabilidade internacional

com crescimento interno, e de 2010 a 2014 grandes variações internas, resultantes de insegurança do mercado global e da economia interna. Em linhas gerais, estes três períodos coincidem com os governos Cardoso, Lula e Rousseff – apenas coincidem, não estão sob o controle ou sendo consequências diretas das capacidades individuais dos governantes. No entanto, é possível considerar que estas coincidências têm impacto sobre o desempenho eleitoral dos partidos em disputas presidenciais.

Em 1995, primeiro ano do governo Cardoso, irrompe a crise econômica do México, que tem impacto sobre a balança econômica brasileira. Na área da economia, o governo do PSDB lança, ainda em 1995, o Programa de Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer), como primeira medida de recuperação da economia do governo Cardoso, que visa estimular a fusão e incorporação de instituições bancárias. No ano seguinte, dentro do programa neoliberal de redução das estruturas de Estado, o governo PSDB cria agências reguladoras; formaliza o programa de redução do sistema bancário público, principalmente para privatização de bancos públicos estaduais; inicia os processos de privatização das empresas públicas de telecomunicações e privatiza a siderúrgica Vale do Rio Doce.

Em 1998, uma nova crise internacional tem impacto direto sobre a economia interna. Trata-se da crise que resulta em moratória da Rússia. Neste mesmo ano, o governo brasileiro pede ajuda de U\$ 41 milhões ao Fundo Monetário Nacional (FMI). Como resposta às dúvidas sobre a capacidade de gestão econômica do governo brasileiro, em 1999 é adotada formalmente a meta de inflação como diretriz de política monetária. Com isso, o governo vincula política monetária com controle de inflação.

No ano seguinte, nova crise internacional com o estouro da

“bolha” de empresas da internet nos Estados Unidos. Na sequência, em 2001, o principal parceiro econômico do Brasil no Mercosul, a Argentina, declara moratória ao FMI e entra em profunda crise econômica. Em 2002, sem ser tão radical quanto a Argentina, o Brasil assina com o FMI um acordo de alongamento de prazo (*stand-by*) para pagamento de U\$ 15 bilhões ao fundo internacional (Ribeiro, 2015). Além das crises econômicas internacionais, em 2001 acentua-se a crise hídrica no Brasil e como o País não está preparado com infraestrutura para enfrentar este tipo de crise, o governo se vê obrigado a decretar racionamento de energia na maior parte do País, entre julho de 2001 e fevereiro de 2002, ano eleitoral.

Nos primeiros anos da década de 2000, o Brasil e seus vizinhos latino-americanos são favorecidos por um aumento nos preços das commodities internacionais. No caso brasileiro, os ganhos principais são com as exportações de minério de ferro e de soja. Isso gera um volume de arrecadação improvável nos anos anteriores. O crescimento econômico da China, com efeitos sobre o mercado internacional, é um dos motores do bom momento da economia internacional a partir de 2002. O governo brasileiro tira proveito.

Em 2003, no primeiro ano da gestão Lula, há um aumento do superávit primário para demonstrar compromisso de austeridade pública com o FMI. Dois anos depois, em 2005, o Brasil antecipa pagamentos e liquida empréstimos com o fundo monetário internacional (Ribeiro, 2015). O passo seguinte foi reverter o bom cenário econômico internacional em ganhos econômicos internos. Em 2006, é aprovada no Congresso uma nova regra de reajuste do salário mínimo, considerando a inflação do ano anterior e o crescimento do Produto Interno Bruto de dois anos antes. Isso para acabar com o uso político da definição do índice de reajuste anual e para dar estabi-

lidade às regras de reajuste. Em 2007, é lançado o PAC-1 (Programa de Aceleração do Crescimento), com previsão de R\$ 503,9 bilhões até 2010. Isso representa cerca de oito vezes mais de investimentos no País do que os valores emprestados junto ao FMI em 1998.

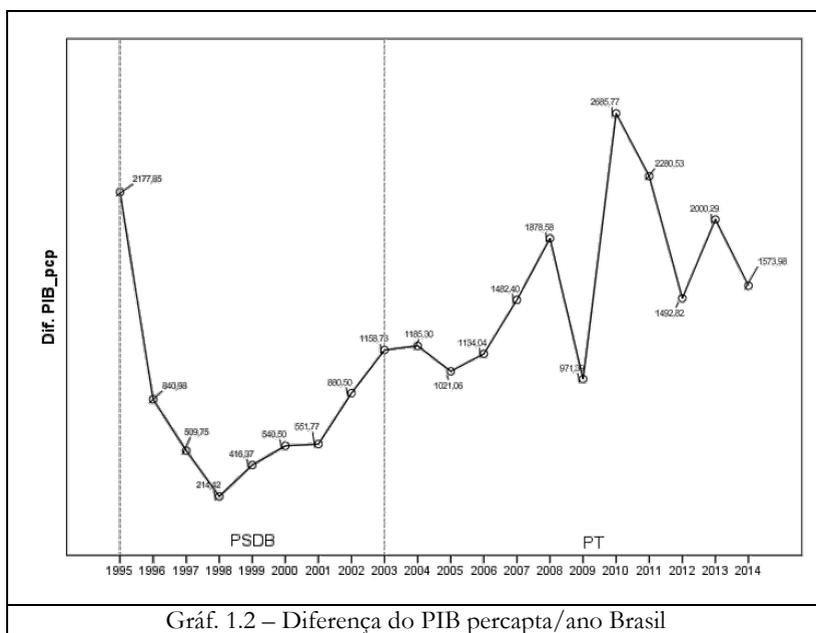
O ano de 2008 marca o início da crise financeira internacional, que atingirá principalmente os países economicamente desenvolvidos, mas com efeitos nos países em desenvolvimento. Começa pelos Estados Unidos, com o anúncio da concordata do banco Lehman Brothers, que inicia um efeito dominó sobre outras instituições financeiras após o estouro da bolha de investimentos no mercado imobiliário. No ano seguinte, o G-20, em Londres, anuncia medidas para combater a crise internacional, tendo como principal instrumento de política econômica a disponibilização de recursos para investimentos em obras e infraestrutura nos Países. O Brasil segue o mesmo caminho com a criação, ainda em 2009, do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), com financiamento do BNDES para compra de máquinas e equipamentos produzidos no País. Na mesma linha, no ano seguinte, em 2010, é lançado o PAC-2, com previsão de R\$ 1,5 trilhão de previsão de investimentos, em quatro anos, em programas de investimento em habitação e saúde, principalmente (Ribeiro, 2015).

Ao mesmo tempo, para tentar conter a inflação, o Banco Central anuncia medidas de contenção de expansão do crédito individual, com aumento dos depósitos compulsórios. Como os investimentos diretos em programas de infraestrutura não estavam surtindo os efeitos econômicos esperados, em 2011 o governo lança o Plano Brasil Maior, que previa a desoneração de impostos da folha de pagamentos, e com isso esperava um reaquecimento

do mercado de trabalho, principalmente no setor industrial.

Além disso, também houve desoneração de IPI (Imposto sobre Produção Industrial) para a chamada “linha branca” – fogões, geladeiras e similares – para tentar conter a queda da atividade econômica. Em 2013, houve redução das tarifas de energia elétrica residencial e industrial, ainda com a justificativa de política de aquecimento da economia, já que as medidas anteriores de redução da carga tributária para algumas atividades não tinham surtido o efeito esperado. Tal medida foi denunciada pela oposição como eleitoreira, em favor de Rousseff no ano seguinte.

O Gráfico 1.2 mostra as variações anuais de valores absolutos do Produtor Interno Bruto percapta (PIBpct) entre 1995 e 2014. O PIBpct é o conjunto da riqueza produzida no país em



Fonte: IBGE

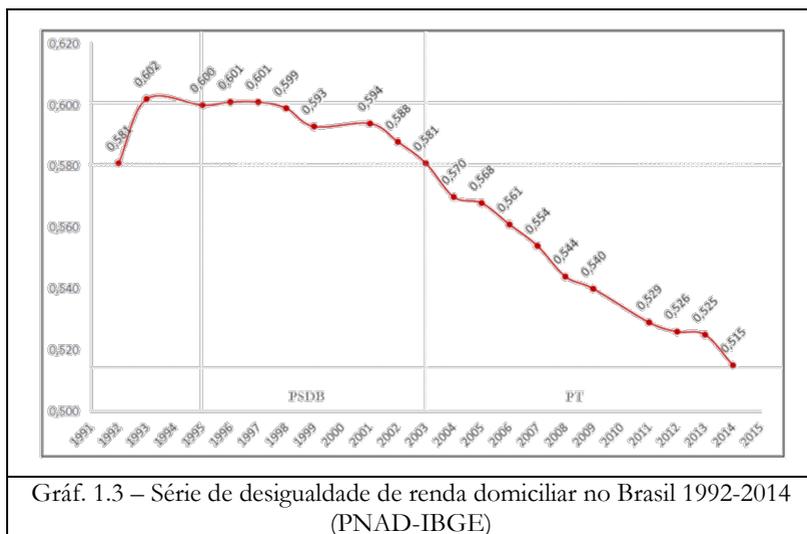
um ano (medido em julho) dividido pela população total do país. O Gráfico 1.2 demarca o período de governos do PSDB e PT. A linha mostra um comportamento em forma de “U” durante governos do PSDB, com redução das diferenças anuais até 1998, seguida de gradativo aumento. Esse aumento gradativo segue no período de governo do PT até o ano de 2008. A partir de então, o desempenho da economia apresenta variações mais intensas entre os anos, com crescimento em 2010, seguidas de oscilações para baixo desde então.

Como consideramos que mudanças socioeconômicas têm impactos eleitorais posteriores, a desigualdade de renda medida a partir do índice de Gini de renda domiciliar percapta, de Pesquisas Nacionais por Amostra Domiciliar (PNAD) do IBGE, quando comparado ao longo do tempo, permite identificar possível mudança no perfil socioeconômico de um País. O coeficiente mostra como se distribui a renda domiciliar em determinado espaço geográfico, no caso, do País. Quanto mais próximo a 1 (um), mais desigual é a distribuição de renda domiciliar no Brasil. Quanto mais próximo de zero, menor a desigualdade da distribuição de renda domiciliar. Quanto maior a desigualdade de distribuição de renda domiciliar, maior a vulnerabilidade social.

O Gráfico 1.3, a seguir, extraído de um informe do Ministério de Desenvolvimento Social, abarca o período deste estudo, indo de 1992 a 2015, com medições em quase todos os anos. Ao gráfico original foram incorporados marcadores para delimitar o período de governo do PSDB e do PT (linhas verticais) e marcadores de diferenças entre ponto inicial e final de cada período (linhas horizontais). Os coeficientes mostram que, antes do início do primeiro governo PSDB, houve um acelerado aumento da desigualda-

de de renda domiciliar, passando de 0,581 em 1992 para 0,062 em 1993. Para se ter ideia do impacto dessa diferença, o País retomou o coeficiente de 0,581 mais de uma década depois, em 2003. O aumento de desigualdade de renda, em período de instabilidade política (imediatamente após o impeachment de Collor, em 1992), pode ter contribuído para a chegada do PSDB ao governo, com uma proposta de estabilidade econômica a partir do Plano Real.

Durante os oito anos de governo do PSDB, a desigualdade de renda domiciliar apresentou gradativa queda, recuperando ao final o ponto do início da década de 1990. A partir de 2003, com o início do governo do PT, há uma continuidade da tendência de queda da desigualdade de renda domiciliar no Brasil, porém, de maneira mais acelerada. Enquanto nos oito anos de governo do PSDB a queda foi de 0,02 no coeficiente de desigualdade, nos primeiros oito anos de governo do PT a diferença dobrou, caindo



Gráf. 1.3 – Série de desigualdade de renda domiciliar no Brasil 1992-2014 (PNAD-IBGE)

Fonte: Extraído e adaptado do Estudo Técnico 10/2015 MDS-SAGI

0,04, de 0,581 em 2003 a 0,540 em 2009. E a queda foi ainda mais acelerada até 2014, chegando a 0,515, a mais baixa desigualdade de renda domiciliar no período em análise.

A redução na desigualdade de renda domiciliar ao longo do tempo não é em si mesmo um indicador positivo, pois não acontece apenas quando os domicílios mais pobres se aproximam das rendas médias dos mais ricos. Também pode acontecer o contrário: um empobrecimento dos domicílios mais ricos, que se aproximam dos mais pobres.

Portanto, o indicador da redução de desigualdade só faz sentido como variável explicativa do desempenho eleitoral se acompanhado de crescimento econômico. O último terço do período analisado parece ser representativo do fenômeno de redução da desigualdade com alta volatilidade dos indicadores econômicos, o que não gera um efeito positivo no desempenho eleitoral do partido governante.

No próximo tópico, são apresentadas as principais características do contexto político partidário das seis eleições presidenciais disputadas no período de 1994 a 2014.

1.3 O contexto político partidário nas disputas presidenciais em duas décadas

Eleição de 1994: O Brasil tinha 94,7 milhões de eleitores na primeira eleição após o impeachment de Collor de Melo. Fernando Henrique Cardoso (PSDB) foi eleito no primeiro turno, com 54,3% de votos, contra 27% para Lula (PT), que ficou em segundo lugar. A surpresa daquele ano foi o desempenho de Enéas Carneiro, candidato pelo partido nanico de extrema-direita, Partido da Reconstrução Nacional (Prona), que ficou com 7,7% de votos,

à frente de políticos tradicionais que disputaram aquela eleição, como Orestes Quércia (PMDB), Leonel Brizola (PDT) e Esperidião Amim (PPR).

Foi uma eleição da negação da política, como costuma acontecer em disputas que sucedem escândalos de corrupção, como o que resultou no impeachment de Collor em 1992 e na cassação de mandatos de oito deputados federais, inclusive o presidente da Câmara, por corrupção nas emendas orçamentárias, em 1993. Tanto que o discurso nacionalista de Enéas Carneiro durante a campanha era “mais trabalho, menos política”. No entanto, o descrédito com a política não chegou ao ponto de garantir a eleição de um outsider.

Os dois primeiros colocados naquele ano eram políticos conhecidos (Lima, 1995). Na agenda da campanha, as propostas políticas foram substituídas por resultados de política econômica, favorecendo o candidato Fernando Henrique Cardoso, então ministro da Economia do governo Itamar Franco e identificado como responsável pelo Plano Real. O bom resultado do Plano Real fez com que a coligação conservadora liderada por Fernando Henrique Cardoso se apresentasse como a única capaz de dar continuidade às melhorias na economia. Em sua campanha, Cardoso dizia que o Brasil não é um país subdesenvolvido, ele é injusto (Gugliano e Jerez, 1996).

Lula, que no início da campanha estava à frente nas intenções de voto, ficou sem discurso e optou por denunciar o uso eleitoral do Plano Real. Foi o suficiente para fazer os eleitores migrarem para o PSDB. No início da campanha, uma pesquisa Datafolha indicava que Lula tinha 45% de intenções de voto; Fernando Henrique Cardoso, 16%; Brizola, 8% e Orestes Quércia, 7%. Ao final, Cardoso venceu no primeiro turno com 54,3%. Além do domínio

do tema de campanha, o PSDB também obteve mais apoios em 1994. Grandes entidades representativas declararam apoio a Fernando Henrique Cardoso. Formalmente, a campanha presidencial do PSDB declarou gastos de R\$ 34 milhões, contra R\$ 3,4 milhões declarados pela campanha de Lula (Gugliano e Jerez, 1996).

Do ponto de vista dos apoios políticos, o PT contou com uma coligação de partidos de esquerda, embora tenha registrado como vice-presidente um político do PT de São Paulo, Aloízio Mercadante, mesma origem geográfica de Lula, o candidato a presidente. Já o PSDB se coligou com partidos de centro-direita, PFL, que forneceu o candidato a vice, Marco Maciel, então senador por Pernambuco, que contribuiu para o bom desempenho eleitoral da chapa na região Nordeste. O PTB, partido do então presidente Itamar Franco, também fez parte da coligação de apoio ao candidato do PSDB. Foi uma eleição definida pela conjugação entre bons resultados recentes da economia com confiança na continuidade das mudanças implementadas pelo então ministro Fernando Henrique Cardoso.

Eleição de 1998: O número de eleitores sobe para 106,1 milhões, incorporando cerca de 10% a mais de eleitores da eleição anterior, que estão votando a presidente pela primeira vez. A campanha apresenta duas grandes inovações. Uma tecnológica: 2/3 dos eleitores votam em urna eletrônica. A totalidade de votos eletrônicos se dará em 2000, nas disputas municipais. A outra é institucional: é a primeira campanha com possibilidade de reeleição do detentor do cargo majoritário em disputa.

A emenda constitucional da reeleição foi aprovada em 1997, causando grande desgaste político ao então presidente Fernando Henrique Cardoso, em função de suspeitas de compra de votos

de parlamentares para aprovação da emenda. Outros elementos foram mantidos da eleição anterior. Os dois principais concorrentes, Fernando Henrique Cardoso (PSDB), que venceu no primeiro turno com 53,1% de votos, e Luis Inácio Lula da Silva (PT), em segundo lugar, com 31,7%. O descrédito em relação ao debate sobre temas políticos e até mesmo com os próprios políticos também se manteve. Tanto assim que, embora Cardoso tenha sido eleito no primeiro turno, com uma diferença de apenas um ponto percentual do resultado anterior, do ponto de vista eleitoral ele saiu da eleição de 1998 enfraquecido. A soma de votos brancos (6,8 milhões), votos nulos (8,8 milhões) e das abstenções (22,8 milhões) é superior ao total de votos obtidos por Cardoso (35,9 milhões) naquele ano.

Ou seja, ainda que eleito no primeiro turno, ele foi menos votado que o total de eleitores que optaram por não escolher um candidato. Cardoso manteve a coligação de partidos políticos de direita que o apoiou no primeiro mandato, com Marco Maciel (PFL) como vice-presidente e apoios de PPB, PTB e PSD. Lula agregou o PDT, que indicou Leonel Brizola como candidato a vice-presidente em 1998, à coligação de esquerdas, que contava ainda com PSB, PCdoB e PCB. O terceiro colocado em 1998 foi Ciro Gomes (PPS). Ex-governador pelo PSDB, ele rompeu com seu antigo partido e apresentou-se como candidato de oposição. Enéas Carneiro (PRONA) também concorreu, mas sem o mesmo desempenho de 1994, obtendo apenas 2,1% de votos.

A campanha foi pautada pelas críticas de Lula às alternativas do governo para saída da crise econômica internacional. Os debates giraram em torno de temas econômicos domésticos e crise global (Bustani, 2001). Do ponto de vista do candidato do governo, a estratégia foi fugir dos debates sobre o que Cardoso não conseguiu

fazer no primeiro mandato, principalmente reformas fiscais e da previdência, além de se defender das acusações de oportunismo com a emenda de reeleição. Um ponto importante da organização das coligações eleitorais naquele ano é que o PMDB se dividiu, não apresentando candidato e não participando oficialmente de nenhuma candidatura – ainda que a maior parte do partido tenha apoiado a reeleição e participado informalmente da campanha do PSDB nos Estados. Ao final, o resultado de 1998 foi a reeleição de um governo desgastado por falta de alternativa confiável e viável (como candidato ou discurso) entre as oposições.

Eleição de 2002: O Brasil ultrapassa os 111,5 milhões de eleitores. É a primeira eleição presidencial decidida em dois turnos desde 1989 e trata-se da eleição da mudança do partido vencedor, com os eleitores trocando PSDB pelo PT. O candidato da continuidade foi o ex-ministro dos governos do PSDB, José Serra. Nesse ano, o PSDB apresentou como inovação a não repetição das coligações com partidos de centro-direita. O único partido coligado com o PSDB foi o PMDB, que apresentou como candidata a vice-presidente Rita Camata. A principal coligação oposicionista, liderada pelo PT, também apresentou mudanças. O candidato Luis Inácio Lula da Silva resolveu abandonar a opção de coligação de esquerda e incorporou à sua candidatura o conservador PL (Partido Liberal), que apresentou como candidato a vice-presidente o empresário conservador José Alencar.

Lula venceu Serra nos dois turnos com praticamente o dobro de votos em cada um deles. Foi 46,4% para PT contra 23,2% do PSDB, no primeiro turno, e 61,3% para PT e 38,7% para PSDB, no segundo turno de 2002. Aquela campanha foi a única em que houve “verticalização das coligações”, obrigando as candidaturas estadu-

ais a replicarem, pelo menos parcialmente, as coligações nacionais. Também houve manutenção de temas econômicos na campanha, com a diferença de que todos os candidatos, inclusive Lula, reconheciam a importância da estabilidade econômica gerada pelo Plano Real. Mas, apesar disso, eram feitas três críticas aos resultados da política econômica do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso: crescimento do déficit público, crescimento dos índices de desemprego e altas taxas de juros (Nicolau, 2004). Porém, aliada aos temas econômicos, cresce a presença de propostas de combate à desigualdade social nas campanhas de todos os candidatos.

Do ponto de vista do resultado eleitoral, a surpresa de 2002 foi o desempenho do ex-governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho (PSB), que mesmo sem estrutura partidária chegou à terceira colocação, com 17,9% de votos válidos. É verdade que Garotinho foi beneficiado por uma gafe (resposta considerada machista à pergunta de um jornalista) do candidato pelo PPS, Ciro Gomes, na reta final do primeiro turno, que fez com as intenções de voto do candidato do PPS caíssem, migrando principalmente para o candidato do PSB.

Eleição de 2006: O país já contava com 125,9 milhões de eleitores. Foi a campanha de reeleição de Lula (PT) e, assim como na reeleição de Cardoso (PSDB), em 1998, o tema da corrupção no governo voltou a ter centralidade nos discursos dos candidatos. Se em 1998 as discussões eram sobre corrupção envolvendo processos de privatização e emenda constitucional da reeleição, em 2006 o tema era único e ficou conhecido por Mensalão. Uma denúncia, divulgada em 2005, de pagamentos de propinas a deputados para apoiar as votações de interesse do governo Lula e a origem dos recursos seria por meio de desvios via agências de publicidade

contratadas por empresas estatais. A chamada “CPI do Mensalão”, na Câmara de Deputados, teve ampla divulgação pelos meios de comunicação e, com isso, houve uma queda na popularidade do presidente Lula entre 2005 e 2006 (Nicolau, 2008).

Em contraposição ao discurso oposicionista contra a corrupção, pesou a favor da candidatura à reeleição o bom momento econômico internacional, a queda da inflação e os resultados de médio prazo com ganhos econômicos do Plano Real. Houve, também, um crescimento da participação do tema social na campanha política de 2006 e, dessa forma, favorecendo a campanha de Lula, que já começava a perceber os resultados do programa governamental de distribuição de renda Bolsa Família. Outros pontos de política social que favoreceram a manutenção do governo foram o programa de eletrificação rural, no início da década 2000, e os programas de ampliação de bolsas e financiamento estudantil para universidades (Nicolau, 2008).

O principal opositor do PT foi Geraldo Alckmin, pelo PSDB, que fez uma campanha explorando suas características pessoais, como competência e honestidade, já que ele não era um político conhecido em todo o País. Apesar das condições políticas favoráveis e bons resultados das políticas sociais no primeiro governo Lula, as denúncias de corrupção tiveram efeito negativo para o candidato do PT, pelo menos no primeiro turno. Do ponto de vista partidário, a coligação de apoio a Lula foi reduzida, mantendo-se apenas o partido do candidato a vice-presidente, PRB, e o PCdoB. Na coligação de apoio ao PSDB volta o PFL, que apresenta o candidato a vice-presidente, e o PPS. As outras candidaturas não apresentaram coligações.

Em 2006, o candidato do PSDB obteve o melhor resultado do partido desde Fernando Henrique Cardoso, com 41,6% de vo-

tos para Alckmin, naquela ocasião. No entanto, a votação de Lula também foi alta, ficando em 48,6%, dois pontos percentuais acima do desempenho do candidato do PT na eleição anterior. Isso indica uma alta concentração de votos nos dois candidatos. Em terceiro lugar, ficou a senadora Heloisa Helena, do PSOL, com apenas 6,9%, e Cristóvão Buarque, do PDT, com 2,6%, no primeiro turno. Curioso foi o que aconteceu no segundo turno de 2006, quando o candidato do PSDB fez menos votos que os obtidos por ele no primeiro turno, ficando em 39,2%, com o concorrente à reeleição chegando a 60,8%. Com isso, Lula passou a ser o segundo presidente brasileiro reeleito desde 1998.

Eleição de 2010: A eleição de 2010 começa como uma incógnita, pois é a primeira disputa presidencial desde 1989 sem a presença de Lula como candidato, embora ele participe de toda a campanha em apoio à sua ministra-candidata, Dilma Rousseff (PT). Outra incógnita diz respeito ao desempenho do principal candidato de oposição, José Serra (PSDB), pois desde a sua derrota, em 2002, havia vencido eleições em São Paulo, Estado mais populoso do País e que começava a se apresentar como majoritariamente de oposição ao governo Lula.

A terceira força eleitoral foi Marina Silva (PV) e reforça uma tendência que começa a aparecer na eleição de 2006: a de candidatos de esquerda de oposição ao governo petista, porém, ex-integrantes do PT. Em 2006, Cristóvão Buarque (PDT) tinha sido governador do Distrito Federal, senador e ministro pelo PT; e Heloísa Helena (PSOL) foi eleita senadora pelo PT, mas depois expulsa do partido. Em 2010, é a vez da ex-senadora e ex-ministra do PT, Marina Silva, se candidatar como opositora ao partido.

Além dela, Plínio de Arruda Sampaio (PSOL) também havia

sido um dos fundadores do PT e se afastou por discordar das políticas econômicas do governo Lula, até abandonar o partido, após as denúncias de corrupção em 2005. Apesar das condições políticas adversas, a conjuntura econômica e os bons resultados das políticas sociais dos dois governos Lula favoreciam a candidatura governista. O ano de 2010 apresentou forte expansão econômica, com investimentos externos e baixa inflação. Além disso, a redução da pobreza, como efeito principalmente do programa de distribuição de renda Bolsa Família e da valorização do salário mínimo começavam a apresentar efeitos positivos para o aquecimento da economia (Hunter, 2012).

A popularidade do então presidente Lula em 2010 variou entre 70% e 80% de aprovação pessoal nas pesquisas de opinião. Tudo isso equilibrou as limitações pessoais de Dilma Rousseff como candidata. Além do fato de ela não ter boa oratória e baixa empatia com o público durante os comícios, Rousseff nunca havia disputado uma única eleição antes de ser candidata a presidente, em 2010. Sua inexperiência foi compensada pela conjuntura favorável de 2010. Do ponto de vista político, houve uma mudança na base de apoio à candidatura do PT. Agora, a coligação foi com o PMDB, partido que em 2002 tinha apoiado a candidatura do PSDB e em 2006 tinha “liberado” suas lideranças para apoiar qualquer candidato. O PMDB indicou o próprio presidente do partido e ex-presidente da Câmara dos Deputados, o então deputado federal Michel Temer. Aos dois partidos juntaram-se vários outros, em uma grande coligação de centro-esquerda. O PSDB manteve sua tradição de coligações eleitorais com partidos de centro-direita, com candidato ao cargo de vice-presidente indicado pelo partido Democratas (ex-PFL) e o apoio de outros partidos pequenos de direita, principalmente.

Em função do bom momento pelo qual passava o país, a campanha de Serra teve que fugir dos temas de política econômica, que é o seu ponto forte. A opção foi tentar agendar o tema corrupção e apelos de ordem moral, como a questão da legalização do aborto, para desconstruir a imagem de Rousseff no eleitorado conservador. Ao final, a imagem de boa gestora, transmitida por Lula, venceu a caracterização de política de esquerda, criada pela oposição, e Rousseff venceu os dois turnos, com cerca de 1/3 a mais de votos que José Serra.

Eleição de 2014: O Brasil tem mais de 142,8 milhões de eleitores, mais da metade dos quais começou a participar das eleições após o estabelecimento da polarização entre PSDB e PT, em 1994. O fato mais relevante da campanha de 2014 foi a morte em acidente aéreo do candidato Eduardo Campos (PSB), no dia 13 de agosto, quando se dirigia a um ato de campanha na cidade de Santos, litoral de São Paulo. Campos tinha sido ministro do governo Lula e ex-governador de Pernambuco. Vinha se posicionando como candidato de centro-esquerda, crítico ao governo Dilma. Seu discurso era de união das forças políticas, em busca de saídas para a crise. Não fazia o papel de oposição ferrenha e tinha alto potencial de crescimento das intenções de voto assim que passasse a ser conhecido do eleitorado nacional, com o início do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE).

Mas, uma semana antes do início do HGPE, ele foi substituído pela candidata a vice-presidente, Marina Silva (PSB), ex-candidata pelo PV, em 2010. Aquela também fora a eleição em que a imagem de boa técnica de Dilma Rousseff seria colocada à prova. Isso porque, ao contrário de 2010, o cenário econômico doméstico e internacional não era mais favorável. Já havia indícios de recessão

em vários países da região e a época dourada dos elevados preços internacionais de commodities exportadas pelo Brasil, principalmente soja e minério de ferro, havia terminado.

Com isso, já em 2014 há indícios de desequilíbrio das contas públicas federais, com crescimento de déficit fiscal, tema que não entrava no debate eleitoral desde a campanha de 1998. Além disso, em 2013, o governo Rousseff é identificado como o principal responsável por manifestações populares em grandes centros urbanos, que nascem contra o reajuste de tarifas do transporte público – serviço controlado pelos municípios – e em pouco tempo é redirecionado para manifestações contra a corrupção.

Assim como já havia acontecido nas campanhas de reeleição de Cardoso em 1998 e Lula em 2006, o tema da corrupção esteve fortemente agendado pela oposição na campanha de reeleição de Rousseff, em 2014. O governo sofria investigações desde o poder judiciário federal e não mais de comissões parlamentares, já em descrédito para esse tipo de investigação, sobre esquemas de pagamento de propinas a partir de obras superfaturadas, contratadas pela Petrobras, empresa de exploração de petróleo controlada pelo governo federal. As investigações, com presença diária nos meios de comunicação, resultaram em prisões de dezenas de empresários e políticos de vários partidos, inclusive de oposição, mas, principalmente dos partidos que compõem a base de apoio do governo Rousseff.

Do ponto de vista partidário, a campanha de reeleição de Rousseff manteve formalmente as bases da coligação da eleição anterior, com mudanças em alguns partidos nanicos. O PMDB continuou indicando Michel Temer como candidato a vice-presidente. Porém, na prática, muitos líderes regionais do partido não participaram da campanha de reeleição. O discurso de Rousseff manteve-se preso

aos ganhos já obtidos e a necessidade de manter o rumo para a superação da crise. Com isso, Rousseff obteve o pior resultado do PT em um primeiro turno presidencial desde 2002, com 41,6% de votos. O candidato de oposição, ex-presidente da Câmara, ex-governador de Minas Gerais e senador pelo PSDB, Aécio Neves, ficou em segundo lugar, com 33,5% no primeiro turno, que foi o segundo melhor desempenho do partido em um primeiro turno presidencial desde 2002. Na coligação de apoio a Neves, foram mantidos os tradicionais partidos de direita e centro-direita que historicamente apoiam o PSDB nas eleições presidenciais, inclusive o DEM, com a diferença de que, em 2014, o candidato a vice-presidente foi do próprio partido, o senador por São Paulo, Aloysio Nunes (PSDB).

Essa opção de apresentar candidato a presidente e vice de Estados vizinhos, e ambos da região Sudeste, limitou o desempenho do partido em outras regiões do País, principalmente Norte e Nordeste. Apesar disso, o resultado em segundo turno de 2014 apresentou a menor diferença entre os dois concorrentes, com Rousseff vencendo Neves por apenas três pontos percentuais de diferença nos votos válidos, 51,6% para PT, contra 48,4% para PSDB. O desgaste da imagem pessoal de Rousseff pelas acusações de corrupção envolvendo o PT e outros partidos do governo, a conjuntura econômica negativa, o descontrole das contas públicas que coloca em dúvida a manutenção de políticas públicas sociais, o direcionamento das insatisfações populares ao governo federal e a instabilidade da base partidária de apoio ao governo fizeram com que Rousseff tivesse o pior desempenho eleitoral em um segundo turno do PT. Ela poderia ter perdido a eleição, caso o PSDB não tivesse concentrado tanto suas forças eleitorais no Sudeste do País, com candidato a presidente e vice do mesmo partido e da mesma região.

Tab. 1.1 – Sumarização dos resultados das eleições para presidente do Brasil de 1994 a 2014

Partido	1994	1998	2002		2006		2010		2014	
			1º turno	2º turno	1º turno	2º turno	1º turno	2º turno	1º turno	2º turno
PSDB	54,3	53,1	23,2	38,7	41,6	39,2	32,6	41,1	33,5	48,4
PT	27,0	31,7	46,4	61,3	48,6	60,8	46,9	58,9	41,6	51,6
PRONA	7,4	2,1								
PMDB	4,4									
PDT	3,2				2,6					
PPR	2,7									
PPS		11,0	12,0							
PSB			17,9						21,3	
PSOL					6,9		0,8		1,5	
PV		0,3					19,3		0,6	
Outros	1,0	1,9	0,5		0,3		0,4		1,5	
V. Válidos	63.332.154	67.722.475	84.891.284	86.122.715	95.996.733	95.838.220	101.590.153	99.463.645	104.023.802	105.542.273
Branco %	9,2	8,0	7,4	4,1	2,7	1,3	3,1	2,3	3,8	1,7
Nulo %	9,5	10,7	3,0	1,9	5,7	4,7	5,5	4,4	5,8	4,6
Compar.	77.916.676	83.297.773	94.738.131	91.560.726	104.820.459	101.998.221	111.193.747	106.606.214	115.122.883	112.683.879
Abst. %	17,6	21,0	17,7	20,5	16,7	19,0	18,1	21,5	19,4	21,1
Eleitores	94.782.803	106.101.067	111.506.780		125.913.134		135.804.043		142.821.358	

CANDIDATURAS POR ELEIÇÃO	
1994	<p>PSDB – Fernando Henrique Cardoso (vice: Marco Maciel – PFL). Coligação: PSDB/PTB/PFL. PT – Luis Inácio Lula da Silva (vice: Aloísio Mercadante – PT). Coligação: PT/PSTU/PPS/PSB/PV. PRONA – Enéas Carneiro (vice: Roberto Gama – PRONA). Sem coligação. PMDB – Orestes Quêrcia (vice: Iris de Araújo – PMDB). Coligação: PMDB/PSD. PDT – Leonel de Moura Brizola (vice: Darcy Ribeiro – PDT). Sem coligação. PPR – Esperidião Amim Filho (vice: Maria Gardenia – PPR). Sem coligação. Outros partidos com candidato: PSC e PRN.</p>
1998	<p>PSDB – Fernando Henrique Cardoso (vice: Marco Maciel-PFL). Coligação: PSDB/PFL/ PPB/PTB/PSD. PT – Luis Inácio Lula da Silva (vice: Leonel Brizola - PDT). Coligação: PT/PDT/PSB/PCdoB/PCB. PPS – Ciro Gomes (vice: Roberto Freire – PPS). Coligação: PPS/PL/PAN. PRONA – Enéas Carneiro (vice: Irapuã Teixeira – PRONA). Sem coligação. PV – Alfredo Sirkis (vice: Carla Piranda Rabello – PV). Sem coligação. Outros partidos com candidato: PMN, PV, PSTU, PTdoB, PSDC, PTN, PSC e PSN.</p>
2002	<p>PT – Luis Inácio Lula da Silva (vice: José Alencar - PL). Coligação: PT/PL/PMN/ PCB/PCdoB. PSDB – José Serra (vice: Rita Camata - PMDB). Coligação: PSDB/PMDB. PSB – Anthony Garotinho (vice: José Antonio Figueiredo-PSB). Coligação: PSB/PTC/PGT. PPS – Ciro Gomes (vice: Paulo Pereira da Silva – PTB). Coligação: PPS/PTB/PDT/PFL. Outros partidos com candidato PSTU e PCO.</p>
2006	<p>PT – Luis Inácio Lula da Silva (Vice: José Alencar – PRB). Coligação: PT/PRB/PCdoB. PSDB – Geraldo Alckmin (vice: José Jorge – PFL). Coligação: PSDB/PFL/PPS. PSOL – Heloísa Helena (vice: Cesar Benjamin – PSOL). Coligação: PSOL/PCB/PSTU. PDT – Cristóvão Buarque (vice: Jefferson Peres). Sem coligação. Outros partidos com candidato: PRP, PSDC, PSL e PCO.</p>
2010	<p>PT – Dilma Rousseff (vice: Michel Temer - PMDB). Coligação: PT/PMDB/PDT/PCdoB/PSB/PR/PRB/PSC/PTC/PTN. PSDB – José Serra (vice: Índio da Costa – DEM). Coligação: PSDB/DEM/PPS/PMN/PTdoB/PTB. PV – Marina Silva (Guilherme Leal – PV). Sem coligação. PSOL – Plínio de Arruda Sampaio (vice: Hamilton Assis – PSOL) Outros partidos com candidato: PCB, PSTU, PSDC, PRB e PCO.</p>
2014	<p>PT – Dilma Rousseff (vice: Michel Temer – PMDB). Coligação: PT/PMDB/PSD/PP/PR/PDT/PRB/PROS/PCdoB. PSDB – Aécio Neves (vice: Aloysio Nunes – PSDB). Coligação: PSDB/SD/PMN/PEN/PTN/PTC/DEM/PTdoB/PTB. PSB – Marina Silva (vice: Beto Albuquerque – PSB). Coligação: PSB/PPS/PSL/PHS/PPL/PRP. PSOL – Luciana Genro (vice: Jorge Paz). Sem coligação. PV – Eduardo Jorge. (vice: Célia Sacramento). Sem coligação. Outros partidos com candidato: PSC, PSDC, PSTU, PRB, PCB, PCO.</p>

Fonte: Autor, com fontes primárias e secundárias do TSE

A cronologia das eleições entre 1994 e 2014 mostra uma tendência de concentração, seja em candidatos, seja de votos, em poucos partidos grandes, principalmente PSDB e PT (ver Tabela 1;1). O número de partidos efetivos no período gira em torno de 2,5 para as eleições presidenciais brasileiras. Excetuando 2002, quando quatro candidatos ultrapassaram a marca de 10% de votos, em todas as outras cinco eleições houve uma troca entre PSDB e PT nas duas primeiras posições, normalmente acima de 30% de votos no primeiro turno, e um terceiro partido acima de 10%. E todos os demais com percentuais muito baixos de votos.

Analisar os condicionantes do desempenho dos dois grandes partidos brasileiros nas décadas entre 1994 e 2014 é o que se pretende. Este livro é o resultado de um conjunto de textos produzidos para diferentes finalidades a respeito do mesmo tema e durante um estágio de pós-doutorado. Por este motivo, a seguir são apresentados os principais aspectos de cada um dos capítulos.

1.4 – Apresentação dos capítulos

Cap. 2 - Índice de presença eleitoral para PSDB e PT - nas democracias modernas, de massa, com participação universal de eleitores e impactos em diferentes dimensões da vida social, os resultados eleitorais são fenômenos complexos e de difícil apreensão, a partir de uma ou poucas variáveis explicativas isoladas. No caso brasileiro, as explicações passaram das tradicionais comparações entre votos por partidos e cadeiras ou governos obtidos (King, 1990; Fleisher, 2002; Avelar, 2008; Carneiro e Almeida, 2008; Lavareda e Telles, 2011; Guarnieri, 2014) até chegar aos estudos de elites que consideram a dimensão “recrutamento” para explicar a participação dos partidos nos sucessos eleitorais dos

políticos (Marengo dos Santos, 2000; Lemos, 2002; Rodrigues, 2002; Rodrigues, 2006).

Mais recentemente, com a profissionalização das campanhas e massificação das participações, a variável “recursos financeiros” passa a chamar a atenção dos pesquisadores (Samuels, 2002; Speck, 2005; Campos, 2009; Peixoto, 2010; Speck e Mancuso, 2014). Neste capítulo, é apresentada uma medida composta para identificar a presença de partidos políticos em distritos eleitorais para o caso brasileiro, aplicado aos dois principais partidos nacionais do período compreendido entre 1994 e 2014: PSDB e PT. Procura-se entender como se deu o enraizamento desses dois partidos na dimensão mais básica dos distritos eleitorais brasileiros, que são os municípios, durante as duas décadas que eles foram dominantes nas disputas eleitorais nacionais. Trata-se de uma análise da presença no sistema representativo subnacional de partidos relevantes no cenário nacional.

Para tanto, é proposto e testado um indicador composto da participação relativa de cada partido nas eleições por distrito, chamado de Índice de Presença Eleitoral (Ipe). O indicador é formado por três dimensões principais¹: apresentação de candidatos, captação de recursos para as campanhas e desempenho eleitoral. Evidente que cada uma dessas dimensões tem importância relativa para explicar o sucesso eleitoral ou a presença dos partidos nas disputas democráticas, não sendo mais possível pensar em explicações suficientemente amplas a partir de apenas uma das dimensões do processo eleitoral.

Após a Ditadura Militar brasileira, nos anos 1980, houve um período de ajustes até a nova Constituição, em 1988. Assim, o sistema eleitoral e partidário no regime democrático consoli-

dou-se, de fato, a partir dos anos 1990, embora nunca tenham sido interrompidas as eleições diretas para a maioria dos cargos representativos no Brasil – mesmo no período mais restritivo da Ditadura Militar (Samuels, 2001a). A reforma do sistema partidário começa com o fim do bipartidarismo, em 1979, passando pela criação das organizações de representação na Constituição de 1988 e se consolida na Lei de Partidos Políticos de 1995, basicamente estabelecendo condições para um multipartidarismo a partir da livre organização de partidos políticos, desde que sejam de caráter nacional (Braga & Bourdoukan, 2009).

O sistema eleitoral, também com novas configurações a partir da Constituição de 1988, ganha uma lei própria em 1997 e se consolida como um sistema misto, com eleições diretas e concomitantes para todos os cargos representativos em nível local e concomitantes em nível regional e nacional – com efeitos sobre os resultados (Piquet e Schmitt, 1995). No sistema eleitoral misto do Brasil, os cargos Executivos (prefeito, governador e presidente) e de Senador são preenchidos por votação majoritária. Cada partido pode apresentar um candidato por vaga (no caso do Senado, o número de vagas é alternado entre uma e duas por eleição)². Já para cargos legislativos (vereador, deputado estadual e deputado federal), a eleição é pelo sistema proporcional, em que cada partido ou coligação de partidos pode apresentar até duas vezes o número de vagas como candidatos em uma lista pós-ordenada (Calvo, Guarnieri & Limongi, 2015). O eleitor pode optar em votar no partido, quando seu voto é destinado ao conjunto dos candidatos, ou pode votar especificamente em um candidato (Nicolau, 2002).

Ao final, o número de cadeiras para cada partido ou coli-

gação é definido pelo total de votos obtidos na lista e os eleitos são aqueles que tiverem maior número de votos dentro da lista. Os mandatos têm duração de quatro anos, exceto para Senado, que é de oito anos. As eleições são concomitantes para cargos estaduais (governador, senador, deputado federal e estadual) e de presidente da república. Os quatro primeiros cargos formam o sistema de representação subnacional, cujos distritos são os 26 Estados mais o Distrito Federal. Outra dimensão do sistema de representação política subnacional é o município, para o qual são eleitos prefeito e vereadores em eleições concomitantes, dois anos depois, portanto, no meio do mandato de representantes estaduais e de presidente da república. Prefeitos são eleitos pelo sistema majoritário e vereadores por voto proporcional³.

Ao todo, no Brasil, são eleitos em eleições nacionais o presidente e vice-presidente da república, 27 governadores de Estado, 27 ou 54 senadores (dependendo do ano), 513 deputados federais e 1,1 mil deputados estaduais. As eleições municipais, realizadas ao mesmo tempo em todos os 5,6 mil municípios brasileiros, elegem prefeito e vice-prefeito, além de 57 mil vereadores.

Com a aplicação para os municípios, espera-se que o Ipe seja capaz de identificar a importância individual dos partidos nos distritos eleitorais brasileiros por eleição. A unidade de análise para o Ipe é o município, portanto, trata-se de uma medida agregada que serve para medir a presença dos partidos nas disputas locais, regionais e nacionais. São calculados índices para a presença do PT (Partido dos Trabalhadores) e PSDB (Partido da Social-Democracia Brasileira) em eleições de 1994 a 2014 no Brasil.

Usando o Ipe como variável base em testes de médias com variáveis socioeconômicas, discutem-se as seguintes questões: a

presença eleitoral do PT e PSDB varia em função do grau de desenvolvimento econômico ou vulnerabilidade dos municípios? Determinadas regiões geográficas do País estão associadas à maior ou menor presença eleitoral desses partidos? A presença do PSDB na Presidência da República, entre 1994 e 2002, e do PT, entre 2003 a 2014, exerceu algum efeito interveniente sobre o Ipe deles nos municípios?

Cap. 3 – Eleições nacionais e desempenho regional do PSDB e PT – A eleição nacional de 1989, na qual se elegeu apenas presidente da república, é tida como um marco do fim do processo de redemocratização no Brasil (Shidlo, 1990). Pela primeira vez desde 1962, o presidente brasileiro foi eleito pelo voto direto e universal⁴. Naquele ano, 22 partidos apresentaram candidatos a presidente da república. Foram para o segundo turno os candidatos Fernando Collor de Melo (PRN) e Luis Inácio Lula da Silva (PT). Ao final, Collor se elegeu com 53% de votos. No ano seguinte, em 1990, houve nova eleição para governadores de Estado, senador e deputados federais e estaduais. Em 1992, foi a vez das eleições municipais, com novos prefeitos e vereadores⁵.

O processo de impeachment contra o presidente Collor, em 1992, gerou instabilidade e novas alterações nas regras eleitorais. Por este motivo, o paper considera o início do período de estabilidade eleitoral pós-Ditadura Militar a partir da eleição de 1994. Este é o primeiro ano em que há concomitância nas escolhas de presidente da república e todos os quatro cargos estaduais⁶.

É também a partir de 1994 que os partidos políticos ganham os contornos atuais. Três partidos se destacam nos últimos 20 anos. Dois deles com clara estratégia majoritária, PSDB e PT, e o PMDB com uma estratégia de ocupar espaço no parlamento. PSDB e PT

foram os únicos dois partidos que elegeram presidentes da república entre 1994 e 2014 (Carreirão, 2002). Mas, além disso, foram os únicos que apresentaram candidatos em todas as seis eleições presidenciais no período (1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014). O PMDB, que foi o partido que mais elegeu deputados federais na maioria das disputas do período, deu sustentação aos governos do PSDB e a alguns do PT no Congresso Nacional, durante esses 20 anos.

No capítulo, é analisado o comportamento dos partidos no sistema eleitoral ao longo das últimas duas décadas para as eleições nacionais. Para tanto, é dividido em três partes. Na primeira, há uma descrição geral da competição eleitoral no Brasil, com a finalidade de indicar como se dão as competições entre os partidos políticos e qual a taxa de sucesso eleitoral ao longo do tempo. O objetivo específico aqui é verificar semelhanças e diferenças na competição eleitoral entre as regiões do Brasil, ao longo do tempo. Na segunda, são comparados resultados das agremiações por tipo de partido: grande, médio e pequeno. Também se faz uma análise individual do desempenho dos três principais partidos do período nas eleições para todos os quatro cargos em disputa.

O objetivo específico aqui é identificar possíveis mudanças no padrão de desempenho dos partidos ao longo do tempo para os cargos eletivos regionais. Em uma terceira parte, são comparados, apenas para os dois partidos que disputaram eleições presidenciais em todo o período, os desempenhos dos candidatos a presidente com a presença das siglas nas disputas regionais. Para isso, é usado o Índice de Presença Eleitoral (Ipe) do PSDB e do PT por município e eleição. O objetivo aqui é duplo: primeiro, verificar a existência de associação entre desempenho do candidato a presidente e desempenho do partido nas eleições concomitantes

para cargos regionais; o segundo é verificar se a presença do partido no governo federal está associada ao aumento da presença eleitoral do partido nas eleições regionais.

Para fins de análise, considera-se período em que o PSDB esteve no governo as eleições de 1994, 1998 e 2002. Na primeira, embora o presidente fosse Itamar Franco (PTB), o PSDB fazia parte do governo, já que seu candidato, Fernando Henrique Cardoso, era Ministro de Itamar Franco, e o PTB, partido do governo, não lançou candidato próprio, tendo integrado a coligação liderada pelo PSDB. Além disso, o PT era o principal partido identificado como opositor ao governo em 1994. Já as eleições em que o PT disputa como *incumbent* são 2006, 2010 e 2014.

Cap. 4 - Eleições municipais entre 1996 e 2012: fragmentação sem domínio do binômio PSDB-PT - No Brasil as eleições municipais desempenham o papel de disputas intermediárias no sistema político. Os processos de escolha de candidatos, formação de coalizões partidárias, campanhas e resultados para eleição de prefeitos e vereadores são uma prévia para as disputas eleitorais regionais e para presidente da república, que acontecem dois anos depois. O sistema é interligado e os interesses dos partidos e suas lideranças conectam-se tanto horizontal quanto verticalmente. Isso porque o sistema político brasileiro está organizado a partir da representação via partidos nacionais.

Ainda que haja dificuldades para nacionalização dos partidos em um país de dimensões continentais como as do Brasil, a existência de siglas nacionais permite a coexistência de interesses de lideranças locais com a estruturação e manutenção de um sistema multipartidário integrado. Assim, as eleições municipais brasileiras podem ser usadas como Proxy para medir a força eleitoral e a dis-

tribuição geográfica dos partidos políticos, no sistema eleitoral como um todo.

Além disso, dada a particularidade do sistema federativo brasileiro, em que o município é o terceiro ente federado, prefeitos e vereadores têm mais poder institucional do que em outros Países da região. No Brasil, os municípios têm autonomia política e fiscal, sendo responsáveis pelo patrimônio histórico e cultural, além de legislarem com exclusividade em matérias de regulação e uso do solo (Brambor e Ceneviva, 2012). Também são os municípios os principais responsáveis pela execução de políticas públicas de interesse local, em parceria com outros entes federados – Estados e União – nas áreas de saúde, transporte público, assistência social e educação básica. Isso dá a prefeito e vereadores uma importância local que vai além da simples reprodução dos interesses partidários em determinado território.

A autonomia administrativa, a participação como executor em programas de política pública e a iniciativa de gerir recursos próprios conformam uma das possíveis explicações sobre a independência dos militantes locais em relação às estruturas nacionais dos partidos e seus programas, além de gerar condições para maior heterogeneidade de demandas das lideranças locais. Mais recentemente, com o processo de descentralização, os municípios também passaram a ser responsáveis pela implantação, controle e avaliação dos programas sociais de distribuição direta de renda, o principal deles é o Bolsa Família.

O objetivo do capítulo é apresentar análises descritivas sobre o comportamento dos partidos brasileiros nas eleições municipais realizadas nas últimas duas décadas, notadamente as eleições de 1996, 2000, 2004, 2008 e 2012. É nesse período que se encontram

as principais alterações recentes da lei de partidos políticos (Lei 9.096/1995) e lei eleitoral (Lei 9.504/1997), além de estar compreendida nas duas décadas em que PSDB e PT foram partidos dominantes nas eleições para Presidência da República.

As descrições ao longo do tempo são divididas em quatro momentos distintos. No primeiro, são descritas as estatísticas gerais do sistema eleitoral brasileiro no que diz respeito à participação dos partidos nas eleições municipais. São apresentadas as médias de candidato por vaga para prefeito e vereador, o percentual médio de eleitos por partido e o Número Efetivo de Partidos (Nep) para cada uma das cinco eleições do período. Isso permite identificar se há estabilidade ou mudança na concorrência eleitoral. Como o sistema eleitoral brasileiro é misto, a hipótese é de que exista relativa estabilidade na disputa majoritária, para prefeito, e crescimento no número de candidatos/vaga nas eleições proporcionais, para vereador – assim como já identificado para as eleições regionais. Em um segundo momento, as estatísticas descritivas temporais serão analisadas a partir da distribuição geográfica, para identificar se as características gerais da concorrência eleitoral se reproduzem de maneira similar em todas as regiões do País ou se há diferenças entre os territórios.

Na terceira parte, a análise se dará por tipologias de partidos, aqui agregados em três categorias: grandes, médios e pequenos, em função da média de prefeitos e vereadores eleitos no período entre 1996 e 2012. No sistema multipartidário brasileiro, participaram em cada eleição cerca de 30 partidos. Dado o grande número de siglas, faz-se necessário o uso de alguma técnica para agregar as unidades em conjuntos razoavelmente homogêneos. A técnica utilizada foi a transformação a partir do Índice de Nihans em três

grupos, em que o maior tem mais eleitos que o intermediário, que por sua vez está acima do terceiro. As distribuições em categorias mostram que são poucos os partidos que concentram um grande número de eleitos tanto para prefeito quanto para vereador. No entanto, há mudanças importantes ao longo do tempo, com maior participação dos partidos menores em termos de sucesso eleitoral no final do período. Dada a importância de três partidos nas disputas locais e nacionais, as mesmas análises são realizadas considerando apenas os desempenhos de PMDB, PSDB e PT para identificar possíveis diferenças das participações deles em disputas municipais ao longo do tempo.

Por fim, a última parte da análise se centra na presença eleitoral em disputas locais dos dois partidos que se revezaram na Presidência da República no período: PSDB e PT. Para tanto, será usado o Índice de Presença Eleitoral (Ipe). O que se pretende com isso é verificar como se comportaram PSDB e PT em cada uma das eleições municipais ao longo do tempo aqui analisado e também por região do País. Dada a relativa autonomia política e os interesses locais, a hipótese é de que não exista uma associação muito alta entre desempenho municipal e nacional dos dois partidos, e isso pode ser identificado a partir das distribuições regionais das presenças deles nas eleições.

As eleições municipais é um dos temas mais presentes nas análises empíricas da ciência política brasileira, provavelmente porque, mesmo durante a Ditadura Militar, elas foram realizadas com voto direto para escolha de vereadores em todos os municípios e para prefeito na maioria deles. A eleição para prefeito era de forma indireta entre 1965 e 1982, apenas para capitais de Estado e cidades consideradas de segurança nacional. A continuidade das

disputas permitiu o desenvolvimento de pesquisas empíricas.

Um trabalho clássico nessa área é o livro de Reis (1978) *Os partidos e o Regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro*. Nessa publicação, um grupo de politólogos analisa os resultados eleitorais das disputas municipais de 1976 em Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, no segundo principal município de cada Estado, dado que nas capitais não havia eleições diretas. No volume, são analisados os resultados das eleições em Niterói (RJ), Caxias do Sul (RS), Juiz de Fora (MG) e Presidente Prudente (SP). Trata-se de abordagem seminal sobre a organização dos partidos e os processos de decisão de voto ao nível municipal brasileiro.

Como o período de análise aqui é mais recente, centraremos na discussão realizada sobre eleições a partir de 1996. Nesse caso, a literatura divide-se em duas grandes abordagens. A primeira diz respeito à estrutura partidária e ao recrutamento de candidatos por partidos, analisando as características individuais das lideranças recrutadas como candidatas e os perfis de eleitos por partido (Limongi e Mesquita, 2008; Felisbino et al., 2012). Há, dentro desse grupo, pesquisas sobre as dinâmicas das campanhas e organizações de partidos na apresentação de candidatos (Moura e Kornin, 2001; Vilela, 2005; Veiga et al., 2007).

A segunda abordagem trata especificamente do tema mais relevante para as eleições municipais do período, que foi a possibilidade de reeleição de prefeitos a partir de 2000. A emenda constitucional que permite reeleição para cargos Executivos no Brasil é de 1997 e foi aplicada pela primeira vez nas eleições para prefeito em 2000. Essa eleição, além de ser a primeira a permitir reeleição de prefeitos, também foi a primeira em que houve universa-

lização do uso de urnas eletrônicas, aumento da cota de 20% para 30% de mulheres nas listas de candidatos a vereador e mudança no cálculo do cociente eleitoral para vereador, com a exclusão dos votos brancos para o estabelecimento do cociente (Fleisher, 2000). Em 1996, foram eleitos 5.377 mil prefeitos e 58.627 vereadores no Brasil. Em 2012, o número de prefeitos variou pouco, subindo para 5.567 eleitos (+3,4%), enquanto o número total de vereadores caiu para 57.434 (-2,0% de variação entre 1996 e 2012), segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A disputa municipal de 2002 antecede a eleição nacional de troca do PSDB pelo PT na Presidência da República e ela já apresenta alguns sinais de mudanças. A abstenção eleitoral foi de 14,8% em 2000, abaixo dos 17,9% registrados em 1996. Os votos válidos para vereador subiram de 86,4% para 93,9% entre 1996 e 2000 (Fleisher, 2002). Isso indica maior interesse do eleitor por participação naquele momento. Quanto ao desempenho dos partidos, o PT elegeu um prefeito de Capital, Marcelo Deda em Aracajú (Sergipe), e ficou em segundo lugar em outras seis capitais. Ao todo, o Partido dos Trabalhadores elegeu 174 prefeitos em 2000, ultrapassando o número de 111⁷ que tinha alcançado em 1996 (Fleisher, 2002). Também houve crescimento de 51% no total de votos obtidos pelo PT entre as duas eleições.

Porém, em relação a esse dado, Fleisher (2002) chama atenção para o viés causado pela votação de Marta Suplicy para prefeitura de São Paulo, município que é o maior distrito eleitoral do País. Já o PSDB manteve aproximadamente o mesmo desempenho nos dois anos. Em 2000, elegeu prefeitos de quatro capitais e foi para o segundo turno em outras duas. Ao todo, fez 983 prefeitos em 2000, contra 910 eleitos em 1996. Uma característica do desem-

penho do PSDB naquele ano foi a concentração na região Sudeste, responsável por 34,8% dos eleitos. O PMDB também manteve o desempenho eleitoral de 1996 em 2000. Elegeu 1.253 prefeitos, contra 1.288 eleitos na disputa anterior. A principal característica eleitoral do partido nas eleições de 2000 foi a migração de capitais, onde havia fortes redutos eleitorais com eleições de prefeitos e vereadores desde o final do regime militar, para municípios pequenos em regiões isoladas do País (Fleisher, 2002).

O tema reeleição para prefeitos foi muito debatido pela literatura da área no período. Isso porque, no início, as abordagens normativo-prescritivas defendiam que os estímulos institucionais eram muito altos para a manutenção no cargo do candidato à reeleição. A proximidade com eleitores no nível municipal, assim como maior a visualização dos resultados de políticas públicas por parte dos cidadãos favoreceriam o ocupante do cargo. Assim, sob o ponto de vista de um efeito positivo, a possibilidade de reeleição para prefeitos (apenas uma seguida) tenderia a favorecer o voto retrospectivo, com o eleitor ponderando os resultados da atual gestão para decidir se ela deve continuar ou não, o que geraria melhores condições para accountability vertical. Já os críticos defendem que a possibilidade de reeleição fere o princípio da alternância no poder, pois o ocupante do cargo teria muitas vantagens para permanecer nele, além de favorecer o personalismo. Na prática, os efeitos da norma foram menores que os esperados.

Apesar da limitação dos dados disponíveis, Fleisher (2002) encontra que o percentual de reeleitos em relação ao total de prefeituras em 2002 ficou em 55%. Na mesma linha de estudos, Barreto (2009) pesquisa as reeleições de prefeitos em três eleições seguidas, de 2000 a 2008. Ele considera para cada eleição quantos

prefeitos podiam se recandidatar, quantos de fato se recandidatam, quantos vencem e, quando derrotados, quem é o vencedor. Ao final, busca identificar a taxa de renovação eleitoral das prefeituras naquelas três disputas. O autor utiliza variáveis institucionais para explicar o desempenho do candidato à reeleição. Porém, a limitação da pesquisa é que considera apenas 62 grandes municípios brasileiros, incluindo as 26 capitais de Estado. Com isso, todas as conclusões precisam se limitar a esse grupo específico de municípios, não sendo representativo do todo.

Os resultados médios para as três eleições é um percentual em torno de 70% de prefeitos que podem se recandidatar. Destes, 80% o fazem, o que significa aproximadamente 65% do total de prefeitos concorrendo à reeleição, em média, nos grandes municípios. E, desses, cerca de 70% se reelegem, ou seja, cerca de 50% do total dos municípios analisados. Em valores mais precisos, quando Barreto (2009) distribui os eleitos entre prefeitos à reeleição, novos eleitos e retornos (ex-prefeitos que voltam ao cargo depois de um ou mais mandatos fora), os percentuais são de 46% de reeleição, 42% de renovação e 12% de retorno (Barreto, 2002). As principais conclusões são que, quando o prefeito se reelege, pouco importa as características dos adversários, que os ex-prefeitos perdem espaço, pois diminuiu o percentual de eleição deles após a possibilidade de se reeleger e que isso modificou a dinâmica geral das eleições municipais, concentrando poder em grupos políticos locais (Barreto, 2009).

Debatendo com o trabalho de Barreto (2009) e outras pesquisas, Brambor e Ceneviva (2012) estudam a reeleição em todos os municípios brasileiros entre 2000 e 2004. Utilizando técnicas de regressão descontínua para controlar o efeito de incumbência

do cargo, eles encontram um efeito negativo de ser prefeito para a eleição em que disputa a manutenção no cargo. Ou seja, candidatos que disputam a prefeitura no cargo têm desvantagem em relação ao seu desempenho anterior, antes de se eleger. A proporção de prefeitos que perdem a eleição gira em torno de 30% a 50%, no período.

Com esses resultados, Brambor e Ceneviva (2012) concluem que a incumbência é um problema para os votos. A limitação é que os testes levam em conta as proporções de votos obtidas e não o sucesso ou insucesso eleitoral. Ainda assim, eles mostram que o risco de continuísmo em prefeituras gerado pela possibilidade de reeleição não é tão alto como esperado. Nos termos utilizados por eles, prefeitos que participaram de campanha no cargo sofreram “corrosão” dos votos. Esses trabalhos empíricos permitiram relativizar os efeitos positivos para *incumbents* como maior exposição à mídia, facilidade para obter financiamento de campanha, disponibilidade de recursos governamentais para mobilizar eleitores e capacidade para dissuadir oponentes (Brambor e Ceneviva, 2012).

A outra face desses possíveis efeitos positivos é maior possibilidade de envolvimento em escândalos públicos e maior limitação política local por embate com partidos de oposição, que são típicos geradores de desgaste político daqueles que estão no governo. Comparando as votações de candidatos a prefeito antes e depois de serem eleitos, Titiunik (2009) também encontra efeito negativo do cargo de prefeito para os candidatos à reeleição. Em média, esse efeito gira em torno de 20% de perda de votos quando se é prefeito, comparado ao desempenho anterior a ocupar o cargo.

Não há consenso sobre os efeitos da reeleição para manutenção de grupos políticos no poder em municípios, assim como

também não existem evidências sobre o aumento do personalismo, de um lado, ou o crescimento de uma cultura de accountability, de outro, por parte dos prefeitos que se candidatam à reeleição. O fato é que cerca de metade dos municípios tem novos prefeitos a cada eleição e aproximadamente a mesma proporção de candidatos à reeleição não é bem-sucedida.

Em uma abordagem distinta, Braga e Speck (2014) tratam da relação entre partidos e desempenho eleitoral em disputas municipais no Estado de São Paulo, em 2012. Aplicando regressões logísticas, eles medem a diferença do desempenho entre candidatos que disputaram eleições locais consecutivas pelo mesmo partido ou por partidos distintos. O objetivo dos autores é verificar se a fidelidade partidária apresenta algum efeito agregado sobre o desempenho eleitoral dos candidatos. Concluem que há uma lógica própria das disputas locais e que o sucesso eleitoral também está associado à carreira, mesmo em eleições municipais. Mais de 70% dos candidatos analisados nesse estudo mantiveram-se no mesmo partido em duas eleições consecutivas e aqueles que já foram prefeito ou deputado anteriormente têm mais chance de eleição.

Em outro trabalho que analisa o papel dos partidos nas eleições municipais, Krause et al. (2008) estudam a relação entre o surgimento de novas forças políticas e as organizações partidárias em eleições locais. A partir de uma série temporal que considera os seis principais partidos, analisam o desempenho das seis principais siglas entre os anos 1990 e início dos 2000.

Uma das conclusões do trabalho é que, para além das mudanças ao longo do tempo, também é possível encontrar permanências na forma de especializações regionais de algumas siglas.

Por exemplo, o PSB é um partido que, em eleições locais, se localiza principalmente na região Nordeste do País. As análises realizadas mais adiante neste trabalho reforçam, para o PSDB e PT, os “achados” de Krause et al. (2008) para a especialização regional dos partidos em eleições locais.

A literatura sobre eleições municipais no Brasil é ampla e nas últimas décadas tem se organizado em torno das grandes questões sobre o papel dos partidos nas disputas e a influência das regras e instituições para o sucesso dos candidatos e partidos. Aqui, apresentaremos as principais características do sistema nas últimas duas décadas, aplicadas aos partidos e por regiões. Já vimos que o número de cargos disputados se manteve estável entre 1996 e 2012, oscilando com mais 3% de prefeitos e menos 2% de vagas para vereadores. Queremos saber quais as características da concorrência eleitoral no Brasil e por regiões no período? Que manutenções ou mudanças podem ser identificadas no sistema em relação à concorrência dos partidos aos cargos municipais?

Cap. 5 – Análise de trajetória para comparar efeitos sobre o desempenho dos partidos – A literatura que trata das eleições presidenciais no Brasil tem se desenvolvido muito nas últimas décadas, porém, de maneira desigual nos desenhos de pesquisa. Há praticamente uma exclusividade de estudos sincrônicos, que analisam associações, explicações, causas e efeitos em um mesmo momento do tempo – o ano eleitoral – ou a partir de comparações sincrônicas, entre momentos eleitorais distintos. Além disso, a maior parte dos trabalhos trata das eleições a partir da análise dos processos de decisão de voto do eleitor, usando-o como unidade de análise. Essa explicação microsociológica é adequada para medir o impacto individual de variáveis explica-

tivas políticas e as sócio-demográficas, porém, deixa uma lacuna no que diz respeito aos padrões de explicação macrossociológica, não relacionados à explicação da decisão de voto, mas, sim, ao desempenho eleitoral dos partidos.

O objetivo do capítulo é fazer uma análise empírica diacrônica dos resultados eleitorais para presidente dos partidos PSDB e PT nas seis eleições entre 1994 e 2014. A análise diacrônica leva em conta os efeitos diretos de variáveis explicativas sobre um fenômeno e também os efeitos indiretos, aqueles que são percebidos a partir do efeito de uma terceira variável. Isso é importante para explicações de fenômenos eleitorais que estão associados em diferentes momentos do tempo. Para tanto, utilizamos a técnica de análise de trajetória para os testes dos efeitos totais, decompostos em diretos e indiretos. Além disso, o desenho de pesquisa proposto utiliza como unidade de análise não o eleitor, mas o município. Portanto, trata-se de uma análise macrossociológica sobre o desempenho eleitoral dos dois partidos nos municípios brasileiros. Isso limita o escopo de variáveis com dados disponíveis para todos os 5,6 mil municípios do País, nas seis eleições que integram a pesquisa.

O capítulo filia-se aos estudos que utilizam variáveis socioeconômicas e políticas para explicar o voto ou o desempenho eleitoral no Brasil. Nas últimas décadas, tem crescido o número de pesquisas empíricas nessa área. Aqui, utilizamos como variáveis socioeconômicas para explicar o voto a variável econômica Produto Interno Bruto (PIB) percapta municipal, medido em dois momentos do período de análise, 1999 e 2009. Nos modelos para explicar o voto nas três primeiras eleições é usado o PIBpercapta de 1999, e nas três seguintes o de 2009. A segunda variável socioeconômica utilizada é um índice proposto pelo Instituto de Pesquisas Eco-

nômicas Aplicadas (Ipea), chamado de Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), também medido em dois momentos do tempo: 2000 e 2010. Para as três primeiras eleições, é usado o IVS de 2000 e para as demais, o de 2010.

A estas, acrescentam-se três variáveis políticas. A primeira é o voto para presidente na eleição anterior, que tem por objetivo medir o efeito da “memória” do desempenho eleitoral do partido no município. A segunda é o Índice de Presença Eleitoral (Ipe). São usados dois Ipes em cada modelo. É inserido o Ipe do partido na eleição municipal imediatamente anterior à de presidente e, por último, o Ipe de cada partido nas eleições subnacionais (governador, senador, deputado federal e estadual). Esta última é usada no modelo de análise de trajetória como variável moderadora, ou seja, através dela são moderados os efeitos de todas as outras variáveis explicativas para o voto a presidente no PSDB e PT. A hipótese é a de que, mesmo sendo moderadas pela variável de desempenho eleitoral no sistema subnacional, há variações dos efeitos políticos e socioeconômicos sobre o voto a presidente e essas variações não são explicadas pelo partido em si, mas pela posição que ele ocupa no momento da eleição: ser do governo ou da oposição.

Em comum entre todos os estudos nesta área é a consideração da centralidade dos partidos políticos na organização das preferências eleitorais ou decisão de voto. Para Kinzo (2004), partidos e eleições são diretamente relacionados em sistemas representativos democráticos. A função dos partidos é organizar as preferências sociais, de modo a servirem como meio para dar expressão a demandas públicas e permitirem a contestação pacífica onde há discordância de opiniões. Já as eleições permitem a alternância de poder em regimes democráticos, representação

da diversidade social em diferentes esferas políticas, e garante a responsividade de governos que atuam em resposta a demandas da sociedade, em busca da manutenção das preferências dos eleitores (Kinzo, 2004). Em uma descrição da presença dos partidos políticos brasileiros na Câmara dos Deputados entre 1992 e 2002, a autora indica que, em paralelo ao contexto de crises econômicas dos anos 1990, houve variação na representação partidária no Congresso. No período analisado, o PMDB perdeu espaço, enquanto o PT cresceu significativamente e o PSDB apresentou um crescimento moderado (Kinzo, 2004).

Em trabalho complementar publicado no mesmo ano, Carreirão e Kinzo (2004) descrevem a evolução da preferência partidária do eleitor brasileiro no período entre 1989 e 2002, logo após a redemocratização. Os autores utilizam as respostas a dezenas de pesquisas de opinião realizadas no período por considerar que a identificação partidária pode influenciar a percepção dos eleitores a respeito da realidade política e econômica, gerando predisposições a julgamentos no processo de decisão eleitoral. De acordo com os dados apresentados por eles, o percentual de eleitores brasileiros que diziam ter simpatia por algum partido político manteve-se estável no período, variando em torno de 40%. Ao analisarem as preferências dos partidos, eles identificam uma queda na simpatia pelo PMDB, que passa de 19% a 8% entre 1989 e 2002, um aumento da simpatia pelo PT, que vai de 12% a 21% e também um crescimento do PSDB, que passa de 1% para 4% (Carreirão e Kinzo, 2004).

Quando comparam a ideologia declarada por preferência partidária e voto, os pesquisadores descobrem alta associação entre as duas variáveis. No entanto, é preciso ter cuidado na interpretação desses resultados. A análise de dados de preferência partidária

mostra que eleitores fortemente identificados a um partido tendem a votar nos candidatos desta sigla. Trata-se de explicação sobre processo de decisão de voto e não de resultado eleitoral. Tanto assim que o PSDB, com apenas 4% de preferência em 2002, já tinha conseguido eleger presidente da república em 1994 e 1998, com maioria de votos no primeiro turno.

Sobre identificação ideológica e voto para presidente, Carreirão (2002) já havia testado a associação, discutindo com a literatura que aborda diretamente a relação entre ideologia e voto. Os resultados mostram que, para o eleitorado em geral, a associação de ordem zero é baixa, porém, os testes de correlação entre ideologia e voto controlados pela escolaridade do eleitor apresentam resultados distintos. Quanto maior a escolaridade do eleitor, mais associado está o voto e a ideologia. A partir dos resultados, Carreirão (2002) aplica o conceito de eleitor menos exigente, que vota pela imagem do candidato, e eleitor consistente ideologicamente, que analisa aspectos mais complexos da política antes de definir seu voto. Assim, a relação entre ideologia, preferência partidária e voto para presidente passaria pela capacidade de interpretação das diferenças entre esquerda/direita e liberal/conservador, e esta capacidade seria explicada pelo nível de escolaridade formal.

A partir de 2002, com a eleição do PT para Presidência da República, os estudos sobre decisão de voto incorporam variáveis socioeconômicas nas análises, principalmente para testar os efeitos da política de distribuição de renda Bolsa Família sobre o voto no candidato do PT. Para a eleição de 2006, Licio et al. (2009) utilizam dados do survey barômetro das Américas, do Latin American Public Opinion Project (Lapop), de 2008, para relacionar o voto na reeleição de Lula, em 2006, com o fato de ser beneficiário do Bolsa

Família. Usando testes de regressão multivariada, que incluem, no mesmo modelo, as variáveis socioeconômicas e as políticas individuais, os resultados mostram que, para o voto em Lula em 2006, a variável com maior efeito foi preferência partidária pelo PT, como já identificado em trabalhos anteriores.

Em seguida, aparece o efeito de ser beneficiário do Bolsa Família. Os coeficientes negativos mais fortes, ou seja, características menos associadas ao voto no PT em 2006, foram a avaliação de que a corrupção é o maior problema do País e a escolaridade do eleitor. Quanto mais escolarizado, menor a chance de votar no PT (Licio et al., 2009). Ou seja, do ponto de vista do processo de decisão individual, a consistência ideológica do eleitor foi mais forte para definir o voto em favor do PT, em 2006, do que o programa Bolsa Família.

No entanto, isso não explica o resultado favorável ao PT, pois o percentual de eleitores consistentemente favoráveis ao PT não seria suficiente para garantir a reeleição do presidente. Os efeitos do programa Bolsa Família tiveram papel importante naquela eleição e foram favoráveis à manutenção do governo de então. Tanto assim que, de maneira complementar, Rennó (2007) analisa o efeito dos escândalos de corrupção no primeiro governo Lula, principalmente o conhecido por “mensalão” para explicar o voto de 2006. O autor usa resultados de pesquisas do ESEB de 2002 e 2006 para concluir que os eleitores que consideravam a corrupção o maior problema do país não votaram em Lula em 2006, embora esse impacto tenha ficado abaixo de outros no primeiro turno. A principal explicação para o voto em Lula identificado nos testes realizados pelo autor foi avaliação de governo (Rennó, 2007).

Já entre os grupos de trabalhos empíricos com dados agre-

gados sobre os efeitos do programa Bolsa Família no voto de 2006 para presidente, Abensur et al. (2007) agregam as proporções de voto no PT por Estado brasileiro e utilizam esta informação como variável dependente em um modelo econométrico com uso de regressão beta, por entenderem ser a mais adequada para o tratamento de médias de proporções. As variáveis explicativas são região do País, renda domiciliar média no Estado, índice de desigualdade Gini no Estado, densidade demográfica, mortalidade infantil, taxa de analfabetismo e proporção de famílias beneficiadas pelo programa Bolsa Família. O texto apresenta algumas limitações, como, por exemplo, não tratar dos efeitos de possíveis colinearidades entre as variáveis inseridas no modelo (mortalidade infantil e índice de Gini). Também não insere nenhuma variável explicativa política, o que torna os resultados parciais, por falta de controle sobre o desempenho partidário nos Estados.

Por fim, trata-se de análise sincrônica, que desconsidera as sequências de efeitos no tempo. Os testes mostram relação entre voto em Lula e proporção de famílias beneficiadas pelo programa Bolsa Família no Estado, porém, com três unidades da federação com comportamentos atípicos: Roraima, Amapá e Rio de Janeiro (Abensur et al., 2007). É possível pensar que variáveis políticas nesses Estados seriam capazes de explicar as variações do desempenho de Lula neles em relação ao modelo estimado.

Em um desenho de pesquisa que tenta superar os limites das análises sincrônicas, Peixoto e Rennó (2011) testam a influência da ascensão social do eleitor sobre o voto para presidente do PT, em 2010. Os autores usam variáveis políticas, econômicas e sociais, acrescentando a mobilidade social captada a partir de respostas a questionários do ESEB de 2002, 2006 e 2010 para explicar o voto

em Dilma Rousseff. As variáveis explicativas para o voto no modelo proposto pelos autores são: avaliação do governo Lula, preferência partidária pelo PT e ser ou não beneficiário do programa Bolsa Família.

Apesar de não usarem técnicas de análise de trajetória, Peixoto e Rennó (2011) inserem um fator de trajetória no modelo, que é a mobilidade social do eleitor. Eles defendem que os eleitores que ascenderam socialmente entre 2002 e 2010 tenderam a avaliar o cenário econômico de forma mais positiva e, por consequência, ter um voto favorável à manutenção do governo. O problema é que, ao não usar a decomposição dos efeitos em direto e indireto, a mobilidade social foi incorporada no modelo como mais uma variável explicativa apenas e não como mediadora dos efeitos das outras variáveis independentes.

Os resultados dos testes mostram que as principais explicações para o voto em Dilma Rousseff em 2010 foram ter votado no PT para presidente em 2006, ter preferência partidária pelo PT e avaliar positivamente o governo Lula. Em seguida, vem o fator mobilidade ascendente com voto em PT e mobilidade social descendente com voto em candidatos de oposição (Peixoto e Rennó, 2011). Porém, como a variável mobilidade foi usada como explicativa, é possível que seu efeito total esteja subestimado nos resultados apresentados no trabalho. O ideal seria decompor os efeitos diretos e indiretos das demais variáveis a partir da mediação da mobilidade social, usando técnicas de análise de trajetória. Como se pretende fazer neste capítulo.

Cap. 6 – Geografia e desempenho eleitoral de PSDB e PT entre 1994 e 2014 – Com o desenvolvimento de técnicas específicas de análise e produção de bases de dados cartográficas a

partir dos anos 1970, a geografia política como método de análise de fenômenos eleitorais passa a ser mais difundida, ainda que exista há mais de um século. Aqui, analisamos o desempenho eleitoral do PT e PSDB, únicos dois partidos a disputarem todas as eleições nacionais pós-ditadura militar no Brasil nas eleições presidenciais.

A proposta é usar três conjuntos distintos de análises para a explicação dos resultados eleitorais. O primeiro inclui a utilização de variáveis explicativas para identificar o impacto dos contextos econômico, social e político nas votações para presidente. O segundo é a integração de técnicas de regressão geográfica e de formação de clusters regionais para descrever o desempenho do PT e PSDB em eleições para presidente. Por fim, o terceiro é a visualização de mudanças e manutenções no tempo, pois são incluídos os resultados de seis eleições (1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014) nacionais para a explicação do desempenho eleitoral dos partidos que se revezaram na Presidência da República e na oposição durante o período.

As propostas de análise integradas entre geografia e contexto eleitoral são antigas. Em 1948, o sociólogo norte-americano Joseph Campbell propôs um conjunto de variáveis políticas e econômicas para explicar o desempenho dos partidos em disputas presidenciais nos Estados Unidos (Gelman & King, 1993). Esta foi uma das primeiras propostas de estudo com o uso de variáveis contextuais entre diferentes distritos eleitorais, ainda que ele não tenha usado técnicas específicas de medição da associação espacial ou de correlações entre variáveis explicativas (contextuais) localizadas geograficamente. Um ano depois, V. O Key (1979) publica resultados de estudos sobre decisão de voto em cidades norte-americanas, nos quais introduz o conceito de “efeito de vizinhan-

ça” para demonstrar a influência que diálogos sobre os candidatos entre eleitores de uma mesma região têm sobre a decisão do voto.

Ao explorar o uso da geografia eleitoral em escala mundial, comparando países como unidades territoriais, Trigal e Pozo (1999) mostram que a geografia eleitoral quantitativa centra-se em três linhas distintas de trabalho, que vão da mais simples à mais complexa. Em primeiro lugar, aparecem os estudos que usam mapas para explicar a distribuição de votos em áreas distintas. Em seguida, estão os trabalhos com fatores espaciais, aliados a explicações contextuais, chamadas de efeito de vizinhança, como adicionais para explicar o voto.

Por fim, aparecem pesquisas que estabelecem limites políticos dos distritos eleitorais que dão origem à representação política. Este objetivo é mais comum em países com sistemas majoritários uninominais. No capítulo, usaremos variáveis contextuais de três dimensões distintas para identificar, de forma agregada, o efeito de vizinhança em diferentes momentos do tempo sobre os votos para presidente no Brasil.

O objetivo do capítulo é integrar variáveis contextuais na análise geográfica do desempenho eleitoral do PT e PSDB em eleições presidenciais entre 1994 e 2014⁸. Trata-se de um estudo de resultados eleitorais agregados e a unidade de análise são os 5,6 mil municípios brasileiros existentes no período. A variável dependente é a proporção de votos obtidos pelo PT e PSDB para presidente da república em cada uma das seis eleições nacionais realizadas nas duas décadas entre 1994 e 2014.

As variáveis contextuais ou explicativas utilizadas são de três dimensões. A primeira é econômica e indica o PIBpercapta do município. A segunda é social, a partir do uso de um índice proposto

pelo Ipea (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas) para medir o grau de desenvolvimento social dos municípios, chamado Índice de Vulnerabilidade Social (IVS). O terceiro é um índice construído para medir a presença dos partidos em eleições regionais no nível municipal, o Índice de Presença Eleitoral (Ipe). Essas três variáveis são usadas para, em um primeiro momento, identificar a força explicativa delas para as variações de votos nos candidatos a presidente dos dois partidos, e, em um segundo momento, são usadas técnicas de regressão geoespacial com as variáveis contextuais para medir o impacto dessas três dimensões na variação geográfica dos votos no PT e PSDB em eleições presidenciais.

Considerando os resultados de pesquisas já desenvolvidas sobre o voto para presidente no Brasil, a proposta do capítulo é reunir os dois conjuntos de explicações (variáveis contextuais e variáveis geográficas) em análise de votação para presidente. As questões que se apresentam são: Como o desempenho eleitoral dos partidos em regiões do País é controlado por variáveis contextuais? É possível identificar algum processo de nacionalização dos partidos que disputaram todas as eleições presidenciais entre 1994 e 2014? O desempenho em eleições regionais dos partidos está geograficamente associado ao desempenho dos mesmos nas disputas nacionais?

A hipótese de trabalho é que não existe um padrão geográfico fixo de desempenho dos partidos ao longo do tempo. Isso porque, em áreas com maior dependência de políticas públicas (mais pobres e mais vulneráveis socialmente), tendem a votar mais no partido *incumbent*, enquanto municípios mais desenvolvidos e que dependem menos do poder público tendem a votar no partido *challenger*. Como o PSDB foi *incumbent* nas três primeiras eleições

e o PT nas três últimas, é possível que eles tenham mudado as regiões com melhor desempenho eleitoral se houver relação de dependência geográfica com o desenvolvimento econômico e social dos municípios. Em complemento, a associação espacial dos votos para presidente e a presença dos partidos em disputas regionais deve ser baixa.

Na democracia multipartidária brasileira, o desempenho em eleições nacionais não depende apenas dos resultados diretos de desempenho do governo nacional. Existe um viés de responsividade eleitoral, identificado por King (1990), nessas condições que considera o desempenho dos partidos para o legislativo e o desempenho em eleições regionais para explicar o sucesso eleitoral em disputas nacionais. Isso porque os sistemas de representação política são fundados tanto na representação local quanto na nacional.

No caso brasileiro, cujas eleições regionais e a nacional são concomitantes, com campanhas ocorrendo ao mesmo tempo e realizadas em conjunto, esse viés de apoio regional tende a ser ainda mais forte. Assim, partidos que conseguem fazer a integração entre a política regional e a nacional apresentam melhores condições para desempenhos positivos em disputas presidenciais. Por outro lado, é possível que um partido com candidato carismático e personalista consiga deslocar o desempenho na disputa nacional da presença do partido nas eleições regionais. Nesse caso, não haveria necessidade de nacionalização de um partido para que ele conseguisse ser bem-sucedido em uma disputa presidencial.

Assim, há duas teses concorrentes. Uma é a de que os partidos estruturados politicamente nos estados conseguem replicar o bom desempenho nas disputas nacionais e, portanto, dependem menos de líderes personalistas. Nesse caso, haveria uma coincidên-

cia no desempenho dos partidos para presidência, para o Congresso Nacional e proporcionalmente nas disputas subnacionais. A outra é que os partidos apresentam desempenhos eleitorais distintos em eleições para presidente e nas disputas regionais. Nesse caso, a especialização do partido em eleições nacionais majoritárias seria independente da estruturação regional do mesmo.

Estudos eleitorais podem ser desenvolvidos em três escalas. A primeira, em nível macro, reúne análises de resultados nacionais, considerando percentuais dos votos totais, percentuais de vagas no Congresso por partido ou coalizão e assim por diante. A segunda escala analisa os resultados eleitorais a partir de subunidades nacionais, normalmente a partir do desempenho dos partidos em diferentes distritos eleitorais, relacionando os resultados com características particulares dessas regiões. A terceira escala se dá na análise individual, micro, para descrever os processos decisórios dos eleitores ou as escolhas dos agentes políticos (Johnston, 1983).

Este trabalho filia-se à segunda, a de análise geográfica a partir do desempenho eleitoral em subunidades, os distritos eleitorais em nível municipal. Este é o principal interesse da geografia eleitoral, pois permite a exploração e descrição de padrões de voto agregado por unidades espaciais. Segundo Johnston (1983), um ganho adicional da geografia eleitoral se dá quando se analisam resultados espaciais ao longo do tempo, pois permite obter não apenas os padrões de voto estáticos, mas também as possíveis alterações em diferentes momentos temporais. Além da análise da distribuição geográfica no sistema subnacional, analisaremos os resultados de seis eleições presidenciais, que cobrem um período de 20 anos, entre 1994 e 2014, no Brasil, para identificar mudanças e manutenções dos padrões de desempenho dos partidos.

O fato de não analisar a decisão de voto individual não significa que não seja possível tratar das decisões dos eleitores, pois os padrões agregados nos distritos não são contraditórios às mudanças individuais de decisão do eleitor. Johnston (1983) defende que é possível considerar, ao mesmo tempo, a variação individual das decisões e a estabilidade geográfica dos resultados agregados com a aplicação do conceito de oscilação uniforme (*swimming uniform*). Ele defende que a maior parte das oscilações de decisões individuais pode ser anulada mutuamente – o que mantém a estabilidade dos resultados na escala agregada. As diferenças de todos os fluxos, inclusive abstenção, é o volume líquido de mudança partidária e a mudança líquida é consistente ao longo do tempo (Johnston, 1983). Assim, não há incompatibilidade entre resultados eleitorais agregados, em nível macro, com as oscilações no nível micro. Isso vale tanto para sistemas bipartidários quanto para os multipartidários.

De maneira distinta, Butler e Stokes (1974) utilizam o conceito de oscilação uniforme para defender a hipótese do efeito de vizinhança para a variação nas decisões eleitorais. De acordo com essa hipótese, as decisões de voto das pessoas são influenciadas pela força das opiniões daqueles que fazem parte do seu ambiente mais próximo, portanto, sendo explicadas por características geográficas. Nosso objetivo é identificar padrões de votação regional a partir dos distritos eleitorais municipais brasileiros. Além disso, relacionar padrões agregados de votação com características sócio-demográficas regionais e buscar explicações para possíveis mudanças nesses padrões, ao longo do tempo. Esse tipo de análise pode ser usado como uma primeira aproximação para pesquisas mais detalhadas sobre explicações para variações individuais em áreas

ou com características sócio-demográficas específicas (Johnston, 1983).

Em estudo mais recente, Johnston et al. (1997) analisam o comportamento dos eleitores britânicos a partir da composição social dos distritos eleitorais. Eles utilizam variáveis sociais para explicar o comportamento agregado no espaço. A discussão é sobre a capacidade explicativa das clivagens tradicionais: cultura dominante/cultura não-dominante e secularização/cultura religiosa. Agregam a elas outras duas mais recentes: urbano/rural e classe burguesa/classe trabalhadora. A partir do final dos anos 1970, essas categorias perdem capacidade explicativa e Dunleavy (1979) as substitui por uma abordagem de setores de consumo, que são localizações geográficas e sociais não definidas apenas pelas classes ocupacionais. Os eleitores são classificados em áreas por posição na divisão do trabalho e pelo grau de dependência de políticas públicas estatais para emprego ou consumo de itens importantes, como educação, saúde, transporte ou habitação. Para ele, essas duas dimensões explicam as clivagens geográficas para formação de identidades coletivas mobilizadas pelos partidos em campanhas eleitorais. A dimensão geográfica ganha importância nesse período, quando se começa a considerar a interação entre eleitores para explicar a decisão de voto.

Segundo essa abordagem, a opinião dominante em uma região tende a ganhar convertidos oriundos dos grupos minoritários. Miller (1977) resumiu a abordagem com a seguinte frase: “pessoas que conversam juntas, votam juntas⁹”. A proximidade geográfica está presente nas explicações que consideram a interação entre indivíduos como central para a decisão de voto. Quando se consideram os resultados eleitorais no espaço, controlados por ca-

racterísticas sociodemográficas das regiões, os resultados são mais precisos.

A partir desse período, passou-se a considerar, nos estudos de geografia eleitoral, os chamados fatores contextuais. Quando aliado às características composicionais, o contexto agrega laços sociais a laços espaciais para explicar as variações dos votos geograficamente. Isso pode ser feito no nível micro – quando considera as características dos eleitores – ou no nível macro – quando inclui informações demográficas agregadas por área para a explicação. Aqui, usaremos variáveis agregadas que identificam a presença dos partidos, o desenvolvimento econômico e a vulnerabilidade social de cada município, como fatores contextuais para o desempenho dos candidatos a presidente.

Sobre as estratégias racionais dos partidos políticos, Potter & Olivella (2015) defendem que raramente os partidos que disputam eleições nacionais, em muitos distritos, optam por buscar votos de maneira difusa, em diferentes regiões. É mais racional concentrar forças políticas em determinadas regiões, onde há melhores condições de disputa eleitoral. Esse estudo discute com a literatura sobre nacionalização dos partidos, dadas as condições específicas de disputas eleitorais para presidente no Brasil. Trata-se de um sistema multipartidário, com eleição presidencial em distrito único (o país) concomitante a eleições regionais, para cargos no sistema nacional. As coalizões de partidos para dar sustentação a candidatos presidenciais, com espaço para diferentes partidos com forças regionais, dificultam as estratégias de nacionalização de partidos no Brasil – em especial daqueles que estão no governo ou têm candidatos eleitoralmente viáveis.

Para Potter & Olivella (2015), a geografia pode ser conside-

rada determinante e mediadora ao mesmo tempo para as análises de nacionalização partidária. Por um lado, a proximidade entre os distritos permite aos partidos um melhor uso de recursos e ganhos de escala em estrutura de campanha. Assim, por exemplo, uma boa posição em um município é estímulo para o partido investir em ampliação da sua presença no município vizinho. A geografia também é mediadora, pois a proximidade entre distritos eleitorais amplia os efeitos de variáveis não geográficas, como ideológicas e sociodemográficas, estimulando a transferência da força de um partido de um distrito eleitoral para seu vizinho, com mesmas características sociodemográficas (Potter & Olivella, 2015).

Isso é o que os autores chamam de “efeito aditivo” da geografia. Partidos próximos aos eleitores, permanentemente em contato ou com ações localizadas regionalmente (para além do número de filiados por distrito) tendem a melhores resultados no dia da votação. Essa é uma vantagem que o partido *incumbent* tem nas eleições em distritos que dependem mais de políticas públicas – normalmente mais pobres e menos desenvolvidos. O partido está permanentemente em contato com os eleitores e isso lhe dará vantagem em relação aos opositores. O contrário se daria em distritos mais desenvolvidos e que dependem menos de políticas públicas.

As variáveis sociodemográficas mais explicativas para a presença de partidos em distritos eleitorais, segundo Potter & Olivella (2015), são renda média, nível de educação e divisão rural-urbano. De acordo com essa abordagem, a nacionalização ou não dos partidos está relacionada às decisões racionais de ganho de escala em disputas eleitorais. Assim, em democracias de massa, em países grandes e com grande diversidade sócio-demográfica, como a

brasileira, a nacionalização dos partidos é mais difícil de acontecer e, devido aos estímulos dirigidos a segmentos do eleitorado atendidos mais diretamente por políticas públicas, a tendência é de regionalização do desempenho eleitoral do partido *incumbent*.

Normalmente, as análises geográficas têm o objetivo de identificar os padrões gerais de distribuição do voto. Mas esta não é a única meta que pode ser cumprida pelo uso da técnica. Em artigo seminal, Morril, Knoop e Brown (2007) utilizam técnicas geográficas para analisar o que chamam de “distritos anômalos” nas eleições de 2000 e 2004 para presidente dos Estados Unidos. Ao estudar regiões com resultados distintos dos esperados, eles discutem a capacidade explicativa das teses de padrões gerais de eleitores. No estudo, os autores partem do princípio de que os eleitores norte-americanos estão divididos entre cultura tradicional – em regiões não metropolitanas, como predominantemente republicanos – e cultura moderna – em regiões metropolitanas, como democratas. Porém, há distritos metropolitanos em que o partido republicano tem mais votos e áreas do interior onde os democratas predominam. Eles identificam até 20% dos condados (unidade de análise usada) como anômalos, o que significa que a visão tradicional de que o eleitor norte-americano pode ter suas opções políticas antecipadas em função de suas características culturais e de região de localização não é totalmente válida (Morril, Knoop e Brown, 2007).

Quando começam a analisar em detalhes os “condados anômalos”, as explicações mais constantes para as anomalias são as migrações do campo para cidade, que insere em um curto período de tempo volume grande de eleitores com cultura tradicional, em áreas metropolitanas, e isso pode favorecer o voto

conservador. Por outro lado, novos temas inseridos no debate público de áreas rurais do interior do País, tais como preservação do meio ambiente, são mobilizados como explicação para o voto no partido democrata, no interior majoritariamente agrário do País. A consideração de processos migratórios inter-regionais nas últimas décadas no Brasil e temas presentes em regiões específicas do país devem ser mobilizados para explicar possíveis comportamentos “anômalos” em eleições para presidente.

A respeito do uso de geografia eleitoral para medir o voto de oposição, Perdomo (2007) estuda a distribuição geográfica das opiniões de cidadãos da Cidade do México, em uma consulta popular sobre as alterações nas regras de urbanização do município. Os resultados mostram que moradores mais ricos e de áreas mais distantes tenderam a votar contra. Já os habitantes de regiões periféricas carentes, onde a alteração teria efeito direto, foram mais favoráveis. Revela como o uso de variáveis contextuais, como classe social e interesse direto nos resultados, tornam as explicações geográficas mais ricas.

No Brasil, as análises geográficas do voto têm se multiplicado nos últimos anos. Mais recentemente, muitos trabalhos têm utilizado variáveis contextuais para controlar as variações geográficas do voto no governo, principalmente ao incorporarem informações sobre o programa Bolsa Família nas explicações. Com isso, os estudos pretendem, por um lado, medir a identificação partidária tradicional ao próprio PT, e, por outro, centrar atenção nos benefícios das políticas públicas de distribuição de renda como ponto de partida para resultados eleitorais (Guarnieri, 2014; Kerkauy, 2011; Marzagão, 2013; Nicolau, 2014; Peixoto & Rennó, 2011; Rennó & Cabello, 2010; Soares; Terron, 2008;

Terron; Soares, 2010).

Na última década, boa parte dos trabalhos de politólogos brasileiros na área teve como objeto o efeito do programa de distribuição de renda, Bolsa Família, sobre as votações para presidente da república. Por exemplo, nessa linha, Soares e Terron (2008) estudam a distribuição geográfica dos votos em Lula em 2006 e concluem que há mudança no padrão de votação, com entrada do candidato na região Nordeste. Ainda assim, a pesquisa conclui que Lula mantém votos em municípios onde tinha sido bem votado em 2002, porém, sem a existência de blocos regionais. A explicação para as mudanças geográficas é o efeito do Bolsa Família.

Na mesma linha, Magalhães et al. (2015) analisam o efeito do programa Bolsa Família para o voto para presidente no PT, em 2010. Os resultados mostram uma associação positiva entre Bolsa Família e voto no PT, além de relação negativa entre o programa e voto em candidatos de oposição. No trabalho, os autores também comparam resultados de regressões clássicas e geográficas (que consideram a quebra do pressuposto da independência entre os resíduos) para mostrar que os modelos geográficos são mais ajustados que os clássicos. Ao final, concluem que tanto a avaliação pessoal de Lula quanto o programa Bolsa Família foram importantes para explicar as variações de voto em Dilma Rousseff, em 2010.

Com uma abordagem que reúne o uso de variáveis contextuais e a comparação ao longo do tempo, Braga e Rodrigues-Silveira (2011) analisam a distribuição geográfica do voto para presidente do PT e PSDB entre 1989 e 2010. Como variáveis contextuais, eles usam a proporção de votos em deputado fede-

ral na eleição anterior – para definir o que chamam de territórios do partido – e o programa Bolsa Família, a partir de 2006. Os resultados mostram associações geográficas positivas tanto em relação à variável política, presença do partido no território, quanto à variável social, efeito do programa Bolsa Família. Já em um desenho de pesquisa distinto, Correia (2015) considera o efeito da cobertura negativa da imprensa sobre o programa Bolsa Família para explicar a distribuição geográfica dos votos para presidente do PT. Trata-se do desenho de pesquisa que mais se aproxima da consideração de Miller (1977), de que quem conversa junto, vota junto. Ele utiliza dados da pesquisa “Americas Barometer” para analisar as atitudes de pobres e ricos em relação às informações sobre o programa de distribuição de renda. Os resultados mostram a formação de clusters positivos para votação em Lula no Norte e Nordeste, e clusters negativos no Sul e Sudeste, em 2006.

Não são apenas análises de resultados nacionais que mobilizam estudos de geografia do voto no Brasil. Alckmin (2014) reúne técnicas de análise geográfica comparativamente ao longo do tempo para identificar os padrões de votação a presidente e a governador nos distritos eleitorais do Estado do Rio de Janeiro. As análises são feitas para todas as eleições a governador de 1986 a 2010, e para presidente de 1989 a 2010. O autor parte do princípio clássico de que avaliação e decisão individual de voto podem ser agregadas por características sociodemográficas predominantes nos distritos eleitorais. Ele usa como variável contextual de controle da localização a oposição entre “Favela e Asfalto”, para diferenciar áreas carentes das mais urbanizadas. Por meio de técnicas de análise descritiva e análises fatoriais,

identifica alterações das características da população nos distritos eleitorais, o que permitiu perceber diferenças nos padrões de votação para governador nas áreas periféricas e municípios pobres em relação às regiões habitadas pela classe média, ao longo do tempo.

Como neste trabalho o objetivo é comparar os efeitos das mesmas variáveis contextuais para os votos a candidatos do PT e PSDB à presidência entre 1994 e 2014, não usaremos como explicação o programa Bolsa Família, pois ele só existe a partir da segunda metade do período analisado. Decidimos substituir a medida do programa de distribuição de renda por um indicador geográfico que mede o grau de vulnerabilidade social dos municípios.

Cap. 7 Conclusões a respeito dos 20 anos de eleições nacionais de PSDB e PT – O último capítulo do livro reúne as conclusões a partir dos resultados dos testes de todas as técnicas descritivas e de análises aqui utilizadas. Começa as conclusões descritivas com resultados de testes MANOVA, passa pela regressão da análise de trajetória e chega às análises geográficas. De forma complementar, os resultados mostram que não houve nacionalização da presença eleitoral dos dois principais partidos nacionais brasileiros entre 1994 e 2014. Além disso, em eleições municipais eles não conseguiram apresentar crescimento significativo de presença eleitoral. Ao contrário, os desempenhos do PSDB e PT foram regionalizados e essa regionalização não foi permanente.

O candidato do partido do governo tem mais votos nas regiões Norte e Nordeste, enquanto o de oposição está mais presente no Sul e Sudeste. Também não houve correlação alta entre votos a

candidato a presidente e desempenho do partido nas disputas regionais. Outras conclusões detalhadas no Capítulo 7 são o impacto positivo da vulnerabilidade social no desempenho eleitoral do partido do governo e a associação entre desempenho do candidato do partido de oposição e presença do partido nas disputas regionais.

Notas

1. Devido à ausência de informações ao nível municipal para as receitas de campanha nas eleições até 2000, para as cinco primeiras campanhas o índice é composto pelas duas outras dimensões: apresentação de candidatos e desempenho em votos. Versão anterior deste capítulo foi apresentada em forma de *paper* nos Seminários Metodológicos em Ciência Política do Instituto de Iberoamerica/Usal, em março de 2016. O autor agradece os comentários e críticas feitas pelos professores Rodrigo Rodrigues-Silveira e Manuel Alcántara Sáez naquela ocasião. Uma das sugestões apresentadas foi substituir o termo “presença” por “densidade” no nome do índice, pois o primeiro poderia passar a impressão equivocada de que se trata de uma condição binária (presença ou ausência), o que não é o caso. Aqui, presença é entendida em termos de proporção de espaço ocupado em determinado distrito eleitoral. Para maior praticidade e considerando que poderia gerar confusão com o uso que se dá ao termo densidade - em relação ao volume de coalizões partidárias -, optou-se aqui por manter o índice com “presença”, ressaltando trata-se de um indicador contínuo de proporção de presença eleitoral.

2. Para uma análise sobre os efeitos do sistema eleitoral sobre os resultados nas distribuições de votos e vagas nos parlamentos, ver Taagepera & Shugart, 1989.

3. Para uma crítica aos efeitos no parlamento do voto proporcional em um sistema multipartidário como o brasileiro ver Tafner, 1996.

4. Durante a Ditadura Militar, os presidentes, obrigatoriamente gerais de cinco estrelas, eram eleitos indiretamente, com maioria simples do Congresso Nacional.

5. Ao final da Ditadura Militar, os governadores de Estado começaram a ser eleitos

Introdução - Um recorrido de duas décadas de eleições presidenciais

pelo voto direto já em 1982. Até então, entre 1965 e 1982 os governadores eram eleitos indiretamente por maioria de votos nas assembleias legislativas. Durante todo o período ditatorial os deputados federais e estaduais foram eleitos pelo voto direto. Na maioria das vezes, os senadores também foram eleitos pelo voto direto. Apenas no final dos anos 1970 é que passou a eleger um dos senadores (em ano com duas vagas em disputa) pelo voto indireto, na assembleia legislativa, e outro pelo voto direto do eleitor. No caso das eleições municipais, os vereadores de todos os municípios sempre foram eleitos pelo voto direto. Os prefeitos também, exceto prefeitos de capitais e de municípios considerados de segurança nacional. Nesses casos o governador do Estado indicava o prefeito, que tinha que ser referendado pela Assembleia Legislativa.

6. Sobre a formação do sistema eleitoral brasileiro, ver Alcántara Sáez (1999). Sobre a estruturação dos partidos políticos nas últimas décadas, ver Peixoto & Campos, 2014.

7. Segundo banco de dados do TSE consultado em fevereiro de 2016 o número de prefeitos eleitos pelo PT em 1996 foi 117 e não 111 e em 2000 foi de 186 e não 174, como apresentado no artigo de Fleisher (2012). Diferenças como essas podem ser explicadas por decisões de justiça eleitoral posteriores à eleição.

8. Para poder comparar todas as seis eleições do período são usadas como variáveis dependentes as proporções de voto obtidas no primeiro turno pelo PSDB e PT, pois em 1994 e 1998 não houve segundo turno. Além disso, as distribuições em primeiro turno incluem os efeitos dos desempenhos dos demais candidatos.

9. No original: “*People Who talk together, vote together*” (Miller, 1977, p. 65).

Capítulo 2

Apresentação do Índice de Presença Eleitoral

O Índice de Presença Eleitoral (Ipe) apresentado aqui é um índice aditivo de proporções, variando entre limites teóricos 0 (zero) a 1 (um). Quanto mais próximo de 1, maior será a presença eleitoral do partido em uma circunscrição eleitoral, em determinada eleição. Em sua composição estão as proporções de candidatos e proporções de eleitos em disputas majoritárias e proporcionais (como o sistema eleitoral brasileiro é misto, é necessário distinguir entre os dois tipos de disputa, por conta das diferenças nos números de candidatos e eleitos); as proporções de votos nos candidatos e votos nos partidos (quando em disputas proporcionais); e as proporções de doadores e proporções de recursos doados ao partido.

No limite, se um partido apresenta todos os candidatos, tem todos os eleitos, faz todos os votos para candidatos e de le-

genda, obtém todas as doações e doadores de campanha, seu Ipe, nesse município, será 1,0, ou seja, valor máximo – o que indicaria completa ausência de competição eleitoral. Ao contrário, se não apresenta candidato, não elege, não tem votos pessoais ou de legenda e não recebe nenhuma doação, sua presença nesse município será zero. Como se vê, o objetivo do índice não é medir posição relativa entre partidos, avaliação de governo ou de características individuais dos candidatos. Pretende-se um indicador único, com variação entre zero e 1, para medir a presença de cada partido nas dimensões de apresentação de candidatos, obtenção de votos e arrecadação de recursos de campanha juntas.

O uso de índices para medições empíricas em Ciência Política é bastante comum. Eles são definidos como medidas mais sofisticadas, criadas a partir de variáveis primárias. Um índice é econômico porque reduz a uma única dimensão um conjunto de variáveis ligadas a determinado conceito. A redução dimensional tem como vantagem a economicidade citada acima, porém, também carrega o ônus de não ser capaz de expressar detalhes de todas as variações existentes.

Em segundo lugar, um índice só é coerente se reunir variáveis primárias que façam sentido entre si, ou seja, que haja lógica conceitual na inclusão ou exclusão de variáveis do índice. Além da economicidade dos índices, alguns conceitos dificilmente podem ser medidos usando uma única ou poucas variáveis. Um índice, quando bem construído, considera diferentes indicadores que podem fornecer as informações necessárias sobre as variações do fenômeno estudado. Como trabalham com fenômenos complexos e multivariados, cientistas políticos usam índices para reduzir a complexidade do objeto a ser analisado.

Os índices mais comuns são os aditivos, ou seja, aqueles construídos a partir da adição de valores de diferentes variáveis. O resultado final é o agregado de valores que, juntos, devem representar as variações do fenômeno analisado. O maior problema na utilização de índices é produzir um indicador que não represente de maneira consistente o conceito que se pretende estudar ou, pior, represente no sentido oposto ao esperado¹⁰.

Para evitar problemas que podem ser causados por índices mal construídos, existem três critérios principais para a seleção de variáveis que devem compor o indicador. O primeiro é a “validade lógica”, representada pela dimensão em que se encontram as variáveis que compõem o índice. Um indicador não tem validade lógica quando composto por variáveis de diferentes dimensões, por exemplo, uma parte das variáveis representando características individuais e outra parte relativa a características de agregados de indivíduos, como município ou países, por exemplo. Todas as informações que compõem um índice devem pertencer à mesma dimensão, para que exista validade lógica. A segunda característica é “variância do componente”. Para entrar no índice, cada variável isolada precisa apresentar uma variação própria e independente das demais. Caso contrário (não haja variação ou apresente covariância com outros componentes do índice), ela não acrescentará nenhuma informação nova ao índice. Além disso, como terceiro critério, é preciso que haja “existência de relação” bivariada (quando composto por apenas dois itens) ou multivariada (quando por três ou mais). A existência de relação, positiva ou negativa, indica que, juntas, as variáveis podem explicar melhor determinado fenômeno. No entanto, assim como uma correlação próxima a zero entre duas variáveis seja uma prova de que juntas

não são capazes de explicar nada, a associação perfeita, correlação de ordem 1, também demonstra que se pode dispensar uma das variáveis do índice, pois se trata de uma relação perfeita entre elas e, portanto, uma não acresce informação ao índice quando a outra já está presente¹¹.

Para além das críticas conceituais e de posição a favor ou contra o uso de índices para representar fenômenos políticos, uma vez definido o uso da ferramenta que reúne diferentes variáveis para compor um único indicador de determinadas variações que se pretende estudar, é preciso verificar se, do ponto de vista técnico, o índice proposto é robusto para representar as variações do indicador. Ou seja, para identificar se as variações são confiáveis para representar o fenômeno estudado. Para isso, existem testes de confiabilidade dos componentes de um índice.

Os testes de confiabilidade identificam, entre outras coisas, se todas as variáveis inseridas no índice contribuem para a variação conjunta do indicador. O teste utilizado aqui é o Alfa (α) de Cronbach, que apresenta coeficiente normalmente positivo, variando de zero a +1,00. Quanto mais próximo de zero, menor a confiabilidade dos componentes do índice. Esperam-se valores de α mais próximos de 1 quando os componentes do índice são confiáveis. O teste de Cronbach usa a variância total e as variâncias para cada componente do índice no cálculo. Quando α é negativo, significa que um ou mais componentes do índice está variando no sentido contrário, ou seja, com valores que crescem em uma direção, enquanto os demais componentes diminuem na mesma direção. Nesse caso, é preciso corrigir os códigos da variável que está com escala invertida. Se não for possível (no caso em que se trata de variável ordinal), é necessário excluir o

componente do índice. A função do α é indicar qual a melhor composição para o índice.

Carmine & Zeller (1979) definem o α de Cronbach como um teste para validar a proposta teórica de um índice a partir da reunião de diferentes variáveis. Mesmo que os componentes do índice tenham validade teórica, sem a validação técnica não há garantia de que as variações totais dos componentes apresentem consistência empírica¹². Nos termos de Cronbach (1971), o teste verifica se um instrumento de medida é válido para identificar um tipo específico de fenômeno. A validação não identifica relações do instrumento com outras variáveis, mas do instrumento em relação a si mesmo – neste caso, o índice. No caso do Índice de Presença Eleitoral, o α indica o quanto as variações internas dos componentes em cada dimensão são capazes de explicar das variações totais de candidatos, eleitos, votos e recursos de campanha.

A aplicação do teste α de *Cronbach* às variáveis que compõem o Índice de Presença Eleitoral apresenta os coeficientes na Tabela 2.1, a seguir. A indicação é que um coeficiente acima de 0,600 está adequado para o índice¹³. Todos os coeficientes, tanto para o PT quanto para o PSDB, estão acima do limite aceitável. Há dois coeficientes que merecem maior atenção. No primeiro deles, em 1994, o teste mostrou que a incorporação direta de todas as variáveis no índice gerava um coeficiente α muito baixo, em torno de 0,200; portanto, indicando não serem componentes tecnicamente adequados para um índice. Considerando que a explicação para isso fossem as variações de desempenho em disputas majoritárias e proporcionais dos dois partidos, a opção foi compor o índice com as variáveis já agrupadas em dimensões

(como será descrito no próximo item): i) dimensão candidatos/eleitos, ii) dimensão votos, e iii) dimensão recursos de campanha.

A explicação para esse baixo coeficiente em 1994 é que, naquele ano, por ausência de informações para todos os municípios, foram considerados apenas os dados de votações por UFs. A segunda alteração que se mostrou necessária no índice após a realização do teste de *Cronbach* foi referente ao ano 2004. Considerando as três dimensões no índice, os valores do α ficavam muito abaixo do limite crítico, ao redor de 0,200. Os mesmos testes de confiabilidade mostraram que a dimensão com maior variação não explicada no índice era a de “recursos de campanha”. Ao excluir essa dimensão do índice para 2004, os valores do α ultrapassaram 0,700. Com isso, nossa opção foi excluir o financiamento de campanha para o índice apenas no ano de 2004. Nos dois casos, os ajustes feitos na composição dos índices elevaram os coeficientes de *Cronbach* para níveis acima do limite aceitável tecnicamente.

Tab. 2.1 – α de *Cronbach* para componentes do Índice de Presença Eleitoral partido/ano

Abrangência da Eleição					
Nacional			Local		
Ano	PT	PSDB	Ano	PT	PSDB
1994 ^a	0,622	0,810	1996	0,639	0,901
1998	0,629	0,762	2000	0,880	0,934
2002	0,661	0,841	2004 ^b	0,702	0,736
2006	0,812	0,810	2008	0,851	0,833
2010	0,821	0,787	2012	0,804	0,773
2014	0,839	0,708			

^a todos os coeficientes ficam acima de 0,600 quando o índice é composto por três dimensões e não diretamente pelas variáveis isoladas.

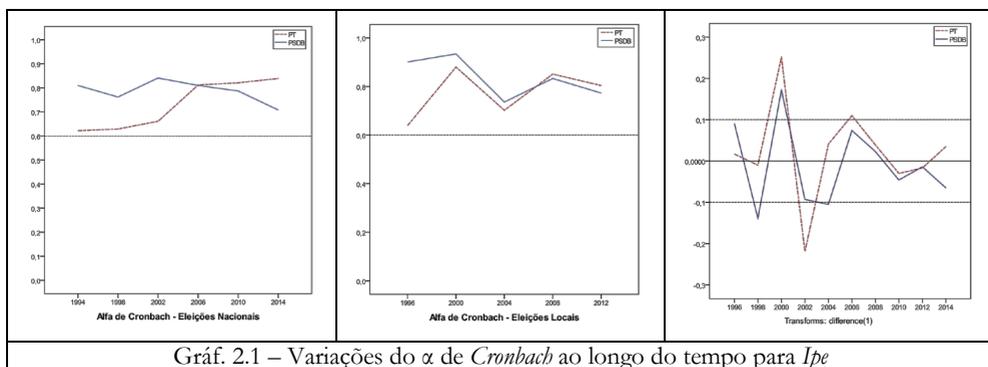
^b Apenas em 2004 os índices com as três dimensões ficam abaixo de 0,600. A melhor alternativa foi excluir a dimensão “recursos de campanha” do índice para este ano.

Fonte: Autor

O Gráfico 2.1, a seguir, indica as curvas de confiabilidade dos coeficientes α para a versão final do índice de 1994 a 2014, separados por eleições regionais e eleições locais¹⁴. Em todos os casos, os coeficientes ficam acima de 0,600, distanciando-se dele na medida em que o período de tempo avança. No caso das eleições regionais, a confiabilidade do índice para o PT aumenta ao longo do tempo, apresentando um salto em 2006. Isso indica que as variações dos componentes do índice se ajustaram melhor a partir de então, subindo de um α de 0,650 para 0,800, em 2006, e continuando a subir nas duas disputas seguintes. Já para o PSDB, as diferenças são menos abruptas, e, a partir de 2002, decrescentes gradativamente.

Da mesma maneira, mas com sinal trocado, as variações entre as dimensões crescem ao longo do tempo para o PSDB. No caso das eleições locais, percebemos uma oscilação dos dois partidos ao longo do tempo e uma aproximação entre eles a partir de 2000, com a diferença de que, em 1996, a confiabilidade das variações do PT estava bem abaixo da do PSDB. A terceira imagem do Gráfico 2.1 mostra a série temporal das primeiras diferenças dos coeficientes de confiabilidade para todas as eleições. Ela serve para indicar se as variações são grandes ou pequenas entre duas disputas.

Então, a partir de 1996, quando é possível calcular a primeira diferença (em relação a 1994), os coeficientes apresentam maior variação no início da série, para passar a maior estabilidade depois de 2006. Na maior parte do tempo, as variações ficam dentro da margem de $\pm 0,10$, embora o coeficiente para o PT apresente sempre as maiores variações – positiva entre 1998 e 2000 e, em seguida, negativa entre 2000 e 2012.



Fonte: Autor

Até aqui apresentamos as definições para a aplicação de índices ao estudo de fenômenos políticos, assim como as principais características do Índice de Presença Eleitoral (Ipe), cujo objetivo é medir de maneira agregada a participação de cada partido nos resultados eleitorais nos municípios brasileiros. Os testes de confiabilidade, α de Cronbach, realizados para verificar se as variáveis e dimensões agregam ou não informações ao índice, indicaram que o indicador é confiável, ficando acima do limite mínimo de 0,600, para todas as eleições entre 1994 e 2014, tanto para o PT quanto para o PSDB. Isso desde que as composições dos índices utilizem dimensões e não as variáveis diretas. No próximo tópico, são descritos em detalhes os componentes e as dimensões do Ipe.

2.1. Descrição das dimensões que compõem o Ipe

Dada a particularidade do sistema eleitoral misto no Brasil, em que, em um mesmo dia, são eleitos representantes para cargos Executivos pelo sistema majoritário e para cargos Legislativos pelo sistema proporcional, o índice proposto considera as duas dimensões separadamente. A justificativa para isso é que um partido pode

optar por estar presente em uma circunscrição eleitoral na disputa majoritária, porém, não na proporcional, ou vice-versa. Nas eleições proporcionais, os partidos podem apresentar até 1,5¹⁵ vez o número de vagas em disputa nos legislativos municipais, estaduais e para Câmara Federal. Partidos também podem fazer coalizões eleitorais e, em função do tamanho das coligações, registrar apenas uma parte do total de candidatos, deixando espaço para outras siglas integrantes da coligação.

Já nas eleições majoritárias, para cargos de prefeito, governador, senador ou presidente, cada partido pode apresentar apenas um candidato¹⁶. As eleições brasileiras são concomitantes, portanto, os eleitores votam no mesmo dia para prefeito e vereador – em disputas municipais – e para deputado estadual, federal, senador, governador e presidente – quando em disputas regionais e nacionais, que ocorrem ao mesmo tempo.

Em relação à dimensão “recursos de campanha”, a opção foi manter o financiamento de disputas proporcionais e majoritárias na mesma dimensão, formando um único componente por distrito eleitoral. Embora parte seja destinada diretamente aos candidatos, em todas as eleições há comitês financeiros partidários para administrar a maior parte das doações recebidas. Tanto comitês financeiros quanto os diretórios partidários recebem doações e redistribuem para todos os seus candidatos, em disputas majoritárias e proporcionais, produzindo, ao final, uma única prestação de contas, conjunta, pelo diretório partidário à justiça eleitoral. Por este motivo, a decisão foi por manter os recursos de campanha como uma dimensão única, reunindo tanto as doações para candidatos majoritários quanto para proporcionais. Assim, a fórmula para representação do Índice de Presença Eleitoral é a seguinte:

$$Ipe = \frac{(D_{ma} + D_{pro} + D\$)}{3}$$

Onde:

Ipe = Índice de Presença Eleitoral

D_{maj} = Dimensão disputas majoritárias

D_{pro} = Dimensão disputas proporcionais

DR\$ = Dimensão Recursos de Campanha

O Ipe é o resultado da média aritmética das proporções das três dimensões: eleição majoritária, eleição proporcional e recursos de campanha. Cada uma das dimensões é composta por distintas proporções, como se apresenta a seguir. Em todas as dimensões, há normalização em proporções, com variações teóricas indo de zero a 1 para cada dimensão. Cada uma das dimensões entra no cálculo do Ipe com mesmo peso. Para os cálculos das dimensões, são utilizados diferentes números de indicadores. Em todos os casos, há normalização para um valor, que é a média das proporções das variáveis na dimensão.

O valor da dimensão Disputas Majoritárias (D_{maj}) é obtido da seguinte forma:

$$D_{maj} \frac{(C_{gov} + P_{gov} + C_{sen} + P_{sen})}{4}$$

Onde:

DV_{maj} = dimensão disputas majoritárias

C_{gov} = candidato ao governo (onde 0,5=vitório e 0,25=derrotado)

P_{gov} = proporção de votos do candidato ao governo

C_{sen} = candidato ao Senado (onde 0,5=vitório e 0,25=derrotado)

P_{sen} = proporção de votos do candidato ao Senado

A dimensão “disputas majoritárias” é o resultado da média aritmética de quatro variáveis no caso de eleições regionais. Se o partido tem candidato ao governo, ele obtém peso de 0,5 se o candidato é vitorioso e 0,25 se derrotado. Se o partido não apresenta candidato ao governo, o indicador é zero. Isso por considerar que a eleição de um candidato majoritário indica maior presença do partido no distrito eleitoral. Presentes apenas na dimensão majoritária, os pesos fixos de 0,50 e 0,25, para vitorioso e derrotado, são os valores que apresentam as menores variabilidades em relação ao conjunto de candidatos de cada eleição¹⁷.

Equivale a dizer que, se o partido se apresenta, já terá um “crédito” de 0,25, e se ganha, sua presença será maior, por isso, o valor de 0,50. O objetivo é dar ao partido que apresenta candidato às disputas majoritárias um peso que o distingue dos que não conseguem apresentá-los. Esses valores não têm influência direta sobre a dimensão, pois serão ponderados pelos outros fatores que são levados em conta na dimensão majoritária. Por exemplo, a viabilidade eleitoral do candidato será medida no fator seguinte, que é a proporção de votos obtidos pelo partido. O segundo fator da dimensão é a proporção de votos que o partido obteve para a disputa ao governo do Estado. As mesmas duas variáveis aplicam-se às disputas para o Senado, com peso para candidato eleito ou derrotado e a proporção de votos ao Senado.

Para as eleições municipais, o cálculo é feito utilizando apenas as duas variáveis da disputa para prefeito: situação do candidato à prefeitura e proporção de votos obtidos pelo partido a prefeito, divididos por dois. Com isso, temos uma proporção da dimensão “disputas majoritárias” para cada um dos municípios brasileiros. A segunda dimensão é a das “disputas proporcionais”, que segue o mesmo princípio anterior, porém, com maior número de variáveis,

dada a possibilidade de votos nominais e votos em partido.

A fórmula para a dimensão “disputas proporcionais” (D_{pro}) é a seguinte:

$$D_{pro} = \frac{((P_{cfed})^2 + P_{efed} + P_{vnfed} + P_{vpfed} + (P_{cest})^2 + P_{est} + P_{vnest} + P_{vlest})}{8}$$

Onde:

D_{pro} = dimensão de votos proporcionais

P_{cfed} = proporção de candidatos a deputado federal

P_{efed} = proporção de eleitos a deputado federal

P_{vnfed} = proporção de votos nominais a deputado federal

P_{vlfed} = proporção de votos de legenda a deputado federal

P_{cest} = proporção de candidatos a deputado estadual

P_{eest} = proporção de eleitos a deputado estadual

P_{vnest} = proporção de votos nominais a deputado estadual

P_{vlest} = proporção de votos de legenda a deputado estadual

Para que a proporção de candidatos não tenha o mesmo peso que a proporção de eleitos na dimensão, dado que ter muitos candidatos não significa necessariamente presença eleitoral, na fórmula, a variável proporção de candidatos sempre é elevada ao quadrado. Como se trata de uma proporção, isso fará com que o valor seja reduzido. Então, as quatro variáveis para deputado federal são: o quadrado da proporção de candidatos a deputado federal, a proporção de eleitos para deputado federal, a proporção de votos nominais a deputado federal, e a proporção de votos de legenda ao partido para deputado federal.

As mesmas variáveis valem para a disputa de deputado estadual. Como para estes cargos o distrito eleitoral é o Estado e a unidade de análise é o município, mantemos sempre a mesma pro-

porção de candidatos e eleitos por partido, em todos os municípios de um mesmo Estado. Então, elas se transformam em constantes dentro do Estado, porém, variam entre diferentes Estados. Já as votações nominais e por partido são registradas por município, portanto, apresentando variações em todas as unidades de análise.

Vale ressaltar que a opção de usar as proporções de votos nominais e para partido separado no cálculo da dimensão dá maior peso para os votos partidários. Isso porque, em média, os votos de legenda representam entre 10% e 20% do total de votos para os cargos em disputas proporcionais. Outros 90% ou 80% são votos nominais. Porém, quando usamos as proporções das duas modalidades de maneira independente, estamos equiparando os seus pesos para o cálculo da dimensão. Assim, por exemplo, em um município com 100 mil votos para um cargo em disputa proporcional qualquer, dos quais 80% nominais, isso dará 80 mil votos para candidatos e 20 mil votos de legenda. Se os candidatos do partido “A” fazem, juntos, 24 mil votos nominais, e o partido consegue 6 mil votos de legenda, as proporções serão as mesmas, de 0,30 para nominal e partidário, embora os valores absolutos sejam distintos. Enquanto que, se o partido B obtém 32 mil votos nominais e 2 mil votos de legenda apenas, terá 0,4 de proporção de votos nominais e 0,1 de votos partidários.

Ou seja, embora em números absolutos o total de votos do partido “A” tenha sido menor que o do partido B, as somas das proporções no cálculo da dimensão resultam em valores invertidos, com vantagem na presença eleitoral do partido B sobre o partido A. Isso se justifica por considerarmos que os votos de legenda representam melhor a presença eleitoral de um partido em um município do que os votos nominais (tanto que a variação de votos nominais dos partidos nos municípios sempre é maior que

a de votos de legenda). Como o objetivo do índice é produzir um indicador de presença partidária, dá-se mais importância relativa aos votos de legenda do que aos nominais.

No caso das eleições municipais, ao invés de oito variáveis, a dimensão é calculada para quatro, relativas ao cargo de vereador: quadrado da proporção de candidatos, proporção de eleitos, proporção de votos nominais e proporção de votos partidários divididos por quatro. No caso das eleições para vereador, as proporções de candidatos e eleitos variam entre todos os municípios, dado que nessas disputas o distrito eleitoral é o próprio município.

A terceira e última dimensão do índice diz respeito à capacidade que os partidos têm de mobilizar doadores e arrecadar fundos para suas campanhas. Devido a não disponibilidade de dados sobre o financiamento de campanhas por municípios até a eleição de 2000, essa dimensão só se aplica ao índice a partir de 2002. A dimensão “recursos de campanha” (DR\$) é calculada a partir da seguinte fórmula:

$$DR\$ = \frac{(Pr\$maj + Pomaj + Pr\$prp + Poprp)}{4}$$

Onde:

DR\$= Dimensão Recursos de Campanha

$P_{r\$maj}$ = Proporção de recursos em relação ao total declarado nas eleições majoritárias

P_{omaj} = Proporção de operações em relação ao total das eleições majoritárias

$P_{r\$prp}$ = Proporção de recursos em relação ao total das eleições proporcionais

P_{oprp} = Proporção de operações em relação ao total das eleições proporcionais

Essa dimensão é formada por dois fatores principais: proporção de recursos e proporção de doadores por eleição majoritária ou proporcional¹⁸. Como a legislação brasileira, no período analisado, era muito permissiva quanto ao tipo de doador (poderiam doar tanto empresas quando eleitores diretamente a partidos ou candidatos) e volume de doações (praticamente sem limites nominais), a utilização apenas dos valores arrecadados geraria grandes distorções. Isso porque um candidato poderia receber a maior parte das doações realizadas em um município, feitas por uma minoria de doadores. Enquanto, por outro lado, um candidato poderia receber um volume grande de pequenas doações, porém, com valores muito baixos¹⁹.

Como o objetivo do índice é medir a presença eleitoral do partido no município, optou-se por dar o mesmo peso para as duas variáveis. Então, a proporção de recursos arrecadados por um partido para a disputa majoritária é somada à proporção de doadores que contribuíram para as finanças de campanha desse partido na disputa majoritária. O mesmo é feito para as eleições proporcionais, e o resultado da soma é dividido por quatro, para se ter uma média da proporção de “recursos de campanha”. Em resumo, o que se defende aqui é que a identificação da proporção de doadores em relação ao total para medir a presença eleitoral do partido na dimensão “recursos de campanha” é tão importante quanto a proporção de recursos arrecadados para indicar a presença eleitoral do partido em uma circunscrição eleitoral. Assim, muitos doadores de valores baixos se equiparam a poucos doadores de valores altos.

No caso das eleições regionais, os “recursos de campanha” para disputas majoritárias são a somatória dos recursos

para candidato a governador e candidato a senador²⁰. As finanças de disputas proporcionais são a somatória de doações para deputado federal e para deputado estadual. No caso de eleições municipais, os recursos majoritários são os das campanhas para prefeito e os proporcionais, para vereador.

Até aqui, o teste de confiabilidade (Cronbach) mostrou que o indicador é suficientemente robusto para representar as variações da presença dos partidos nas eleições locais e regionais a partir da unidade de análise município. Eles indicam, de maneira agregada, quanto cada partido possui de presença local nas disputas majoritárias, proporcionais e, a partir da última década, na participação de recursos financeiros de campanha. Além disso, os testes de componentes principais mostraram que as variações nos municípios do desempenho de uma dimensão são acompanhadas das demais dimensões, como se espera de um indicador agregado.

A seguir, aplicaremos o Ipe para analisar o desempenho eleitoral do PT e PSDB: i) ao longo do tempo, entre 1994 e 2014; ii) entre as dimensões local (eleição municipal) e regional (eleições nas unidades da federal); iii) comparando o índice com variáveis independentes socioeconômicas para explicar o desempenho dos partidos; e iv) na distribuição espacial dos desempenhos dos dois partidos no território brasileiro para identificar possível nacionalização de suas votações. Com isso, esperamos identificar qual dessas dimensões isoladas ou em conjunto são mais adequadas para explicar o desempenho eleitoral dos dois partidos nas duas décadas.

2.2. Aplicação do Ipe ao desempenho eleitoral

As estatísticas descritivas serão apresentadas de forma independente: médias e desvios para cada um dos partidos (PT e PSDB) e para cada tipo de eleição, se regional ou local. Importante ter em conta para analisar ao longo do tempo que, em 2002, houve mudança de governo. Em 1994 e 1998, o PSDB venceu as eleições presidenciais, enquanto que de 2002 a 2014 as vitórias foram do PT. Nos dois partidos, as médias de presenças eleitorais em eleições nacionais ficam acima das eleições locais, indicando que são siglas mais “vacionadas” as disputas regionais (governador, senador, deputados) do que as disputas municipais (prefeito e vereador).

As médias gerais do Ipe em eleições regionais são parecidas, ficando em 0,16 para PSDB e 0,18 para PT. Já as médias gerais da presença dos partidos nas eleições municipais são mais distintas, com 0,11 para PSDB e 0,07 para PT, o que indica que o PSDB, na média do período analisado, teve mais presença em eleições municipais do que o PT, e os dois partidos ficaram, em geral, próximos entre si nas disputas regionais.

As maiores distinções aparecem quando se analisa ao longo do tempo. No caso do PSDB, percebemos um crescimento gradual do Ipe nas eleições nacionais entre 1994 e 2002, passando de 0,09 a 0,13 e depois saltando para 0,20. A partir de então, o índice do partido em disputas nacionais fica estável, em torno de 0,18. O período de crescimento da presença eleitoral do PSDB nos municípios brasileiros em disputas regionais coincide com o período em que o partido esteve na Presidência da República.

O mesmo acontece com as eleições municipais, porém, no sentido inverso. No início, em 1996, o Ipe da primeira eleição mu-

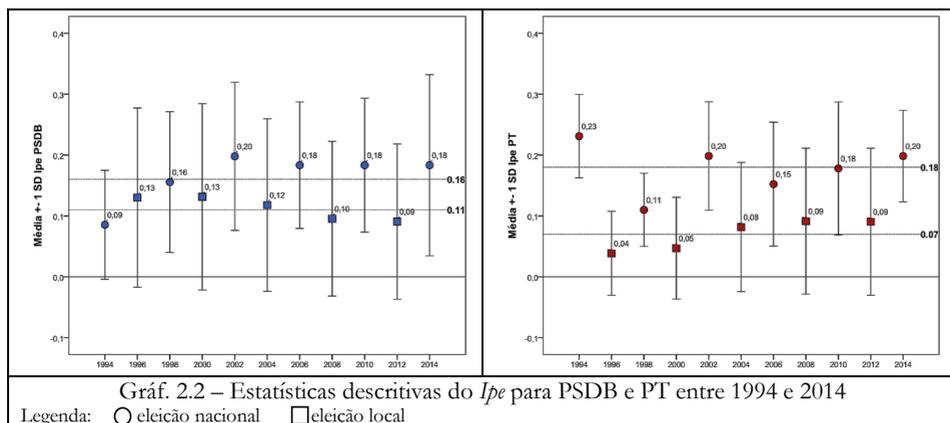
nicipal do PSDB é de 0,13, o mesmo que o de 2000. Desde então, o partido vem apresentando quedas graduais e constantes, com 0,12 em 2004, 0,10 em 2008 e 0,09 em 2012. Vale dizer que houve uma coincidência entre o período de presidência do PSDB e o crescimento para posterior estabilização do Ipe em disputas regionais, enquanto que, para eleições municipais, houve estabilidade no período em que o PSDB estava na presidência para quedas graduais desde que deixou o governo federal.

No caso do PT, as variações da presença eleitoral nos municípios não apresentam tendências tão claras. Há forte oscilação nas eleições regionais, o que desvincula a presença do partido com o período de governos presidenciais do PT. O Ipe de 1994 do PT é o mais alto de toda a série, com 0,23. Isso se dá na eleição nacional, em que o partido não consegue fazer votos para chegar ao segundo turno da disputa presidencial. No entanto, é o ano em que apresenta maior presença nos municípios. Em 1998, há forte queda, com menor Ipe do PT em eleições nacionais, com 0,11. Desde então, o índice do partido oscila em torno da média, com 0,20 em 2002, 0,15 em 2006, 0,18 em 2010, e 0,20 em 2014.

Se considerarmos a primeira e a última eleição do período de governos do PT, o Ipe mantém-se em 0,20, embora apresente crescimento de cinco pontos entre 2006 e 2014, passando de 0,15 a 0,20. Ainda assim, muito distante do crescimento do Ipe do PSDB entre 1994 e 2002, que foi de 11 pontos, subindo de 0,09 a 0,20. Enquanto o PT governa, o índice de presença eleitoral do partido apresenta um comportamento em forma de “U”. Ainda que PT e PSDB tenham conseguido proporções de votos muito superiores para Presidência da República em todo o período, no que diz respeito à presença eleitoral nas disputas regionais, nunca ultrapassam

a quinta parte do total, chegando ao máximo em 0,20.

Quanto ao Ipe do PT em disputas municipais, percebemos um comportamento inverso ao do PSDB. Em 1996 e 2000, quando o PT não está na presidência, o índice do partido nos municípios é de 0,04 e 0,05, respectivamente. Em 2004, primeira disputa municipal depois da eleição de Lula dois anos antes, o Ipe do PT sobe para 0,08, quase dobrando. Em 2008 e 2012, se estabiliza em 0,09. A presença eleitoral do PT em eleições municipais é menor que a do PSDB em todo o período, embora a curva do PSDB seja descendente, enquanto a do PT ascende até 2004 e depois se estabiliza, como é possível identificar no Gráfico 2.2, a seguir.



Fonte: Autor

O Gráfico 2.2, acima, também mostra as variações, a partir de um desvio padrão da média para cima e para baixo do Ipe nos municípios. Uma característica comum nos partidos é que a variação nas eleições municipais seja maior que nas regionais, inclusive passando por zero, o que indica uma distribuição que não segue a curva de Gauss. No entanto, enquanto as variações do PSDB nas

eleições municipais se mantêm estáveis e altas nas cinco eleições, as do PT vão crescendo gradativamente nas eleições municipais, o que indica um aumento das heterogeneidades (com maior distanciamento da média) no caso do PT, no final da série. Quanto às eleições regionais, as variações do PT apresentam-se na forma de curva em “U invertido”, sendo mais baixas no início e no final do período. Para o PSDB, nas eleições regionais há uma tendência de crescimento gradual da heterogeneidade entre 1994 e 2014.

As estatísticas descritivas gerais mostram que o PT está mais presente que o PSDB nas eleições regionais e o contrário ocorre nas municipais, com maior presença do PSDB. A diferença entre a presença média do partido nas eleições regionais e municipais é maior no PT do que no PSDB. Os dois partidos, juntos, representam mais de 1/3 da força partidária nos municípios em eleições regionais e apenas 1/5 nas eleições municipais. Mas a principal informação das estatísticas descritivas é inferida da comparação das médias por período em que o partido esteve no governo federal.

O efeito da Presidência da República para o PSDB (1994 a 2002) foi de crescimento da presença eleitoral do partido em eleições regionais (1994, 1998 e 2002) e manutenção nas eleições municipais do período (1996 e 2000). Depois de 2002, quando deixa o governo federal, o PSDB apresenta estabilidade no Ipe em eleições regionais e queda gradativa nas municipais. Já o PT, durante o governo (2002 a 2014), apresenta oscilação do Ipe em eleições regionais (2006, 2010, 2014) e crescimento do índice em eleições municipais (2004, 2008, 2012). Ao comparar os dois partidos, o Ipe nas disputas regionais apresenta comportamento mais próximo que nas eleições municipais²¹.

Apresentadas as estatísticas descritivas dos índices por eleição, o próximo passo é verificar se existe associação entre a presença eleitoral dos partidos e determinadas características socioeconômicas agregadas dos municípios. Foram selecionadas cinco variáveis socioeconômicas a serem testadas em função do que já é utilizado pela literatura e da disponibilidade de informações para todos os municípios entre 1994 e 2014. O objetivo é verificar qual ou quais delas são mais adequadas para aplicar em testes de cruzamentos com os índices de presença eleitoral ao longo dos anos.

O Quadro 2.1, a seguir, apresenta as categorias de todas as variáveis, com o número de municípios em cada uma das categorias por variável. Duas delas são nominais. “Região do País”, que localiza geograficamente o município no País e serve para indicar se há concentração de presença eleitoral de um partido em determinada região do País. A segunda é “Região Metropolitana”, que identifica se o município pertence ou não a uma região metropolitana do País. Esta é a variável que apresenta a maior diferença entre o número de unidades das categorias. São 4.809 municípios que não fazem parte de uma região metropolitana e apenas 691 em regiões metropolitanas. Aqui, o objetivo é identificar se determinado partido tem maior presença em regiões metropolitanas do que em municípios mais isolados.

Além destas, existem três variáveis categóricas ordinais. Produto Interno Bruto (PIB) percapta do município (medido em 1999), Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) por município (medido em 2010) e total da população em cinco categorias. No caso dessa última variável, as duas categorias superiores (acima de 50 mil habitantes) apresentam um número significativamente menor de unidades que as três categorias anteriores.

Quadro 2.1 – Fatores do teste multivariado – Modelo linear geral

Região do País	Reg.metrop.	PIB percapta	População	IDH		
1. Norte (449)	0. Não (4.809)	1. Muito baixo (1.097)	1. Até 5 mil (1.251)	1. Baixo (1.967)		
2. Centro-Oeste (444)	1. Sim (691)	2. Baixo (1.102)	2. De 5 a 10 mil (1.202)	2. Médio (1.257)		
3. Nordeste (1.782)		3. Médio (1.100)	3. De 10 a 50 mil (2.441)	3. Alto (2.276)		
4. Sudeste (1.666)		4. Alto (1.102)	4. De 50 a 200 mil (474)			
5. Sul (1.159)		5. Muito alto (1.099)	5. Acima 200 mil (132)			
Matriz de covariância Inter-Item						
	Região do País	Reg. Metrop.	PIB_percapta	População	IDH	
Região do País		0,058	0,704	-0,127	0,488	
Reg. Metrop.	0,058		0,076	0,077	0,053	
PIB_percapta	0,704	0,076		0,077	0,965	
População	-0,127	0,077	0,077		0,031	
IDH	0,488	0,053	0,965	0,031		
Estatísticas descritivas		Média	Mínimo	Máximo	Amplitude	Variância
Covariância inter-item		0,240	-0,127	0,965	1,092	0,119

Fonte: autor

A matriz de covariância no Quadro 2.1 mostra também as covariâncias ou variâncias conjuntas entre os fatores. A covariância mede o grau de interdependência entre duas variáveis que são tomadas, a princípio, como independentes. Quanto mais próximo de zero, maior a independência entre as variáveis. De maneira geral, as covariâncias entre os itens do Quadro 2.1 são baixas, exceto para covariância entre PIB e IDH, pois, conceitualmente, esperam-se variações conjuntas dos dois indicadores, ainda que não perfeitas. As outras duas covariâncias acima da média estão em Região do País e PIB (0,704) e Região do País e IDH (0,488). Nestes dois casos, trata-se de uma característica do País. As regiões Sul e Sudeste são mais desenvolvidas econômica e socialmente do que as demais, quando se mede em termos de riqueza produzida e desenvolvimento em geral.

Como os índices são específicos para cada eleição e estamos trabalhando com conjuntos de seis eleições nacionais e cinco locais para cada partido, utilizaremos o teste de hipóteses multivariado, chamado de Análise Multivariada de Variância (Manova). Trata-se de

um teste de razão de probabilidade a partir de uma generalização da distribuição F adaptada à distribuição Lambda de Wilks, que mede a probabilidade de distribuição em um teste de hipóteses multivariado.

Na prática, são reunidos em um teste os índices de todas as eleições nacionais de um partido para testá-las pelos cinco fatores em conjunto. O teste se repete com as eleições municipais. O primeiro resultado indica qual fator apresenta coeficiente estatisticamente significativo (estatística F). Em seguida, é aplicado um teste de hipóteses de Tukey por ano apenas para as variáveis que apresentam resultados estatisticamente significativos. Os coeficientes obtidos nessa segunda etapa indicarão a força e direção das variações do Ipe por ano para PT e PSDB.

Os resultados dos testes para os dois partidos são apresentados na Tabela 2.2, a seguir (o output completo, com os efeitos agregados, está no Anexo 2.1). Uma primeira aproximação permite identificar algumas similaridades entre as variáveis explicativas para os dois partidos nas duas dimensões (eleições locais e regionais). O índice tem suas variações mais associadas com as variáveis socioeconômicas em disputas regionais do que nas eleições locais. Isso indica que outras variáveis, que não as apresentadas aqui, devem ser exploradas para explicar as presenças dos partidos nas eleições municipais. Além disso, a variável IDH não apresenta variação estatisticamente significativa em nenhum dos casos. A única variável cujo resultado é estatisticamente significativo para todos os casos é “região do País”. Como a região é um agregado de Estados, os resultados indicam que há, em todos os casos, coeficiente estatisticamente significativo para pelo menos uma Unidade da Federação.

No caso do PT, as variáveis explicativas mais fortes para as variações do Ipe em eleições locais são “Região do País” e “População”. Já nas disputas nacionais, “População” perde significância

estatística. Passa a ter forte explicação se o município pertence ou não a uma região metropolitana e o PIB percapta municipal. Para o PSDB, em eleições municipais, a única variável estatisticamente significativa é “Região do País”, enquanto que, em eleições nacionais, a única não-significativa é IDH.

Tab. 2.2 – Coeficiente F (MANOVA) para *Ipe* dos partidos por eleição

Variável (Lambda de Willk)	PT				PSDB			
	Local		Nacional		Local		Nacional	
	F	Sig.	F	Sig.	F	Sig.	F	Sig.
REGIÃO	1,790	0,016	30,228	0,000	4,064	0,000	42,688	0,000
RMETROP	1,604	0,155	10,986	0,000	0,916	0,470	5,628	0,000
PIB	0,883	0,609	2,324	0,000	1,011	0,445	2,278	0,000
POPUL	3,636	0,000	1,447	0,073	1,100	0,340	1,599	0,032
IDH	0,497	0,893	1,134	0,327	0,954	0,482	1,448	0,136
Intercepto	57,693	0,000	755,527	0,000	70,868	0,000	321,665	0,000

Fonte: Autor

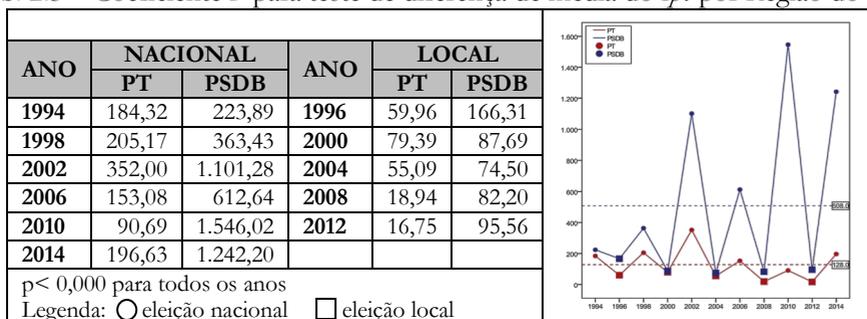
Os coeficientes da estatística F mostram-se mais robustos para eleições regionais do que para locais, principalmente quando se trata de “região do País”. No caso do PT, para disputas regionais, ele apresenta coeficiente de 30,22 e para PSDB chega a 42,68. Esses coeficientes mostram apenas a associação multivariada entre a localização geográfica do município e o *Ipe* entre 1994 e 2014. Por serem estáticos, não indicam se houve manutenção ao longo do tempo da presença entre as regiões ou mudança regional da presença do PT e do PSDB nos municípios brasileiros. Para verificar a dinâmica das presenças eleitorais dos dois partidos, usamos o teste pos-hoc de Tukey, que mostra as médias por eleição e partido em cada região do País.

A Tabela 2.3, a seguir, sumariza as estatísticas F para o teste de diferença de médias entre o Índice de Presença Eleitoral e as regiões do País. Os dados estão acompanhados de um gráfico que representa os coeficientes F em cada ano, por partido, e a eleição é

regional ou local. Quanto mais próximo de zero o F , menor é a variação do Ipe entre regiões, ou seja, mais homogênea é a distribuição da presença do partido em todas as regiões. O gráfico mostra duas tendências distintas.

Em primeiro lugar, o coeficiente médio do PSDB é $F=608$, superior à média do PT, que fica em $F=128$. Porém, o maior coeficiente do PSDB deve-se às variações nas eleições regionais, pois nas locais os coeficientes dos dois partidos são mais próximos e apresentam a mesma tendência de queda. A segunda diferença está na curva temporal do PT, com grandes distâncias entre o coeficiente de eleições regionais e locais. No caso do Partido dos Trabalhadores, os coeficientes encontram-se mais próximos da média. Isso indica que a presença eleitoral do partido tende a ser parecida nos municípios por região do País, tanto em disputas nacionais, quanto em locais.

Tab. 2.3 – Coeficiente F para teste de diferença de média do Ipe por Região do País



Fonte: Autor

Os coeficientes F do teste de diferença de médias também mostram uma tendência do PSDB, em eleições regionais, de apresentar presenças eleitorais mais distintas entre regiões do País no final do período do que no começo. O mesmo não ocorre com o PT, que se

mantém com presença distribuída de maneira mais homogênea (embora os coeficientes permitam rejeitar a hipótese da inexistência de diferenças de médias). Já nas eleições locais, as distribuições do PSDB e do PT apresentam coeficientes F mais próximos e uma tendência de leve redução de valores ao longo do tempo, ou seja, uma diminuição de diferenças regionais para os dois partidos em disputas municipais.

Realizados os testes gerais, o próximo passo da análise é identificar quais são as regiões com índices mais altos por eleição. Para isso, usam-se os testes de homogeneidade de subgrupos derivados do teste de diferença de médias anterior. Na homogeneidade de subgrupos, a estatística F é usada para identificar os pontos de separação entre grupos de categorias com médias distintas. No caso, as médias são do Ipe e as categorias são as regiões do País. Assim, se não houver diferenças estatisticamente significativas, não há diferença entre subgrupos e o resultado é um grupo apenas com as médias obtidas nas cinco regiões.

Como sabemos que os coeficientes F são significativos para todos os casos, esperam-se, no mínimo, dois subgrupos para cada eleição, por partido. O máximo são cinco subgrupos, um para cada região do País, quando há grande heterogeneidade de médias entre elas. O Quadro 2.2, a seguir, mostra as médias dos índices e os subgrupos por homogeneidade para eleições nacionais, para os dois partidos. Nota-se que, no caso do PT, entre 1994 e 2002 há entre três e quatro subgrupos, enquanto que, entre 2006 e 2014, eles variam entre quatro e cinco subgrupos. Também existe variação nas posições que algumas regiões ocupam²². Por exemplo, a região Nordeste (NE) começa no grupo mais baixo entre 1994 e 2002, para passar a um grupo intermediário em 2006 e 2014. A região Norte (NO) só tem alto Ipe em 1994, nas eleições seguintes cai para posições intermediárias ou baixas. O Centro-Oeste (CO), que começa com Ipe em subgrupo alto, cai para

intermediário e baixo no final da série. As regiões Sudeste (SD) e Sul (SU) começam em posições intermediárias e depois sobem para sub-grupos com maior Ipe.

Quadro 2.2 – Subgrupos por homogeneidade – Eleições Regionais

ANO	PT					PSDB						
1994		1	2	3	4			1	2	3		
	NE	0,197					SU	0,023				
	SU		0,235				CO		0,064			
	SD			0,246			SD			0,102		
	CO				0,246		NO				0,110	
	NO					0,276	NE				0,110	
1998		1	2	3				1	2	3	4	5
	CO	0,082					SU	0,094				
	NE	0,084					NO		0,109			
	NO		0,103				NE			0,133		
	SD			0,128			SD				0,200	
	SU				0,134		CO					0,277
2002		1	2	3	4			1	2	3		
	NO	0,161					SU	0,104				
	NE	0,164					NO		0,143			
	SD		0,184				NE		0,149			
	CO			0,218			CO			0,291		
	SU				0,272		SD			0,302		
2006		1	2	3	4	5		1	2	3	4	
	CO	0,079					SU	0,125				
	NE		0,129				NE	0,133				
	NO			0,143			CO		0,198			
	SD				0,166		NO			0,222		
	SU					0,196	SD				0,261	
2010		1	2	3	4			1	2	3	4	
	CO	0,118					NE	0,082				
	SD		0,165				SU		0,175			
	NE		0,173	0,173			NO		0,178			
	NO			0,183			CO			0,208		
	SU				0,223		SD				0,288	
2014		1	2	3	4	5		1	2	3	4	5
	NO	0,123					NE	0,062				
	CO		0,167				NO		0,122			
	NE			0,191			SU			0,169		
	SU				0,212		CO				0,226	
	SD					0,223	SD					0,322

Fonte: autor

Para o PSDB, a série começa com três subgrupos em 1994, subindo para cinco e oscilando entre três e cinco até o final do período. As principais mudanças, ao longo do tempo, são que a região Sul (SU) fica no subgrupo com Ipe mais baixo até 2002, subindo para grupos intermediários entre 2006 e 2014. Outra mudança importante se dá na região Nordeste (NE), que apresenta o maior Ipe em 1994, para, em seguida, cair para os grupos com presença eleitoral mais baixa, tornando-se o mais baixo em 2010 e 2014. As regiões Centro-Oeste (CO) e Sudeste (SD) apresentam baixo Ipe em 1994 e médias de intermediárias para altas em todas as demais eleições, de 1998 a 2014.

Para além das mudanças internas, no geral os resultados mostram que, em disputas nacionais, os dois partidos apresentaram crescimento das diferenças de presença eleitoral por município entre as regiões. Em outras palavras, os partidos não conseguiram “homogeneizar” suas presenças eleitorais, embora o PT tenha se aproximado mais desse comportamento no final do período do que o PSDB.

As mesmas estatísticas foram geradas para as eleições municipais e o que percebemos é uma presença eleitoral específica em disputas locais, que não necessariamente replica o desempenho nas regiões. Em comum, no caso do PT, é a maior proximidade dos coeficientes entre as regiões. Apenas em 2000 há quatro subgrupos, e em todas as demais eleições do período formam-se apenas três subgrupos, conforme apresentado no Quadro 2.3, a seguir.

No PSDB também há mais concentração, com três subgrupos em 1996, 2004 e 2008 e quatro em 2000 e 2012. No caso do PT, as regiões Nordeste (NE) e Centro-Oeste (CO) são as que apresentaram menores índices de presença eleitoral em todas as eleições locais do período. As regiões Sul (SU) e Sudeste (SD) estão entre as com maior Ipe no período todo. A única mudança de posição é a região Norte

(NO), que no início apresenta um Ipe intermediário, passa a apresentar a maior presença nas eleições do meio do período (2004 e 2008), para voltar a um ponto médio em 2012. Para o PSDB, a região Sul

Quadro 2.3 – Subgrupos por homogeneidade – Eleições locais

ANO	PT					PSDB				
1996		1	2	3			1	2	3	
	NE	0,020				SU	0,063			
	CO	0,024				CO		0,107		
	NO		0,042			NO		0,113		
	SD		0,044			NE		0,116		
	SU				0,055	SD			0,195	
2000		1	2	3	4		1	2	3	4
	NE	0,023				SU	0,077			
	CO		0,036			NE		0,121		
	SD			0,049		NO		0,134	0,134	
	NO			0,058		SD			0,154	
	SU				0,075	CO				0,215
2004		1	2	3			1	2	3	
	NE	0,051				SU	0,069			
	CO		0,085			NE		0,103		
	SD		0,091	0,091		NO			0,136	
	SU		0,098	0,098		CO			0,148	
	NO			0,105		SD			0,151	
2008		1	2	3			1	2	3	
	NE	0,076				SU	0,066			
	CO	0,078				NO	0,066			
	SD	0,090	0,090			NE	0,076			
	SU		0,101			CO		0,110		
	NO			0,123		SD			0,137	
2012		1	2	3			1	2	3	4
	CO	0,063				NE	0,050			
	NE	0,077	0,077			SU		0,081		
	NO		0,090			NO			0,102	
	SD		0,092	0,092		CO			0,112	
	SU			0,107		SD				0,129

Fonte: autor

(SU) é a de menor índice de presença eleitoral em todas as eleições analisadas, exceto a de 2012, quando é o segundo menor Ipe. O Nordeste (NE), que apresenta o segundo maior Ipe em 1996, perde força no meio do período, para se recuperar apenas em 2012. O Norte (NO) mantém-se em valores intermediários em todo o período, enquanto as duas regiões com maiores índices em disputas municipais para o partido são o Centro-Oeste (CO) e Sudeste (SD).

Nas eleições locais, a presença dos dois partidos é mais homogênea entre municípios de diferentes regiões do que nas eleições nacionais. Isso pode ser explicado pelo fato de que as organizações partidárias investem recursos e estruturas em regiões que são agregadas de municípios vizinhos e não em municípios isolados, para ganhar em escala. As diferenças de médias do PT entre as regiões são menores que as do PSDB, em todas as eleições. Isso explica, em parte, porque o coeficiente F do PT é muito inferior ao do PSDB no teste Manova.

Quanto à presença dos partidos por região, no caso do PT fica evidenciada a força eleitoral do partido no Sul (SU) e Sudeste (SD), este último principalmente no final do período. A região Norte (NO) é importante nas eleições de 2004 e 2008, apenas. As menores presenças do PT são nas regiões Nordeste (NE) e Centro-Oeste (CO). Para o caso do PSDB, a presença na região Nordeste (NE) também é uma das mais baixas em todas as eleições (exceto em 1996, quando é a segunda maior). A região Sul (SU) é a que o PSDB apresenta a menor presença eleitoral e mantém-se estável em todas as eleições, excetuando a última, quando o menor índice fica no NE.

Para encerrar a apresentação das distribuições dos Ipes por

região e eleição, a Tabela 2.4, a seguir, sumariza as médias de Ipe por região do País e ano eleitoral²³. Já sabemos que as médias em disputas municipais são mais baixas que nas regionais, indicando que PT e PSDB são partidos com maior presença em disputas regionais do que municipais. O objetivo agora é mostrar que regiões do País apresentaram Ipes acima e abaixo da média obtida pelo partido a cada ano, indicando os casos em que houve manutenção das posições ao longo das duas décadas. As médias regionais abaixo da média nacional estão marcadas em vermelho. No caso do PT, a única região que ficou acima da média nacional em todas as eleições foi a Sul, enquanto a região Nordeste foi a única a ter médias abaixo da nacional em todas as 11 disputas. Nas demais, houve oscilações, tendo apresentado média abaixo da nacional em apenas duas eleições no Sudeste e acima em apenas três disputas no Centro-Oeste. A região Norte foi a que apresentou maior oscilação, ficando acima da média nacional em sete disputas e abaixo em outras quatro.

Tab. 2.4 – Médias de Ipe por ano e região do País por partido

Partido	Região	1994	1996	1998	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2012	2014
PT	Norte	0,276	0,042	0,102	0,059	0,158	0,105	0,138	0,124	0,184	0,090	0,121
	Centro-Oeste	0,247	0,025	0,083	0,036	0,213	0,086	0,077	0,078	0,117	0,063	0,166
	Nordeste	0,198	0,020	0,085	0,023	0,161	0,051	0,125	0,076	0,161	0,078	0,183
	Sudeste	0,246	0,044	0,125	0,049	0,183	0,092	0,163	0,090	0,162	0,093	0,223
	Sul	0,235	0,056	0,135	0,075	0,275	0,098	0,200	0,101	0,226	0,107	0,215
Total		0,231	0,037	0,109	0,046	0,196	0,081	0,149	0,090	0,174	0,088	0,195
PSDB	Norte	0,111	0,113	0,111	0,135	0,144	0,137	0,223	0,066	0,178	0,103	0,121
	Centro-Oeste	0,064	0,107	0,280	0,215	0,290	0,147	0,197	0,111	0,206	0,111	0,224
	Nordeste	0,111	0,116	0,125	0,121	0,149	0,103	0,142	0,077	0,083	0,051	0,063
	Sudeste	0,102	0,195	0,202	0,154	0,303	0,151	0,262	0,137	0,288	0,130	0,318
	Sul	0,024	0,064	0,095	0,077	0,103	0,069	0,127	0,066	0,175	0,081	0,165
Total		0,085	0,128	0,154	0,131	0,197	0,117	0,186	0,095	0,182	0,090	0,180

Fonte: Autor

No caso do PSDB, a única região em que o partido apresentou Ipe médio acima da nacional em todas as disputas foi o Sudeste, enquanto na região Sul o partido teve médias abaixo da nacional nas 11 eleições. No Nordeste, o PSDB ficou acima da média nacional em apenas uma disputa (1994) e no Centro-Oeste esteve abaixo da média nacional somente nas duas primeiras eleições do período. A região Norte, assim como no caso do PT, foi a que mais oscilou, ficando acima da média nacional em seis disputas e abaixo nas outras cinco.

Dada a grande heterogeneidade geográfica e considerando que a base de cálculo do Ipe é o município, a seguir apresentamos as estatísticas descritivas de regressão espacial para os índices do PT e PSDB nos 20 anos. Com isso, podemos identificar geograficamente os locais com maior e menor presença dos partidos, além da força da vizinhança para explicar as variações do Ipe. Alguns trabalhos têm apontado a existência de associações geográficas para distribuição de voto para presidente no Brasil (Soares & Terron, 2008; Terron & Soares, 2010; Marzagão, 2013), mas aqui não trataremos das distribuições de votos no espaço, mas sim da distribuição geográfica da presença eleitoral geograficamente distribuída, e, para isso, usaremos duas medidas.

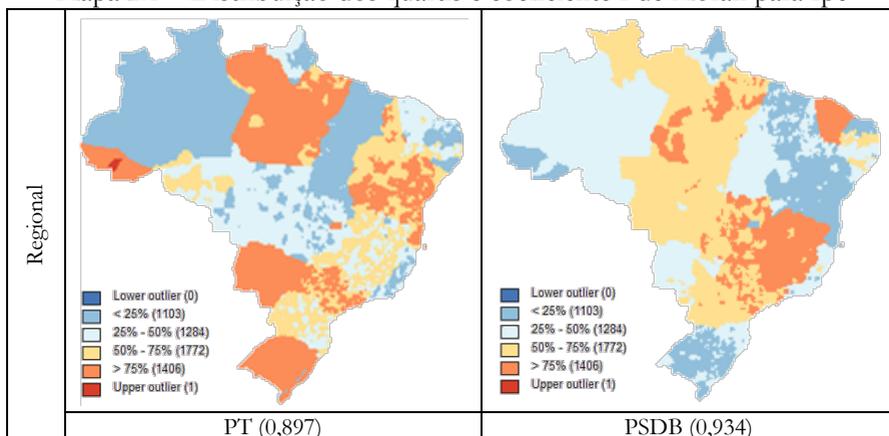
A primeira é o coeficiente de regressão espacial I de Moran, que identifica a associação espacial geral quanto à presença dos partidos por município (Anselin & Rey, 1991). A segunda é a formação de clusters pelo método LISA – sigla em inglês para Indicador Local de Associação Espacial –, que mostra a força da associação consistente entre vizinhos de primeira ordem em relação aos demais, para valores altos e para valores baixos, além de áreas com vizinhanças inconsistentes (Anselin, 1995), ou seja, municípios próximos que

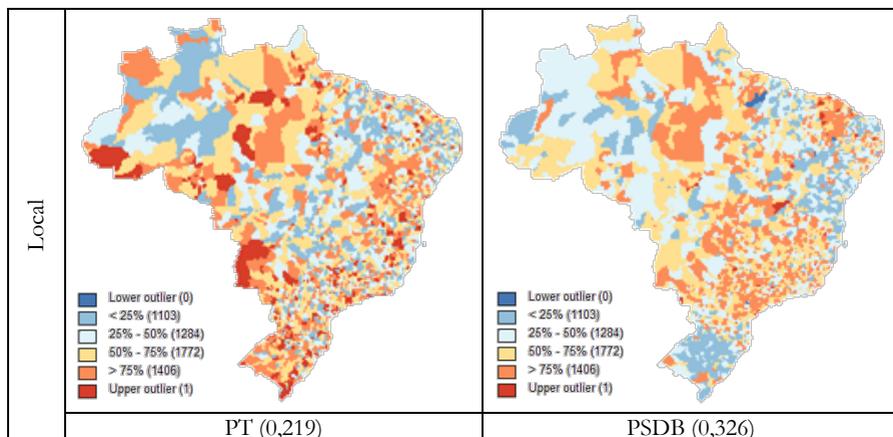
apresentam grandes diferenças de Ipe. Dadas as características do sistema eleitoral brasileiro, espera-se encontrar um coeficiente espacial mais alto nas disputas regionais do que nas locais, que são mais heterogêneas em função do número de distritos eleitorais.

O Mapa 2.1 mostra as distribuições por quartis das médias dos Ipes municipais do PT e do PSDB, em eleições regionais e locais, além do I de Moran para cada conjunto de disputa. Os mapas também marcam a existência de possíveis outliers. O único caso de outlier foi o do município de Santa Rosa do Purus (AC), onde o PT obteve uma média de 0,40 de Ipe, em disputas regionais. Como esperado, os coeficientes de I de Moran são mais altos nas eleições regionais para os dois partidos, ficando em 0,897 para o PT e 0,934 para o PSDB. Já os coeficientes para as disputas locais são baixos, em 0,219 para PT e 0,326 para PSDB.

Isso demonstra que fatores contextuais locais importam mais nesses casos. Já nas disputas nacionais, em que os distritos passam a ser os Estados, o desempenho dos partidos nos municípios torna-se mais homogêneo, aumentando o efeito de vizinhança.

Mapa 2.1 – Distribuição dos quartis e coeficiente I de Moran para Ipe





Fonte: Autor

A Tabela 2.4 mostrou que, no caso do PT, a região Sul foi a única em que o partido apresentou médias de Ipe acima da nacional em todas as eleições do período. O Mapa 2.1 permite detalhar isso. Ele indica que, apesar de o PT ter apresentado, nas eleições municipais, média de Ipe bastante heterogênea entre os Estados da região, nas regionais fica claro que o melhor desempenho do partido em termos de presença eleitoral fica no Rio Grande do Sul (RS). Na região Nordeste o PT tem menor presença eleitoral. O mapa de médias do período mostra que, excetuando o interior da Bahia, em eleições locais o Ipe do partido fica abaixo da mediana, predominando os quartis mais baixos. O mesmo se dá na média das eleições nacionais, onde apenas a área geográfica localizada principalmente na Bahia é a que apresenta maior presença do PT. A maioria dos municípios dos demais Estados da região localiza-se nos quartis inferiores da distribuição.

No caso do PSDB, a região com maiores presenças do partido foi a Sudeste (Tabela 2.4), em complemento, o mapa de distribuição das médias para as eleições regionais mostra que, nessa região, o partido teve desempenhos superiores no Estado de Minas Gerais, com

maior parte dos municípios no quartil superior e inferiores nos estados de Rio de Janeiro e Espírito Santo, com maioria dos municípios nos quartis inferior. Os municípios do Estado de São Paulo, também do Sudeste, ficaram em posição intermediária.

Quanto aos piores desempenhos do PSDB, na região Sul, também fica evidente a divisão espacial. Enquanto o Estado do Paraná apresenta municípios em que o PSDB tem desempenho em geral no quartil superior intermediário, Santa Catarina localiza-se no quartil inferior intermediário e Rio Grande do Sul apresenta os piores desempenhos para o PSDB, com grande parte da área localizada no primeiro quartil.

Ainda que as médias de presença eleitoral indiquem alguns padrões de desempenho dos partidos, elas são estáticas, escondendo possíveis mudanças ao longo do tempo. Como o índice permite comparar o desempenho de PT e PSDB por município, nas 11 eleições ocorridas entre 1994 e 2014, é possível identificar possíveis mudanças geográficas dos partidos ao longo do tempo. Para isso, os Mapas 2.2 e 2.3, a seguir, apresentam os resultados da estatística Lisa para formação de clusters a partir dos Ipes por município.

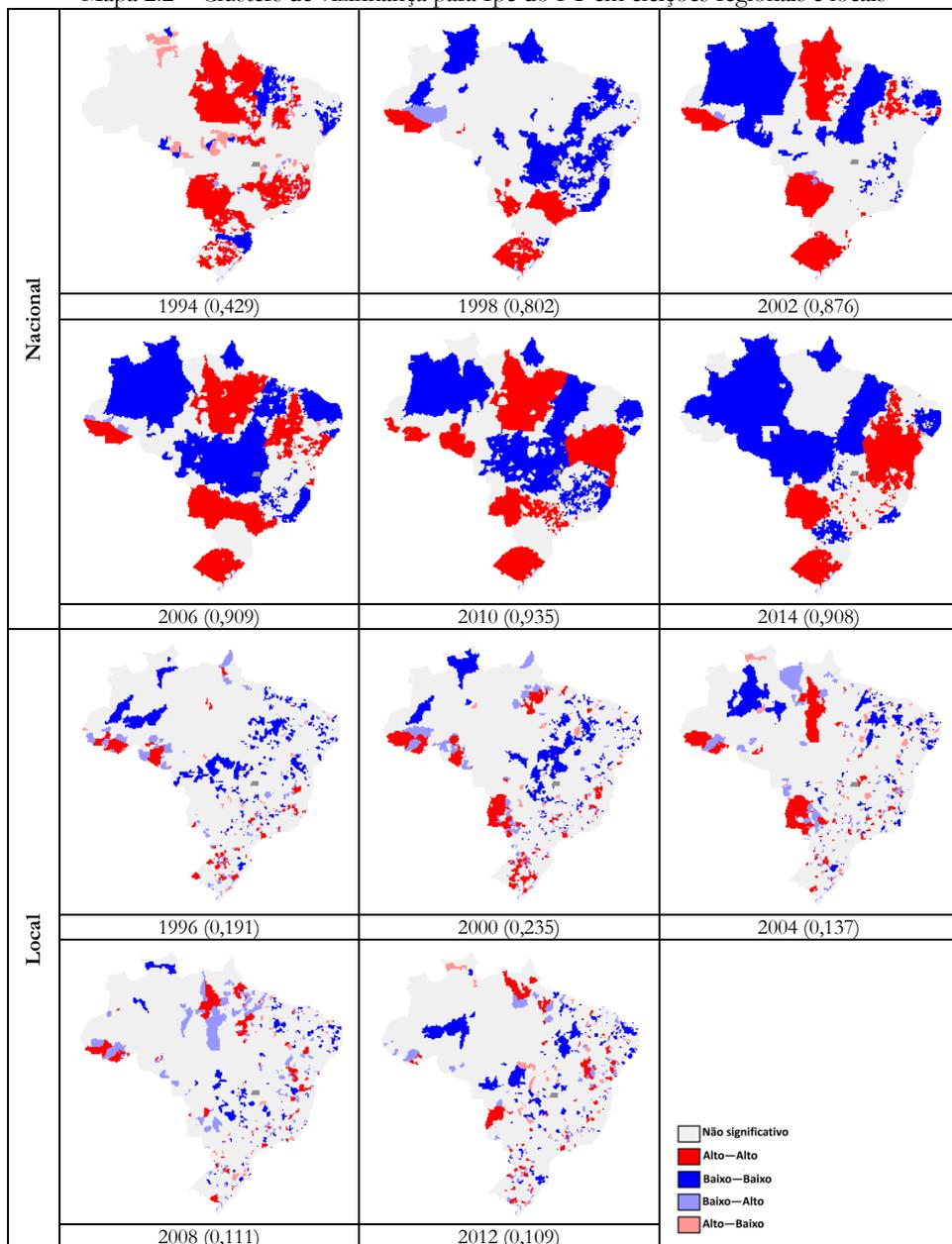
O coeficiente Lisa mostra a associação local da variável e serve como complemento de informação para o coeficiente I de Moran (apresentado para cada eleição). As áreas com tons escuros mostram vizinhanças consistentes (vermelho para índice alto e azul para índice baixo entre vizinhos). Os tons claros mostram vizinhanças inconsistentes (vermelho para presença alta em vizinhança baixa e azul para presença baixa em vizinhança alta). As áreas não demarcadas não apresentaram significância estatística para fazer parte de um dos quatro clusters possíveis.

A sequência de clusters de desempenho do Ipe do PT em elei-

ções locais, no Mapa 2.2, apenas confirma a informação anterior, que é a de baixa correlação espacial do índice nessas eleições. O que não acontece com as disputas regionais. Em conjunto, os clusters permitem visualizar uma série de mudanças ao longo do tempo que não podem ser percebidas na média geral. No início do período de análise, a presença eleitoral do PT nos municípios forma um cluster entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, no Centro-Oeste; Pará, no Norte; Minas Gerais, no Sudeste e em algumas regiões do Rio Grande do Sul. Cluster de baixa presença está principalmente em Santa Catarina, na região Sul, e Maranhão, no Norte.

Na eleição seguinte, percebem-se mudanças. Clusters de alta presença localizam-se no Rio Grande do Sul, São Paulo e Acre, principalmente. Clusters de baixa em Roraima, Amapá, Goiás, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Em 2002, a alta presença está localizada em Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Pará e Acre. Baixa presença em Amazonas, Maranhão, Tocantins e Paraíba, principalmente. Em 2006, os clusters altos são mantidos nos extremos (Rio Grande do Sul, Acre e Pará). Há um crescimento das vizinhanças positivas do Mato Grosso do Sul para São Paulo e um avanço no interior do Nordeste. Os clusters negativos continuam sendo no centro-oeste e Amazonas. Em 2010 a diferença nos clusters positivos é que há um recuo em São Paulo e um avanço no interior do Nordeste em direção ao litoral. Já os clusters negativos estão principalmente nas regiões Centro-Oeste e no Norte, notadamente Maranhão e Amazonas. Na eleição mais recente, em 2014, os clusters de alta presença eleitoral do PT concentram-se em Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e interior do Nordeste. Já os clusters de baixa presença estão no Nordeste, em Sergipe, Alagoas e Pernambuco, principalmente boa parte do centro-oeste e do norte do País.

Mapa 2.2 – Clusters de vizinhança para Ipe do PT em eleições regionais e locais



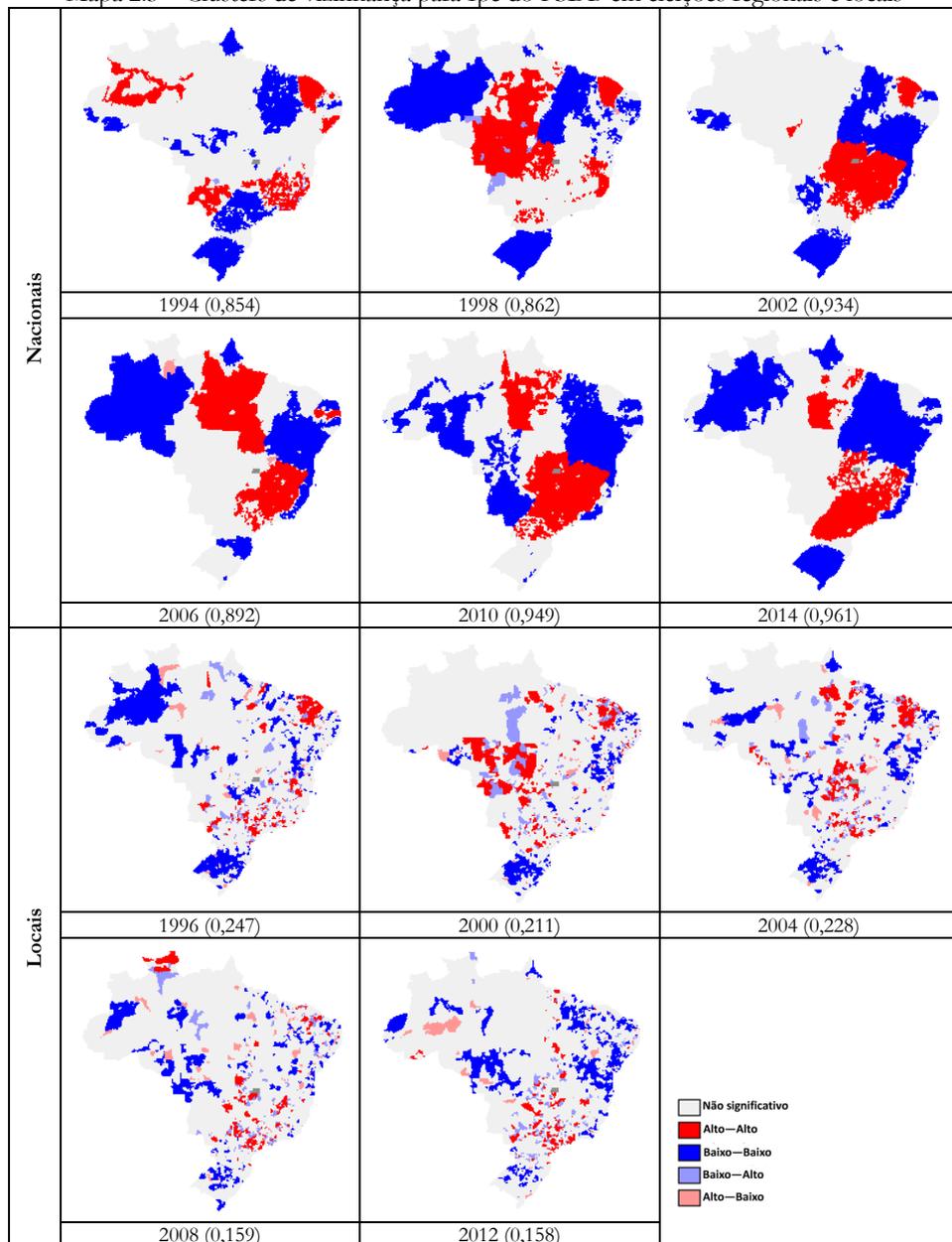
Fonte: Autor

No caso do PSDB, o Mapa 2.3 mostra uma dinâmica temporal similar à do partido anterior, com clusters mais claros nas eleições regionais e praticamente inexistência de vizinhanças estatisticamente significativas para disputas locais. Além disso, os clusters também apresentam mudanças no espaço entre eleições. Em 1994, os clusters são menores, sendo o mais forte deles no Ceará e em grande parte de Sergipe. Também há clusters altos em Minas Gerais, parte do Mato Grosso do Sul e Amazonas.

Entre as regiões com clusters de vizinhança de baixa presença do PSDB estão os estados de São Paulo, no Sudeste, Paraná e Rio Grande do Sul, no Sul; Pará e Roraima, no Norte. Na eleição seguinte, em 1998 os clusters de alta presença localizam-se em regiões do norte do País, no Ceará e em regiões do Espírito Santo e sul da Bahia. Em clusters negativos percebem-se os Estados do Amazonas, Acre e Pará, no Norte, Rio Grande do Sul, no Sul. Na eleição seguinte, em 2002, há apenas dois grandes clusters positivos. O primeiro deles mantém-se no Ceará e o outro no Sudeste, região entre Goiás (Centro-Oeste) e Minas Gerais. Dos clusters negativos se destacam o Rio Grande do Sul, interior da Bahia e Maranhão, no Nordeste. Nas três eleições nacionais seguintes há um processo de concentração de cluster positivo na região Sudeste, indo de Minas Gerais e São Paulo e avançando para Rio de Janeiro, ainda no Sudeste, e Paraná, na região Sul.

O cluster positivo localizado na região Norte, em especial em municípios do Pará, vai diminuindo ao longo do tempo. Em paralelo, o cluster de vizinhança com baixa presença do partido vai passando do Norte e Centro-Oeste para a região Nordeste. Em 2006, há três grandes clusters de baixa presença: Amazonas, interior da Bahia e Santa Catarina. Ao final do período, em 2014, os clusters negativos estão localizados em Amazonas e outras regiões do Norte, praticamente todo o interior do Nordeste e no Estado do Rio Grande do Sul.

Mapa 2.3 – Clusters de vizinhança para Ipe do PSDB em eleições regionais e locais



Fonte: Autor

Como mostram os Mapas 2.2 e 2.3, há diferenças significativas na presença eleitoral de PT e PSDB não apenas em termos de médias dos índices, mas também em distribuições regionais. Os dois partidos estão mais presentes nos municípios em disputas nacionais do que nas municipais. Além disso, a distribuição dos índices nos municípios mostra altos coeficientes de distribuição geral (I de Moran), com crescimento permanente ao longo do tempo.

No caso do PT, o coeficiente começa em 0,429 em 1994 e chega a 0,908, em 2014. Para o PSDB, o coeficiente sobe de 0,854 para 0,961 em disputas regionais. Nas eleições locais, os coeficientes são baixos e apresentam oscilações, sem direção clara. Para o PT, eles giram entre 0,235 a 0,109, com uma tendência leve de queda entre as eleições. No PSDB, ele cai de 0,228 a 0,158 nesses 20 anos analisados. Além disso, os clusters de vizinhança mostraram que os desempenhos municipais dos partidos, de maneira geral, mudam entre duas eleições. Há poucas regiões em que os dois partidos apresentam os mesmos desempenhos, sejam altos ou baixos, em todo o período.

Na maioria dos Estados, os clusters variam entre duas eleições, o que nos indica pelo menos duas coisas importantes. A primeira é que, apesar de o PT e o PSDB terem sido os dois únicos partidos que disputaram todas as eleições presidenciais no período, eles não conseguiram nacionalizar e estabilizar seus desempenhos em disputas subnacionais. A segunda é que as grandes variações geográficas do índice entre duas eleições, principalmente nas disputas nacionais, revelam uma dependência de lideranças regionais ou locais para a presença eleitoral dos partidos.

Notas

10. Como todo instrumento de pesquisa, os índices têm limitações. A principal delas é que eles reduzem as informações analisadas. Além disso, Thurstone (1978) defende que todas as medições feitas de forma indireta são abstratas. Por isso, o que eles representam na verdade são consistências relativas nas variações de seus componentes, identificadas por inferência. O autor demonstra as limitações dos índices ao medir atitudes políticas, por exemplo, a partir de um único índice, propondo o uso de mais de um índice de forma complementar (Thurstone, 1978). De maneira mais crítica, Merlier (1989) identifica no abuso da presença de índices em explicações científicas um desvio que define como “*quantofrenia*”, identificada quando há utilização de informações representadas por números e análises estatísticas para legitimar o discurso acadêmico. Nesse caso, o a utilização de índices como fins para explicação de fenômenos políticos nada mais seria do que criação de artefatos técnicos sem uma reflexão teórica anterior. Evidente que a crítica de Merlier centra-se na utilização indiscriminada de números em substituição à realidade estudada e não ao uso de ferramentas apropriadas para se aproximar do fenômeno empírico a ser analisado. Um índice pode ser útil quando bem utilizado, assim como também é possível construir um discurso subjetivo meramente retórico a partir de artefatos argumentativos teóricos desprovidos de ligação com a realidade. De maneira mais consistente, Nawrath (2015) critica o uso de índices para medições diretas de opiniões. No caso, ela analisa pesquisas de opiniões de estudantes avaliando o desempenho dos professores. Nesses casos, por considerar a relevância de fatores de cunho emocional e psicológico ns resultados, não seria indicado agregar informações de diferentes variáveis em um único indicador. Depreende-se dessas críticas uma conclusão: índice é uma ferramenta mais segura quando usado para agregar variáveis primárias que não representam opiniões ou podem sofrer influência do tipo psicológica. Como o índice proposto aqui é o agregado de informações eleitorais primárias (resultados das eleições e não processo de decisão de voto), as críticas relativas à impossibilidade de controle dos aspectos emocionais no fornecimento de respostas não se aplicam. Além disso, não estamos tratando de informações na dimensão individual (nível microssocial) e sim de componentes agregados (nível macrossocial) a partir de informações cuja unidade primária é o município e não o eleitor.

11. Embora a literatura normalmente use os nomes “índice” e “escala” como sinônimos, existem diferenças entre eles. Tanto índices quanto escalas são variáveis ordinais compostas por diferentes variáveis consideradas indicadores individuais de um mesmo fenômeno. Porém, o índice é formado pela soma dos códigos de cada variável e pela atribuição de pontos, sem que haja uma estrutura de intensidade entre os pontos. A Escala também é construída a partir da atribuição de pontos a determinado padrão, porém, com estruturação e diferentes intensidades. Portanto, as escalas são formas de medidas mais sofisticadas que os índices. Aqui, como não faremos diferenciação

Capítulo 2 - Apresentação do Índice de Presença Eleitoral

por intensidade, construiremos um índice. A criação de escalas é uma das ferramentas mais usadas para a sumarização de valores individuais, por tornar a análise mais rica e simples, ao mesmo tempo (Spector, 1992).

12. No α de Cronbach as validações internas são de três tipos: i) *Criterion-related validity*: identifica a importância de um critério ou conceito para a medição de um comportamento ou resultado que é externo ao próprio instrumento de medida. Depende da correspondência entre os critérios teóricos e a operacionalização dos critérios. ii) *Content-validity*: está relacionada a quanto uma medida empírica reflete o domínio de um conteúdo específico. A validação de conteúdo envolve diferentes passos que são interconectados e é capaz de apresentar quanto o conceito de alienação explica de comportamentos como isolamento e autodistanciamento social. iii) *Construct-validity*: está ligada ao tipo de relação existente entre conceitos e teorias, não aos objetos empíricos. Ela indica o quanto um conceito teórico/abstrato é entendido como válido para determinado contexto teórico. Se houver inconsistência entre as expectativas teóricas e as medidas empíricas, então as medidas não representam da forma esperada o conceito teórico. (CARMINE & ZELLER, 1979).

13. Quanto maior a correlação média entre os componentes do índice, maior será o coeficiente α , já que a correlação média explica quanto de variação real existe dentro de um indicador. Uma implicação é que, quanto maior o número de componentes de um índice, maior tende a ser o coeficiente α , pois quanto mais variáveis, maior a possibilidade de encontrar algum tipo de correlação entre elas (ainda que sejam espúrias). A única prevenção a uma correlação espúria é anterior à operacionalização do índice, quando se testa a validade lógica das variáveis que farão parte do indicador. Sem validade lógica e com muitas variáveis no índice, o risco de uma correlação espúria gerar um coeficiente α alto para o teste de validade é grande. Por isso, a recomendação é sempre ser “econômico” na inclusão de variáveis no índice. A fórmula para o cálculo do α de Cronbach é a seguinte:

$$\alpha = \frac{k}{k-1} \times \frac{St^2 - \sum Si^2}{St^2}$$

Onde:

K= número de variáveis que compõem o índice;

St² = Variância Total (a partir da soma das variâncias individuais);

$\sum Si^2$ = Soma das Variâncias dos componentes do índice.

14. Não é nosso objetivo discutir os motivos para esse comportamento inesperado do índice em 2004, mas utilizá-lo como exemplo para a importância de se realizarem testes de confiabilidade em todos os índices antes de aplicá-los em testes como variável dependente ou explicativa. Uma hipótese para tal fenômeno é a de que, por se tratar da primeira eleição municipal pós-mudança de governo do PSDB para o PT, em 2002, a disputa de 2004 foi caracterizada por uma migração de votos para candidatos a prefeito e vereador vinculados aos partidos mais próximos ao PT, enquanto as fontes de financiamento partidário conti-

nuaram, de maneira refratária, ligadas aos partidos que estavam mais próximos do PSDB. A partir das eleições nacionais de 2006, já teria havido um novo realinhamento entre fontes de financiamento e novos partidos no governo e na oposição.

15. Há exceções para distritos eleitorais pequenos, onde é possível apresentar até duas vezes o número de vagas em disputa no distrito.

16. À exceção das eleições parciais para o Senado, quando são preenchidos 2/3 das cadeiras, com duas vagas por distrito eleitoral. Nesse caso, o partido pode optar por apresentar um ou dois candidatos por distrito eleitoral.

17. Os valores de 0,5 para eleito e 0,25 para candidato, diferenciando da ausência de concorrentes, foram obtidos a partir de testes de variância, optando pelos valores que permitam diferenciar partidos com maior presença (candidato eleito) do que não tem nenhuma presença na circunscrição eleitoral, sem que isso gere uma diferença com impacto maior que as demais dimensões.

18. Para análises de desempenho partidário e resultados eleitorais, os recursos de campanha não podem ser considerados dimensão própria, pois são usados como meio para organizar as campanhas em busca do convencimento do eleitor, que é o fim. Aqui nos filiamos à ideia de que o que importa nas eleições são os partidos, seus candidatos e os eleitores. Reconhecemos que dinheiro é uma condição necessária, porém, não suficiente para explicar o resultado das disputas eleitorais e é isso o que justifica uma dimensão própria para os recursos de campanha. A dimensão recursos de campanha permite contrastá-la com as outras duas dimensões, desempenho majoritário e proporcional, de maneira independente para explicar os resultados eleitorais.

19. Em 2015, o Congresso fez uma minirreforma nas leis eleitorais e proibiu as doações de empresas a candidatos ou partidos durante os períodos eleitorais. Um provável efeito é que, já nas eleições de 2016, exista um maior equilíbrio entre as arrecadações dos candidatos, que só poderão ser feitas por eleitores, pessoas físicas.

20. As doações para campanha de presidente não entram porque o distrito eleitoral da campanha presidencial é o País e muitos doadores (empresas) se encontram em vários estados. A opção técnica mais lógica seria manter uma constante para todos os municípios, o que teria efeito nulo.

21. Algumas explicações possíveis podem ser mobilizadas, embora o objetivo não seja testá-las. A primeira é de ordem político-partidária. Dadas as características do sistema multipartidário brasileiro, a necessidade de alianças entre partidos dá poder às siglas que não apresentam candidato a presidente, porém, exigem que seus partidos sejam prota-

Capítulo 2 - Apresentação do Índice de Presença Eleitoral

gonistas em disputas regionais. Assim, não raras vezes o partido que está na cabeça da coligação nacional abre mão de apresentar candidatos em disputas regionais em vários Estados brasileiros. A necessidade de agregar partidos em torno da candidatura já apresentada pela sigla que está no governo explicaria as oscilações do Ipe do PT em eleições nacionais no período em que governa. Já no caso do PSDB, essa hipótese não se confirma, pois o partido apresenta crescimento de Ipe no período em que esteve no governo, demonstrando que atuou fazendo menos concessões a aliados regionais de outras siglas. Já no caso das eleições municipais, a relação entre estar no governo federal e ter Ipe alto ou crescente nas disputas locais é mais forte. Seja porque nas disputas municipais o partido do governo federal não precisa “ceder” espaço eleitoral aos aliados, seja porque no sistema federativo brasileiro as relações diretas entre governo federal e ente municipal permitiriam a criação de redes clientelistas diretas e verticais entre partido da presidência e municípios através de transferências de recursos, participação em programas federais ou obras públicas.

22. Para uma identificação das regiões e siglas dos Estados (Unidades da Federação) utilizadas aqui, consultar o Anexo 2.2.

23. Para verificar as médias de Ipe por ano eleitoral e por Estado (UF) consultar Anexo 2.3.

Capítulo 3

Eleições nacionais e desempenho regional do PSDB e PT

No período analisado aqui, há uma diferença entre as disputas majoritárias e proporcionais no que diz respeito ao número de partidos que participam das eleições, ainda que sejam concomitantes. Durante os 20 anos decorridos entre 1994 e 2014, há uma estabilidade no que diz respeito às disputas majoritárias (governador e senador) e uma variação positiva para o número de partidos que elegem candidatos em eleições proporcionais (deputado federal e estadual)²⁴. A Tabela 3.1 mostra os principais indicadores das disputas para os cargos eleitos majoritariamente: número de candidatos por vaga, percentual de eleitos por partido e Número Efetivo de Partidos (Nep)²⁵ nas disputas.

No caso de governador, a concorrência, medida por candidato/vaga, é a mais estável em todo o período, partindo da média nacional de 4,9 candidatos/vaga em 1994 para 6,4 em 2014. Em média, o crescimento foi de apenas 6% entre duas eleições imediatamente

consequentes no período. As eleições de 2002 e 2006 apresentaram as maiores médias, passando de sete candidatos/vaga de média. Em seguida, percebe-se uma queda. O percentual de eleitos mede o crescimento da capacidade de alcançar sucesso eleitoral dos partidos. Se houver crescimento, significa que os partidos estão apresentando candidatos mais viáveis para disputar o cargo. Assim, a média do período foi estável, com 0,98 de diferença entre duas eleições. Ela passa de 21,6% de eleitos em 1994 para 17,1% em 2014.

O número de partidos efetivos (Nep)²⁶, calculado para todo o País por eleição, mostra outra estabilidade nas disputas para governador de Estado. Ele começa com 5,09 partidos efetivos em 1994 para chegar a 5,92 em 2014, com um crescimento de apenas 3% entre duas eleições consecutivas. O maior Nep foi em 2002, com 6,12, e o menor, na eleição seguinte, com 4,7 em 2006. O gráfico abaixo (na Tabela 3.1), com os logs dos valores, mostra a estabilidade ao longo do período todo. Importante notar que 2002, ano com as maiores variações de número de candidatos e partidos efetivos na disputa, foi a eleição em que o PT substituiu o PSDB na Presidência da República.

Como as eleições para o Senado são alternadas, com uma vaga em uma disputa e duas vagas na seguinte, é preciso cuidado para comparar temporalmente os dados de partidos e candidatos na disputa. Em 1994, 2002 e 2010, com duas vagas em disputa por Unidade da Federação, é natural que exista um número maior de concorrentes e partidos na eleição. Ainda assim, o número de candidatos/vaga é o que apresenta a maior diferença no período, com média de 21% de crescimento entre duas disputas no período.

No entanto, quando comparamos os resultados por eleição com mesmo número de vagas em disputa, percebemos uma queda

no número de candidatos/vaga no final do período. Nas eleições com duas vagas, há um crescimento entre 1994 e 2002, para uma queda acentuada de 2002 para 2010, chegando a 3,94 candidatos/vaga neste ano. Nas disputas com apenas uma vaga o comportamento é o mesmo. Cresce o número de candidatos/vaga entre 1998 e 2006, para depois cair em 2014, chegando a 6,14 candidatos/vaga na última disputa analisada aqui.

O percentual de eleitos segue o mesmo padrão anterior. Quando há uma média menor de candidatos/vaga acontece um crescimento do percentual de eleitos, o que é esperado. Por exemplo, em 2010, há 28,8% de eleitos, ou seja, um em cada quatro candidatos conseguiu se eleger naquele ano. Nas disputas com duas vagas, com maior média de concorrentes, há uma queda no percentual de eleitos. A menor delas foi em 2006, com apenas 14,7% de eleitos. A diferença média entre duas disputas ficou praticamente estável, com 1,01.

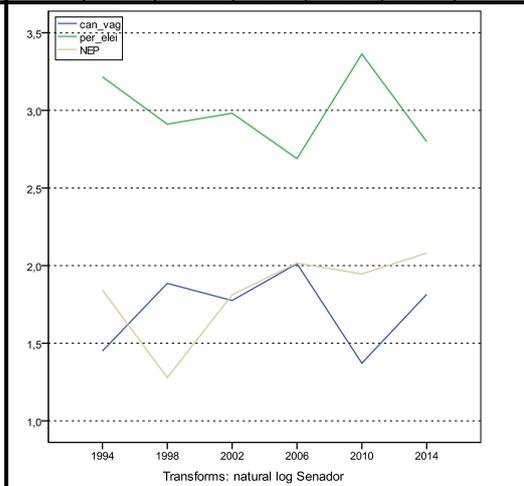
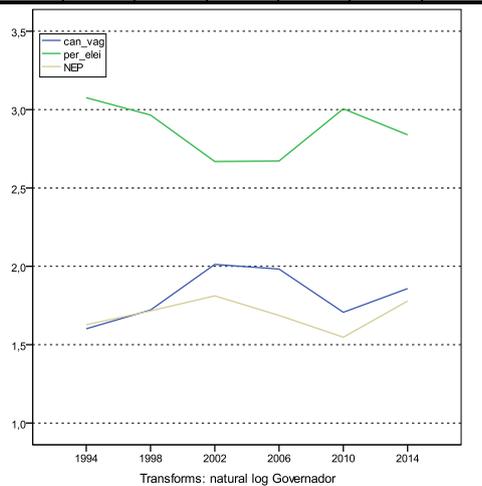
O número efetivo de partidos nas disputas para senador apresenta um crescimento médio no período de 10% (1,10) entre duas disputas. Ele sai de 6,3 partidos efetivos em 1994, chegando a 7 partidos efetivos em 2010, quando há duas vagas em disputa. Com apenas uma vaga, em 1998 o Nep é de 3,59, subindo para 8,01 em 2014, o que é o maior crescimento do período. Assim como acontece com as disputas para governador, no caso do Senado também se percebem grandes variações na eleição de 2002, quando há mudança no partido que vence a eleição nacional.

Comparando com outras eleições com duas vagas em disputa, em 2002 há o maior número de candidatos/vaga ao Senado, o menor percentual de eleitos e o menor Nep – comparando com 1994 e 2010. Ou seja, no caso do Senado, também houve uma concentração de forças partidárias em 2002. Nas demais disputas, é possível

Tab. 3.1 – Estatísticas descritivas – indicadores para Governador e Senador 1994-2014

Indicador	Governador							Senador							
	1994	1998	2002	2006	2010	2014	Méd.	1994*	1998	2002*	2006	2010*	2014	Méd.	
Can	N	4,96	5,59	7,48	7,26	5,51	6,41		4,26	6,59	5,90	7,48	3,94	6,14	
Vag	Dif.	1,00	1,13	1,34	0,97	0,76	1,16	1,06	1,00	1,55	1,34	1,27	0,53	1,56	1,21
%	N	21,67	19,40	14,42	14,47	20,19	17,10		24,92	18,38	19,72	14,72	28,88	16,42	
Eleit.	Dif.	1,00	0,90	0,74	1,00	1,40	0,85	0,98	1,00	0,74	1,07	0,75	1,96	0,57	1,01
Nep	N	5,09	5,56	6,12	5,40	4,70	5,92		6,31	3,59	6,12	7,51	7,00	8,01	
	Dif.	1,00	1,09	1,10	0,88	0,87	1,26	1,03	1,00	0,57	1,70	1,23	0,93	1,14	1,10

Gráficos Comparativos



*eleições com dois senadores eleitos por distrito eleitoral

Fonte: Autor

encontrar indicadores bastante estáveis ou com tendência gradual, como indica o gráfico ao final da Tabela 3.1.

O comportamento percebido nas disputas proporcionais, para deputado federal e estadual, é distinto do descrito anteriormente. Entre 1994 e 2014, percebemos um gradual e permanente crescimento no número de candidatos, no percentual de eleitos e de partidos efetivos, tanto para deputados estaduais como federais no Brasil. A média de candidatos/vaga para deputado federal é duplicada, passando de 5,2 em 1994 para 11,5 em 2014, com crescimento de 15% (1,15) médio entre duas disputas no período. O percentual de eleitos também duplica, passando de 6,28 para 12,58, entre 1994 e 2014.

Esses dois indicadores juntos mostram que o conjunto de partidos apresentou mais candidatos por vaga no período, no entanto, cada partido, individualmente, tendeu a apresentar candidatos mais aptos e com maiores chances de sucesso. Por isso, há um crescimento na mesma direção dos dois indicadores. O aumento no número de partidos efetivos é o que explica o maior percentual de eleitos junto à proporção de candidato/vaga.

No caso das eleições para deputado federal, o Nep passa de 8,14 em 1994 e chega a 13,21 em 2014. Há um crescimento gradual nos três indicadores ao longo do tempo, como mostra o Gráfico abaixo (Tabela 3.2), com os logs dos valores por ano. Há um crescimento médio entre duas eleições de 15% na proporção de candidato/vaga, de 13% de eleitos e de 9% no Número Efetivo de Partidos (Nep) para deputado federal.

Os indicadores para as disputas de Deputado Estadual seguem o mesmo padrão anterior, com crescimento gradual ao longo do período analisado. A proporção de candidato/vaga passa de 7,0 em 1994 para 15,5 em 2014, mais do que dobrando. O mesmo ocor-

re com o percentual de eleitos, que vai de 8,0% para 16,5% no final do período. O crescimento no Número de Partidos Efetivos, que sobe de 9,2 em 1994 para 15,9 em 2014, também explica o avanço na mesma direção dos dois indicadores anteriores. Ou seja, o aumento no número de partidos nas eleições brasileiras não é apenas uma “inflação” de legendas. Ele traz como consequência uma ampliação no número de candidatos, o que seria esperado, aliada a um aumento na proporção de eleitos em relação ao total de concorrentes.

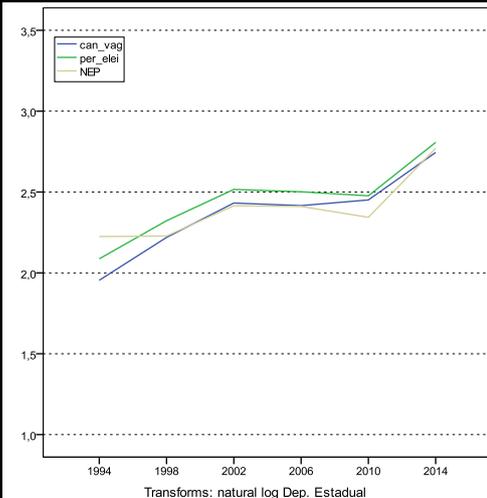
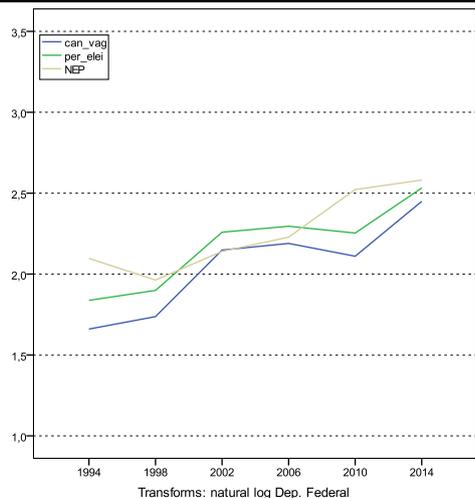
É possível inferir, a partir desses resultados, que a elite política brasileira se distribui em um número maior de partidos porque isso garante maior chance de sucesso nas disputas – em boa medida dadas as particularidades do sistema eleitoral proporcional brasileiro, que une listas partidárias de candidatos pós-ordenadas por voto pessoal, com possibilidade de voto em partido e existência de coligações partidárias eleitorais nas disputas proporcionais. Assim, é possível ter, ao mesmo tempo, no sistema eleitoral um crescimento médio entre duas eleições de 14% (1,14) na proporção de candidato/vaga, 13% (1,13) no percentual de eleitos e 11% (1,11) no número de partidos efetivos para deputado estadual.

Ao analisar a série temporal dos indicadores para deputado estadual, é possível perceber três períodos distintos. Um crescimento entre 1994 e 2002, uma estabilidade entre 2002 e 2010, e um novo momento de aumento entre as últimas duas disputas, 2010 e 2014. Nessas últimas duas disputas é quando ocorre o maior salto entre proporção de candidato/vaga, percentual de eleitos e Número Efetivo de Partidos. O caso mais extremo é justamente a variação do Nep em 2014. O indicador varia entre 9,2 e 11,1 durante as eleições de 1994 e 2010, para apresentar um crescimento abrupto em 2014, subindo para 15,9 nesse ano.

Tab. 3.2 – Estatísticas descritivas – indicadores para Dep. Federal e Estadual 1994-2014

Indicador		Deputado Federal							Deputado Estadual						
		1994	1998	2002	2006	2010	2014	Méd.	1994	1998	2002	2006	2010	2014	Méd.
Can	N	5,26	5,68	8,57	8,93	8,25	11,58		7,06	9,20	11,38	11,20	11,60	15,56	
	Vag	Dif.	1,0	1,08	1,51	1,04	0,92	1,40	1,15	1,0	1,3	1,24	0,98	1,03	1,34
%	N	6,28	6,68	9,57	9,93	9,52	12,58		8,06	10,20	12,38	12,20	11,90	16,56	
	Eleit.	Dif.	1,0	1,06	1,43	1,04	0,95	1,32	1,13	1,0	1,27	1,21	0,99	0,97	1,39
Nep	N	8,14	7,12	8,50	9,28	12,46	13,21		9,25	9,28	11,19	11,14	10,42	15,96	
	Dif.	1,0	0,87	1,19	1,09	1,34	1,06	1,09	1,0	1,00	1,21	1,00	0,93	1,53	1,11

Gráficos Comparativos



Fonte: autor

Apresentados os indicadores gerais, o próximo passo será analisar as estatísticas descritivas das eleições para cada cargo, com um teste de diferença de médias (Anova) por região do País. O objetivo é identificar se as manutenções (no caso de disputas majoritárias) e mudanças (nas eleições proporcionais) dão-se de maneira homogênea em todas as regiões do País²⁷ ou se há discrepâncias regionais no que diz respeito aos padrões de concorrência eleitoral por cargo.

Peña (2005) mostra como o número de circunscrições eleitorais em um sistema representativo influencia a competição. As estatísticas descritivas para disputas aos governos de Estado mostram estabilidade entre média e desvio padrão, com um desvio variando entre 1,3 e 2,4 em todo o período, seguindo as variações das médias, de 4,9 a 7,4 candidatos por UF. Os Estados que apresentaram os maiores números de candidatos estão, em sua quase totalidade, na região Sudeste (Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo). Exceto na disputa de 2010, quando o maior número de candidatos fica com o Rio Grande do Sul (região Sul), e de 2014, que fica no Estado de Alagoas, região Nordeste.

Já entre as UFs com menos candidatos a governador tendem a aparecer principalmente as da região Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Nenhum Estado do Sudeste figura entre os com menor número de candidatos a governador entre 1994 e 2014. Da região Sul, apenas o Paraná, em 1998, está entre as UFs com menos concorrentes. O teste de diferenças de médias Anova por região indica qual a possibilidade estatística de rejeitar a hipótese de que não existem diferenças entre os números de candidatos por região do País. Se houver uma distribuição

homogênea de candidaturas entre as UFs de diferentes regiões, o coeficiente F da Anova será baixo e o nível de significância ficará acima de 0,050. Se as variações entre números de candidaturas por região forem altas o suficiente, com $p < 0,050$, isso indicará alguma heterogeneidade entre regiões do País.

Ainda não é possível indicar quais regiões são distintas em médias de concorrentes. Os coeficientes são estatisticamente significativos entre 1994 e 2010, indicando diferenças entre pelo menos duas regiões do País. Em 2014, as diferenças das médias perdem significância estatística, o que mostra que os números de candidatos em todas as regiões, nesse ano, foram mais próximos entre si – aqui é um indicador de homogeneidade das disputas em todo o País. O total de candidatos a governador por ano varia de 134 em 1994, alcançando o maior número em 2002, com 202 concorrentes, para depois voltar a cair para 166, na última eleição.

Um comportamento muito similar é percebido no caso das eleições para o Senado. A média oscilando de 3,94 a 7,48 (com variações em função do número de vagas em disputa) é acompanhada por um desvio padrão relativamente baixo, que gira em torno de 1,0 a 2,7. Quanto aos Estados com maiores números de candidatos, o comportamento também é parecido com o anterior. No início do período, aparecem UFs da região Sudeste, São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ). No final, em 2010 Sergipe (SE), no Nordeste, e em 2014 Pará (PA), na região Norte, são as UFs com maior número de candidatos a senador. Quanto aos menores números de candidatos ao Senado, os valores oscilam entre UFs das regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste. Novamente não aparecem UFs das regiões Sudeste e

Sul entre os com menor número de concorrentes.

A estatística F do teste de diferença de média Anova para senador indica o mesmo comportamento das disputas ao governo. Há diferenças estatisticamente significativas entre as regiões entre 1994 e 2010, para em 2014 não ser mais possível encontrar a heterogeneidade. Isso demonstra que, nos casos das duas disputas majoritárias, a eleição mais recente mostrou maior nacionalização do sistema eleitoral, quando medido pelo número médio de candidatos por vaga em disputa. O número máximo de candidatos em disputas com duas vagas foi em 2002, com 319 concorrentes, e o mínimo foi em 2010, com 213. Já nas eleições com apenas uma vaga para o Senado, o número máximo de candidatos foi em 2006, com 202 concorrentes, e o mínimo foi em 1998, com 169 candidatos a 27 vagas. Merece registro o fato de que as duas disputas do meio do período (2002 e 2006) foram as que tiveram as maiores concorrências para o Senado.

Tab. 3.3 – Estatísticas descritivas e ANOVA para cand./vaga por região - Majoritárias

Cargo	Estatística	1994	1998	2002	2006	2010	2014
Governador	Média	4,96	5,59	7,48	7,26	5,51	6,41
	Desvio Padrão	1,45	2,00	2,41	2,14	1,60	1,38
	Máximo	8 (MG,SP,RJ)	13 (RJ)	15 (SP)	14 (SP)	9 (RS)	9 (AL)
	Mínimo	3 (MT, AM)	4 (AC, BA, TO, AM, RO, PR, MS, AP)	5 (AC, TO, AM, MT, RR)	4 (MS)	2 (TO)	4 (RR, CE, AC)
	N candidatos	134	151	202	196	149	166
	Anova/região	4,142 (0,012)	5,684 (0,003)	5,075 (0,005)	3,518(0,023)	7,651(0,001)	2,380 (0,083)
Senador	Média	4,26	6,26	5,90	7,48	3,94	6,14
	Desvio Padrão	1,07	2,77	2,52	2,42	1,27	1,72
	Máximo	13 (SP, RJ)	14 (RJ)	26 (SP)	15 (SP)	12 (SP,SE)	11 (PA)
	Mínimo	5 (MT, SE)	3 (AC)	6 (AC, AP, TO)	4 (AC,PA)	3 (TO)	4 (CE, AC)
	N candidatos	230	169	319	202	213	175
	Anova/região	5,887 (0,002)	6,229 (0,002)	3,594 (0,021)	4,035(0,013)	3,973(0,014)	0,910 (0,475)

Fonte: Autor

Nas eleições proporcionais, notam-se diferenças em relação às majoritárias. A começar pelas disputas para deputado federal, há um crescimento constante no número de candidato/vaga em média, passando de 5,2 para 11,5 entre 1994 e 2014, pouco mais que o dobro no final em relação ao início do período. No entanto, o desvio padrão praticamente triplica, indo de 1,3 para 3,7 no mesmo período. Isso indica que a variação no número de candidatos entre as unidades da federação foi maior que a variação da média de concorrentes no período.

Em relação à maior média de candidatos por vaga, nas três primeiras disputas variou entre Rondônia (RO), na região Norte, Distrito Federal (DF), no Centro-Oeste e Bahia (BA), Nordeste. De 2006 a 2014, o Rio de Janeiro (RJ), do Sudeste, foi o Estado que apresentou a maior média de candidato/vaga para deputado federal. A menor média de candidatos no período ficou entre Distrito Federal (DF) e Tocantins (TO), do Centro-Oeste, Bahia (BA), no Nordeste, e Acre (AC) no Norte. Nenhuma UF das regiões Sudeste e Sul apresentaram médias de candidato/vaga mais baixas para deputado federal.

Em todo o país, o número de candidatos a deputado federal dobra no período, passando de 3 mil em 1994 para 6,4 mil em 2014. Ao contrário das eleições majoritárias, os testes de diferenças de médias de candidato/vaga por região mostram-se estatisticamente significativos em todo o período. Isso indica a existência de diferenças na concorrência para as vagas à Câmara de Deputados nas duas décadas em análise. Excetuando a eleição de 1998, com o coeficiente F mais baixo do período (3,585), em todas as demais os coeficientes giram em torno de 8,7 e 10,1, com nível de significância de 0,000, indicando diferenças estatísticas na concorrência para Câmara de Deputados entre as regiões do País.

Os resultados para as disputas às assembleias legislativas estaduais seguem o mesmo padrão das eleições para deputado federal. As médias gerais de candidato/vaga passam de sete para 15,5 entre as seis eleições analisadas. O desvio padrão cresce mais que a média, indo de 2,3 para 6,9, praticamente triplicando. Ou seja, também aponta crescimento da heterogeneidade entre UFs para os números de candidatos a deputado estadual.

Quanto às concorrências, as maiores médias de candidato/vaga a deputado estadual concentram-se no Rio de Janeiro (RJ), região Sudeste, nas duas primeiras eleições, e Distrito Federal (DF), Centro-Oeste, nas demais. O número total de candidatos dobra no período, passando de 7,9 mil em 1994 para 16,4 mil em 2014. Assim como no caso dos deputados federais, o teste de diferença de médias Anova para as candidaturas às assembleias legislativas mostra coeficientes F altos e estatisticamente significativos para todo o período. Ou seja, aqui também é possível rejeitar a hipótese de que há homogeneidade nas distribuições das médias. Estados de algumas regiões apresentam médias superiores às de outras regiões e isso é consistente do ponto de vista estatístico.

Tab. 3.4 – Estatísticas descritivas e ANOVA para cand./vaga por região - Proporcionalis

Cargo	Estatística	1994	1998	2002	2006	2010	2014
Dep. Federal	Média	5,26	5,68	8,57	8,93	5,05	11,58
	Desvio Padrão	1,39	3,34	2,17	2,30	2,63	3,70
	Máximo	8,50 (RO)	20,81 (DF)	3,44 (BA)	15,00 (RJ)	16,33 (RJ)	22,02 (RJ)
	Mínimo	2,31 (DF)	2,03 (BA)	13,38 (DF)	5,54 (BA)	4,63 (AC)	6,50 (TO)
	N candidatos	3.008	3.436	4.298	4.956	4.887	6.482
	Teste Anova/região	8,733(0,000)	3,585 (0,021)	10,190(0,000)	9,027(0,000)	8,739(0,000)	9,381(0,000)
Dep. Estadual	Média	7,06	9,20	11,38	11,20	11,60	15,56
	Desvio Padrão	2,35	2,89	4,56	4,80	5,61	6,95
	Máximo	14,37 (RJ)	18,86 (RJ)	26,21 (DF)	26,00 (DF)	33,25 (DF)	41,17 (DF)
	Mínimo	3,97 (PI)	5,19 (PB)	5,64 (PB)	6,00 (PI)	5,25 (SE)	7,21 (SE)
	N candidatos	7.962	10.268	11.975	12.136	12.604	16.453
	Teste Anova/região	8,043(0,000)	9,059 (0,000)	6,183 (0,002)	6,847(0,001)	7,207(0,001)	7,244(0,001)

Fonte: Autor

Até aqui, as estatísticas descritivas e os testes de médias mostraram, por um lado, a estabilidade com tendência de homogeneização nacional nas disputas majoritárias e, por outro, um crescimento na concorrência com manutenção das diferenças regionais das eleições proporcionais. O teste de diferença de médias Anova não permite identificar quantas e quais regiões são distintas do ponto de vista estatístico, apenas mostra que há diferenças.

Para avançar na análise e identificar que regiões apresentam médias estatisticamente distintas das demais, a Tabela 3.5, a seguir, mostra os resultados do teste de Tukey para subconjuntos por homogeneidade de médias. Este teste distribui os casos (aqui as regiões do País) por médias da variável analisada (média de candidato/vaga para cada cargo)²⁸. Se os coeficientes de duas regiões forem estatisticamente distintos, o teste criará um subconjunto para cada um deles. No limite, quando há total homogeneidade e não é possível distinguir subgrupos estatisticamente, o resultado é um único subconjunto; ou, quando há grandes diferenças de médias entre os casos é possível que exista um subconjunto para cada caso. Aqui, o extremo seria a criação de cinco subconjuntos, um para cada região do País, se as médias fossem estatisticamente distintas entre todas elas.

Por ser um teste que considera as médias de uma região em relação a cada uma das demais e não sobre o conjunto delas, o teste de Tukey pode apresentar algumas diferenças em relação aos resultados da Anova. Por exemplo, é o que ocorre com as disputas para deputado federal em 1998. Segundo o coeficiente Anova (Tabela 3.4 acima), as diferenças são estatisticamente significativas, embora o nível de significância se aproxime do limite

crítico (0,020). Já no teste Tukey (Tab. 3.5) a eleição para deputado federal de 1998 apresenta um único subconjunto, o que nos permitiria concluir que as diferenças de médias não são significativas do ponto de vista estatístico. Quando essas inconsistências ocorrerem, assumiremos os resultados do teste de homogeneidade dos subconjuntos de Tukey por ser mais robusto que a estatística F da Anova.

A Tabela 3.5, a seguir, mostra, no geral, uma homogeneidade nas distribuições das médias de candidato/vaga por região do País para os quatro cargos em disputa nas seis eleições regionais analisadas. São formados, no máximo, dois subconjuntos por ano e cargo. No caso das eleições para governador, o que os resultados mostram é que, em todas as eleições, as regiões Sudeste (SD) e Sul (SU) apresentam as maiores médias de números de candidatos. Mesmo em 2014, quando não há diferença em dois subconjuntos, as duas regiões continuam apresentando as maiores médias. No lado oposto, as regiões que apresentam as médias mais baixas de candidatos a governador são Norte (NO) e Centro-Oeste (CO).

Outra informação importante é que, embora em 2014 tenha ocorrido uma redução de dois para um único conjunto, a distância entre a média mais alta e mais baixa não caiu, ficando em torno de 2,7 pontos percentuais. Ou seja, as diferenças mantiveram-se estáveis ao longo de todo o período, a despeito de variações importantes, como a de 2002, quando a região Norte (NO) apresentou uma média de 5,7 candidatos/vaga, contra média de 10 candidatos/vaga no Sudeste (SD) e Sul (SU).

No caso das eleições para o Senado, o padrão é o mesmo. Sudeste (SD) e Sul (SU) são as regiões que apresentam as maiores

médias de candidatos em todo o período. Porém, a maior diferença entre os extremos se dá em 2002, quando a região Norte (NO) apresentou média de 9,57 candidatos e o Sudeste (SD) praticamente o dobro, com 18,25 concorrentes de média por UF. A diferença das médias dos extremos em 1994 é de 4,7 candidatos/vaga entre Centro-Oeste (CO) e Sudeste (SD), caindo para uma diferença de apenas 1,7 candidato/vaga entre Nordeste (NE) e Sul (SU) em 2014.

Já nas eleições proporcionais, as variações entre regiões são mais comuns. Ainda que o Sudeste (SD) apareça sempre no subconjunto das maiores médias de candidato/vaga para deputado federal, em 1994 ele é acompanhado pelo Norte (NO) e em 2010 e 2014 pelo Centro-Oeste (CO). Estas duas regiões não apresentaram médias altas de candidato/vaga nas disputas majoritárias. Por outro lado, a região Sul (SU) apresenta grandes variações, com média mais baixa em 2002 e 2014, porém, figurando no subgrupo com média superior em 2010.

No caso das eleições para deputado estadual, as oscilações também são percebidas, embora entre outras regiões. Sudeste (SD) está entre as maiores médias em cinco das seis eleições. Apenas em 2002 é que a região fica no ponto central da distribuição, com 13,67 candidatos/vaga a deputado estadual. Importante notar que não há uma queda do SD nessa eleição, mas, sim, um crescimento das médias das outras. O Centro-Oeste é uma região que apresenta médias altas ao longo do período. Na outra ponta, as regiões Nordeste (NE) e Sul (SU) são as que têm médias mais baixas para concorrência de deputado estadual, ao longo de todo o período analisado.

Tab. 3.5 – Teste de homogeneidade de subconjuntos Regiões – número de candidatos
Eleições Majoritárias e relação candidato/vaga - Eleições Proporcionais

ANO	GOVERNADOR			SENADOR			DEP. FEDERAL			DEP. ESTADUAL		
1994		1	2		1	2		1	2		1	2
	CO	4,25		CO	7,00		CO	4,25		NE	5,88	
	NO	4,42		NE	7,55		NE	4,50		SU	5,90	
	NE	4,55		NO	8,42		SU	5,15		CO	7,10	7,10
	SU	5,66	5,66	SU	9,33	9,33	NO	5,71	5,71	NO	7,23	7,23
	SD		7,00	SD		11,75	SD		7,22	SD		10,18
1998		1	2		1	2		1			1	2
	NO	4,29		NO	4,71		NE	4,00		NE	7,36	
	NE	5,22		CO	5,50		NO	5,26		SU	7,42	
	CO	5,50		NE	5,56		SU	5,41		CO	8,70	
	SU	5,67		SU	7,00	7,00	SD	7,16		NO	10,23	10,23
	SD		8,75	SD		10,75	CO	8,91		SD		13,33
2002		1	2		1	2		1			1	
	NO	5,71		NO	9,57		SU	7,07		SU	8,02	
	CO	6,25		CO	10,25	10,25	NE	7,41		NE	8,19	
	NE	7,44	7,44	NE	10,33	10,33	NO	8,83		SD	13,67	
	SD		10,00	SU	15,00	15,00	CO	10,13		NO	13,80	
	SU		10,00	SD		18,25	SD	10,26		CO	14,52	
2006		1	2		1	2		1	2		1	
	CO	6,00		NO	5,43		NE	7,55		NE	7,95	
	NO	6,43	6,43	CO	7,25	7,25	NO	8,56	8,56	SU	8,65	
	NE	6,78	6,78	NE	7,56	7,56	SU	8,59	8,59	CO	13,22	
	SD	9,25	9,25	SU	8,67	8,67	CO	10,02	10,02	NO	13,29	
	SU		9,67	SD		10,25	SD		11,84	SD		14,71
2010		1	2		1	2		1	2		1	
	NO	4,14		NO	5,43		NO	6,97		NE	7,84	
	CO	4,25		CO	7,25	7,25	NE	7,03		SU	9,09	
	NE	6,11	6,11	NE	8,89	8,89	CO	8,90	8,90	NO	12,53	
	SD	6,25	6,25	SD	9,25	9,25	SU	8,92	8,92	SD	15,45	
	SU		7,67	SU		9,67	SD		12,03	CO	16,45	
2014		1			1			1	2		1	2
	NO	5,71		NE	5,67		SU	9,39		NE	10,33	
	CO	5,75		CO	6,50		NE	10,05		SU	12,41	12,41
	NE	5,78		NO	6,71		NO	10,18		NO	17,72	17,72
	SD	6,75		SD	7,25		CO	13,39	13,39	SD	19,24	19,24
	SU	8,00		SU	7,33		SD		17,26	CO		22,18

Fonte: Autor

Em resumo, até aqui, as análises das estatísticas descritivas e de testes de diferenças de médias a respeito da participação dos partidos na competição eleitoral, entre 1994 e 2014, mostraram princi-

palmente duas coisas no que diz respeito à competição. A primeira é que existe uma estabilidade em eleições majoritárias (governador e senador) durante todo o período, com média de apresentação de 5 a 10 candidatos por Estado. A segunda é que, para as eleições proporcionais (deputado federal e estadual), não se percebe a mesma estabilidade. Houve um crescimento gradual no número de candidatos e de partidos que conseguem eleger deputados nos 20 anos analisados.

Outra diferença identificada é que o percentual de eleitos em relação ao total de candidatos não variou nas eleições majoritárias, porém, apresentou crescimento nas disputas proporcionais. Isso pode ser explicado como uma das consequências inesperadas (para a literatura da área) do aumento no Número de Partidos Efetivos (Fieldhouse, Shryane & Pickels, 2007). Se existe um número maior de candidatos e o número de vagas é estável, por princípio, não poderia aumentar o percentual de eleitos, ou contrário, ele deveria diminuir. No entanto, o sistema eleitoral brasileiro multipartidário permite que haja um maior aproveitamento de candidatos, com crescente percentual de eleitos, quando estes se distribuem em diferentes siglas. Em outras palavras, a expertise eleitoral da elite partidária brasileira encontrou na proliferação de siglas uma forma de aumentar os ganhos relativos de sucesso eleitoral (Jesse, 1999). Tanto assim que o percentual de eleitos dobra entre 1994 e 2014, tanto para deputado federal quanto para estadual (ver Tabela 3.2), ainda que também exista praticamente o dobro de candidatos a deputado federal e estadual ao final do período em relação ao início.

Sobre a nacionalização do sistema eleitoral, a partir das similaridades de concorrências entre UFs e regiões, os dados mostram que, para as eleições majoritárias, há um sistema mais estável e nacionalizado, enquanto que para as disputas proporcionais as

diferenças regionais são maiores e os desempenhos relativos das regiões também variam mais. De maneira geral, UFs de regiões mais desenvolvidas economicamente – em especial Sudeste (SD) e Sul (SU) tenderam a apresentar maior concorrência eleitoral, com mais candidatos em média, do que UFs de regiões com economia menos desenvolvida²⁹. Essa afirmação vale principalmente para disputas majoritárias, pois em eleições para deputado federal e estadual percebe-se uma menor similaridade entre desenvolvimento econômico regional e maior competição eleitoral.

Até aqui as análises levaram em conta os resultados gerais das eleições, tratando da competição a partir do agregado do número de candidatos, o que não permite fazer afirmações sobre possíveis diferenças no desempenho entre os partidos políticos. No próximo tópico, as análises levam em consideração o desempenho dos partidos que disputaram eleições entre 1994 e 2014. Ela é dividida em duas partes. Na primeira, todos os partidos são agrupados em categorias em função do sucesso eleitoral médio que apresentaram no período analisado. Depois, destacam-se os três principais partidos em termos de sucesso eleitoral do período (PMDB, PSDB e PT) para verificar como eles se comportaram do ponto de vista de resultados nas eleições em comparação às demais agremiações políticas.

3.1. Desempenho dos partidos

O desempenho eleitoral dos partidos políticos é um dos principais indicadores da saúde das democracias representativas modernas (Duverger, 1970; Michels, 1982; Panebianco, 2005; Callander, 2005). Uma vez demonstrado que, entre 1994 e 2014, houve uma aparente estabilidade nos resultados eleitorais em

disputas majoritárias e crescimento da heterogeneidade partidária em eleições proporcionais, o objetivo é identificar se esses comportamentos podem ser reproduzidos ao nível dos partidos, ou seja, verificar se há algum padrão de desempenho por partido nas seis eleições.

Como no período houve em torno de 30 partidos por eleição com candidatos, vamos agregá-los em classes por sucesso eleitoral obtido, ou seja, os partidos serão agrupados pelo número médio de candidatos eleitos nas seis disputas eleitorais. Assim, podemos buscar respostas às questões: os partidos que têm sucesso eleitoral no início do período são os mesmos do final? Existe algum padrão que diferencie o desempenho partidário em disputas majoritárias das proporcionais?

Os partidos serão agrupados em classes pelo método do Índice de Nihans³⁰. Este índice estabelece os limites para três classes. A classe A reúne os partidos maiores, com maior número de eleitos; a Classe B é intermediária, e a Classe C é a dos partidos com menor número de eleitos. Pelo índice, o conjunto que compõe a Classe A tem um número maior de casos que os da Classe B, e assim sucessivamente. O objetivo de agrupar os partidos em três conjuntos é duplo. Em primeiro lugar, reduz as dimensões, facilitando a descrição do comportamento ao longo do tempo. Além disso, permite comparar os desempenhos dos partidos agrupados entre si. A distribuição pelo Índice de Nihans justifica-se por se tratar de uma classificação ex-post, ou seja, são utilizados os resultados dos desempenhos dos partidos para definir se pertencem ao grupo dos maiores (A), dos intermediários (B) ou daqueles com menor participação (C).

Para os cálculos, foram usados os números médios de

eleitos entre 1994 e 2014 para os quatro cargos em disputas regionais. Como o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) não possui os dados de candidatos de todas as UFs para a eleição de 1994, com informações de apenas metade das UFs disponíveis no repositório oficial de dados eleitorais brasileiros, para evitar inconsistências na reunião de duas bases distintas, optamos por fazer as médias de candidatos das cinco eleições do período (1998, 2002, 2006, 2010 e 2014) para os quatro cargos. Dadas as características específicas das eleições, foi calculado um Índice de Nihans com as médias de eleitos em disputas majoritárias (governador e senador) e outro para as disputas proporcionais (deputado federal e estadual). Com isso, será possível, também, identificar possíveis diferenças no desempenho de partidos que podem se especializar em um dos tipos de disputas.

Os Quadros 3.1 e 3.2, a seguir, mostram os partidos que compõem cada classe pelo Índice de Nihans, o número de candidatos e de eleitos no período, além da diferença de candidatos e eleitos entre os dois pontos extremos do período – eleição 1994 e 2014. No Quadro 3.1, estão as classes para as disputas majoritárias. Os cinco partidos que compõem a Classe A responderam por 79,3% dos governadores e senadores eleitos nas seis disputas. Na classe B, encontram-se três partidos, que somaram 11,4% dos eleitos, e na terceira classe, a C, encontram-se outros 25 partidos que, juntos, somaram apenas 9,3% dos eleitos para cargos majoritários no período em análise. Há uma grande diferença entre os percentuais de eleitos e de candidatos por classe. Enquanto a classe A apresenta menos de 4 em cada 10 candidatos (38,6%), por ter um número menor de partidos, ela representa quase 8 em cada 10 eleitos. A classe B é

mais equilibrada, com 9,5% de candidatos para 11,4% de eleitos. A maior distância está entre os partidos da Classe C. Eles apresentaram 51,9% dos candidatos para eleger apenas 9,3% das vagas majoritárias no período.

Essas descrições estáticas são suficientes para mostrar as diferenças no sucesso eleitoral dos partidos, mas não possíveis alterações ao longo do tempo. Para complementar a informação, as duas últimas colunas à direita do Quadro 3.1 mostram as diferenças entre números de candidatos e eleitos por classe de partidos. Os números positivos indicam crescimento no final do período em relação ao início. Os negativos, o inverso. No caso dos cargos majoritários, os partidos grandes, Classe A, apresentaram 11 candidatos e 11 eleitos a menos em 2014 do que em 1998. A mesma tendência é percebida nos partidos da Classe B, com redução de 6 candidatos e 4 eleitos entre os dois extremos do período em análise. Apenas os partidos da Classe C apresentaram crescimento no período, com 83 candidatos e 7 eleitos a mais em 2014, quando comparado a 1998.

Quadro 3.1 – Classes de partidos por Índice de Nihans para Majoritárias – 1994 a 2014

Classe	Partidos	Cand. 98-14	Eleitos 94-14	Dif. Cand. 98-14	Dif. Elei. 94-14
A	DEM ³¹ , PMDB, PSB, PSDB, PT	670 (38,6%)	257 (79,3%)	-11	-11
B	PDT, PR ³² , PP ³³	164 (9,5%)	37 (11,4%)	-6	-4
C	PTB, PAN ³⁴ , PGT, PCdoB, PCB, PCO, PGT, PMN, PPL, PPS, PRB, PRN_PTC ³⁵ , PRONA, PRP, PRTB, PSC, PSD ³⁶ , PSDC, PSL, PSN_PHS ³⁷ , PSOL, PST ³⁸ , PSTU, PTdoB, PIN, PV	899 (51,9%)	30 (9,3%)	+83	+7

Fonte: Autor

Esses números indicam que, mesmo em disputas majoritárias, com aparente estabilidade geral ao longo do período, houve mudanças entre os partidos. Os partidos grandes e médios, Classes A e B, perderam importância no número de candidatos e de eleitos ao longo das duas décadas analisadas aqui, enquanto os partidos pequenos, Classe C, apresentaram mais candidatos e conseguiram eleger mais governadores e senadores ao final do período do que no início.

Ao compararmos os Quadros 3.1 e 3.2, é possível identificar partidos que são grandes em disputas majoritárias e proporcionais ou em apenas uma delas nas eleições regionais. Os que constam na Classe A em desempenho nas majoritárias e proporcionais são: DEM³⁹, PMDB, PSDB e PT. Está na classe A apenas em eleições majoritárias o PSB e é considerado grande apenas em disputas proporcionais o PP. Estes dois últimos podem ser considerados médio-grandes, pois fazem parte da Classe B no tipo de disputa em que não figuram na Classe A. Os partidos médios nos dois tipos de eleições são: PDT e PR. Além deles, também está na Classe B apenas em disputas majoritárias o PP. E em disputas proporcionais, o PCdoB, PSB e PTB. Estes três últimos são identificados como partidos de vocação parlamentar, com maior sucesso em disputas proporcionais do que majoritárias. Todos os demais partidos pertencem à Classe C, sendo considerados pequenos eleitoralmente.

O Quadro 3.2 mostra que o número de partidos considerados grandes (classe A) em disputas proporcionais é superior ao das eleições majoritárias. Ou seja, há maior distribuição do sucesso eleitoral entre partidos nas eleições legislativas. Tanto que as diferenças entre percentuais de eleitos e candidatos nas três

classes são menores. A Classe A contribui com apenas 28,2% dos candidatos e 58,6% dos eleitos, enquanto a Classe B tem praticamente os mesmos percentuais, com 23,1% dos candidatos e 23,2% dos eleitos. Já a Classe C, que agrega 48,7% dos candidatos, contribui com apenas 18,2% dos eleitos. Assim como nas eleições majoritárias, os partidos pequenos apresentam o maior número de candidatos, no entanto, o maior sucesso eleitoral concentra-se nos partidos grandes. Porém, isso não é estável ao longo do tempo.

Quadro 3.2 – Classes de partidos por Índice de Nihans para Proporcionais - 1998 a 2014

Classes	Partidos	Cand.	Eleitos	Dif. Cand. 98-14	Dif. Elei. 98-14
A	DEM, PMDB, PP, PSDB, PT	24.358 (28,2%)	4.536 (58,6%)	-1.043	-403
B	PC do B, PDT, PR, PSB, PTB	19.938 (23,1%)	1.790 (23,2%)	+1.061	+8
C	PAN, PGT, PCB, PCO, PGT, PMN, PPL, PPS, PRB, PRN_PTC, PRONA, PRP, PRTB, PSC, PSD, PSDC, PSL, PSN_PHS, PSOL, PST, PSTU, PTdoB, PTN, PV	42.119 (48,7%)	1.410 (18,2%)	+8.053	+399

Fonte: Autor

Quando olhamos as diferenças entre 1998 e 2014, percebemos que os partidos da Classe A perderam 1.043 candidatos em 2014, quando comparados a 1998 e, também, tiveram menos 403 deputados federais e estaduais eleitos no final do período em comparação ao início. Os partidos médios apresentaram crescimento de 1.061 candidatos e 8 eleitos na comparação entre as duas eleições. Mas o maior crescimento se deu entre os partidos

da classe C, os pequenos partidos, que apresentaram 8.053 candidatos a mais em 2014, quando comparados a 1998, e tiveram 399 eleitos a mais.

Assim como nas eleições majoritárias, os partidos pequenos foram os que mais cresceram no período analisado, com a diferença de que a proporção de crescimento em disputas proporcionais foi maior que nas majoritárias. Outra diferença é que, nas eleições para governador e senador, partidos grandes e médios perderam espaço. Nas disputas para deputado, apenas os partidos grandes diminuíram a participação relativa. Os que pertencem à Classe B, partidos médios, apresentaram diferença positiva entre o início e o final do período analisado.

Feitas as descrições gerais, a Tabela 3.6, a seguir, apresenta as estatísticas descritivas dos percentuais de eleitos por classe de partido para cada eleição nos cargos majoritários. Os dados de 1994 não constam, pois não foi possível acessar os números de candidatos por partido de todas as UFs naquele ano. Constam, nos bancos de dados do TSE, apenas as informações dos eleitos por partido e UF. A Tabela 3.6 apresenta as médias por classe e os resultados dos testes de diferença de médias (Anova) por eleição e cargo. Com isso, é possível identificar se as diferenças entre os percentuais de eleitos das classes de partidos são estáveis ou variam ao longo do tempo.

Nas disputas para governador, há um grande crescimento no número de partidos que apresentam candidatos, passando de 15 em 1998 para 32 em 2014. No entanto, o número de partidos que consegue eleger governadores não varia muito, ficando entre 6 e 9 partidos por eleição no período. Quanto aos percentuais de sucesso (eleitos), os partidos grandes, Classe A, apresentam a maior queda, indo de 45,78% de eleitos em 1998 para 29,26% em 2014. Os partidos mé-

dios têm aumento da média, passando de 18,88% para 30,55%, e os da classe C, que em 1998 não tinham conseguido eleger nenhum governador, passaram a ter uma média de 5,27% de sucesso. Os testes de diferença de médias Anova mostram médias estatisticamente independentes entre as três classes em todas as eleições, ou seja, os percentuais de eleitos são distintos entre as classes de partidos. No entanto, os coeficientes F apresentam redução ao longo do tempo, passando de 48,965 em 1998 para 4,625 em 2014, muito próximo de deixar de ser estatisticamente significativa a diferença entre elas.

Nas eleições para senador, o número de partidos que apresentam candidatos entre 1998 e 2014 se mantém estável entre 26 e 30. Já o número de partidos que conseguem eleger ao menos um senador apresentou maiores variações, indo de seis em 1998 até 15 em 2010. Aqui, há uma estabilidade no percentual de eleitos de partidos grandes, que gira em torno de 40%, com menor valor em 2006 (29,21%) e maior na eleição seguinte, 2010, com 47,47% de eleitos. Já os partidos médios, classe B, apresentam um crescimento gradual e constante em todas as disputas, indo de 7,4% em 1998 até 50% de média em 2014. Os partidos pequenos apresentam um crescimento gradual de 1998 até 2010, quando passam de nenhum eleito ao Senado para 12,11% do total de candidatos. Porém, em 2014 voltam a apresentar percentuais baixos de sucesso eleitoral (2,65%).

O teste de diferença de médias indica percentuais distintos de eleitos entre as classes para todas as eleições, com redução do coeficiente F ao longo do período, no entanto, uma redução de diferenças menor que no caso das disputas para governador. Ou seja, a eleição para o Senado apresentou maior estabilidade e manutenção das diferenças entre os partidos no que diz respeito ao sucesso eleitoral durante o período analisado do que as disputas para governo de Estado.

Tab. 3.6 – Estatísticas e ANOVA para candidato/vaga por classe de partido - Majoritárias

Estatística	Governador						Senador						
	1994	1998	2002	2006	2010	2014	1994*	1998	2002*	2006	2010*	2014	
Nº Part. Disputa	-	15	24	29	24	32	-	29	30	29	26	30	
Nº Part. Eleitos	8	7	8	8	6	9	11	6	10	12	15	10	
Nihans	A	Média	45,78	34,22	24,84	51,69	29,26		38,97	34,95	29,21	47,47	39,40
		Dp.	25,26	19,62	8,15	10,09	16,97		16,35	16,54	11,47	21,52	18,37
		Mix.	18,75	12,50	11,11	38,46	0,00		20,00	12,00	14,29	16,67	14,29
		Max.	85,71	58,33	31,82	66,67	41,67		60,00	58,33	40,00	73,68	60,00
	B	Média	18,88	3,70	11,79	0,00	30,55		7,40	16,93	35,71	49,89	50,00
		Dp.	20,09	6,41	10,47	0,00	33,67		12,83	15,00	24,74	26,11	30,00
		Mix.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	7,14	33,33	20,00
		Max.	40,00	11,11	20,00	0,00	66,67		22,22	28,57	50,00	80,00	80,00
	C	Média	0,00	1,57	1,11	1,11	5,27		0,00	2,26	6,34	12,11	2,65
		Dp.	0,00	6,00	6,08	6,08	19,38		0,00	6,32	17,26	24,72	8,67
		Mix.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Max.	0,00	25,00	33,33	33,33	100,00		0,00	22,22	75,00	100,00	33,33
ANOVA F (sig.)		48,965 (0,000)	30,087 (0,000)	28,750 (0,000)	131,75 (0,000)	4,625 (0,017)		57,039 (0,000)	25,768 (0,000)	6,388 (0,006)	6,164 (0,007)	28,356 (0,000)	

Fonte: Autor

Os percentuais médios de eleitos e os testes de diferenças de médias para as eleições proporcionais (Tabela 3.7) mostram um comportamento dos partidos muito similar ao das disputas majoritárias, embora haja um número maior de siglas em disputa e com eleitos. Para deputado federal o número de partidos que apresenta candidatos gira em torno de 30, indo do mínimo de 27 em 2010 até o máximo de 32 em 2014. O número de partidos que consegue eleger ao menos um deputado federal cresce gradualmente no período, passando de 18 em 1994 para 28 em 2014. O percentual médio de eleitos em partidos grandes cai de 27,28% para 18,66% no período. Os partidos da Classe B apresentam pequena queda, de 13,12% para 11,57% e os da Classe C sobem de 1,19% para 3,91% de média de candidatos eleitos por eleição. A estatística F do teste de diferença de médias é significativa em todas as eleições, indicando que partidos grandes apresentam percentuais de eleitos em relação ao total de candidatos superior aos dos partidos médios e pequenos. No entanto, há uma redução nos valores dos coeficientes, indicando que as diferenças estatísticas diminuem ao longo do tempo. O coeficiente F passa de 123,321 em 1998 para 24,196 em 2014.

Para deputado estadual, há um comportamento muito similar, embora com um número maior de partidos. São em torno de 30 partidos apresentando candidatos em cada eleição, com crescimento no número dos partidos que conseguem eleger ao menos um deputado estadual, passando de 20 partidos em 1994 para 29 em 2014. A estabilidade nos percentuais de eleição de candidatos é maior no caso das disputas estaduais. Ela cai de 16,95% para 13,25% na Classe A, passa de 9,36% para 7,01% na classe B e sobe de 1,31% para 2,86% na Classe C, entre o

Tab. 3.7 – Estatísticas e ANOVA para cand./vaga por grupo de partido - Proporcionais

Estatística	Dep. Federal						Dep. Estadual						
	1994	1998	2002	2006	2010	2014	1994	1998	2002	2006	2010	2014	
Nº Part. Disputa	-	30	30	29	27	32	-	31	30	29	27	32	
Nº Part. Eleitos	18	18	19	21	22	28	20	22	27	27	24	29	
Nihans	A	Média	27,28	23,57	21,15	19,69	18,66		16,95	18,81	18,85	16,73	13,25
		Dp.	8,75	4,84	1,48	2,006	2,86		4,76	3,69	4,07	4,48	3,455
		Mix.	17,99	19,57	19,43	17,31	14,29		11,81	14,46	12,81	9,92	9,78
		Max.	38,32	31,58	22,47	22,75	22,22		24,17	23,55	22,26	22,11	18,53
	B	Média	13,12	10,87	9,72	10,98	11,57		9,36	10,20	7,73	9,70	7,01
		Dp.	3,65	6,58	4,23	4,69	4,67		1,75	1,96	1,76	4,14	2,15
		Mix.	8,47	5,99	5,84	6,61	6,44		7,66	8,23	4,78	3,03	3,55
		Max.	17,07	22,22	16,88	18,89	18,68		12,21	13,45	9,01	13,14	8,93
	C	Média	1,19	1,28	1,51	1,91	3,91		1,31	1,86	2,11	1,94	2,86
		Dp.	1,81	2,01	1,93	2,42	5,61		2,10	2,35	2,40	2,30	3,60
		Mix.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Max.	6,25	6,52	6,77	7,27	22,98		1,31	1,86	2,11	1,94	2,86
ANOVA F (sig.)		132,321 (0,000)	116,957 (0,000)	200,760 (0,000)	131,148 (0,000)	24,196 (0,000)		92,781 (0,000)	108,900 (0,000)	91,406 (0,000)	63,323 (0,000)	20,385 (0,000)	

Fonte: Autor

início e o final do período analisado. Os testes de diferenças de médias para deputado federal também são estatisticamente significativos em todo o período, com reduções das estatísticas F, que vão de 92,781 em 1998 para 20,385 em 2014, o que indica uma aproximação no percentual de eleitos entre as três classes.

Dada a centralidade de três partidos no sistema eleitoral brasileiro no período analisado (PMDB, PSDB e PT), a partir daqui são apresentadas as estatísticas descritivas para cada um deles e o conjunto dos demais partidos, para fins comparativos de desempenho. O PSDB é importante porque foi o partido vencedor nas eleições presidenciais de 1994 e 1998, sendo a principal força eleitoral de oposição entre 2002 e 2014. O PT, que tinha sido o maior partido de oposição nas disputas presidenciais de 1994 a 2002, passou a ser o partido vencedor, elegendo e reelegendo presidentes da república entre 2002 e 2014. O PMDB é o principal partido parlamentar do Brasil durante todo o período. Além disso, fez parte da base de sustentação dos dois governos do PSDB, em 1994 e 1998, e faz parte dos dois últimos governos do PT, tendo elegido o vice-presidente de Dilma Rousseff em 2010 e reelegido em 2014. O objetivo aqui, como anteriormente, é verificar qual a participação relativa de cada partido nas disputas para os quatro cargos regionais e, também, identificar possíveis tendências temporais de crescimento ou queda do sucesso eleitoral dos partidos.

A Tabela 3.8, a seguir, mostra os desempenhos nas eleições majoritárias. Para o cargo de governador, a única diferença significativa no período é para o PT, que passa de 2 governadores eleitos em 1994 para 5 em 2014. O PSDB e o PMDB oscilam em torno de 6 eleitos por ano. Todos os demais partidos

representam cerca de 10 eleitos por ano. Em termos de número de candidatos a governador, o maior crescimento se dá entre os outros partidos, com média de 24% entre duas eleições, seguido do PSDB, com crescimento médio de 18%, e PT, com 10% de crescimento médio. O PMDB mantém estável o número de candidatos em todo o período. O ano em que o PT apresenta o maior número de candidatos ao governo é 2002, já PSDB e PMDB têm mais candidatos em 2006.

Para as disputas ao Senado, os comportamentos são semelhantes. O PT apresenta maior crescimento entre os eleitos em eleições com duas vagas (1994, 2002 e 2010), passando de 4 para 11 eleitos. Já nas eleições com apenas uma vaga, o partido fica estável, em torno de 2 eleitos. O PSDB mantém-se estável em todas as disputas, enquanto o PMDB elege em torno de 14 senadores nos anos com duas vagas, mas apresenta queda significativa nas eleições com apenas uma vaga, passando de 12 eleitos em 1998 para apenas 5 em 2014. Outros partidos ficam estáveis em disputas com duas vagas e crescem nas eleições de apenas um senador por distrito eleitoral. Sobem de 8 eleitos em 1998 para 16 em 2014. No caso de candidatos ao Senado, PT e PSDB apresentam crescimento médio positivo, enquanto PMDB e outros partidos ficam estáveis em todo o período.

Tab. 3.8 – Desempenho de partidos relevantes nacionalmente nas disputas Majoritárias

Partido			Governador							Senador						
			1994	1998	2002	2006	2010	2014	Média	1994*	1998	2002*	2006	2010*	2014	Média
Eleitos	PT	N	2	3	3	5	5	5		4	3	10	2	11	2	
		Dif.	1,0	1,5	1,0	1,66	1,0	1,0	1,19	1,0	0,75	3,33	0,20	5,50	0,18	1,82
	PSDB	N	6	6	7	6	8	5		9	4	8	5	6	4	
		Dif.	1,0	1,0	1,16	0,85	1,33	0,62	0,99	1,0	0,44	2,0	0,62	1,2	0,66	0,98
	PMDB	N	9	6	5	7	5	7		14	12	9	4	14	5	
		Dif.	1,0	0,66	0,83	1,40	0,71	1,40	1,00	1,0	0,85	0,75	0,44	3,50	0,35	1,15
	Outros	N	10	12	12	9	9	10		27	8	27	16	23	16	
		Dif.	1,0	1,20	1,0	0,75	1,0	1,11	1,01	1,0	0,29	3,37	0,59	1,43	0,69	1,23
Candidatos	PT	N		16	24	19	10	17			15	27	10	21	14	
		Dif.		1,0	1,50	0,79	0,52	1,70	1,10		1,0	1,80	0,37	2,10	0,66	1,18
	PSDB	N		7	12	20	15	12			9	22	13	16	8	
		Dif.		1,0	1,71	1,66	0,75	0,80	1,18		1,0	2,44	0,59	1,23	0,5	1,15
	PMDB	N		19	16	22	13	18			20	29	12	19	11	
		Dif.		1,0	0,84	1,37	0,59	1,38	1,03		1,0	1,45	0,41	1,58	0,57	1,00
	Outros	N		60	142	149	111	118			120	229	167	157	134	
		Dif.		1,0	2,36	1,04	0,74	1,06	1,24		1,0	1,90	0,72	0,94	0,85	1,08

Fonte: Autor

Os resultados para as eleições proporcionais do período são mais discrepantes entre os partidos (ver Tab. 3.9). No caso dos deputados federais eleitos, o PT apresenta um crescimento de 1994 (50) até 2002 (90), quando obtém seu melhor resultado. A partir de 2006, vem tendo quedas, chegando a 68 eleitos em 2014. O PSDB apresenta uma tendência parecida ao do PT, com crescimento no período inicial, de 63 eleitos em 1994 para 99 em 1998. A partir de então, o partido começa a apresentar tendência de queda, chegando a 54 eleitos em 2014. Já o PMDB apresenta uma tendência de queda constante em todo o período. O partido elegeu 107 deputados federais em 1994 e chegou a apenas 66 em 2014. O conjunto dos demais partidos apresentou oscilações no número de eleitos entre 1994 e 2010, tendo um salto em 2014 para 325 deputados federais.

Quanto aos números de candidatos, há relativa estabilidade ao longo do tempo para os três partidos grandes. PT e PMDB apresentam em torno de 350 candidatos por eleição. O PSDB fica na casa dos 300 concorrentes, enquanto os demais partidos praticamente dobram a participação no número de candidaturas, passando de 2,4 mil em 1998 para 5,5 mil em 2014.

Para os deputados estaduais eleitos, as curvas do PT e PSDB são parecidas com as anteriores, com crescimento na primeira parte do período, para depois apresentarem resultados de queda (Tab. 3.9). O PT começa com 92 deputados estaduais eleitos em 1994, sobe até 142 em 2002, oscila em torno desse número até 2014, quando cai para 105 eleitos. O PSDB começa com 97 eleitos na primeira eleição do período, sobe para 151 em 1998, oscila em torno desse número até 2006, quando começa a apresentar quedas, chegando a 2014 com 96 eleitos. O PMDB é o partido grande que

Tab. 3.9 – Desempenho de partidos relevantes nacionalmente nas disputas proporcionais

Partido		Dep. Federal							Dep. Estadual							
		1994	1998	2002	2006	2010	2014	Média	1994	1998	2002	2006	2010	2014	Média	
Eleitos	PT	N	50	59	90	83	86	68		92	85	142	122	144	105	
		Dif.	1,0	1,18	1,52	0,92	1,03	0,81	1,07	1,0	0,92	1,67	0,85	1,18	0,72	1,06
	PSDB	N	63	99	70	66	54	54		97	151	137	150	118	96	
		Dif.	1,0	1,57	0,70	0,94	0,81	1,0	1,00	1,0	1,55	0,90	1,09	0,78	0,81	1,02
	PMDB	N	107	83	76	89	78	66		205	171	130	161	147	139	
		Dif.	1,0	0,77	0,91	1,17	0,87	0,84	0,93	1,0	0,83	0,76	1,23	0,91	0,94	0,94
	Outros	N	293	272	277	275	295	325		650	624	626	602	626	695	
		Dif.	1,0	0,92	1,01	0,99	1,07	1,09	1,01	1,0	0,96	1,00	0,96	1,03	1,11	1,01
Candidatos	PT	N		328	460	378	378	364			720	982	738	833	834	
		Dif.		1,0	1,40	0,82	1,0	0,96	1,03		1,0	1,36	0,75	1,12	1,00	1,04
	PSDB	N		286	288	336	312	296			845	637	674	632	661	
		Dif.		1,0	1,00	1,16	0,92	0,94	1,01		1,0	0,75	1,05	0,93	1,04	0,95
	PMDB	N		345	343	396	387	341			987	720	769	665	750	
		Dif.		1,0	0,99	1,15	0,97	0,88	1,00		1,0	0,72	1,06	0,86	1,12	0,95
	Outros	N		2428	3733	4479	4608	5177			8029	8740	9244	9676	13616	
		Dif.		1,0	1,53	1,19	1,02	1,12	1,17		1,0	1,08	1,057	1,04	1,40	1,12

Fonte: autor

apresenta as maiores quedas. Sai de 205 eleitos em 1994 para chegar em 2014 com 139 deputados estaduais. O conjunto dos demais partidos oscila entre 600 e 650 eleitos em cada disputa, entre 1994 e 2010, para em 2014 dar um salto a 695 deputados estaduais.

Em resumo, o que as análises descritivas sobre o desempenho dos partidos mostram é que, apesar da estabilidade geral do sistema eleitoral nos 20 anos analisados, há mudanças relevantes no interior do sistema. A primeira é a redução do espaço relativo dos partidos grandes (classe A) em detrimento dos partidos médios e pequenos. No caso de disputas majoritárias, partidos grandes e médios perderam espaço para pequenos, em termos de números de eleitos. Já nas eleições proporcionais, apenas os partidos grandes apresentaram redução na participação relativa. Isso faz com que, em 2014, a diferença no número de eleitos de partidos grandes e pequenos seja bem menor que em 1994.

Também encontramos que, em termos de média de candidatos eleitos, DEM, PMDB, PSDB e PT são os únicos partidos que podem ser considerados grandes (pelo índice de Nihans), tanto para eleições majoritárias quanto para as proporcionais durante o período analisado. O PP é um partido grande apenas em disputas proporcionais e o PSB só nas majoritárias. Esta classificação utilizada é estática, pois usa a média dos eleitos nas disputas realizadas entre 1994 e 2014. Um desdobramento analítico para dar maior dinâmica aos dados seria calcular uma classificação para cada eleição e analisar as mudanças de categorias entre os partidos.

A análise separada do desempenho dos três principais partidos eleitorais do período (PMDB, PSDB e PT) reforça a conclusão de que os demais partidos apresentaram crescimento, com maior proporção na ocupação de vagas entre 1994 e 2014. Esse avanço é

gradual, porém, apresenta um salto significativo na última eleição do período, a de 2014. O comportamento do PT e PSDB é parecido no período. Eles têm número crescente de eleitos no início, para apresentar quedas a partir da segunda metade do período. Já com o PMDB, a tendência de queda é notada em todo o período e, principalmente, para as disputas proporcionais. Se considerarmos que o número total de partidos nas disputas manteve-se estável, em torno de 10 para cargos majoritários e 30 para as eleições legislativas, o melhor desempenho dos partidos pequenos em relação aos grandes nessas duas décadas indica um rearranjo de forças político-partidárias no sistema como um todo, e não apenas no Congresso Nacional.

Até aqui foram discutidas as principais estatísticas descritivas dos resultados das eleições brasileiras em duas décadas, apontando os padrões de concorrência por cargo e região do País e os desempenhos dos partidos políticos por tipo de eleição. No próximo tópico, serão discutidas as associações entre o desempenho regional e a votação para presidente dos dois únicos partidos com candidatos a presidente da república em todas as eleições nacionais entre 1994 e 2014 – PSDB e PT. Para tanto, será usado o Índice de Presença Eleitoral (Ipe). O objetivo é verificar a existência de associação entre o desempenho do candidato a presidente e o desempenho do partido nas eleições regionais, que são concomitantes.

3.2. Índice de Presença Eleitoral e voto para presidente⁴⁰

Como o Ipe varia de zero a 1 (ver Cap. 2), sendo resultado do agregado de proporções por município, ele permite uma comparação direta com as proporções de votos obtidos pelos candidatos a presidente nos municípios. Com isso, temos um in-

dicador agregado, o índice, que representa a participação de cada partido nas eleições para os quatro cargos regionais (governador, senador, deputado federal e estadual), medindo a presença do partido no conjunto dessas eleições em cada município brasileiro, e pode ser comparada com a proporção de votos obtidos pelo candidato a presidente do partido – eleição concomitante às quatro disputas regionais.

A partir de então, é possível verificar a existência de associação entre voto para presidente e presença regional do partido em municípios de todo o País ou separados por região. As hipóteses a serem testadas são: a) a presença regional do partido está associada à proporção de votos ao candidato a presidente; b) o fato de o partido estar no governo federal associa-se ao desempenho em eleições regionais; e c) há distribuição homogênea de votos em todo país apenas para o partido que está no governo federal.

Tab. 3.10 – Médias e coeficientes de correlação de votos para presidente e Ipe por ano

Ano	PT		PSDB		Ano	Correl. VotPres X Ipe	
	Vpres	Ipe	Vpres	Ipe		PT	PSDB
1994	0,15	0,23	0,43	0,08	1994	-0,059 (0,000)	0,400 (0,000)
1998	0,24	0,10	0,59	0,15	1998	0,423 (0,000)	0,212 (0,000)
2002	0,62	0,19	0,19	0,19	2002	0,366 (0,000)	-0,119 (0,000)
2006	0,51	0,14	0,42	0,18	2006	-0,300 (0,000)	0,144 (0,000)
2010	0,55	0,17	0,33	0,18	2010	-0,095 (0,000)	0,397 (0,000)
2014	0,52	0,19	0,32	0,17	2014	-0,011 (0,411)	0,545 (0,000)

Fonte: autor

A Tabela 3.10, acima, mostra as proporções médias de votos obtidos pelos partidos por município e eleição e o Ipe de cada partido. A segunda parte da tabela indica os coeficientes de correlação linear de Pearson (r) para a proporção de votos e Ipe

por município. Aqui, são comparados os Ipes por eleição com o desempenho dos partidos no primeiro turno presidencial. Além disso, as proporções de votos representam as médias por município e não as médias gerais do eleitorado brasileiro. A Tabela 3.10 divide as eleições em duas partes iguais. As três primeiras (1994 a 2002) são aqueles em que o PSDB está no governo⁴¹. Dessas, o PSDB venceu duas (1994 e 1998) e perdeu a de 2002. As últimas três (2006 a 2014) são as que o PT está no governo, tendo vencidas todas, além da disputa de 2002. A proporção de votos para presidente do PT apresenta crescimento até 2002, quando chega a 0,62. Depois, há uma queda e estabilidade em torno de 0,52. Já o Ipe do partido apresenta oscilação em todo o período.

O maior valor é o primeiro ano, 1994, com 0,23, depois ele cai em 1998 para o índice mais baixo (0,10). Volta a subir em 2002, para, em seguida, cair novamente em 2006. Já em 2010 e 2014, há um crescimento gradual. No caso do PSDB, as oscilações se dão nas proporções de votos a presidente no período. Começa com 0,43 em 1994, sobe para 0,59 em 1998 e em seguida apresenta forte queda em 2002, para 0,19. No segundo período, como partido de oposição, o PSDB apresenta uma proporção média de votos por município de 0,42 em 2006, estabilizando-se nas duas eleições seguintes em torno de 0,33.

Quanto às correlações, elas indicam a existência ou não de associação linear entre presença do partido nas disputas locais e votos para presidente. Correlações baixas, abaixo de 0,200, ou seja, próximas de zero, indicam inexistência de associação linear entre os dois indicadores. Correlações negativas mostram oposição, ou seja, em municípios onde houve alta proporção de votos para presidente tendeu-se a baixos valores de Ipe.

Os resultados apresentados na Tabela 3.10 mostram dois resultados principais. O primeiro é que nem todas as correlações são altas, como esperado. O PT, em 1994, 2010 e 2014, e o PSDB, em 2002 e 2006, apresentam coeficientes abaixo de 0,200. O segundo é que nem todas as associações são positivas. Correlações negativas aparecem principalmente no caso do PT (1994, 2006, 2010 e 2014) e em 2002, no caso do PSDB. O que se analisa em geral, a partir da Tabela 3.10, acima, é que as correlações entre Ipe e voto para presidente tendem a ser menores quando o partido está no governo, ou seja, há um deslocamento no desempenho do candidato a presidente e do partido nas eleições regionais para o *incumbent*. No caso do PT, nas três eleições que ele disputa já sendo governo federal (2006 a 2014), as correlações são negativas, ao passo que, no caso do PSDB, enquanto governo o coeficiente de correlação apresentou queda gradual (1994 a 2002), uma vez que, na oposição, a correlação começa a se inverter e ganha força. O maior coeficiente de correlação para os dois partidos em todo o período é do PSDB, em 2014 (0,545).

O Anexo 3.1 apresenta os resultados das correlações entre Ipe e voto para presidente por partido, ano da eleição e região do País. Como as correlações estão separadas por região, elas permitem detalhar quem, de fato, é responsável pelos altos coeficientes (positivos ou negativos), na Tab. 3.10, acima. No caso do PT, os coeficientes para todas as regiões são significativos entre 1994 e 2002. Em 1994, duas regiões apresentam correlações positivas, CO e SD. Todas as demais têm correlações negativas.

Em 1998 e 2002, todas as associações são positivas e fortes. Já em 2006, todas as associações são negativas, embora apenas NO, NE e SD os coeficientes sejam estatisticamente significa-

tivos. Em 2010, NO e SD são estatisticamente significativos e negativos. NE e SU são estatisticamente significativos e positivos. A região CO não foi significativa, embora o coeficiente seja negativo. Em 2014, todos voltam a ser positivos, com coeficiente não significativo apenas para o NO. Se dividirmos o período entre PT na oposição e no governo, teremos que a correlação é positiva nas três eleições como opositor para CO e SD. Durante o período como governo, as correlações por região variam muito, com destaque para NO, CO e SD, com associações negativas em duas das três disputas e SU, com correlação positiva em duas das três. No caso do PSDB, em todas as eleições há correlações positivas e negativas por região. A maior parte delas é estatisticamente significativa, mas há exceções. No período em que é governo, as correlações para o PSDB no NE e NO são negativas em uma eleição e positivas nas outras duas. Já para SD e CO ocorre o contrário. Apenas na região SU os coeficientes são positivos nas três disputas, sendo que em 1994 ele não é significativo do ponto de vista estatístico. No período como opositor, entre 2006 e 2014, cresce o número de coeficientes positivos e significativos para o PSDB. As regiões NO, SU e SD apresentam coeficientes positivos nas três eleições, sendo que apenas para NO em 2002 o coeficiente não é significativo do ponto de vista estatístico. A região CO apresenta coeficientes negativos para as três disputas, e no NO é negativo em 2006 e passa a ser positivo nas demais. No caso do PSDB, também percebemos mais consistência de associações no período em que está fora do governo.

Feitas as análises gerais, o próximo passo é verificar como se distribuem os votos para presidente e o Ipe por região do País. Como nos tópicos anteriores, aqui serão usados os testes de ho-

mogeneidade de subconjuntos Tukey para diferenças de médias. Quanto maior o número de subconjuntos, mais heterogênea é a distribuição das proporções e, portanto, temos um partido pouco nacionalizado. Além disso, ao comparar as médias dos subconjuntos por região do País entre Ipe e votação é possível identificar semelhanças e diferenças regionais. As Tabelas a seguir, 3.11 para dados do PT e 3.12 para o PSDB, mostram um número de subconjuntos variando de três a cinco em cada uma das eleições, mostrando relativa heterogeneidade para os dois partidos, ou seja, com diferenças entre regiões que são estatisticamente significativas em todo o período.

No caso do PT (Tab. 3.11), as três eleições presidenciais em que disputou como oposição, seus melhores desempenhos em votos para presidente foram na região Sul (SU). A região Sudeste (SD), que começa com baixo desempenho, vai crescendo em termos de proporção de votos até 2002. O desempenho do candidato a presidente do PT cai na região Nordeste (NE) e mantém-se em proporções baixas no Norte (NO) e Centro-Oeste (CO) durante as três primeiras eleições do período. Em termos de Ipe, a região Sul apresenta desempenho crescente e alto nas três eleições, coincidindo com o desempenho do candidato a presidente. O SD também fica nos subgrupos com as médias superiores no período. O índice do PT no CO sobe e cai no período, enquanto que, nas eleições de 1994 a 2002, as regiões NO e NE sempre estão nos subgrupos com média de Ipe por região mais baixa.

Entre 2006 e 2014, quando o PT disputa eleições como *incumbent*, há uma inversão no desempenho regional do candidato a presidente. Os melhores desempenhos passam a ser nas regiões NO e NE, enquanto que os subgrupos com médias mais

Tab. 3.11 – Teste de homogeneidade de subconjuntos/região PT

Ano	VotPres-PT					Ipe-PT						
1994		1	2	3	4		1	2	3	4		
	SD	0,12				NE	0,19					
	CO	0,12	0,12			SU		0,23				
	NO		0,13			SD			0,24			
	NE			0,16		CO			0,24			
	SU				0,21	NO				0,27		
1998		1	2	3	4		1	2	3			
	CO	0,16				CO	0,08					
	NO		0,18			NE	0,08					
	SD			0,22		NO		0,10				
	NE			0,23		SD			0,12			
	SU				0,36	SU			0,13			
2002		1	2	3	4		1	2	3	4		
	NE	0,55				NO	0,16					
	NO		0,58			NE	0,16					
	CO		0,59			SD		0,18				
	SD			0,65		CO			0,21			
	SU				0,70	SU				0,27		
2006		1	2	3	4	5		1	2	3	4	5
	SU	0,37					CO	0,07				
	CO		0,39				NE		0,12			
	SD			0,44			NO			0,14		
	NO				0,57		SD				0,16	
	NE					0,68	SU					0,19
2010		1	2	3	4			1	2	3	4	
	SD	0,45				CO	0,11					
	CO	0,46				SD		0,16				
	SU		0,48			NE		0,17	0,17			
	NO			0,56		NO			0,18			
	NE				0,69	SU					0,22	
2014		1	2	3	4			1	2	3	4	5
	SD	0,39				NO	0,12					
	CO	0,41	0,41			CO		0,16				
	SU		0,42			NE			0,19			
	NO			0,59		SU				0,21		
	NE				0,69	SD						0,22

Fonte: autor

baixas são formados por SD, SU e CO. Não é possível encontrar a mesma inversão no caso do Ipe do PT no período. Entre 2006 e 2014 as médias mais baixas do índice para o partido ficam, em geral, no CO, NE e NO, enquanto que o SD e SU encontram-se nos subgrupos com médias superiores. Essa diferença regional explica os coeficientes negativos de correlação linear da Tabela 3.10, a partir de 2006 para o PT. Enquanto as votações para presidente apresentam maiores proporções no NO e NE, a presença eleitoral do partido nas disputas regionais se dá principalmente no SU e SD.

No caso do PSDB (Tabela 3.12) os períodos são invertidos, com o partido apresentando-se como *incumbent* entre 1994 e 2002, passando a oposição de 2006 a 2014. Quanto às proporções de votos para presidente no primeiro período, o SU é a região onde o candidato do partido tem menores proporções de votos. NO e CO são as regiões onde normalmente ele tem melhor desempenho, enquanto SD e NE apresentam oscilações, permanecendo nos subgrupos intermediários. Já o Ipe mostra como constante a região SU apresentando as médias mais baixas. NO, NE e SD apresentam crescimentos graduais nas três eleições e CO começa crescendo para em seguida apresentar queda em 2002.

No período em que o PSDB encontra-se na oposição, entre 2006 e 2014, o desempenho do partido nos dois indicadores varia bastante por regiões em comparação com as disputas anteriores. Quanto às proporções de votos para presidente, os desempenhos mais baixos são nas regiões NO e NE nas três disputas, enquanto os subgrupos com médias mais altas são compostos por SU e CO. A região SD mantém-se no grupo

Tab. 3.12 – Teste de homogeneidade de subconjuntos/região PSDB

Ano	VotPres-PSDB					Ipe-PSDB						
1994		1	2	3	4		1	2	3			
	SU	0,34				SU	0,02					
	SD		0,42			CO		0,06				
	NO			0,45		SD			0,10			
	NE				0,46	NO				0,11		
	CO					0,55	NE				0,11	
1998		1	2	3	4	5		1	2	3	4	5
	SU	0,50					SU	0,09				
	NE		0,56				NO		0,10			
	SD			0,63			NE			0,13		
	NO				0,67		SD				0,20	
	CO					0,70	CO					0,27
2002		1	2	3	4			1	2	3		
	SU	0,17				SU	0,10					
	NE	0,18				NO		0,14				
	SD		0,20			NE		0,14				
	CO			0,24		CO			0,29			
	NO				0,25	SD				0,30		
2006		1	2	3	4			1	2	3	4	
	NE	0,26				SU	0,12					
	NO		0,38			NE	0,13					
	SD			0,49		CO		0,19				
	CO				0,54	NO			0,22			
	SU					0,55	SD				0,26	
2010		1	2	3	4			1	2	3	4	
	NE	0,21				NE	0,08					
	NO		0,32			SU		0,17				
	SD			0,38		NO		0,17				
	SU				0,42	CO			0,20			
	CO					0,43	SD				0,28	
2014		1	2	3	4			1	2	3	4	5
	NE	0,14				NE	0,06					
	NO		0,26			NO		0,12				
	SD			0,42		SU			0,16			
	CO				0,43	CO				0,22		
	SU					0,46	SD					0,32

Fonte: Autor

intermediário do desempenho nas três eleições. Quanto ao Ipe do PSDB, as regiões SU e NE apresentam crescimento na primeira parte do período, para queda no momento seguinte. No NO há uma queda gradual em todas as disputas. Já no CO e no SD, o Ipe do PSDB apresenta crescimento constante nas três eleições em análise. Considerando as seis eleições, o PSDB não tem boas votações e Ipe na região Sul, apresenta bom desempenho no Norte e Nordeste enquanto governo, mas perde espaço nessas regiões quando se transforma em partido de oposição. O Centro-Oeste é a região onde o partido consegue os melhores desempenhos, tanto em votação quanto em Ipe, ao longo de todo o período. Na região Sudeste, o partido fica nos subgrupos inferiores tanto em votação para presidente quanto Ipe no início do período, subindo para as médias mais altas no final do período.

O uso das regiões para comparar diferenças de médias permitiu identificar que a votação para presidente não segue o mesmo padrão da presença dos partidos nas regiões. Além disso, também foi possível notar a não nacionalização das votações e dos índices de presença eleitoral. Por fim, foi possível ainda apresentar um padrão regional de votos e presença partidária quando o partido é *incumbent*, distinto de quando o partido entra na disputa como principal opositor.

No entanto, o uso das regiões aqui tem a única finalidade de gerar economia na análise das diferenças de médias, dado que as regiões geográficas não têm representação política. Elas agregam diferentes números de Unidades da Federação por vizinhança e similaridade de características macroambientais. Os gráficos a seguir apresentam as médias municipais da proporção de votos

para presidente e Ipe por Unidade da Federação (UF) – na qual são disputados os cargos regionais - e eleição. As imagens mostram as médias por UF e a distância entre média de votos e média de Ipe em cada uma das 27 UFs brasileiras. A linha contínua horizontal mostra a média geral da votação e do índice na eleição. As linhas tracejadas marcam a diferença de 0,10 pontos para mais e para menos da média. Este intervalo é aproximadamente um desvio padrão da média em todas as eleições.

Os gráficos são acompanhados por um coeficiente de correlação linear de Pearson controlado pela UF (r_{uf}) e o coeficiente sem controle (apresentado na Tabela 10). Espera-se uma distância pequena entre votos para presidente e índice de presença do partido em UFs onde as duas variáveis apresentem associação. Em UFs com elites partidárias regionais fortes (identificadas com alta presença eleitoral), espera-se maior Ipe do que votação no candidato a presidente. Nas eleições em que as diferenças regionais forem baixas, o coeficiente de correlação linear controlado ficará muito próximo do coeficiente sem controle das UFs.

O PT, em 1994, é o único caso em que o Ipe foi maior que a proporção de votos a presidente na maioria das UFs. Em todos os demais, os votos para presidente tenderam a ser superiores ao Ipe. Ainda em 1994, a média do PT foi de 0,2 e os valores tenderam a ficar próximos entre si, com baixa variação. Apenas o Estado do Acre (AC) destaca-se tanto em Ipe quanto em proporção de votos a presidente, acima de 0,4.

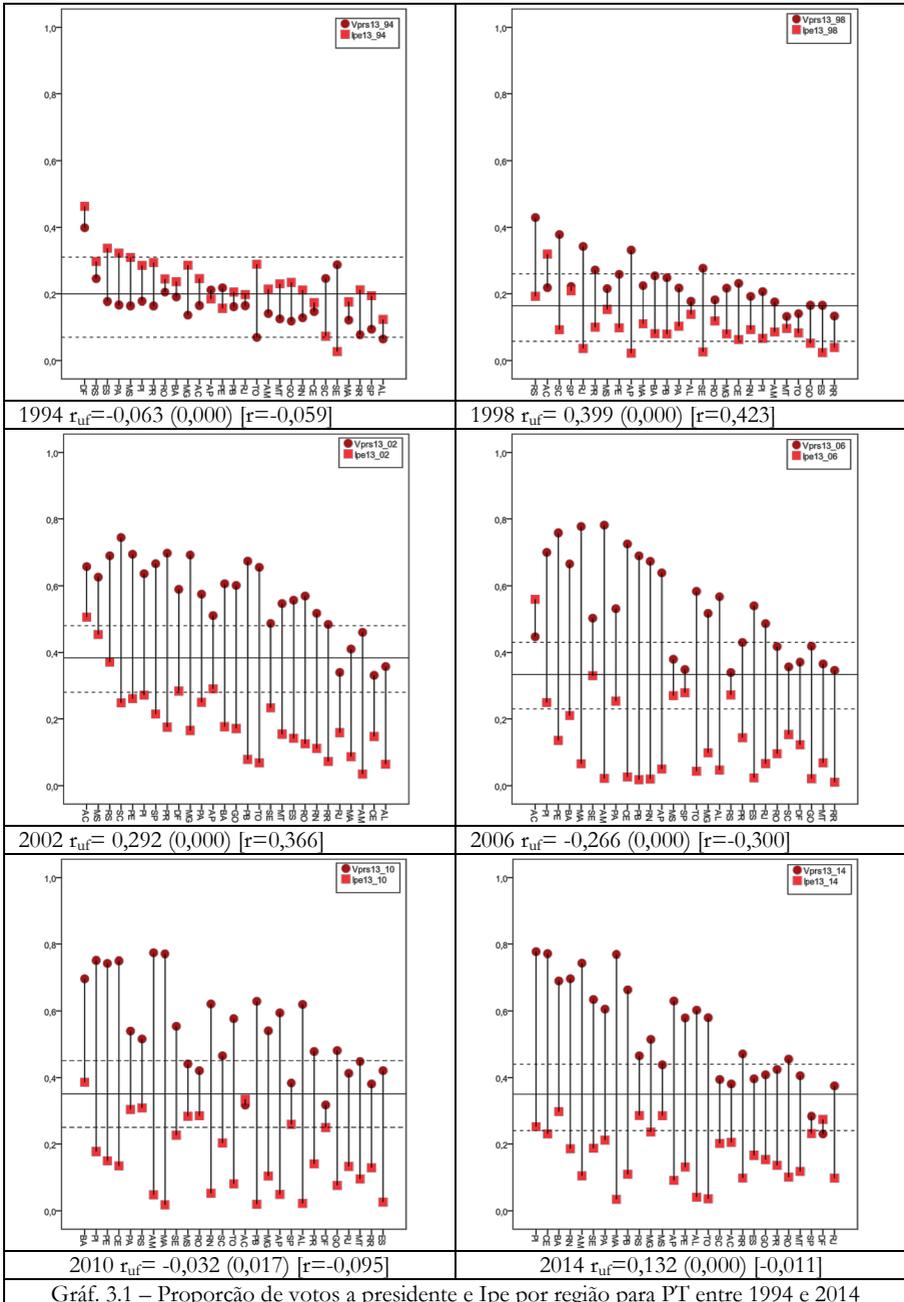
Em 1998, as diferenças entre votos e Ipe começam a crescer em alguns Estados, com maior variação. A média geral fica pouco abaixo de 0,2 e já se percebe uma inversão, com os votos para presidente superiores ao Ipe em quase todos os casos. A úni-

ca exceção, novamente, é o Estado do Acre, que apresenta maior Ipe do que votos para presidente.

Em 2002, ainda como partido desafiante, o PT vence as eleições com um crescimento nas proporções de votos por UF, praticamente dobrando os valores da disputa anterior na maior parte dos Estados, o que faz a média geral subir para quase 0,4. No entanto, o Ipe não acompanha o desempenho do presidente, variando em torno de 0,2, e em vários casos percebe-se uma manutenção do Ipe do ano anterior. A consequência é que as diferenças entre desempenho do presidente e presença do partido aumentam em geral. Acre continua sendo o Estado com maior Ipe do PT em 2002 e uma das maiores proporções de voto ao presidente. As diferenças entre os coeficientes das correlações com e sem controle também crescem entre 1998 e 2002, indicando que as UFs importam para a associação entre as duas variáveis.

Nas eleições que o PT disputa como *incumbent* no período (2006 a 2014), as variações regionais são altas, com maior distância entre voto para presidente e Ipe na maioria dos casos. Continua a destacar o desempenho do Ipe do partido no Acre (AC), que fica acima da votação para presidente em 2006 e mantém-se como segundo mais alto em 2010, praticamente nos mesmos patamares da votação para presidente. As médias gerais do PT nesse período giram em torno de 0,35, com Ipe variando normalmente abaixo dessa média e a votação para presidente, acima. Também há um crescimento na diferença de coeficientes da correlação controlada e sem controle. Isso indica que, durante o período como *incumbent*, o PT apresentou também crescimento da regionalização de votos e de Ipe.

Capítulo 3 - Eleições nacionais e desempenho regional do PSDB e PT



Gráf. 3.1 – Proporção de votos a presidente e Ipe por região para PT entre 1994 e 2014

Fonte: Autor

O Gráfico 3.2, com os resultados para o PSDB, mostram relações distintas. Como esperado, durante a primeira parte do período, quando o PSDB era *incumbent*, as distâncias entre a proporção de votos a presidente e o Ipe são maiores. No entanto, em 2002, quando ainda governava, mas perdeu a eleição, as diferenças são muito baixas – as mais baixas de todo o período. Isso indica que a disputa de 2002 foi mesmo uma eleição de realinhamento, na qual o candidato de oposição assume o desempenho que vinha sendo o do partido do governo.

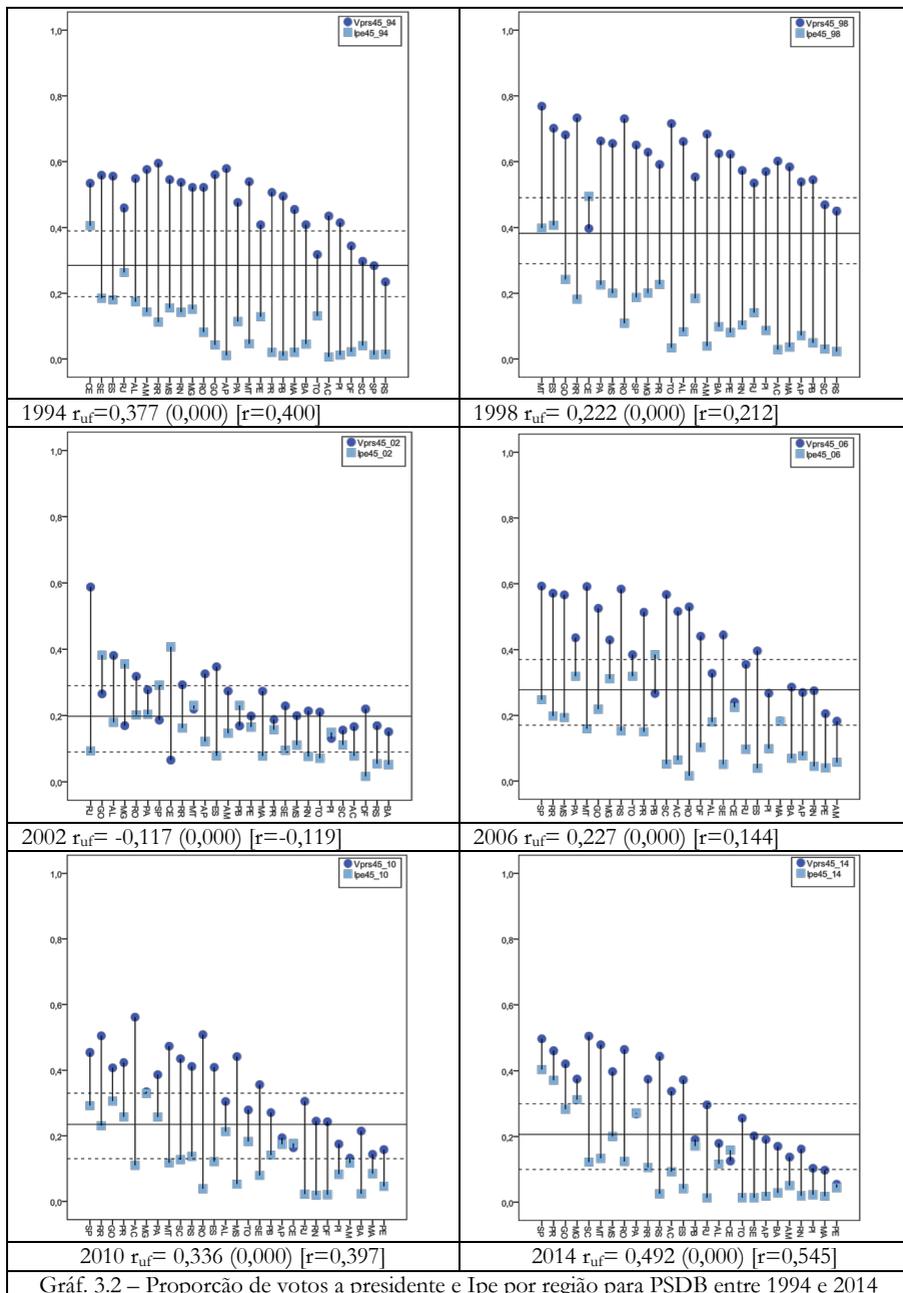
Em 1994, a média geral do PSDB é de 0,3, em 1998 sobe para quase 0,4, melhor desempenho do partido, para em seguida cair para 0,2, em 2002. As médias dos Ipes estaduais oscilam entre zero e 0,2 nas duas primeiras disputas. Em 2002 elas sobem, com o Ipe de algumas UFs ultrapassando a média geral do partido naquele ano. Isso reforça a ideia de que a diferença, em 2002, se deu principalmente no desempenho do candidato a presidente e não na presença eleitoral do partido nas eleições regionais.

As diferenças entre os coeficientes de correlação controlados e sem controle são as mais baixas do período, indicando que o controle por Estado tem baixo efeito sobre a associação entre voto a presidente e Ipe. O Estado com destaque nesse período é o Ceará (CE), que apresenta o maior Ipe entre 1994 e 2002, ficando acima, inclusive, das votações para presidente.

Entre 2006 e 2010, eleições que o PSDB disputa como oposição, nota-se um alinhamento gradual do desempenho do presidente com o Ipe por Estado. As médias gerais apresentam uma queda, indo de 0,3 em 2006, 0,25 em 2010 e 0,21 em 2014. A heterogeneidade diminui, pois há um número menor de pon-

tos acima e abaixo do intervalo entre as linhas em 2014 do que em 2010. O ajuste que começa a aparecer em 2010 torna-se mais claro em 2014. Além da redução de distâncias entre votos para presidente e Ipe, há um ajuste em que UFs em que há mais votos para presidente, também tende a existir maior presença eleitoral do partido.

Destaca-se nas últimas três eleições o Estado de São Paulo, que apresenta uma das maiores proporções de votação para presidente e, também, um dos mais altos Ipes do período, notadamente em 2010 e 2014. As diferenças entre os coeficientes controlados e sem controle crescem um pouco em relação ao período anterior, girando em torno de 0,06 de diferença. Isso significa que as associações entre voto para presidente e Ipe regional foram mais demarcadas entre as regiões do que nas eleições em que o partido estava no governo.



Gráf. 3.2 – Proporção de votos a presidente e Ipe por região para PSDB entre 1994 e 2014

Fonte: Autor

Em resumo, o desempenho do candidato a presidente não apresenta associação com presença eleitoral do partido nos Estados. Além disso, o partido do governo não consegue nacionalizar suas votações. Ao contrário, para o *incumbent* percebe-se uma diferença maior entre o percentual de votos a presidente e a presença eleitoral do partido nos Estados. O curioso é que, de maneira geral, isso vale tanto para o PT quanto para o PSDB.

Ainda que, em termos gerais, o PSDB tenha apresentado um Índice de Presença Eleitoral maior que o do PT, quando o PSDB governa, a diferença entre votação para presidente e Ipe é maior que no período seguinte, quando está na oposição. O mesmo acontece com o PT, que tem Ipe e votação para presidente nos Estados muito próximas no início do período, quando está na oposição e, depois, quando chega ao governo, cresce a heterogeneidade entre Estados e a diferença entre Ipe e votos para presidente em cada Estado.

Em termos de desempenho regional, as votações para presidente de partidos de oposição tendem a se concentrar nas regiões Sul e sudeste. As votações para presidente de partidos governistas são mais expressivas nas regiões Norte e Nordeste. O Centro-Oeste é uma região em que o candidato a presidente do PT tende a ter baixa votação e do PSDB, alta – independentemente de estarem ou não no governo. Já nos índices de presença eleitoral, o PT tende a ter melhor desempenho na região Sul em todo o período, com crescimento da presença do partido na região sudeste. O Centro-Oeste e Nordeste são duas regiões em que o PT apresenta os mais baixos índices de presença eleitoral. O PSDB tem alto Ipe no Sudeste e Centro-Oeste. A região Sul apresenta um crescimento gradativo do Ipe ao longo do tempo,

enquanto Nordeste e Norte tendem a ser as regiões em que o PSDB apresenta menor presença eleitoral em todo o período.

Quanto aos Estados específicos, destaca-se o bom desempenho do PT no Acre entre 1994 e 2006 e, depois, em 2010 e 2014, no Rio Grande do Sul. Alagoas e Roraima são os Estados com desempenho mais negativo do PT na média geral do período. No caso do PSDB, o destaque positivo entre 1994 e 2002 foi o Estado do Ceará (CE), em especial pelo Ipe alto nessas eleições. Na segunda metade do período, o partido ganha mais presença nos Estados de São Paulo (SP) e Goiás (GO), onde o candidato a presidente do PSDB também obtém os melhores resultados em comparação com outras UFs.

Notas

24. Para mais detalhes sobre as disputas legislativas brasileiras dos anos 1990, ver Samuels, 2001b e Rodrigues, 2002.

25. O Nep é um indicador agregado proposto no final dos anos 1970 e tem o objetivo de indicar qual o grau de concentração ou dispersão de votos nos partidos que se apresentam para a disputa. Ele é calculado a partir da fórmula a seguir, onde “pe” é a proporção de cadeiras ou votos obtidos pelos partidos (Laakso & Taagepera, 1979) :

$$\frac{1}{\sum pe^2}$$

26. Para garantir maior poder de comparação, os cálculos para o número de Partidos Efetivos foram feitos considerando as proporções de eleitos e número de vagas em disputa no País em cada eleição. Assim, no caso de governador, o Nep é a partir do número de partidos que conseguiram eleger candidatos a uma das 27 vagas em disputa (26 Estados + Distrito Federal). No caso de Senador, é o número de partidos que elegeram senadores para 27 ou 54 vagas, dependendo da eleição. O mesmo vale para deputado estadual, onde o cálculo é feito pela proporção de cada partido para o total de 1,1 mil eleitos no País e não a média dos Neps por UF. No caso de deputado federal o cálculo é o mesmo que tradicionalmente se aplica na literatura, pela proporção de

Capítulo 3 - Eleições nacionais e desempenho regional do PSDB e PT

cadeiras obtidas por partido/ano. Assim, torna-se possível comparar diretamente os Neps entre os diferentes cargos em disputa.

27. Para o teste de diferença de médias Anova, optou-se por agregar as 27 UFs em cinco regiões geográficas, o que permite maior consistência nas comparações de médias. Para as estatísticas descritivas de média, desvio padrão, número máximo e mínimo de candidato/vaga, manteve-se como unidade de análise as UFs.

28. O método utilizado aqui é o da distribuição Wilks de Lambda, proposto por Samuel Wilks. Trata-se de uma distribuição probabilística em um teste de hipóteses multivariado (MANOVA). É uma generalização da estatística F do teste univariado (ANOVA), onde a significância estatística para a diferença de médias dá-se a partir da consideração dos valores conjuntos de todos os fatores sobre as variáveis dependentes. O resultado sempre deve ser interpretado como significância para a árvore de variáveis dependentes e não para uma única delas.

29. A partir de outra dimensão, Amorim Netto & Coelho (2008) abordam a relação entre economia e representação política nas democracias contemporâneas.

30. O índice de Nihans é usado para agrupar unidades de uma variável contínua em categorias ordinais, onde a primeira categoria terá mais unidades que a segunda e assim sucessivamente. Ele é calculado a partir da seguinte fórmula: $N = \frac{\sum x^2}{\sum x}$, onde N é o limite de cada categoria e x é o valor das ocorrências (Meireles, 2001).

31. Em 2007, o Partido da Frente Liberal (PFL) modificou o estatuto e nome do partido para Democratas (DEM).

32. Em 2007, o Partido Liberal (PL) e o Partido da Reedificação da Ordem Nacional (PRO-NA) fundiram-se, dando origem ao Partido Republicano (PR).

33. Em 1995, foi fundado o Partido Progressista Brasileiro (PPB), resultado da fusão do Partido Progressista Reformador (PPR) e do Partido Progressista (PP). Em 2003, o partido adotou nova nomenclatura: Partido Progressista (PP).

34. O PAN foi incorporado pelo PTB em 2006.

35. Em 2001, o Partido da Reconstrução Nacional (PRN) muda o nome para Partido Trabalhista Cristão (PTC).

36. Em 2003, o antigo Partido Social Democrata (PSD) foi incorporado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PSB). Em 2010, o PSD é refundado por outro grupo político que apenas

usa o mesmo nome e sigla do partido anterior.

37. Em 2000, o Partido Humanista da Solidariedade (PHS) mudou o nome para Partido da Solidariedade Nacional (PSN).

38. O PST foi incorporado pelo PP em 1996.

39. O DEM está na Classe A porque a opção foi usar a média dos eleitos em todo o período de análise. Se fosse calculado um Índice de Nihans para cada eleição, no início do período o DEM estaria na classe A, porém, no final ele passaria para Classe B, porque se trata de um partido que apresentou grande redução no número de eleitos no período. Em 1994, o DEM elegeu 89 deputados federais e 157 deputados estaduais. Esses números caem para 22 deputados federais e 45 deputados estaduais em 2014.

40. Para uma discussão sobre o contexto das eleições de presidentes por PSDB e PT ver Knoop, ; Silva, 2014.

41. Em 1994, o governo não é do PSDB, pois o presidente é Itamar Franco (PTB). No entanto, é considerada uma candidatura governista, pois o candidato do PSDB, Fernando Henrique Cardoso, tinha sido ministro do governo Itamar Franco, o PSDB dava sustentação ao governo e, por outro lado, o PT se posicionava como oposição direta ao governo de 1994.

Capítulo 4

Eleições municipais entre 1996 e 2012: fragmentação sem domínio do binômio PSDB-PT

Neste capítulo, são utilizados indicadores presentes na literatura da ciência política internacional que, em conjunto, servem para descrever as características da democracia representativa, em sua dimensão eleitoral, como sumariza a Tabela 4.1, a seguir. A partir dela, discutimos o desenvolvimento da democracia eleitoral no período analisado por regiões do País e, em seguida, considerando o papel dos principais partidos políticos no período.

No sistema eleitoral brasileiro misto, em que as eleições são concomitantes, no âmbito local elegem-se, ao mesmo tempo, prefeitos (pelo sistema majoritário uninominal) e vereadores (pelo sistema proporcional de lista aberta). A Tabela 4.1 apresenta três indicadores para as cinco eleições do período. Todos têm o objetivo de indicar em alguma medida a qualidade da democracia representativa no âmbito da concorrência elei-

toral. A proporção de candidatos por vaga (Can/Vag) mostra quantos candidatos disputam uma vaga a cada eleição. Baixa proporção ou queda na proporção de candidatos por vaga ao longo do tempo podem indicar problemas para a democracia representativa. O segundo indicador é o percentual médio de candidatos eleitos por partido. Baixos percentuais de eleitos indicam muito insucesso entre os concorrentes, ou seja, muitos candidatos derrotados. O crescimento no percentual de eleitos ao longo do tempo é um indicador da qualificação dos candidatos e especialização ou profissionalização dos partidos em disputar determinadas eleições. O terceiro é o número efetivo de partidos (Nep), que é um indicador usado na literatura internacional para comparar entre países ou ao longo do tempo o grau de concentração ou dispersão das forças partidárias nas eleições. Quanto maior o Nep, mais dispersas as forças partidárias. Aqui, o Nep é calculado a partir das proporções de eleitos por partido para prefeito e vereador.

Ainda, a Tabela 4.1 fornece duas informações para cada indicador. A primeira é o número (N), que está em valores absolutos ou em percentagem por ano analisado. A segunda é a diferença (Dif.) entre duas eleições seguidas. Como as análises começam em 1996, em todos os casos o valor para esse ano é 1,00. A partir daí, diferenças positivas na eleição seguinte em relação à anterior apresentam valores acima de 1,00, enquanto quedas entre duas disputas têm valores abaixo de 1,00.

A relação de candidato por vaga, que indica o grau de concorrência pelos cargos eletivos, é mais precisa que os números absolutos de candidatos quando se analisam séries temporais. Isso porque as mudanças no número de vagas ao longo

do tempo influem sobre o número de concorrentes. Não é o caso do Brasil no período analisado, que variou entre 2% a menos de vereadores e 3,4% a mais de prefeitos no período, indicando estabilidade no número de vagas nessas duas décadas.

Apesar da estabilidade no número de vagas para vereador em disputa, houve um incremento na proporção de candidatos/vaga, passando de 5,21 candidatos/vaga em 1996 até 8,00 candidatos/vaga em 2012, com um crescimento constante. Em média, a diferença entre duas eleições foi de 1,11, o que significa uma diferença média positiva de 11% no número de candidatos por vaga a cada nova disputa no período. No caso das disputas para prefeituras, não houve diferenças representativas ao longo do período. A série começa com 2,84 candidatos/vaga em 1996 e termina com 2,79 em 2012, com as três eleições do centro da série entre 2,7 e 2,8 candidatos/vaga, sem crescimento ao longo do tempo.

Quanto ao indicador de percentuais de eleitos, percebe-se uma tendência de crescimento ao longo do tempo. Nas disputas para prefeito o percentual é maior, passando de 15,6% para 24,9% no final da série, enquanto que para vereador ele passa de 6,0% para 10% no final, com a diferença de que, no caso de vereador, o maior percentual de eleitos por partido deu-se em 2008, com 14,36%. O crescimento médio entre duas eleições foi de 1,10 (10% entre duas eleições) para o caso de prefeitos e de 1,15 (15% entre duas eleições) para vereadores. Este indicador mostra que houve uma melhora na viabilidade eleitoral dos candidatos apresentados pelos partidos. Como ele é acompanhado pelo crescimento na proporção de

candidatos/vaga, não indica uma “elitização” dos concorrentes, mas um direcionamento para apresentação de candidatos que sejam viáveis em determinados municípios, reduzindo a presença proporcional de concorrentes sem chances reais de vitória. Isso indica uma relativa profissionalização dos candidatos em disputar as eleições no período.

A análise conjunta do desempenho dos dois indicadores mostra que houve um crescimento de “oferta” de candidatos, notadamente para vereador, enquanto que para prefeito houve estabilidade, ao mesmo tempo em que se percebe um aumento no “sucesso” dos concorrentes com o maior percentual de eleitos ao longo do tempo. Isso se dá principalmente no caso das eleições proporcionais, para vereador, onde há mais candidatos por vaga e maior percentual de eleitos por partido, em média.

O terceiro indicador é agregado. O número efetivo de partidos indica qual o grau de concentração ou dispersão das forças partidárias entre os eleitos para os cargos em disputa. Em sistemas majoritários, espera-se uma maior concentração de partidos, pois cada sigla pode indicar um único concorrente ao cargo; enquanto que, em sistemas eleitorais proporcionais, espera-se uma maior dispersão, com Nep mais alto. O que acontece no caso das eleições locais brasileiras é um Nep crescente ao longo do período analisado, para os dois cargos. O crescimento é muito parecido, de 1,12 (12% entre duas eleições) para prefeito e 1,18 (18% entre duas eleições) para vereador. O Nep para prefeito no Brasil era de 5,8 em 1996 e passa a 10,3 em 2012 – quase o dobro. Já para vereador passa de 6,3 em 1996, chegando a 13,9 em 2012 – um pouco mais

que o dobro.

Quando comparamos com outras democracias, o Nep eleitoral brasileiro tende a ser um dos mais altos, mesmo em se tratando de disputas majoritárias. Isso indica que, no Brasil, há uma dispersão de partidos que conseguem eleger seus candidatos em número suficiente para tornarem o sistema representativo mais disperso em termos de siglas partidárias. No caso das eleições locais brasileiras, onde há votação concomitante para dois cargos, um pelo sistema majoritário e outro pelo proporcional, a comparação nos mostra que as diferenças entre eles não são tão grandes.

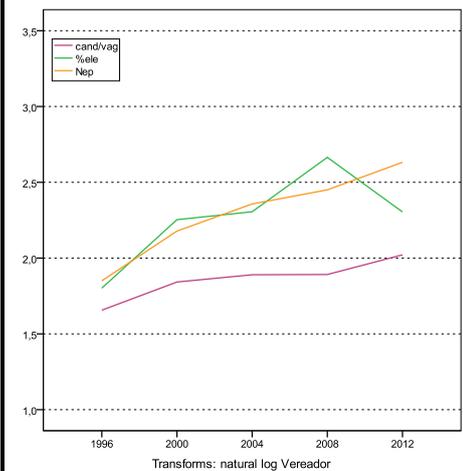
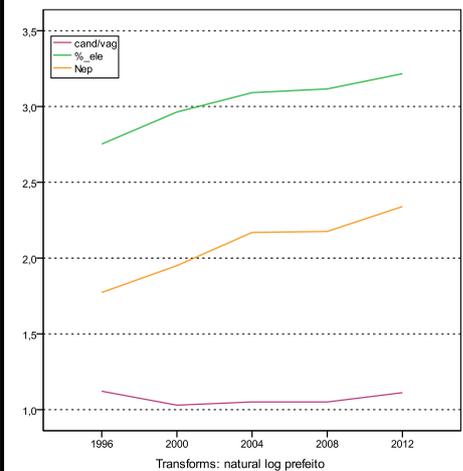
Quer dizer, embora exista possibilidade de tornar a representação legislativa mais pulverizada, o Nep dos vereadores eleitos fica muito próximo da dispersão de partidos nas prefeituras municipais. Isso sem que houvesse um crescimento nas mesmas proporções do número real de partidos nas disputas. Em 1996, ao todo, 21 partidos elegeram prefeitos no Brasil, passando a 26 partidos com prefeitos eleitos em 2012. Já para vereadores, os números passam de 25 na primeira para 27 na última eleição em disputa.

Outra informação depreendida de comparações entre os indicadores da Tabela 4.1 está entre o número de candidatos/vaga e o Nep. Embora o Nep cresça ao longo do tempo, a média de candidatos mantém-se estável para prefeito e cresce pouco no caso de vereadores. Isso significa que a fragmentação do sistema não está relacionada ao crescimento no número de candidatos. A estabilidade em candidatos/vaga mostra que o maior Nep deve-se ao fato de que mais partidos elegem candidatos e não em função de um número maior de candidatos.

Tab. 4.1 - Estatísticas descritivas – indicadores para as eleições municipais 1996-2012

Indicador	Prefeito						Vereador						
	1996	2000	2004	2008	2012	Méd.	1996	2000	2004	2008	2012	Méd.	
Can/Vag	N	2,84	2,70	2,83	2,81	2,79		5,21	6,09	6,68	6,71	8,00	
	Dif.	1,00	0,95	1,04	0,99	0,99	0,99	1,00	1,16	1,09	1,00	1,19	1,11
%Eleit.	N	15,68	19,37	22,01	22,56	24,94		6,06	9,52	10,03	14,36	10,02	
	Dif.	1,00	1,24	1,14	1,02	1,11	1,10	1,00	1,57	1,05	1,43	0,70	1,15
Nep	N	5,89	7,03	8,75	8,81	10,38		6,36	8,83	10,56	11,59	13,9	
	Dif.	1,00	1,19	1,24	1,01	1,18	1,12	1,00	1,39	1,20	1,10	1,20	1,18

Gráficos Comparativos



Fonte: Autor com dados do TSE

Os gráficos acima permitem comparar os desempenhos dos indicadores para os dois cargos nas cinco eleições. Os valores foram transformados em log. para permitir a comparação direta. Percebemos que, no caso dos prefeitos há crescimento constante do percentual de eleitos em média por partido e do Nep, enquanto o número de candidatos/vaga fica estável em todas as eleições. Já para vereador, as três variáveis crescem ao longo do tempo, além de os valores ficarem mais próximos entre si. O único ponto de queda é o percentual de eleitos por partido em 2012, que apresenta acentuada queda em relação aos anos anteriores. Ainda assim, em quase todos os casos (exceto candidato/vaga), o ponto no final do período está significativamente acima do ponto no início do período, indicando avanços nos indicadores da democracia eleitoral brasileira.

Uma vez descritos os avanços gerais no período, o próximo passo é identificar possíveis diferenças entre regiões do País, em especial por conta do peso que a literatura comparada dá à associação entre desenvolvimento econômico e avanço da democracia representativa brasileira (Alesina, 1988; Soares e Silva, 1989; Paiva, 1994). Para as eleições municipais, as 26 Unidades da Federação estão agrupadas em cinco regiões geográficas: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste. Embora com diferenças internas, os indicadores de desenvolvimento econômico e social são crescentes na ordem apresentada acima, com Norte e Nordeste apresentando indicadores mais baixos e Sul e Sudeste, os mais altos (Rossi, 1990).

A seguir, será testada a variação do indicador “número de candidatos por vaga” para as regiões e Estados brasileiros, tanto nas eleições para prefeito quanto para vereador. O objetivo é

verificar se em termos agregados há maior competição eleitoral em regiões ou Estados mais desenvolvidos, conforme aponta a literatura normativa sobre o tema.

Sobre as comparações regionais, a Tabela 4.2, a seguir, traz duas informações gerais importantes. A primeira está nos resultados do teste de diferença de médias pela técnica de Análise de Variância (ANOVA)⁴² para os números de candidato/vaga, por região do País. Tanto para prefeito quanto para vereador os coeficientes ficam acima do limite crítico ($p \leq 0,050$), o que indica que há diferenças estatisticamente significativas na concorrência eleitoral por região. Além disso, os coeficientes são maiores em 2012 do que em 1996 para os dois cargos, mostrando que há um crescimento nas diferenças entre as regiões, se compararmos o final com o início do período analisado.

O coeficiente da Anova para prefeito passa de 3,52 para 4,26 no período, e de vereador sobe de 5,23 para 7,38. Ou seja, ao longo do tempo, as diferenças regionais da concorrência por cargo cresceram, aumentando as desigualdades dos indicadores eleitorais inter-regiões. A segunda informação importante está na indicação de quais Estados apresentaram os valores máximos e mínimos para cada eleição.

No caso de candidatos a prefeito, a maior proporção candidato/vagas em 1996 foi no populoso estado do Rio de Janeiro (RJ), da região Sudeste, com 4,42. Em todas as outras quatro eleições, os valores máximos ficaram em pequenos Estados da região Norte – Amapá (AP) e Roraima (RR). Já os Estados com menor concorrência foram Paraíba (PB), na região Nordeste, em 1996 e 2000; Tocantins (TO), Norte; e Rio Grande do Sul (RS) e Santa Catarina (SC), região Sul.

No caso das candidaturas a vereador, os valores máximos de candidato/vaga foram no Rio de Janeiro (RJ), durante todo o período, enquanto os mínimos foram no pequeno Estado do Piauí (PI), região Nordeste, nas cinco disputas. A medida de heterogeneidade (desvio padrão), tanto para as médias de candidato/vaga de prefeito quanto de vereador mostram-se estáveis ao longo do tempo para prefeito e crescentes para vereador. Isso é coerente com o crescimento das médias no caso da disputa legislativa e a manutenção dos valores nas eleições para prefeituras.

Tab. 4.2 – Estatísticas descritivas e ANOVA para candidato/vaga por região do País

Cargo	Estatística	1996	2000	2004	2008	2012
Prefeito	Média	2,84	2,70	2,83	2,81	2,79
	Desvio Padrão	0,56	0,42	0,35	0,46	0,54
	Máximo	4,42 (RJ)	4,06 (AP)	3,80 (RR)	4,31 (AP)	4,81 (AP)
	Mínimo	2,35 (PB)	2,26 (PB)	2,39 (TO)	2,30 (RS)	2,37 (SC)
	N vagas	5.377	5.559	5.562	5.563	5.567
	N candidatos*	15.320	15.035	15.746	15.676	15.547
	Teste Anova/região	3,525 (0,024)	2,148 (0,110)	2,868 (0,048)	3,725 (0,019)	4,264 (0,011)
	Vereador	Média	5,21	6,09	6,68	6,71
Desvio Padrão		1,97	2,14	2,23	2,19	2,57
Máximo		12,62 (RJ)	13,48 (RJ)	14,28 (RJ)	13,78 (RJ)	16,38 (RJ)
Mínimo		2,83 (PI)	3,29 (PI)	3,54 (PI)	3,52 (PI)	4,16 (PI)
N vagas		58.627	60.317	51.842	51.976	57.434
N candidatos*		305.873	367.812	346.419	348.793	450.697
Teste Anova/região		5,236 (0,004)	5,246 (0,004)	6,120 (0,002)	5,440 (0,004)	7,383 (0,001)

* N candidatos é relativo ao número total de candidatos no início da campanha, registrado pelo TSE. Isso significa que inclui todos os inscritos pelos partidos. Portanto, o número é superior ao de candidatos com contas aprovadas no final da campanha.

Fonte: Autor com dados do TSE

Não obstante pareça existir, no caso das eleições para vereador, uma associação entre região desenvolvida e maior concorrência eleitoral, no caso das disputas para prefeituras isso não ocorre. Há Estados da região Norte, menos desenvolvida, entre os que apresentam maior concorrência e Estados da região Sul, mais desenvolvida, com baixa concorrência para as prefeituras. A aplicação de uma distribuição ANOVA por homogeneidade de médias nos permite agrupar, por proximidade, as regiões com médias similares ao mesmo tempo em que é possível distinguir grupos que apresentem médias estatisticamente distintas.

A Tabela 4.3, a seguir, mostra os subconjuntos por homogeneidade a partir do teste *Tukey*⁴³, por eleição e cargo em região do País. Na maioria dos casos, são formados dois conjuntos e algumas regiões tendem a estar em ambos. A primeira informação geral é de que existe pouca variação regional nas concorrências das eleições municipais entre 1996 e 2012, indicando um comportamento próximo do homogêneo para todo o País. No caso de prefeito, em duas disputas há apenas um grupo (2000 e 2004), indicando a não existência de diferenças estatísticas significativas entre as médias de candidatos para as regiões. Em todas as demais disputas formaram-se apenas dois subgrupos, o que indica baixa heterogeneidade.

O importante aqui é olhar para os casos extremos, que aparecem em apenas um subconjunto, para identificar as maiores diferenças. No caso das eleições para prefeito, a região Sul tem as médias de candidato/vaga mais baixas em todas as eleições do período, ao passo que as regiões Norte e Sudeste apresentam as maiores médias em todas as disputas. Além disso, nas eleições de 2000 e 2004, as diferenças regionais são tão pequenas

que não é possível dividir as regiões em dois ou mais grupos. Para vereador, o teste resulta em dois subconjuntos para todas as eleições, o que já indica diferenças marcadas regionalmente. As regiões Nordeste e Sul apresentam as médias mais baixas nas cinco eleições, enquanto que a região Sudeste tem as médias mais altas em todo o período analisado, ficando permanentemente no subconjunto das médias mais altas.

Em geral, os testes de homogeneidade de subconjuntos mostram que, para as eleições locais brasileiras, as regiões Sudeste e Norte são as que apresentam maior número de candidato/vaga, portanto, maior competição tanto para vereador quanto para prefeito. Por sua vez, as regiões Sul e Nordeste tendem a apresentar menor média de candidato/vaga.

Outra informação importante é a manutenção desses padrões ao longo do tempo, com pouca variação de regiões entre os subgrupos. Por fim, no que diz respeito à competição, parece não haver associação direta com desenvolvimento econômico da região – pelo menos nos casos das disputas municipais. A região mais desenvolvida economicamente, Sudeste, e a menos desenvolvida, Norte, são as que apresentam maiores médias de candidato/vaga.

Tab. 4.3 – Teste de homogeneidade de subconjuntos Regiões por candidato/vaga

Ano	Prefeito			Vereador		
		1	2		1	2
1996	SU	2,446		NE	4,166	
	CO	2,755	2,755	SU	4,235	
	NE	2,936	2,936	CO	4,673	
	NO		3,449	NO	5,676	5,676
	SD		3,465	SD		8,105
2000		1			1	2
	SU	2,577		NE	4,877	
	NE	2,584		SU	5,188	
	CO	2,713		CO	5,949	5,949
	SD	3,058		NO	7,255	7,255
	NO	3,062		SD		8,994
2004		1			1	2
	SU	2,577		SU	5,076	
	NE	2,584		NE	5,480	
	CO	2,713		CO	6,083	
	SD	3,058		NO	7,047	7,047
	NO	3,062		SD		10,019
2008		1	2		1	2
	SU	2,449		SU	5,003	
	CO	2,537	2,537	NE	5,362	
	NE	2,726	2,726	CO	6,043	6,043
	SD	3,031	3,031	NO	7,631	7,631
	NO		3,263	SD		9,382
2012		1	2		1	2
	SU	2,488		NE	5,859	
	CO	2,716	2,716	SU	5,904	
	NE	2,848	2,848	CO	6,967	
	SD	3,306	3,306	NO	8,597	8,597
	NO		3,508	SD		11,226

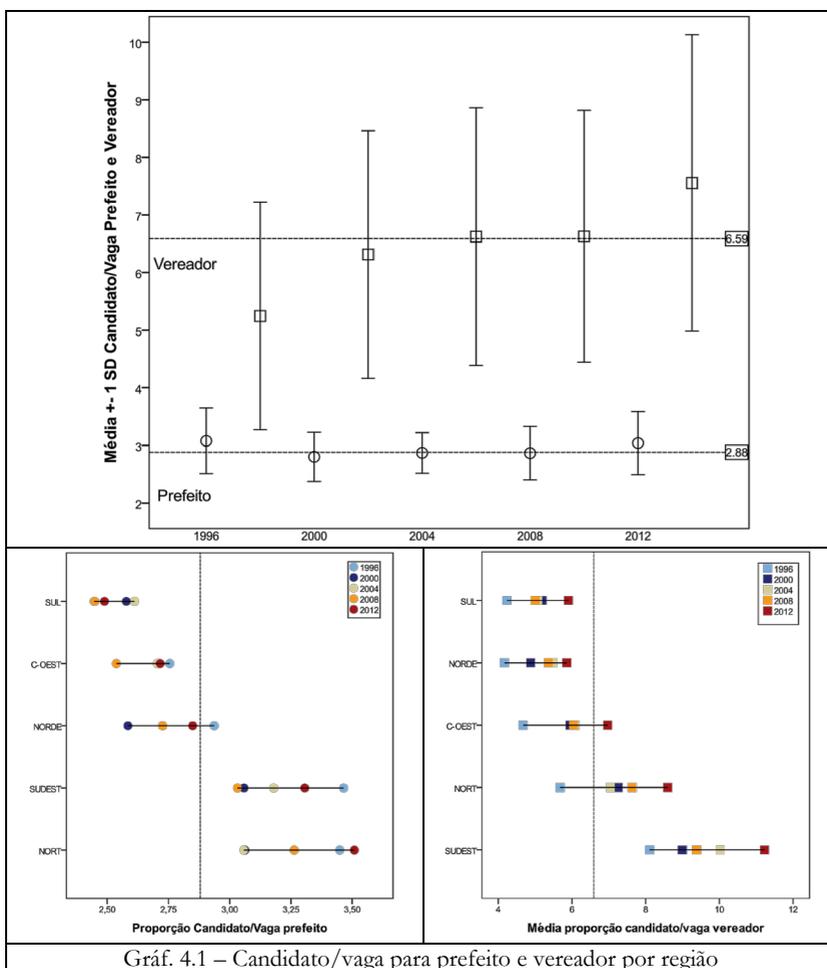
Fonte: Autor

O Gráfico 4.2, abaixo, permite comparar os dois pares de informações visualmente: média de candidato/vaga por ano e por região. O gráfico geral representa os valores das médias e desvios para prefeito e vereador por eleição, e mostra o crescimento gradual para o caso de vereadores. Os dois primeiros anos da série ficam abaixo da média geral (6,59 candidato/vaga), 2004 e 2008 giram em torno da média e o último ano aparece acima da média geral. As distribuições em torno da média também são

similares entre as eleições.

No caso de prefeito, as variações são bem menores e todas as eleições giram em torno da média geral para o período analisado, que é 2,8 candidatos/vaga. Quando separamos os resultados por região do País, ficam evidentes as diferenças de concorrências para prefeito. Embora a variação seja pequena, indo de 2 a 3 candidatos/vaga, as duas eleições dos extremos do período (1996 e 2012) apresentam as maiores médias. As regiões Norte e Sudeste têm valores acima da média geral durante todo o período. Por outro lado, as regiões Sul e Centro-Oeste têm média de candidato/vaga abaixo da média geral em todas as eleições. A região Nordeste tem comportamento mediano, com resultados em 1996 e 2012 muito próximos da média e as outras três eleições bem abaixo, aproximando-se dos valores do Sul e Centro-Oeste. Outra informação importante visualizada a partir dos gráficos abaixo sobre médias de candidatos a prefeito é que, para as regiões Centro-Oeste, Nordeste e Sudeste, os maiores valores estão na primeira eleição do período, em 1996.

Os resultados das eleições para vereador por região mostram-se distintos. Em primeiro lugar, há uma tendência de crescimento constante nas médias com a eleição de 1996, sendo a que apresenta menor relação candidato/vaga em todas as regiões. Porém, a região Sudeste é a única que fica acima da média durante todo o período. A mais baixa média de candidato/vaga no Sudeste para vereador fica acima de praticamente todas as médias das demais eleições, em todas as outras regiões (exceto o Norte, em 2012). Depois do Sudeste, o Nordeste e o Centro-Oeste apresentam resultados medianos e, abaixo da média em todo o período, estão o Sul e o Nordeste. As diferenças entre as regiões se mantêm praticamente inalteradas em cada uma das eleições.



Gráf. 4.1 – Candidato/vaga para prefeito e vereador por região

Fonte: Autor

Em resumo, a concorrência para prefeituras no Brasil não apresentou mudanças significativas entre 1996 e 2012, girando ao redor de três candidatos/vaga em média. Além disso, o sistema majoritário de eleição também se mostrou relativamente homo-

gêneo, com variações pequenas entre as regiões do País. Destaca-se a região Sul com baixa concorrência e as regiões Norte e Sudeste com alta concorrência no período.

Já para as eleições de vereador, o comportamento regional foi distinto. Em primeiro lugar, em termos gerais, o incremento de candidato/vaga no final do período é maior que no caso dos prefeitos, passando de 5,2 no início para 8,0 no final, com média de 6,5 candidatos/vaga. Além disso, as diferenças regionais são mais marcadas, com uma distinção da região Sudeste, com maior concorrência do que todas as demais. A coincidência com a eleição majoritária é que, no caso de vereadores, a região Sul é a que apresenta a menor média de candidato/vaga por eleição. O Nordeste tem, proporcionalmente, melhor colocação na concorrência para prefeito do que para vereador. O Norte é a região que apresenta a maior média de concorrência para prefeito e fica em segundo lugar para vereador.

Estes resultados descritivos mostram que a hipótese de associação entre desenvolvimento econômico e maior concorrência eleitoral não se aplica ao caso em análise. As regiões com maiores concorrências, Norte e Sudeste, estão em extremos opostos nos índices de desenvolvimento econômico e social brasileiros. Ao mesmo tempo em que a região Sul, que apresenta indicadores de desenvolvimento econômico e social acima da média nacional, encontra-se na pior posição de concorrência eleitoral, comparativamente às regiões mais pobres.

Uma vez descritas as características gerais dos resultados eleitorais, o próximo passo da análise será descrever o comportamento dos partidos nas eleições locais brasileiras entre 1996 e 2012. Como a descrição inicial mostrou, houve um crescimento

no número efetivo de partidos. No período, 33 partidos disputaram pelo menos uma eleição e foram agrupados em três categorias, segundo o critério do Índice de Nihans, em que o grupo A reúne os partidos com maior participação no número de eleitos, o grupo B os partidos intermediários, e o grupo C os partidos com menor sucesso eleitoral.

4.1 Desempenho partidário em eleições municipais no Brasil

O objetivo de agrupar os partidos em três conjuntos é duplo. Em primeiro lugar, reduz as dimensões, facilitando a descrição de comportamentos ao longo do tempo. Além disso, permite comparar os desempenhos dos partidos entre grupos. A distribuição pelo Índice de Nihans justifica-se por se tratar de uma classificação ex-post, ou seja, são utilizados os resultados dos desempenhos dos partidos para definir se pertencem ao grupo dos maiores (A), dos intermediários (B) ou daqueles com menor participação (C).

Para os cálculos, foram usadas médias de eleitos entre 1996 e 2012, para prefeito e vereador. No período em análise, 30 partidos apresentaram candidatos a prefeito e vereador no Brasil. Os Quadros 4.1 e 4.2, a seguir, descrevem os integrantes de cada grupo. Os partidos DEM (antigo PFL), PMDB e PSDB aparecem no grupo A (partidos grandes) tanto nas eleições para prefeito quanto para vereador. Os três juntos, em média, apresentam mais de 40% dos candidatos e têm 50% dos eleitos. No segundo grupo, dos partidos de média relevância, aparecem PDT, PP (antigo PPB), PT e PTB. Juntos, eles representam cerca de 30% de candidatos e pouco menos de prefeitos eleitos. No caso de vereadores, o PR (antigo PL), também

integra o grupo B. Todos os demais partidos são pequenos e integram o grupo C. Eles representam 28% dos candidatos no período e 21% dos prefeitos eleitos.

Quadro 4.1 – Grupo de partidos por Índice de Nihans para prefeito - 1996 a 2012

Grupo	Partidos/Prefeito	Média Cand.	Média Eleitos	Dif. Cand. 96-12	Dif. Elei. 96-12
A	PFL_DEM, PMDB, PSDB	6.174 (41,5%)	2.724 (50,5%)	-2.843	-1.186
B	PDT, PPB_PP, PT, PTB	4.500 (30,3%)	1.539 (28,5%)	1.114	779
C	PAN, PGT, PC do B, PCB, PCO, PGT, PL_PR, PMN, PPL, PPS, PRB, PRN_PTC, PRONA, PRP, PRTB, PSB, PSC, PSD, PSDC, PSL, PSN_PHS, PSOL, PST, PSTU, PT do B, PTN, PV	4.193 (28,2%)	1.132 (21,0%)	3.063	1.171

Fonte: Autor com dados do TSE

O Quadro 4.1 também mostra que há diferenças entre os grupos quanto aos números de concorrentes e eleitos entre 1996 e 2012. No caso de candidatos a prefeito, partidos do grupo A apresentaram menos 2,8 mil candidatos em 2012 do que no início do período e tiveram menos 1,1 mil eleitos. O grupo B teve 1,1 mil candidatos a mais em 2012 do que em 1996 e 779 eleitos a mais no final do período. O maior crescimento foi entre os partidos do grupo C, que apresentaram 3 mil candidatos a mais no final do período do que no início e 1,1 mil eleitos a mais em 2012, quando comparado a 1996. Os partidos grandes perderam participação para os médios e para os pequenos no período analisado.

No caso das disputas para vereador, excetuando a entrada do Paraná no grupo B, o que indica que é um partido com

melhor desempenho em eleições proporcionais do que nas majoritárias, a composição dos grupos é semelhante à de prefeito. Partidos do grupo A apresentaram 31% dos candidatos a vereador e 42% dos eleitos. O grupo B ficou na média de 35% para os dois indicadores, enquanto partidos do grupo C tiveram 33% dos candidatos e 21% dos eleitos. O comportamento do grupo A no período também é semelhante ao anterior, com redução no número de candidatos de 27 mil e de eleitos em 5 mil no período. As diferenças nos grupos B e C são positivas e nas proporções próximas das disputas de prefeito, com maior crescimento da participação dos partidos pequenos no período.

Quadro 4.2 – Grupo de partidos por Índice de Nihans para vereador - 1996 a 2012

Grupo	Partidos/vereador	Média Cand.	Média Eleitos	Dif. Cand. 96-12	Dif. Elei. 96-12
A	PFL_DEM, PMDB, PSDB	104.581 (31,5%)	21.657 (42,3%)	-27.090	-5.711
B	PDT, PPB_PP, PT, PTB, PL_PR	116.806 (35,2%)	18.375 (35,9%)	43.570	10.834
C	PGT, PC do B, PCB, PCO, PGT, PMN, PPL, PPS, PRB, PRN_PTC, PRONA, PRP, PRTB, PSB, PSC, PSD, PSDC, PSL, PSN_PHS, PSOL, PST, PSTU, PT do B, PTN, PV	110.323 (33,3%)	11.150 (21,8%)	129.341	16.848

Fonte: Autor com dados do TSE

Para descrever em detalhes o fenômeno da mudança de força eleitoral entre os partidos brasileiros nas eleições municipais, a Tabela 4.4, a seguir, apresenta as estatísticas de aproveitamento de candidatos (percentual de eleitos) geral e dividida por grupo de partido político. Algumas das informações gerais já foram discutidas no tópico anterior – do desempenho por região,

mas são rerepresentadas aqui para compararmos com os grupos de partidos.

Enquanto a média geral de candidatos a prefeito sobe de 15,6% a 24,9% no período, o percentual máximo mantém-se em torno de 45%, em todas as cinco eleições. O mesmo acontece com os dados para candidatos a vereador, cuja média de eleitos sobe de 6% para 10% no período, mas o percentual máximo gira em torno de 20%. No caso das eleições para prefeito, o número de partidos em cada eleição (partidos em disputa) oscila menos que o número de partidos com pelo menos um prefeito eleito. O primeiro varia entre 27 e 30 agremiações, enquanto que os eleitos vão de 21 a 26, com tendência crescente ao longo do tempo. No caso de vereador, as diferenças não são tão marcantes. As variações vão de 27 a 30 partidos que indicam candidatos nas eleições e de 25 a 27 entre os que conseguem eleger pelo menos um vereador.

Apesar disso, o número de partidos efetivos cresce de maneira constante ao longo do tempo. Isso reforça as informações apresentadas nos Quadros 4.1 e 4.2, de que o crescimento se deu a partir dos partidos pequenos, avançando sobre o espaço ocupado inicialmente por partidos grandes, o que aumenta o número de partidos efetivos, sem necessariamente ser acompanhado do crescimento no número de partidos na disputa ou do percentual máximo de candidatos eleitos, tanto para vereador quanto para prefeito.

Ao analisarmos as estatísticas descritivas por grupo de partidos, percebemos que o maior crescimento no período se dá para os partidos pequenos (grupo C), na eleição de 2012 para prefeito e na eleição de 2008 para vereador. No caso das disputas majoritárias, a média de aproveitamento de candidatos de par-

tidos grandes gira em torno de 43% em todas as eleições, com percentual máximo em 45%. Já entre os partidos do grupo B (médios), há um crescimento de 27,3% para 32,8% de candidatos eleitos no período, com percentual máximo passando de 35% para 44%. Quanto aos partidos pequenos (grupo C), dobraram a participação de eleitos entre os candidatos apresentados, passando da média de 10,6% no início para 20,1% no final.

A maior diferença se deu na eleição de 2012, quando os partidos do grupo C apresentam um crescimento de cinco pontos percentuais em relação à disputa anterior. O percentual máximo de aproveitamento do grupo C passa de 33% para 44% no período em análise. A mesma tendência geral ocorre para vereador, com os partidos grandes estáveis, partidos médios crescendo em cerca de 50% o aproveitamento de candidatos no final do período, em relação ao início, e partidos pequenos mais do que dobrando a média de candidatos eleitos em 2012, quando comparados a 1996. Os valores máximos de percentual dos candidatos eleitos acompanham a mesma tendência.

Tab. 4.4 – Estatísticas descritivas e ANOVA para candidato/vaga por grupo de partido

Estatística		Prefeito					Vereador					
		1996	2000	2004	2008	2012	1996	2000	2004	2008	2012	
% de candidatos eleitos	Média	15,68	19,37	22,01	22,56	24,94	6,06	9,52	10,03	14,36	10,02	
	Dp.	14,95	15,50	14,56	15,13	14,22	5,59	6,88	6,46	5,84	5,65	
	Máx.	43,55	47,76	45,71	45,69	45,60	20,34	23,24	22,37	24,23	21,49	
	Mín.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,41	0,00	0,00	
Nº Part. Disputa		29	30	27	27	29	28	30	27	27	29	
Nº Part. Eleitos		21	25	24	23	26	25	26	25	25	27	
Nº Efetivo Part.		5,89	7,03	8,75	8,81	10,38	6,36	8,83	10,56	11,59	13,90	
Nihans	A	Média	42,59	45,67	44,65	44,38	42,09	18,26	22,92	21,55	22,75	17,28
		Dp.	0,87	1,83	1,54	0,77	3,62	2,15	0,46	0,74	1,27	2,03
		Máx.	43,55	47,76	45,71	45,19	45,26	20,34	23,24	22,37	24,23	19,61
		Mín.	41,85	44,38	42,89	43,66	38,13	16,04	22,39	20,93	21,98	15,86
	B	Média	27,30	31,91	35,11	39,10	38,27	9,50	16,14	16,17	19,95	15,36
		Dp.	14,41	12,75	9,78	5,31	3,98	3,43	4,75	4,31	2,90	1,95
		Máx.	35,70	44,04	43,67	45,69	44,23	12,87	21,50	21,14	23,81	18,02
		Mín.	10,66	14,29	21,14	33,86	35,81	6,03	9,97	10,78	16,90	13,37
	C	Média	10,66	13,76	15,99	15,98	20,18	3,66	6,62	7,08	11,86	8,06
		Dp.	11,04	11,77	10,94	11,42	12,91	3,03	4,26	4,01	4,54	4,97
		Máx.	33,71	39,13	37,29	42,17	45,60	10,89	14,98	16,30	21,11	21,49
		Mín.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,41	0,00	0,00
ANOVA F (sig.)		13,244 (0,000)	13,064 (0,000)	13,786 (0,000)	15,874 (0,000)	7,606 (0,003)	47,621 (0,000)	33,388 (0,000)	35,732 (0,000)	20,049 (0,000)	11,254 (0,000)	

Fonte: Autor

Além das médias entre grupos no fim do período, os valores máximos também se aproximam tanto para prefeito quanto para vereador. Isso indica menor heterogeneidade entre os grupos ao longo do tempo, o que é confirmado pelos coeficientes do teste de diferença de médias a partir da Análise de Variância (ANOVA) para os dois cargos. Mesmo que os coeficientes sejam estatisticamente significativos para prefeito e vereador nas cinco disputas, apresentam redução ao longo do tempo. No caso de prefeito, passa de 13,24 para 7,6 de 1996 a 2012 e de 47,6 para 11,2 nas eleições para vereador. Como a queda é maior para os vereadores, é possível inferir que, nas eleições legislativas, os pequenos e médios partidos aproximaram-se mais dos partidos grandes do que no caso de eleições majoritárias. A análise dos subconjuntos por homogeneidade de variância, a seguir, mostra a dinâmica dos grupos de partidos em eleições para prefeito e vereador no período analisado.

A Tabela 4.5, a seguir, indica os subconjuntos formados por homogeneidade de percentuais de candidatos eleitos por grupos de partidos e cargos. No caso dos candidatos a prefeito, em 1996, 2000 e 2012, o grupo C está em subgrupo distinto do grupo A e o conjunto intermediário (B) não pode ser separado, o que mostra uma proximidade entre os três grupos. Em 2008, há uma diferença nos subgrupos. Os partidos pequenos (grupo C) ficam separados em um subconjunto, enquanto os grupos B e A compõem outro subconjunto, mostrando proximidade entre grandes e médios em 2008, para prefeito.

No caso das eleições proporcionais, as três primeiras disputas do período têm três subconjuntos, um para cada grupo de partidos. Isso indica que as diferenças entre os percentuais de aproveitamento de candidatos de cada um dos grupos são estatisticamente

significativas. Partidos pequenos elegem menos que os médios, que não são tão bem-sucedidos quanto os grandes. Em 2008 e 2012, há uma mudança com a formação de apenas dois subconjuntos, não sendo mais possível separar os grupos B e A. Apenas C apresenta um percentual de candidatos eleitos estatisticamente mais baixo que os outros dois.

Tab. 4.5 – Teste de homogeneidade de subconjuntos Partidos por candidato/vaga

ANO	PREFEITO			VEREADOR			
		1	2		1	2	3
1996	C	10,659		C	3,298		
	B	27,304	27,304	B		9,777	
	A		42,591	A			18,257
2000	C	13,764		C	6,240		
	B	31,905	31,905	B		15,904	
	A		45,669	A			22,915
2004	C	15,991		C	6,591		
	B		35,110	B		16,195	
	A		44,648	A			21,550
2008	C	15,976		C	11,355		
	B		39,100	B		20,187	
	A		44,379	A		22,753	
2012	C	20,184		C	7,7077		
	B	38,274	38,274	B		15,394	
	A		42,090	A		17,280	

Fonte: Autor

A Tabela 4.5 mostra a dinâmica das variações de totais de candidatos e prefeitos eleitos por eleição e grupo de partidos. O número de prefeitos eleitos mostra uma separação clara entre o grupo A e os dois outros grupos, que ficam muito próximos entre si no final do período. Ainda que as diferenças sejam mantidas,

percebe-se um movimento em direções opostas entre os grupos de partidos. No início do período (1996), o número de prefeitos eleitos pelo grupo A está mais distante dos grupos B e C do que em 2012, indicando um avanço dos partidos B e C em relação aos grandes. No caso dos números de candidatos, os movimentos são na mesma direção, com queda no grupo A e crescimento no B e C, porém, há mais proximidade entre B e A do que se percebe no caso dos prefeitos eleitos. Significa que há diferenças gradativas maiores entre candidatos do que entre prefeitos eleitos.

No caso das eleições para vereadores, a dinâmica geral é a mesma, porém, com maior proximidade dentre os grupos. Por exemplo, o gráfico dos vereadores eleitos mostra que, excetuando o primeiro ano, 1996, em todos os demais os partidos do grupo B elegeram mais vereadores que os do grupo A. Além disso, os partidos menores, do grupo C, têm crescido em número de eleitos gradativamente em todas as eleições. Já entre os candidatos a vereador, as diferenças são mais marcadas, mantendo-se ao longo do tempo. De qualquer maneira, os percentuais de aproveitamento (percentual médio de eleitos por número de candidatos) são maiores entre os candidatos a prefeito do que entre vereador e, em ambos os casos, crescem ao longo do tempo. Isso indica que os partidos foram se especializando e apresentando candidatos em localidades com maiores chances de vitória – em termos agregados.

Para detalhar a análise sobre o desempenho partidário, a partir daqui verificam-se os resultados individuais de três partidos dominantes na política nacional: PSDB (governou o País entre 1994 e 2002), PT (governa o país desde 2003) e o PMDB (fez parte da base de apoio do PSDB e integra a coligação eleitoral

com vice-presidente do governo PT). Além disso, o PMDB é considerado o partido com maior capilaridade do Brasil. No entanto, o desempenho eleitoral do PT em disputas municipais fica abaixo dos outros dois partidos. Na formação de grupos pelo Índice de Nihans das médias de 1996 e 2012, PSDB e PMDB ficaram no grupo dos partidos grandes e PT no grupo dos partidos médios, tanto para o desempenho em prefeitos quanto vereadores eleitos.

O objetivo aqui é comparar os números de candidatos e eleitos para cargos municipais dos três partidos dominantes na esfera federal. A Tabela 4.6 mostra os números para prefeitos eleitos e candidatos pelos três partidos, além da somatória de todos os demais (outros). São apresentados em números absolutos a cada eleição e as diferenças entre duas eleições consecutivas para identificar crescimento ou queda em relação à disputa anterior. As médias mostram o desempenho de cada partido no período. No caso de prefeitos eleitos, o PT apresenta o maior aumento, de 1,46, ou 460% de crescimento no período. Depois vem a somatória dos demais partidos, com 1,06 (60%) a mais de média. PSDB com 0,95 e PMDB com 0,96 apresentam quedas nas médias de prefeitos eleitos no período.

Em primeiro lugar, é preciso apontar que, embora o PT tenha apresentado crescimento no período, isso foi suficiente apenas para chegar próximo aos números absolutos do PSDB e que ambos continuam distantes do número total de eleitos do PMDB. O PMDB elegeu, em 1996, 1,3 mil prefeitos e caiu para 1,0 mil em 2012. O PSDB, que havia elegecido 933 prefeitos em 1996, caiu para 695 em 2012. Já o PT subiu de 116 para 637 prefeitos no período. Todos os demais partidos também cresceram, passando de 2,4 mil para 3,2 mil prefeitos. Outra informação relevante da

tendência temporal é o ponto de inflexão na eleição de 2004 para PT e PSDB. Enquanto o PMDB e outros partidos oscilam em torno de 1,0, o PT apresenta crescimento constante, porém, em 2004 apresenta um salto, mais do que dobrando o número de eleitos – passa de 186 para 409.

No caso dos candidatos a prefeito, as tendências são as mesmas, com crescimento do PT e Outros e queda do PSDB e PMDB. No entanto, o crescimento médio entre duas eleições no número de candidatos de Outros partidos é praticamente o mesmo do número de eleitos. Já no caso do PT, o crescimento no número de eleitos entre duas eleições (1,46) é bem maior do que o crescimento no número de candidatos (1,12). Isso mostra uma especialização do partido nas eleições majoritárias locais, em especial entre 2004 e 2012, quando o partido está governando o Brasil. Assim, PSDB e PMDB apresentam quedas graduais e constantes no número de candidatos a prefeito no período analisado.

O que percebemos, ao comparar as informações da Tabela 4.6 com as estatísticas descritivas iniciais (Tabela 4.1) é que, apesar de não ter havido um crescimento da concorrência nas eleições para prefeito (houve manutenção de 2,8 candidatos/vaga), há duas mudanças importantes sob a aparente estabilidade. A primeira é o crescimento no percentual de eleitos em relação ao total de candidatos por partido. Isso mostra uma especialização dos partidos para disputar as eleições para os executivos municipais sem que tenha acrescido o número de candidatos apresentados por disputa. A segunda tem a ver com a dinâmica interna. Partidos grandes cederam espaço, ao longo do tempo, a partidos médios e pequenos, no caso da comparação dos dois grandes (PSDB e PMDB) que apresentaram quedas, especialmente após 2004, frente ao PT,

que teve crescimento no número de candidatos e, principalmente, no número de eleitos, também notadamente a partir de 2004.

As informações para os candidatos e vereadores eleitos apresentam as mesmas tendências gerais percebidas nas eleições majoritárias locais (Tabela 4.6). O maior crescimento no número de eleitos deu-se no PT, seguido pelo conjunto dos outros partidos. O Partido dos Trabalhadores passa de 1,3 mil vereadores eleitos em 1996 para 5,1 mil em 2012. Cresce praticamente mil vereadores por eleição. O conjunto dos outros partidos quase dobrou a participação no número de eleitos no período, passando de 19 mil eleitos em 1996 para 39 mil em 2012. O PSDB manteve-se com média em torno de 1,0 no período, no entanto, os valores a partir de 2004, quando o partido deixa o governo nacional, ficam abaixo desse valor. Já o PMDB é o partido que apresenta a maior queda.

Analisando as tendências ao longo do tempo, no caso de eleitos, fica clara a queda do PMDB e PSDB ao longo do tempo, ao mesmo tempo em que o PT apresenta um crescimento significativo a partir de 2004. Quando se comparam as diferenças entre eleições, o conjunto dos demais partidos apresenta uma grande diferença positiva em 2000 para, em seguida, cair para níveis abaixo de zero – o que significa menos candidatos em uma eleição do que na anterior – para voltar a ser positivo apenas em 2012. O PT apresenta-se acima de zero em todas as eleições, porém, com uma leve tendência de queda ao longo do tempo. O PSDB tem diferença acima de zero apenas em 2000. A partir de então, o número de eleitos do partido tem queda permanente. O PMDB oscila, com diferença positiva no número de eleitos apenas em 2008. Em todas as outras, eleições as diferenças ficam negativas.

Tab. 4.6 – Desempenho de partidos relevantes nas disputas para prefeito e vereador

Partido		Est.	Prefeito						Vereador						
			1996	2000	2004	2008	2012	Méd.	1996	2000	2004	2008	2012	Méd.	
Eleitos	PT	N	116	186	409	557	637		1.892	2.429	3.679	4.168	5.184		
		Dif.	1,0	1,6	2,2	1,36	1,14	1,46	1,0	1,81	1,51	1,13	1,24	1,34	
	PSDB	N	933	982	864	791	695		8.460	8.369	6.561	5.897	5.262		
		Dif.	1,0	1,05	0,88	0,92	0,88	0,95	1,0	1,45	0,78	0,9	0,89	1,01	
	PMDB	N	1.311	1.252	1.052	1.202	1.022		13.091	11.156	8.308	8.475	7.968		
		Dif.	1,0	0,95	0,84	1,14	0,85	0,96	1,0	1,19	0,74	1,02	0,94	0,98	
	Outros	N	2.443	3.110	3.193	3.006	3.213		35.152	37.367	33.245	33.363	39.016		
		Dif.	1,0	1,27	1,03	0,94	1,07	1,06	1,0	1,97	0,89	1	1,17	1,21	
	Candidatos	PT	N	1.088	1.302	1.935	1.645	1.779		20.774	24.366	34.127	24.656	38.784	
			Dif.	1,0	1,2	1,49	0,85	1,08	1,12	1,0	1,29	1,4	0,72	1,57	1,2
PSDB		N	2.202	2.056	1.890	1.786	1.621		44.360	37.385	31.351	26.746	32.127		
		Dif.	1,0	0,93	0,92	0,94	0,91	0,94	1,0	1,04	0,84	0,85	1,2	0,99	
PMDB		N	3.010	2.821	2.453	2.660	2.258		58.982	47.994	37.138	34.978	40.640		
		Dif.	1,0	0,94	0,87	1,08	0,85	0,95	1,0	1,05	0,77	0,94	1,16	0,98	
Outros		N	7.492	8.657	9.199	9.011	9.468		240.233	241.676	235.947	186.820	309.043		
		Dif.	1,0	1,16	1,06	0,98	1,05	1,05	1,0	1,39	0,98	0,79	1,65	1,16	

Fonte: Autor com dados do TSE

Para os vereadores eleitos, as diferenças ao longo do tempo entre os três partidos são menos significativas. O PSDB apresenta queda permanente ao longo do tempo. O PMDB tem sua tendência de queda invertida apenas na disputa de 2008 e o PT apresenta crescimento significativo em 2004, a partir de quando oscila em torno dos mesmos números de candidatos. As curvas de tendência mostram o PSDB constantemente com valores abaixo de zero, o que significa que o número de candidatos a vereador em uma eleição tem diminuído em relação à anterior e mostra uma oscilação no caso do PMDB, com diferença acima de zero apenas em 2008. Já o PT e os Outros partidos apresentam comportamentos semelhantes a partir de 2004, com queda em 2008 e crescimento em 2012.

Entre os candidatos a vereador, a diferença mantém-se na mesma direção, porém, em menor proporção. PT e outros partidos apresentaram crescimento maior, com PT passando de 18,8 mil candidatos em 1996 para 38,7 em 2012, enquanto que os Outros partidos passaram de 174 mil para 309 mil concorrentes entre 1996 e 2012, praticamente dobrando os números no período. Já PSDB e PMDB apresentaram diferenças em proporções menores e negativas. O primeiro passou de 35,9 para 32,1 mil concorrentes entre 1996 e 2012, ao passo que o segundo apresentou redução de 45,9 mil a 40,6 mil concorrentes no mesmo período.

Quanto ao número de candidatos, as diferenças entre eleições são menores. Há um comportamento da curva em forma de “U” para Outros partidos, enquanto os três analisados oscilam próximos a zero. O PT fica pouco acima em todas as eleições. O PMDB oscila entre acima e abaixo de zero, e o PSDB, depois de 2004, mantém abaixo de zero em todas as disputas. Já as curvas

dos candidatos mostram diferenças maiores de Outros partidos em relação aos três analisados separadamente. A diferença é que PT, PMDB e PSDB apresentam tendência positiva na última eleição em relação à anterior. Além disso, a somatória de Outros partidos apresenta o maior crescimento em 2012, com diferença de mais de 100 mil concorrentes⁴⁴ em relação à disputa anterior.

Até aqui, a apresentação das estatísticas descritivas de candidatos e eleitos para prefeitos e vereadores mostra que, entre 1996 e 2012, houve uma manutenção da concorrência para os cargos majoritários e um crescimento na concorrência geral para as eleições proporcionais. Foi possível perceber diferenças entre o avanço das concorrências eleitorais por região do País, no entanto, não há relação entre as diferenças regionais e o desenvolvimento socioeconômico. Regiões com Estados ricos e com estados pobres apresentaram as maiores diferenças na concorrência eleitoral. Além disso, nos dois casos, houve crescimento na especialização dos partidos, demonstrada pelo maior percentual de candidatos eleitos por partido, ao longo do tempo.

O aproveitamento de candidatos não foi homogêneo entre todos os partidos. As siglas pequenas e médias apresentaram crescimento, enquanto os partidos grandes tiveram queda no período, indicando uma maior heterogeneidade na representação partidária. Dadas as diferenças entre PT e PSDB, especialmente nas eleições municipais a partir de 2004 (quando há troca de partido que governa o País), o próximo tópico discutirá a presença dos dois partidos nacionais em disputas municipais. Para tanto, será usado o Índice de Presença Eleitoral, que considera, além da existência de candidatos e eleitos, os números de votos pessoais, de legenda e os recursos financeiros arrecadados para

financiar as campanhas eleitorais nos municípios.

O objetivo é verificar como se dá, entre 1996 e 2012, o fortalecimento ou enfraquecimento da presença eleitoral nas disputas locais dos dois partidos que dominaram as eleições nacionais no período. Além dos indicadores gerais, é possível identificar diferenças no Índice de Presença Eleitoral do PT e PSDB entre regiões e Estados brasileiros para testar a hipótese de que o partido, no governo federal, fortalece a presença do partido nas eleições locais, porém, isso não se dá de maneira homogênea em todo o País.

4.2. Índice de presença eleitoral em disputas locais

As análises do desempenho por candidatos eleitos de PT, PMDB e PSDB indicaram comportamento oposto entre os dois partidos dominantes nas eleições nacionais: PT e PSDB. Neste tópico, pretendemos ampliar a análise para o desempenho não apenas em relação às proporções de eleitos, mas para a presença eleitoral dos partidos nos municípios. O objetivo é identificar quais foram os comportamentos em eleições locais dos dois partidos dominantes em eleições nacionais nas últimas duas décadas.

Para tanto, utilizamos o Índice de Presença Eleitoral (Ipe), que abrange aspectos da presença dos partidos que vão além da vitória ou derrota de candidatos. O Ipe capta comparativamente quanto um partido teve de densidade na eleição de um município em relação ao conjunto dos demais. O Gráfico 4.2 sumaria as médias de Ipe do PSDB e PT, por ano e região, para as eleições municipais. O PSDB apresenta uma média de presença eleitoral maior que o PT nas cinco eleições analisadas (1996 a

2012), ficando em 0,11, enquanto o PT tem média de 0,06. As imagens indicam uma relação entre estar na presidência e o índice de presença eleitoral nos municípios.

Enquanto o PSDB governava o Brasil, seu Ipe nos municípios era maior do que no período seguinte. Em 1996, 2000 e 2004, o índice do PSDB oscila em torno de 0,12, para cair a cerca de 0,10 em 2008 e 2012. Por outro lado, nas duas eleições iniciais em que o PT é oposição, o seu índice de presença eleitoral nas disputas municipais fica em torno de 0,04, embora apresente crescimento relativo. Há um salto para 0,08 em 2002 e uma estabilidade em torno de 0,08 e 0,09 a partir de então. Um ponto importante é que, se somarmos os índices dos dois partidos, não teremos um crescimento conjunto ao longo do tempo. O que se percebe é que o PT avança a partir de 2004 na mesma proporção que o PSDB cai. Juntos, os dois grandes partidos nacionais não ultrapassam 0,2 de presença municipal durante todo o período.

Quando olhamos para as variações por região do país, identificamos algumas diferenças marcantes. No caso do PT, há um crescimento gradual ao longo do tempo quase contínuo e 1996 e 2000 são os anos com os menores índices em todas as regiões, principalmente no Nordeste e Norte. A eleição de 2000 fica muito próxima do desempenho do partido na anterior, exceto na região Sul, onde o índice se distancia mais fortemente, inclusive ficando acima da média geral.

Em 2004, há um forte crescimento do índice do PT em todas as regiões, embora no Nordeste ele ainda fique abaixo da média geral do partido. Em 2008, há um salto do desempenho municipal do PT no Nordeste, chegando ao ponto mais alto no período para a região - mesmo valor que em 2012 (0,08). No

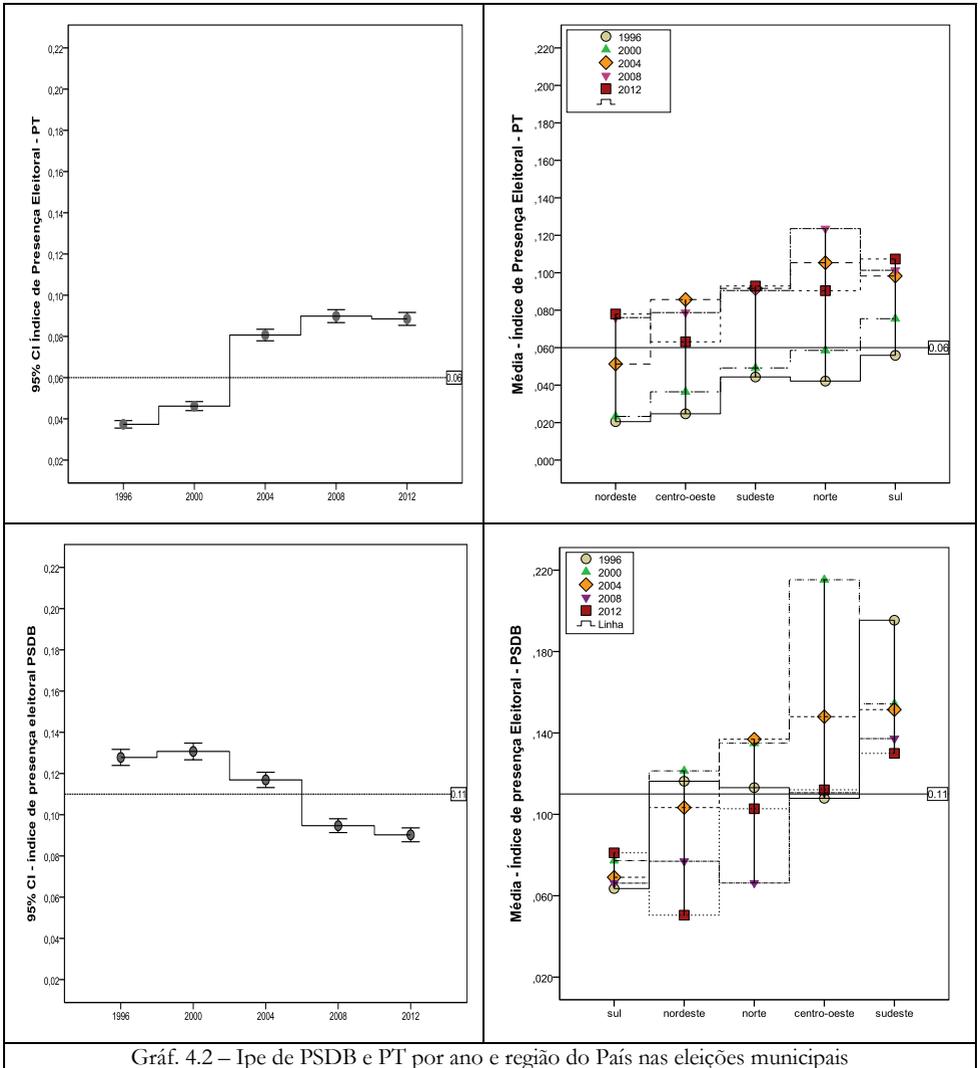
Centro-Oeste, o melhor desempenho do PT se dá em 2004 e desde então vem apresentando valores em queda gradual em 2008 e 2012. No Sudeste é onde se encontram as maiores variações, com dois momentos distintos de desempenho do PT. Em 1996 e 2000, dois pontos mais baixos e os outros três anos, com praticamente o mesmo desempenho. No Norte, o comportamento é distinto, há um crescimento gradual até 2008, quando ocorre uma queda. Por fim, o Sul, região em que o partido tem o melhor desempenho em 1996, segue crescendo gradualmente até 2012, embora as diferenças entre 2004 e 2012 sejam pequenas.

Em resumo, no caso do PT, antes de chegar à presidência, o comportamento regional em eleições municipais era homogêneo, com crescimento gradual de 1996 para 2000 em todas as regiões. De 2004 a 2012 é possível perceber variações entre as regiões. No Centro-Oeste e Norte há uma queda, em 2012, em relação aos anos anteriores. No Nordeste e Sul há um crescimento – no Nordeste mais acentuado que no Sul. No Sudeste há uma estabilidade do índice de presença nas três eleições municipais.

No caso do PSDB, o comportamento regional é distinto. Em primeiro lugar, não se nota uma média maior em todas as regiões quando o partido está na presidência. Na região Sul, por exemplo, o PSDB tem os mais baixos índices de presença eleitoral, com pouca variação entre as eleições. No Nordeste, o índice fica acima da média de todo o período em 1996 e 2000, caindo gradativamente desde então, até a mais baixa presença eleitoral do partido, em 2012. No Norte, os valores ficam acima da média nas duas primeiras disputas e caem a partir de 2000, porém, apresentando uma recuperação em 2012. No Centro-Oeste no-

tam-se as maiores variações. O partido tem desempenho próximo da média em 1996, salta para o melhor resultado em todas as regiões em 2000 (0,20) e depois voltar a cair gradativamente até a mais recente disputa. No Sudeste, a presença eleitoral do partido sempre fica acima da média, porém, apresenta quedas graduais até 2012.

O PSDB apresenta quedas em quase todas as regiões depois que deixou o governo federal. No Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste as quedas são constantes. No Norte, há uma queda maior em 2008, com recuperação em 2012. O Sul é a única região em que o PSDB apresenta permanente crescimento, embora seja o lugar onde o partido apresenta os índices de presença eleitoral mais baixo entre todas as regiões. Enquanto esteve na oposição nacional, o PT sempre apresentou índices de presença eleitoral abaixo da média para praticamente todas as regiões (exceto o Sul). Após a chegada à Presidência, os índices de presença eleitoral cresceram gradativamente em todas as regiões, ficando acima da média em todo o período, porém, com quedas nas eleições mais recentes no Centro-Oeste e Norte.



Gráf. 4.2 – Ipe de PSDB e PT por ano e região do País nas eleições municipais

Fonte: Autor

Já o PSDB apresentou um comportamento menos coerente com a presença do partido na presidência do País. Sua presença eleitoral em eleições municipais fica acima da média em todas as

eleições do período na região Sudeste, embora apresente quedas. No Nordeste, Norte e Centro-Oeste, o índice fica próximo da média em 1996, crescendo em 2000 (notadamente no Centro-Oeste) para apresentar quedas graduais nas últimas três eleições (principalmente no Nordeste). A região Sul é a única em que o PSDB apresenta baixos índices de presença eleitoral nas eleições municipais em todas as disputas, com baixa variação.

As ordens das regiões no eixo X dos gráficos mostram os desempenhos dos partidos no período, indo do mais baixo ao mais alto, e também servem para indicar onde um partido tem presença e o outro não. No caso do PT, o pior desempenho em disputas locais é no Nordeste e Centro-Oeste, passando pelo Sudeste como ponto médio, até chegar ao Norte e Sul, onde estão seus melhores desempenhos. O PSDB tem nas regiões Sul e Nordeste seus piores desempenhos, passando pelo Norte como ponto médio, até chegar ao Centro-Oeste e Sudeste, as regiões com maior presença eleitoral do partido.

Como os números de municípios, população e cargos em disputa não estão distribuídos de maneira igual entre todas as regiões do País, as diferenças acima ajudam a entender a maior presença do PSDB na política local brasileira. O partido tem os melhores desempenhos na região Sudeste, que concentra o maior volume de eleitores, municípios, vagas disputadas e candidatos do País. Já o PT apresenta melhores desempenhos nas regiões Norte e Sul, que são menores em termos de número de municípios, cargos, candidatos e eleitores. No Nordeste, que é a segunda maior região do país, o PT apresenta o pior desempenho de presença eleitoral nas disputas locais do período.

A fim de verificar o impacto de cada uma das regiões no desempenho do Ipe, analisamos os resultados por região, a partir

dos testes de modelos lineares generalizantes (general linear model – GLM) do desempenho dos índices de presença dos partidos nas disputas municipais entre 1996 e 2012. Para poder comparar os efeitos entre as regiões, apresentamos os resultados dos testes de efeitos para os subconjuntos homogêneos (test effects - homogeneous subset - Manova).

A Tabela 4.7, a seguir, mostra que, no caso do PT, antes de chegar ao governo (1996 e 2000), a média de presença eleitoral em disputas municipais girava em torno de 0,04. Em 2004, há um salto e a média do índice dobra, mantendo-se entre 0,8 e 0,9 nas três disputas seguintes. Nota-se um comportamento distinto no caso do PSDB, que ao sair do governo não perde tanta presença eleitoral nos municípios. Nas duas primeiras disputas, enquanto o partido governa o País, o índice de presença eleitoral gira em torno de 0,12, caindo para 0,11 em 2004 – pouco depois de deixar o governo federal – e girando em torno de 0,09 entre 2008 e 2012. O efeito do governo federal foi distinto para os dois partidos. Se por um lado, o PT dobrou a presença eleitoral depois que chegou à presidência, o PSDB perdeu apenas 1/4 da presença nos municípios quando passou à oposição.

Tab. 4.7 – Testes de diferenças de médias para Ipe por região do País

Estatística	PT					PSDB				
	1996	2000	2004	2008	2012	1996	2000	2004	2008	2012
Média	0,038	0,049	0,086	0,094	0,086	0,128	0,131	0,117	0,095	0,090
F	59,966	79,395	55,096	18,948	16,752	166,311	87,698	74,504	82,201	95,560
sig.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Partial Eta ²	0,041	0,054	0,038	0,013	0,120	0,107	0,059	0,051	0,056	0,064

Fonte: Autor

As estatísticas F para os testes de diferenças de médias entre regiões mostram-se significativas em todas as eleições para os dois partidos. No entanto, o coeficiente para o PT sempre é mais baixo que para o PSDB, indicando que, no caso do último partido, as diferenças entre regiões são mais marcadas que no caso do PT. As últimas duas eleições são as que apresentam os coeficientes F mais baixos para o PT (18,948 e 16,752). Isso mostra que há menos diferenças nos índices de presença eleitoral do partido entre regiões brasileiras, distribuindo-se mais igualmente em todas elas, do que no caso do PSDB, que tende a estar mais presente em algumas e menos em outras.

O teste de subgrupos homogêneos apresentado a seguir agrupa as regiões por similaridade de médias. Assim, cada subgrupo é composto por regiões cujas diferenças dos índices não são estatisticamente significativas. Apenas em 2000 formam-se quatro subgrupos. Nas demais eleições, são três grupos distintos. O importante aqui é comparar as posições das regiões entre as eleições para cada um dos partidos analisados.

No caso do PT, o Nordeste sempre fica no subgrupo com índices mais baixos, com exceção de 2012, quando a região fica nos subgrupos 1 e 2 por ter médias estatisticamente não-significativas em ambos. Embora isso indique um crescimento da presença do PT nas eleições municipais do Nordeste em 2012, trata-se da região em que o partido apresenta os piores desempenhos no período. No outro extremo, a região Sul é onde o PT tem os melhores desempenhos em termos de índice de presença eleitoral, apresentando o maior índice, exceto em 2004 e 2008, quando fica em segundo lugar. A região Norte é outra em que o PT apresenta bons desempenhos em disputas locais no período.

Em resumo, nas eleições municipais, o índice de presença eleitoral do PT é baixo no Nordeste, alto nos extremos do país (Sul e Norte) e fica em meio termo no Centro-Oeste e Sudeste.

Em parte, o desempenho do PSDB é oposto ao do PT em termos regionais, ainda que existam regiões em que os dois partidos posicionem-se em posições semelhantes. A região Sul é aquela em que o PSDB apresenta média de Índice de Presença Eleitoral mais baixa em todas as eleições analisadas, excetuando a última, em 2012, quando fica com a segunda média mais baixa, ganhando apenas do Nordeste. A região Nordeste apresenta grandes variações. Está no grupo de índice médio alto em 1996, cai para médio baixo em 2000, 2004 e 2008 e volta a apresentar a média mais baixa em 2012. O Centro-Oeste começa o período com médias baixas e vai crescendo ao longo do tempo. Porém, a região que se apresenta com média mais alta em quatro das cinco eleições analisadas para o PSDB é o Sudeste, caracterizando-se como a região onde o partido tende a concentrar seus melhores desempenhos eleitorais em disputas municipais.

No que diz respeito ao desempenho conjunto dos dois partidos, é possível destacar que a região Nordeste é aquela em que os dois partidos apresentam índices de presença eleitoral entre baixa e média em todo o período, o que indica que, nessa região, outros partidos tenderam a ter mais presença eleitoral durante os governos de PSDB e PT. Além disso, embora o Sudeste seja a região em que o PSDB apresenta o maior índice de presença eleitoral, entre 1996 e 2012 o partido perdeu cerca de 1/3 do indicador, passando de 0,19 para 0,13 no período, enquanto o PT dobrou sua presença na região, passando de 0,04 a 0,09.

Tab. 4.8 – Homogeneidade de subconjuntos para Ipe de PSDB e PT por região

Eleição	PT					PSDB				
	Região	1	2	3	4	Região	1	2	3	4
1996	NO	0,021				SU	0,064			
	CO	0,025				CO		0,108		
	NO		0,042			NO		0,113		
	SD		0,044			NO		0,116		
	SU			0,056		SD			0,195	
2000	NO	0,023				SU	0,077			
	CO		0,036			NO		0,121		
	SD			0,049		NO		0,135	0,135	
	NO			0,059		SD			0,154	
	SU				0,075	CO				0,215
2004	NO	0,051				SU	0,069			
	CO		0,086			NO		0,103		
	SD		0,092	0,092		NO			0,137	
	SU		0,098	0,098		CO			0,148	
	NO			0,105		SD			0,151	
2008	NO	0,076				SU	0,066			
	CO	0,079				NO	0,066			
	SD	0,09	0,090			NO	0,077			
	SU		0,101			CO		0,111		
	NO			0,124		SD			0,137	
2012	CO	0,063				NO	0,050			
	NO	0,078	0,078			SU		0,081		
	NO		0,090			NO			0,103	
	SD		0,093	0,093		CO			0,112	
	SU			0,107		SD				0,130

Fonte: Autor

No Brasil, região é apenas unidade geográfica, não em estrutura política de representação, embora se tenha mostrado consistente com as distribuições das médias dos índices de PT e PSDB nas eleições municipais. A unidade de organização política acima dos municípios no Brasil é o Estado. As eleições municipais não coincidem com as estaduais, ocorrem no meio do mandato

de governador, deputados, senadores e presidente. Entretanto, as eleições locais são importantes porque começam a indicar a forma como se organizarão as estaduais e nacionais seguintes.

Por isso, é possível identificar possíveis desempenhos bons ou ruins do PT e PSDB por agregado de Estados, desde que se parta do princípio de que pelo menos uma parte da presença do partido no município é consequência da influência da organização estadual do partido. Os conjuntos de gráficos a seguir indicam, por eleição, a média do Índice de Presença Eleitoral do PT e do PSDB em cada um dos 26 Estados e Distrito Federal, agregados nas cinco regiões. Isso permitirá identificar variações dentro de uma mesma região, entre as regiões e para cada uma das eleições. Os gráficos estão na mesma escala para os dois partidos, o que permite compará-los.

Em 1996, a média geral de presença do PT nos municípios é de 0,3. Na região Norte destacam-se Acre (AC) e Rondônia (RO), acima de 0,10. Na região Sul, o Rio Grande do Sul e Santa Catarina ficam acima da média, porém não chegando a 0,10. Pesam negativamente para o PT, naquele ano, Alagoas (AL), no Nordeste, próximo de 0,01.

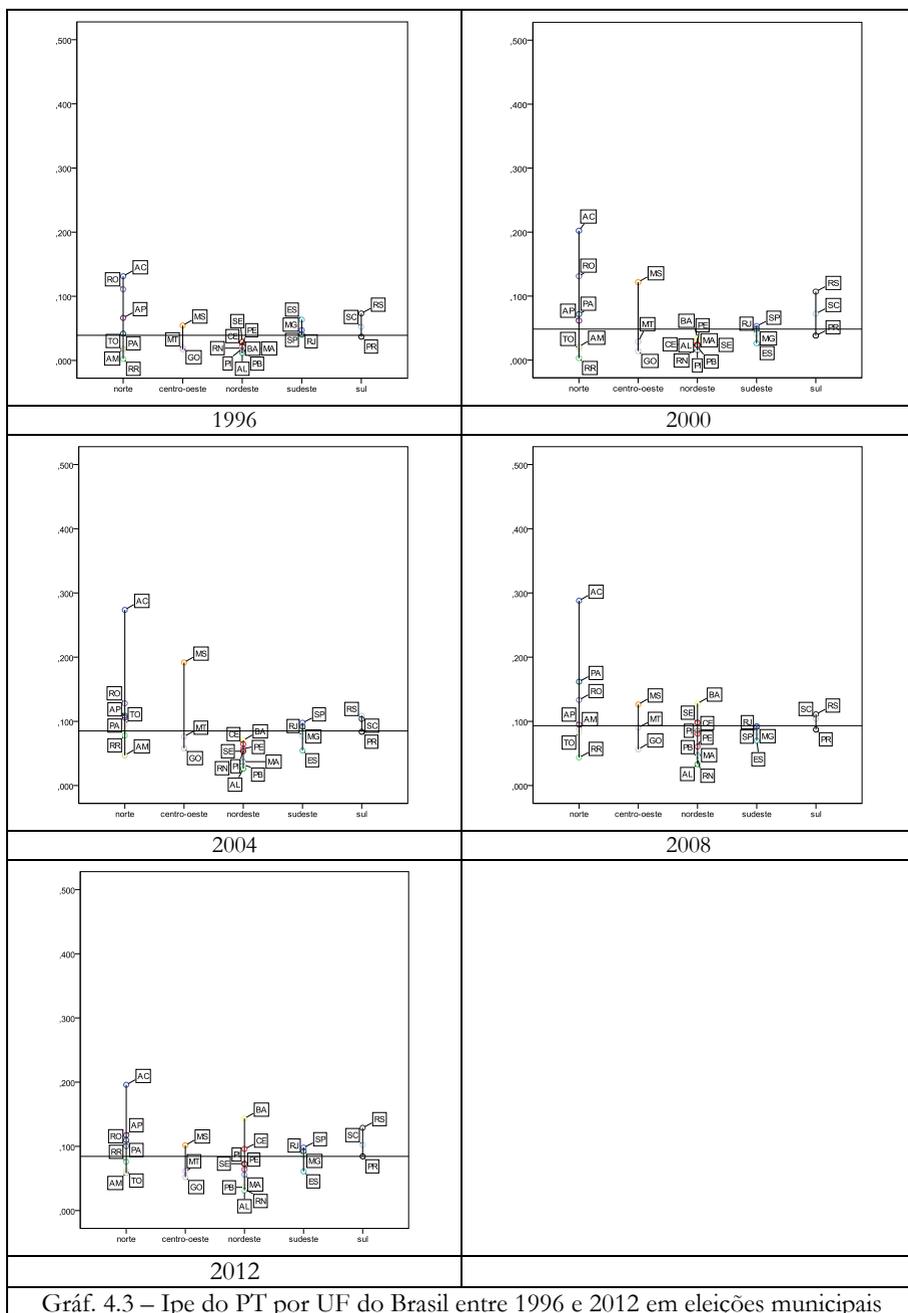
Em 2000, Acre continua a ser o principal outlier, com índice superior a 0,20, seguido de Mato Grosso do Sul (MS), próximo de 0,15 e os dois Estados do Sul, RS e SC, próximo de 0,10. Roraima (RR), Goiás (GO) e Piauí (PI) ficam próximos a 0,01 naquele ano. Os Estados da região Sudeste continuam a oscilar próximos à média nacional, com Espírito Santo (ES) e Minas Gerais (MG) oscilando para baixo.

A eleição de 2004, primeira após a chegada do PT à presidência, não apresenta grandes diferenças em relação à anterior,

a não ser no distanciamento dos Estados que já demonstravam bons desempenhos. O AC chega próximo de 0,30 de presença eleitoral e MS chega a 0,20. No Sul, RS e SC ultrapassam 0,10. Esse crescimento faz com que a média geral se eleve, chegando a 0,08. O Estado com índices mais baixos naquele ano é AL, próximo a 0,01.

Em 2008, há manutenção do padrão, com crescimento do índice médio em Estados da região Norte, notadamente o AC. As demais unidades da federação se mantiveram ao redor da média. Em resumo, o destaque do PT no Norte deve-se ao bom desempenho no AC e no Sul ao bom desempenho no RS. Além disso, o partido também apresentou índices altos de presença eleitoral no MS, Centro-Oeste. No Sudeste, região com maior número de eleitores e municípios do País, o PT consegue desempenhos em torno da média, sempre, com acréscimo em SP e queda em MG.

Capítulo 4 - Eleições municipais entre 1996 e 2012



Gráf. 4.3 – Ipe do PT por UF do Brasil entre 1996 e 2012 em eleições municipais

Fonte: Autor

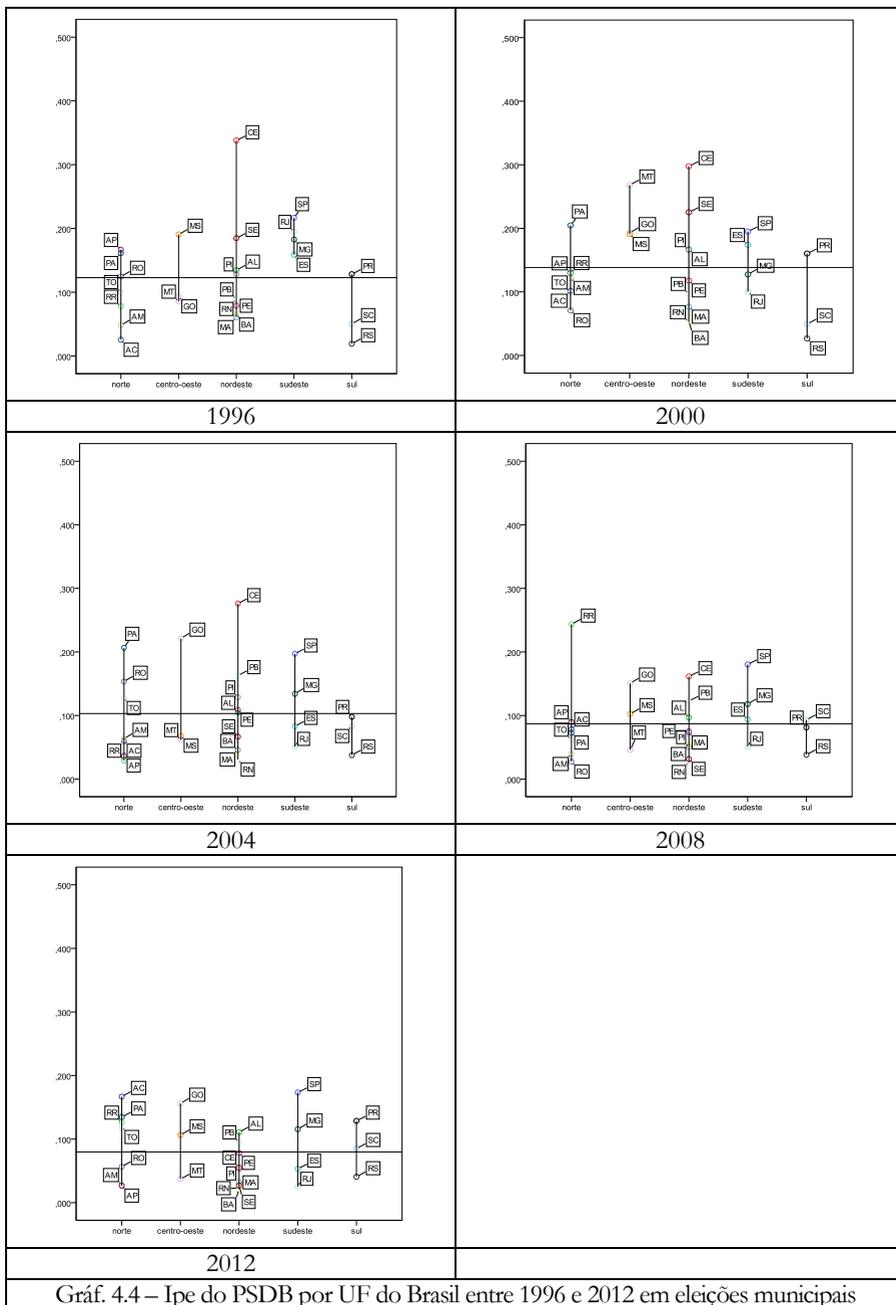
No caso do PSDB (Gráfico 4.4), as médias gerais ficam em torno de 0,10 em todo o período, um pouco acima no início e um pouco abaixo nas últimas eleições. Em 1996, o melhor desempenho do partido é no Estado nordestino do Ceará (CE), com índice superior a 0,30. Em seguida, vem Sergipe (SE), no Nordeste; Mato Grosso do Sul (MS), no Centro-Oeste; São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ), no Sudeste, em torno de 0,20. Os desempenhos mais baixos do partido são Rio Grande do Sul (RS) e Santa Catarina (SC), na região Sul; Acre (AC) e Amazonas (AM), no Norte, com índice próximo a 0,02.

Em 2000, há um crescimento na média do índice de presença eleitoral do PSDB, que sobe a 0,13, principalmente impulsionado pelo bom desempenho naquele ano do partido no Mato Grosso (MT), no Centro-Oeste, e pela manutenção dos bons desempenhos em SP, CE, SE e PA. Os piores desempenhos do partido continuam sendo no RS e SC, região Sul, e Bahia (BA), Nordeste.

Em 2004, primeira eleição após a saída do governo federal, o PSDB apresenta uma queda na média geral, ficando em 0,10 de índice de presença eleitoral, e com menores diferenças entre os Estados com médias mais altas e mais baixas. Apenas CE fica próximo de 0,30, ao passo que PA e GO ficam um pouco acima de 0,20, e SP um pouco abaixo dessa média.

Quanto aos desempenhos negativos do PSDB por Estado, AP, no Norte, e RN, no Nordeste, foram os mais baixos. Embora tenha apresentado crescimento, o RS, na região Sul, continua abaixo da média nacional. Em 2008, nota-se a maior queda no índice de presença eleitoral do PSDB em eleições municipais, ficando em torno de 0,09. Destaca-se Roraima (RR), na região

Capítulo 4 - Eleições municipais entre 1996 e 2012



Gráf. 4.4 – Ipe do PSDB por UF do Brasil entre 1996 e 2012 em eleições municipais

Fonte: Autor

Norte, com 0,25. Já SP fica em torno de 0,20, mas CE e GO apresentam quedas de quase 10 pontos percentuais em relação à eleição anterior. Os desempenhos mais baixos continuam sendo RO e RN. Os três estados do Sul aproximam-se da média geral.

Na última eleição analisada aqui, a média geral mantém-se em torno de 0,09, mas há diferenças entre os estados. A principal está na região Nordeste, onde há queda dos índices em estados nos quais o PSDB conseguia bons desempenhos, como CE, e a maior parte deles fica abaixo da média nacional. Mas SP e GO conseguem manter as médias anteriores. Na região Norte, o destaque é Acre, e na região Sul, o Paraná, que pela primeira vez distancia-se da média nacional, ficando acima dela. Os desempenhos negativos continuam sendo em municípios do AP e AM, no Norte, e RN, no Nordeste. Destaca-se, no caso do PSDB, o bom desempenho no CE até 2004, a manutenção dos resultados acima da média em SP e GO, o crescimento repentino (2000) do índice no MT e, do ponto de vista negativo, os baixos desempenhos em RS e RN durante todo o período analisado.

Notas

42. A análise de variância (ANOVA) é uma generalização da prova t de Student para comparar as médias de mais de dois grupos simultaneamente, ou seja, mede a independência de variações entre uma variável contínua e uma categórica com mais de duas categorias. A hipótese nula é a de que não existem diferenças significativas entre as médias observadas. O principal objetivo da ANOVA é comparar as diferenças entre os grupos com as diferenças entre os indivíduos dentro dos grupos – inter e intravariabilidade (Bunchaft e Kellner, 1999).

43. É um método indicado para quando há um número reduzido de categorias e usado, em segunda etapa, para medir as diferenças de médias gerais. Junto com os

resultados da Anova, serve para identificar as diferenças estatisticamente significativas de médias entre pares de categorias e não para o conjunto geral dos dados. Aqui, sua função é indicar que Unidades da Federação apresentam médias de candidatos/vaga estatisticamente distintas entre si. Quanto maior o número de subgrupos, mais heterogêneas, portanto distintas, são as médias entre eles.

44. Os seguintes partidos dobraram o número de candidatos em 2012 em relação ao número de concorrentes a vereador apresentado em 2008: PSC, PRB, PC do B, PSL, PSN_PHS, PRP, PT do B, PRN_PTC, PMN, PSDC, PTN, PRTB, PSOL, PPL, PCB, PSTU, PCO, PGT, PGT, PRONA, PST.

Capítulo 5

Análise de trajetória para efeitos compostos sobre o desempenho eleitoral dos partidos

Eleições não são eventos discretos. Elas apresentam uma continuidade ao longo do tempo e essa continuidade será tratada aqui com as ferramentas da análise de trajetória. Duncan (1966) é um dos primeiros a descrever a aplicação das análises de trajetórias nas Ciências Sociais⁴⁵. Em primeiro lugar, o autor lembra que o objetivo da técnica é interpretar relações entre diferentes variáveis e não descobrir causas principalmente. Em todo modelo com função linear, é inserida a variável dependente e variáveis explicativas que são assumidas, para fins analíticos, como se tivessem efeitos que podem ser controlados entre si. Em cada modelo, as variações de uma variável dependente são apresentadas como passíveis de serem explicadas pela combinação de variáveis independentes. O problema é como inserir na explicação a determinação de variáveis não-correlacionadas.

De acordo com Duncan (1966), ao usar como coeficientes

de trajetória os coeficientes padronizados de beta de uma regressão linear, a soma de todas as partes da trajetória permite compreensão mais completa dos efeitos. O tipo de análise de trajetória que interessa aqui é a “cadeia causal simples”, que utiliza correlações entre variáveis temporalmente adjacentes, ou seja, de causas que não estão localizadas no mesmo momento do tempo. Assim, uma variável explicativa anterior deve ter seu efeito direto e indireto (via intervenção de variável explicativa posterior) considerado sobre a variável dependente. Como não existe ambiguidade quando se considera o ordenamento no tempo dos fatores, as datas sugerem qual característica deve ser considerada como antecedente na estrutura do modelo explicativo (Duncan, 1966).

A técnica de análise de trajetória exige o respeito a alguns pressupostos básicos. O primeiro é que os padrões estão associados às sequências temporais e que elas importam. O segundo é que ainda que tenham mesmo pontos de partida, trajetórias podem levar a resultados distintos. Como consequência disso, uma vez estabelecida a trajetória, ela não pode ser revertida. Por fim, a maior parte dos efeitos identificados pode ser gerada por um número relativamente pequeno de causas (Pierson, 2000).

Além disso, as análises de trajetória apresentam dois pontos centrais. O primeiro é que os custos iniciais interferem nas diferentes alternativas disponíveis, com crescimento dos ganhos ao longo do tempo. Em segundo lugar, por consequência, a questão da sequência temporal é importante para distinguir os momentos formativos daqueles em que se encontram padrões divergentes de consequências. Os processos eleitorais estão entre os fenômenos sociais nos quais a sequência temporal é fundamental. Eventos prévios importam mais do que outros e diferentes sequências no modelo podem produzir

resultados distintos, o que justifica a análise do desempenho partidário em eleições realizadas ao longo do tempo ao invés de explicações sincrônicas, como se a eleição fosse um evento discreto, quando na verdade é um evento contínuo no tempo.

De acordo com Pierson (2000), há quatro características principais dos fenômenos que apresentam dependência de trajetória em fenômenos políticos: múltiplo equilíbrio, com retornos crescentes; contingenciamento, pois um número relativamente pequeno de eventos gera grande impacto; sequência no tempo, com resultados crescentes temporalmente; e inércia, pois cada processo com feedback positivo leva a um equilíbrio que se torna resistente à mudança (Pierson, 2000).

Um dos principais aportes da técnica de análise de trajetória é permitir a distinção entre efeitos diretos e indiretos. A decomposição dos efeitos a partir da aplicação de técnicas de regressão permite identificar o efeito total de uma variável sobre a outra. O efeito total nos mostra quanto da variação dos valores de uma variável é gerada pela relação com uma variável anterior, independente dos mecanismos que expliquem como essas mudanças ocorrem (Alwin & Hauser, 1975). É evidente que a validação do efeito total está condicionada à forma de especificação dos componentes causais do modelo. Por isso, a etapa de especificação do modelo, com construção de diagramas, é fundamental na análise de trajetória.

Os componentes do efeito total são definidos da seguinte forma por Alwin & Hauser (1975): o efeito indireto é a parte do efeito total que é transmitida ou mediada por uma variável especificada no modelo como interveniente entre a causa e o efeito. O efeito indireto é o indicador de quanto de determinado efeito total é resultado da integração da variável antecedente sobre a associação entre variável

explicativa e variável dependente. Já o efeito direto de uma variável sobre a outra é o tradicional medido entre as duas variáveis, em outras palavras, é o efeito que resta quando a variável interveniente se transforma em uma constante (Alwin & Hauser, 1975).

Existem duas formas de intervenção de uma variável externa sobre a relação de uma independente com dependente, a moderação ou a mediação. De acordo com Edwards & Lambert (2007), a moderação ocorre quando o efeito de uma variável independente em uma dependente varia de acordo com o nível de intervenção de uma terceira variável, chamada de moderadora. A moderação é uma espécie de modulação do efeito inicial. Já a mediação é o efeito de uma variável independente sobre a dependente, transmitida por uma terceira variável, chamada de mediadora. Normalmente, o efeito de moderação é testado por análises de variância (ANOVA) ou de regressão, em que a variável Y é regressada pela variável X, pela variável moderadora Z e pelo produto $X*Z$.

Mediação é a capacidade que uma variável externa tem de intermediar a associação entre duas outras variáveis pela sua presença. Seu efeito é testado separadamente, com etapas, nas quais a relação entre X, Y e a moderadora M são testados da seguinte forma: primeiro uma regressão de Y por X, depois uma regressão de M por X e, por fim, uma regressão de Y por X e M. O coeficiente composto de X será a somatória do efeito direto e indireto, que será o efeito total (Edwards & Lambert, 2007)⁴⁶.

Como aqui consideramos que o resultado de uma eleição depende, em alguma medida, do que ocorreu no episódio (disputa) anterior, necessitamos incluir no modelo explicativo o conceito de mediação, a partir do uso de variáveis mediadoras. Uma variável mediadora, como o próprio nome indica, faz a mediação entre uma

variável explicativa e a variável dependente. A técnica que inclui mediação no modelo explicativo é a análise trajetória, que é um tipo de regressão especial que considera o efeito mediador⁴⁷. A análise de trajetória é uma técnica que parte dos modelos de regressão linear múltipla para identificar os pesos individuais das explicações de cada variável independente sobre a variável dependente, a partir da mediação de uma ou algumas delas. Ao realizar testes empíricos, a técnica permite uma aproximação entre o modelo teórico – a partir de representações gráficas – e os coeficientes empíricos.

O objetivo da inclusão de variável mediadora no modelo explicativo é melhorar a qualidade explicativa das variáveis independentes. Então, na análise de trajetória, além das clássicas variáveis X (independente) e Y (dependente), também é incluída uma variável M (mediadora). A inclusão da mediação no modelo explicativo só se justifica se conceitualmente fizer sentido que a variável M gera algum efeito na relação entre X e Y.

Em estudos eleitorais, se considerarmos que os processos de representação política são contínuos, com pontos no tempo para cristalização das preferências (dia da votação) e contínua formação das preferências, a explicação do resultado eleitoral apenas com variáveis explicativas do contexto mais imediato sempre será insuficiente. A explicação ganha força quando considera os efeitos de mediação de outras variáveis do mesmo contexto ou de contextos anteriores. A variável mediadora tem um efeito porque ela encontra-se entre as variáveis X e Y.

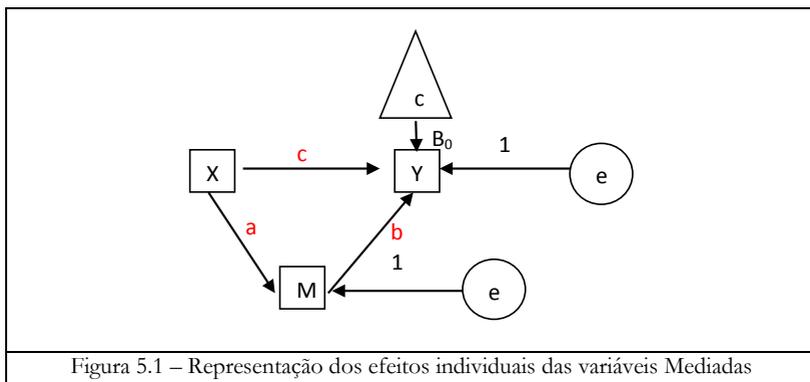
No caso em análise, a variável dependente (Y) é a votação de um dos dois partidos (PT ou PSDB) para Presidência da República, em uma eleição qualquer entre 1994 e 2014. Uma variável explicativa para o voto a presidente é a presença eleitoral

do partido, medida pelo Índice de Presença Eleitoral (Ipe). A presença do partido se dá no mesmo momento da votação para presidente. No entanto, uma variável em um contexto anterior, como a votação do partido para presidente na eleição anterior ou o Ipe do partido na eleição municipal, não apenas ajuda a explicar o voto para presidente no tempo atual, como também tem seus efeitos mediados pelo Ipe do tempo atual.

Da mesma forma, o voto para presidente do partido na eleição anterior tem efeito sobre o voto para presidente na eleição atual, e esse efeito é mediado pelo Ipe do partido na eleição atual, assim como ele também pode ser mediado (com sinal negativo, espera-se) pelo Ipe do partido opositor na eleição atual.

O ponto a ser identificado em uma análise de trajetória que inclui variável mediadora diz respeito às mudanças no coeficiente Beta da regressão original. Se o coeficiente for mantido, a variável não apresenta mediação. Se aumentar, é porque a mediadora exerce efeito sobre a relação entre X e Y, portanto, espera-se que toda variável M exerça algum efeito sobre a relação original, caso contrário ela é dispensável. Na prática, a análise de trajetória é um tipo de teste para verificar o efeito de mediação de uma variável sobre as demais e, para tanto, ela usa ilustrações que indicam os componentes de trajetória. As figuras que compõem as representações são as seguintes:

- Retângulos: indicam as variáveis observadas (X, M, Y);
- Círculos: indicam as variáveis não observadas, ou seja, os fatores de erro (ϵ);
- Triângulos: indicam as constantes, ou seja, aquelas características que não variam no modelo;
- Flechas: indicam as direções das associações.

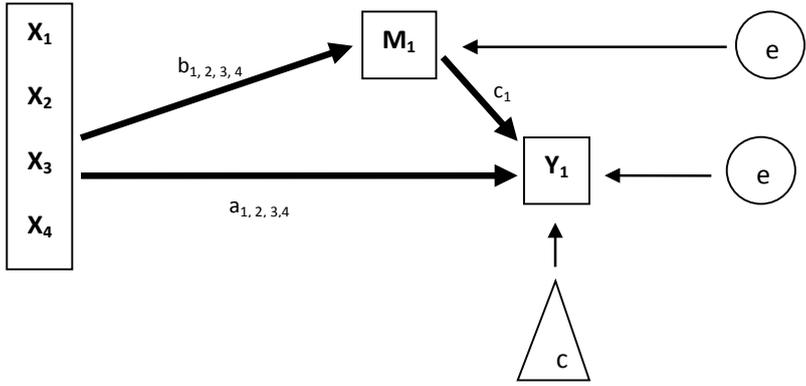


Percebe-se, na Figura 5.1, que além do efeito direto de X sobre Y, há também um efeito mediado de X passando por M para chegar até Y. Além disso, a direção da flecha indica a direção da influência. Nesse caso, X influencia Y diretamente através de M. Podemos representar cada efeito parcial por flechas e os efeitos seriam:

- a: trajetória de X para M
- b: trajetória de M para Y
- c: trajetória direta de X para Y (desconsiderando o efeito de M)

Ao multiplicar os coeficientes ($a*b$), o resultado é o chamado coeficiente de trajetória indireta da X sobre Y passando por M. Assim, as operações matemáticas fornecem os coeficientes parciais, que, somados, produzem a explicação mediada das variáveis independentes sobre o fenômeno analisado⁴⁸. Para o caso analisado, a representação gráfica é a que segue no Quadro 5.2:

Var. Explicativas	Var. Mediadora	Var. Dependente
X1. Votação do partido para presidente na eleição anterior. X2. Ipe do partido na eleição municipal anterior. X3. IVS. X4. PIBpcta.	M1. Ipe do partido no ano da eleição.	Y1. Votação do partido na eleição para presidente da república.



Var. explicativa	Ef. Direto + (ef. Indireto) = Efeito total
X1. Votação do partido para presidente na eleição anterior (1º turno).	$a_1 + (b_1 * c_1) = Et_{x1}$
X2. Ipe do partido na eleição municipal anterior.	$a_2 + (b_2 * c_1) = Et_{x2}$
X3. IVS.	$a_3 + (b_3 * c_1) = Et_{x3}$
X4. PIBpcta.	$a_4 + (b_4 * c_1) = Et_{x4}$
M1. Ipe do partido no ano da eleição.	$M_1 = Et_{m1}$
Var. dependente: Y1 = voto no 1º turno no candidato a presidente do partido	
e = proporção da variação não explicada pelas variáveis independentes.	
c = conjunto de características que não variam, as constantes. Ex.: número de candidatos/alternativas ao cargo na eleição.	

Figura 5.2 – Aplicação do modelo de trajetórias para as eleições presidenciais brasileiras

Elaboração: Autor

Para identificar qual o melhor modelo do qual retirar os coeficientes padronizados, mede-se o erro, ou a proporção não explicada pelos modelos disponíveis. Aqui, usamos quatro modelos, que vão desde o completo (M_1), com todas quatro variáveis explicativas e a moderadora, até o modelo 4 (M_4), que considera apenas uma variável explicativa (voto para presidente na eleição anterior) e a moderadora. Os modelos 2 e 3 excluem as variáveis socioeconômicas, mas mantêm as variáveis políticas. O cálculo para identificar a variação não explicada de cada modelo utiliza apenas o coeficiente de determinação (r^2), como na fórmula a seguir:

$$e = \sqrt{(1 - r^2)}$$

Onde o erro é a raiz quadrado do inverso do coeficiente de determinação. Por ser uma proporção, a raiz quadrada sempre elevará o valor. Por ser inverso, indica que a variação não explicada é tudo aquilo não contemplado no coeficiente de determinação.

A Tabela 5.1, a seguir, mostra as variações não explicadas para os dois partidos em cada uma das eleições do período analisado. As tabelas indicam que, em todos os casos, o modelo 1, com as cinco variáveis explicativas, é o que apresenta os menores erros, ainda que com grandes variações entre os anos. Além disso, os coeficientes para os dois partidos a cada eleição ficam muito próximos entre si, indicando que os erros dos modelos para PSDB e PT são similares em cada um dos anos. Como o período começa em 1994, para este ano não há variáveis políticas relativas a eleições anteriores. Então, são incorporadas no modelo apenas as variáveis socioeconômicas. Com isso, os erros se aproximam de um, ou seja, quase sem nada a explicar.

Esse primeiro conjunto de modelos, para 1994, mostra que, nos modelos de trajetória, as variáveis políticas (as explicativas e a mediadora) são importantes para explicar o voto a presidente, dado que os erros são superiores a 0,900. A segunda eleição com erros mais altos é a de 2002, com 0,959 para PSDB e 0,878 para PT, indicando que, para o ano da inversão de desempenhos entre PSDB e PT para Presidência da República, o modelo com as variáveis explicativas teria baixa capacidade preditiva. A partir de 2006, os erros vão caindo gradativamente, o que mostra que o modelo está cada ano mais ajustado, ou seja, as variáveis políticas e socioeconômicas apresentam maior poder explicativo para os desempenhos dos dois partidos à Presidência da República.

Outra informação importante da comparação entre os modelos é que os coeficientes de erro em M_3 e M_4 são muito próximos entre si e sempre ficam acima dos coeficientes de M_2 e M_1 , que também apresentam proximidade. Como os M_3 e M_4 incluem apenas variáveis eleitorais e os M_2 e M_1 , os conjuntos de variáveis socioeconômicas e eleitorais, isso indica que vulnerabilidade social e PIBpercapta agregam capacidade explicativa ao desempenho eleitoral dos partidos para presidente da república.

Por fim, destacam-se os coeficientes dos modelos do PSDB para a eleição de 2010. Em todos os modelos, os coeficientes são os mesmos. Isso porque, como se verá a seguir, o peso da variável “voto no candidato do partido na eleição anterior” (X_1) na explicação é muito alto. Com isso, qualquer outra variável inserida no modelo, além da votação na disputa anterior, apresentará efeito nulo sobre a variação não explicada, fazendo com que todos os modelos tenham a mesma capacidade explicativa. Para padronizar as análises dos coeficientes, usaremos sempre o M_1 nos cálculos dos coeficientes de trajetória.

Tab. 5.1 – Comparação entre os erros para todos os modelos regressivos

Mod.	1994*		1998		2002		2006		2010		2014	
	PSDB	PT	PSDB	PT	PSDB	PT	PSDB	PT	PSDB**	PT	PSDB	PT
1	0,900	0,994	0,894	0,608	0,959	0,878	0,737	0,690	0,459	0,517	0,420	0,404
2	0,904	0,995	0,894	0,610	0,961	0,878	0,739	0,692	0,459	0,519	0,420	0,407
3	-	-	0,895	0,634	0,962	0,906	0,988	0,946	0,459	0,528	0,486	0,452
4	-	-	0,895	0,637	0,963	0,906	0,989	0,947	0,459	0,532	0,488	0,452

Vy = prop. voto eleição presidencial para candidato do partido.
 Mod.1 Vx = prop. voto eleição presidencial anterior / Ipe eleição local anterior / IVS / PIBpcp/Ipe eleição.
 Mod.2 Vx = prop. voto eleição presidencial anterior / Ipe eleição local anterior / IVS /Ipe eleição.
 Mod.3 Vx = prop. voto eleição presidencial anterior / Ipe eleição local anterior /Ipe eleição.
 Mod.4 Vx = prop. voto eleição presidencial anterior /Ipe eleição.
 *Em 1994, há apenas dois modelos, Mod. 1 e 2, sem as variáveis “voto eleição presidencial anterior” e “Ipe eleição local anterior”.
 **Em 2010, o efeito individual da variável “voto eleição presidencial anterior” para o modelo do PSDB é tão alto que a exclusão das demais variáveis nos demais modelos não altera o percentual de variação na explicada.

Fonte: Autor

Feitas as comparações entre os modelos, a partir daqui analisaremos os coeficientes padronizados *Beta* do modelo 1 para os dois partidos nas seis eleições. Neste caso, existem duas formas de analisar os resultados. A primeira é comparando os coeficientes de cada variável para explicar o desempenho do partido em uma eleição. A segunda é comparando os efeitos da mesma variável em diferentes eleições. Seguiremos esta ordem. Antes, é preciso lembrar que o que estamos buscando são os efeitos totais (ef.total), que é o resultado do efeito direto (ef. direto) mais o efeito intermediado pela variável mediadora (ef. indireto).

A variável mediadora (M_1) é o Índice de Presença Eleitoral do partido nas disputas subnacionais, concomitantemente à votação para presidente. O pressuposto da explicação é que o desempenho nas disputas subnacionais (governador, senador, deputado federal e estadual) mediam as explicações eleitorais (Ipe na disputa municipal anterior e votação para presidente na eleição anterior) e as explicações socioeconômicas (IVS e PIBpercapta) para as variações no voto a presidente do PSDB e PT.

Assim, quanto maior o coeficiente da variável mediadora (M_1), maior a diferença entre o efeito direto e o efeito total da variável na explicação. Se a variável mediadora possui coeficiente muito baixo, significa que o desempenho do partido nas disputas subnacionais explica pouco a variação de votos para presidente e, portanto, não apresenta efeito mediador. Um resultado possível, porém inesperado, é ter coeficiente beta da variável mediadora com sinal negativo. Isso indica que a variação do Ipe nas disputas subnacionais apresenta direção oposta

à variação para votos a presidente do partido. Nesse caso, a mediação reduzirá os efeitos diretos de cada variável na explicação.

As análises de trajetória apresentadas aqui serão compostas pelos coeficientes Beta padronizados das variáveis explicativas em três modelos distintos:

Mod1: $\text{VotopresidenteAno} \sim \text{VotoPresidenteAnoAnterior} + \text{IpeMunicipalAnterior} + \text{IVS} + \text{PIBpercapta}$;

Mod2: $\text{IpeAno} \sim \text{VotoPresidenteAnoAnterior} + \text{IpeMunicipalAnterior} + \text{IVS} + \text{PIBpercapta}$;

Mod3: $\text{VotopresidenteAno} \sim \text{IpeAno}$.

Do modelo 1 saem os coeficientes dos efeitos diretos das variáveis explicativas políticas e socioeconômicas sobre a variável dependentes (voto para presidente). Do modelo 2 saem os coeficientes Beta padronizados dos efeitos das variáveis explicativas políticas e socioeconômicas sobre o Ipe do partido nas eleições subnacionais do ano em análise. Do modelo 3 sai o coeficiente Beta padronizado que indica o efeito direto do Ipe do partido nas eleições subnacionais sobre a votação para presidente no ano em análise e o coeficiente que será usado no cálculo para os efeitos indiretos das variáveis explicativas sobre a variável dependente.

5.1 Os resultados da análise de trajetória

A Tabela 5.2, a seguir, resume os efeitos de todas as variáveis explicativas e moderadoras para os dois partidos a cada eleição.

Para fins meramente descritivos, estabeleceremos determinados limites para qualificar os efeitos. De zero a 0,10 serão considerados coeficientes nulos; de 0,11 a 0,50 são coeficientes fracos, e acima de 0,50 coeficientes fortes no modelo de trajetória. Fixando-se inicialmente nos coeficientes da variável moderadora (M_1) Ipe do partido, percebemos que, no caso do PSDB, são quase todos positivos (2002 é o único negativo).

A partir de 2006, quando o partido disputa as eleições na oposição, o comportamento ao longo do tempo tende a ser crescente, indicando maior associação entre desempenho regional do partido e votação para presidente. Em 2010 e 2014, são as duas eleições com maiores coeficientes de Ipe do partido, ficando em 0,397 e 0,545, respectivamente.

Os coeficientes da variável mediadora do PT apresentam comportamentos distintos em relação aos do PSDB, com oscilações ao longo do tempo, inclusive com valores negativos. Isso indica menor associação entre presença eleitoral do partido nas disputas subnacionais, sendo que, em 2006, o coeficiente é negativo (-0,300). Em primeiro lugar, de maneira geral os coeficientes são mais baixos, principalmente no final do período, mostrando um deslocamento entre as duas dimensões eleitorais. Além disso, em mais da metade das eleições do período, os coeficientes são negativos (1994, 2006, 2010 e 2014).

A eleição de 1998 é a que o Ipe do partido apresenta coeficiente positivo mais alto, mostrando maior proximidade entre desempenho do PT nas disputas subnacionais e votação do candidato a presidente do partido (0,422). Comparando os efeitos de mediação do Ipe para os dois partidos, podemos perceber que, no geral, a votação para presidente do PSDB está mais re-

lacionada com o desempenho do partido nas disputas subnacionais, exceto em 2002, quando há uma inversão e o coeficiente M_1 do PSDB é negativo e o do PT é positivo, praticamente com os mesmos valores.

Para a eleição de 1994, no caso do PSDB, o maior efeito é do desempenho do partido nas eleições subnacionais ($M_1=0,400$). O índice de vulnerabilidade social (X_3) apresenta coeficiente positivo fraco (0,227) e o PIBpercapta também fraco, porém negativo (-0,133). Isso indica que a votação para presidente na primeira eleição do PSDB teve relação com o desempenho do partido nas eleições regionais e foi melhor em municípios mais vulneráveis socialmente e com menor desenvolvimento econômico.

No caso do PT, todos os coeficientes foram nulos para aquela eleição, com sinais negativos para IVS e Ipe do partido e positivo para PIBpercapta. Isso mostra que, embora as explicações sejam muito baixas, o candidato a presidente do partido tendeu a ter maior votação em municípios mais desenvolvidos economicamente, de menor vulnerabilidade social e sem relação com o desempenho do partido nas disputas subnacionais.

Em 1998, o modelo inclui todas as variáveis socioeconômicas e políticas de trajetória. Para o caso do PSDB, as variáveis com efeito total nulo são Ipe na eleição municipal (X_2), IVS (X_3) e PIBpercapta (X_4). As duas últimas, socioeconômicas, com sinais negativos. A variável com efeito positivo, mas fraco, é a Mediadora (Ipe na eleição). O principal efeito total naquele ano para o PSDB é a votação a presidente na eleição anterior (X_1), com coeficiente 0,528. A variável Ipe na eleição municipal anterior (X_2) tem efeito muito baixo, mas positivo, indicando

pouca associação entre o desempenho do PSDB nas disputas municipais de 1996 e o voto para presidente em 1998.

Na reeleição do presidente do partido, as explicações para o voto a Fernando Henrique Cardoso mantêm-se relacionadas às explicações políticas e não às socioeconômicas. No caso do PT, em 1998, há um coeficiente forte para votação no ano anterior ($X_1=0,764$) e um coeficiente de 0,422 para a variável Mediadora, Ipe na disputa subnacional. A terceira variável política, Ipe na eleição municipal anterior (X_2) apresenta efeito fraco, mas positivo, (0,141). Das variáveis socioeconômicas, o IVS é negativo, de -0,235, indicando que a votação para presidente tendeu a estar associada a municípios de menor vulnerabilidade, enquanto que o coeficiente para PIBpercapta é positivo naquele ano para o PT (0,134), mostrando que a maior votação para presidente do partido tende a estar associada a município com maior PIBpercapta. Comparando com o modelo do PSDB para o ano, todas as variáveis políticas e socioeconômicas apresentam maior associação com votação para presidente do PT.

A eleição de 2002, quando PT venceu PSDB, é a que apresenta os coeficientes mais baixos em todos os modelos completos para os dois partidos. Todos os efeitos apresentam-se fracos ou nulos, o que indica que, para aquele ano, outras variáveis que não estão no modelo devem ser usadas para explicar as variações de votos. No caso do PSDB, a votação no ano anterior apresenta efeito fraco ($X_1=0,189$), muito abaixo do efeito identificado na disputa anterior. A variável mediadora (M_1) apresenta coeficiente negativo (-0,119) e o Ipe na eleição municipal anterior (X_2), também, com 0,163 (coeficiente baixo). A associação com IVS é fraca e positiva (0,133) e com PIBpercapta

negativa e nula (-0,073). Os resultados mostram uma distribuição de votos a presidente do PSDB em 2002 não-associada às variáveis políticas e socioeconômicas apresentadas aqui, sendo que as mais fortes são voto para presidente na eleição anterior e voto em município com alta vulnerabilidade social.

No caso do PT, a maior parte dos coeficientes é fraca. Apenas PIBpercapta apresenta coeficiente fraco e positivo (0,134). A maior associação é com votação para presidente na eleição anterior, X_1 , com coeficiente de 0,764, ficando acima do coeficiente de vulnerabilidade social do município ($X_3=-0,235$), que mantém sinal negativo para o PT. A variável mediadora, com 0,422, indica relação ainda fraca com o desempenho do partido na disputa subnacional, embora esteja acima dos coeficientes das variáveis socioeconômicas. Apenas IVS apresenta coeficiente negativo e fraco para o PT naquele ano.

Capítulo 5 - Análise de trajetória para efeitos compostos sobre o desempenho eleitoral dos partidos

Tab. 5.2 – Coeficientes do Modelo 1 para todos os efeitos entre 1994 e 2014

Ano	Var. exp.	PSDB		PT	
		ef.direto + (ef.indireto)	ef.total	ef.direto + (ef.indireto)	ef.total
2014	X ₁ .	0,622 + (0,545*0,025)	0,635	0,726 + (-0,011*0,223)	0,723
	X ₂ .	0,009 + (0,545*0,275)	0,158	-0,001 + (-0,011*0,273)	-0,004
	X ₃ .	-0,376 + (0,545*-0,234)	-0,503	0,223 + (-0,011*-0,383)	0,227
	X ₄ .	0,022 + (0,545*-0,042)	-0,000	-0,057 + (-0,011*-0,009)	-0,056
	M ₁ .	0,545	0,545	-0,011	-0,011
	$\sqrt{\sum(\text{eft})^2/N}$		0,442		0,339
2010	X ₁ .	0,881+(0,397*0,269)	0,987	0,760+(-0,095*-0,248)	0,783
	X ₂ .	0,018+(0,397*0,235)	0,111	0,069+(-0,095*0,254)	0,044
	X ₃ .	-0,011+(0,397*-0,199)	-0,090	0,122+(-0,095*0,024)	0,119
	X ₄ .	-0,009+(0,397*0,065)	-0,034	-0,041+(-0,095*0,033)	-0,004
	M ₁ .	0,397	0,397	-0,095	-0,095
	$\sqrt{\sum(\text{eft})^2/N}$		0,495		0,358
2006	X ₁ .	0,070+(0,144*-0,067)	0,060	0,075+(-0,300*-0,228)	0,143
	X ₂ .	0,067+(0,144*0,293)	0,109	-0,045+(-0,300*0,189)	0,163
	X ₃ .	-0,642+(0,144*-0,085)	-0,654	0,685+(-0,300*-0,068)	0,707
	X ₄ .	0,057+(0,144*-0,042)	0,050	-0,074+(-0,300*0,074)	-0,073
	M ₁ .	0,144	0,144	-0,300	-0,300
	$\sqrt{\sum(\text{eft})^2/N}$		0,305		0,358
2002	X ₁ .	0,209+(-0,119*0,166)	0,189	0,301+(0,366*0,364)	0,434
	X ₂ .	-0,031+(-0,119*0,295)	0,163	0,021+(0,366*0,229)	0,105
	X ₃ .	0,111+(-0,119*-0,189)	0,133	-0,292+(0,366*-0,232)	-0,307
	X ₄ .	0,081+(-0,119*-0,058)	-0,073	-0,036+(0,366*0,017)	-0,030
	M ₁ .	-0,119	-0,119	0,366	0,366
	$\sqrt{\sum(\text{eft})^2/N}$		0,341		0,309
1998	X ₁ .	0,442+(0,212*0,404)	0,528	0,750+(0,422*0,034)	0,764
	X ₂ .	0,007+(0,212*0,350)	0,081	0,020+(0,422*0,287)	0,141
	X ₃ .	0,009+(0,212*-0,121)	-0,017	-0,142+(-0,422*-0,221)	-0,235
	X ₄ .	-0,005+(0,212*0,013)	-0,002	0,064+(0,422*0,167)	0,134
	M ₁ .	0,212	0,212	0,422	0,422
	$\sqrt{\sum(\text{eft})^2/N}$		0,290		0,414
1994	X ₃ .	0,185+(0,400*0,231)	0,227	-0,031+(-0,059*-0,057)	-0,028
	X ₄ .	-0,116+(0,400*-0,043)	-0,133	0,069+(-0,059*0,024)	0,070
	M ₁ .	0,400	0,400	-0,059	-0,059
	$\sqrt{\sum(\text{eft})^2/N}$		0,291		0,055

Fonte: Autor

A votação de 2006 é a primeira pós-troca de partido vitorioso e apresenta como principal característica uma retomada das associações de alguns coeficientes do modelo para a disputa anterior.

Outra característica é que, nos dois partidos, os coeficientes de votação para presidente na eleição anterior são baixos, indicando um rearranjo eleitoral de ambos partidos nos municípios a partir de 2006.

No caso do PSDB, a votação em 2006 (X_t) tem coeficiente de apenas 0,060. Coeficientes nulos se repetem nas outras variáveis. A mediadora Ipe nas disputas subnacionais é de 0,144, mostrando maior associação com o desempenho regional do partido naquele ano do que com a memória de votos para presidente do PSDB. Mas o coeficiente mais alto está por conta da associação com IVS, -0,654, sendo forte e negativo, ou seja, a partir daquele ano as variações de votos no PSDB passam a se associar à menor vulnerabilidade social.

O mesmo acontece com o modelo para o desempenho do PT em 2006, que apresenta coeficiente para IVS em 0,707, porém, positivo, indicando que, pela primeira vez, o PT tende a ser mais votado em município com alta vulnerabilidade social. O coeficiente com a variável moderadora do PT é negativo e fraco (-0,300), demonstrando que o desempenho regional do partido não esteve associado à votação para presidente. O PIBpercapta apresenta coeficiente nulo. Nos dois partidos, em 2006, a maior associação do voto para presidente é com a variável socioeconômica vulnerabilidade social, com sinal negativo para PSDB e positivo para PT, ganhando importância das variáveis políticas.

A disputa de 2010 indica um retorno da importância das variáveis políticas na explicação do voto para presidente, em especial no caso do PSDB. O coeficiente beta para presidente na eleição anterior (X_t) é 0,987, o mais alto em todos os modelos. Todas as demais variáveis têm efeito baixo ou nulo, o que indica que, naquele ano, o que está associado de fato ao desempenho do PSDB nos municípios é a votação do partido para presidente em 2006. Apesar

disso, não é desprezível o efeito das outras duas variáveis políticas, Ipe da disputa regional ($M_1=0,397$) e Ipe na disputa municipal anterior ($X_2=0,111$). As duas variáveis socioeconômicas apresentam coeficientes nulos e negativos.

No caso do PT, a votação na eleição anterior também apresenta o maior coeficiente, de 0,783. A votação na eleição municipal anterior, $X_2=0,044$, é positiva e nula, enquanto a mediadora $M_1=-0,095$, é negativa. A variável vulnerabilidade social apresenta coeficiente fraco, mas positivo ($X_3=0,119$) e o PIBpercapta (X_4) tem coeficiente nulo e negativo de -0,004. No caso do PT, em 2010, há um deslocamento do desempenho do candidato a presidente (primeira eleição de Dilma Rousseff) das votações do partido nas disputas regionais daquele ano e nas municipais anteriores, associando-se principalmente à votação de Lula na eleição anterior e em municípios com alta vulnerabilidade social.

Em 2014, última eleição do período analisado aqui, há uma consolidação dos efeitos políticos e socioeconômicos nos dois partidos. Para o PSDB, o efeito da votação no ano anterior é forte, em 0,635, e a moderadora, Ipe em disputa subnacional, também, em 0,545. Ambas positivas. A variável Ipe municipal na eleição anterior fica em 0,158, indicando consistência na associação entre votação para presidente do partido com as demais variáveis políticas do modelo. A vulnerabilidade social do município (X_3) apresenta coeficiente próximo dos anteriores, porém negativo (-0,503), mantendo a associação entre voto no partido de oposição em municípios com baixa vulnerabilidade social.

No caso do PT, a variável mediadora e o Ipe na disputa municipal anterior apresentam efeitos nulos. A votação para presidente na eleição anterior é forte, com 0,723 e com índice de vulnerabilidade

social, também, com 0,227, enquanto PIBpercapta fica negativo e nulo (-0,056). A votação do PT, em 2014, é explicada principalmente pelo desempenho em municípios com alta vulnerabilidade social e com a votação para presidente anterior. Não está relacionada com o desempenho do partido nas disputas subnacionais.

A Tabela 5.2 também apresenta um coeficiente que mede a explicação média de variações do conjunto de variáveis inseridas no modelo $\sqrt{\Sigma(\text{eft})^2/N}$, e quanto maior o coeficiente, mais ajustado está o modelo para explicar as variações da votação para presidente. Para o PSDB, os modelos apresentam uma capacidade explicativa crescente quase que em todo o tempo, começando em 0,291 em 1994, ficando estável em 0,290 em 1998, subindo a 0,341 em 2002, depois caindo para 0,305 em 2006, subindo a 0,495 em 2010 e oscilando a 0,442 em 2014.

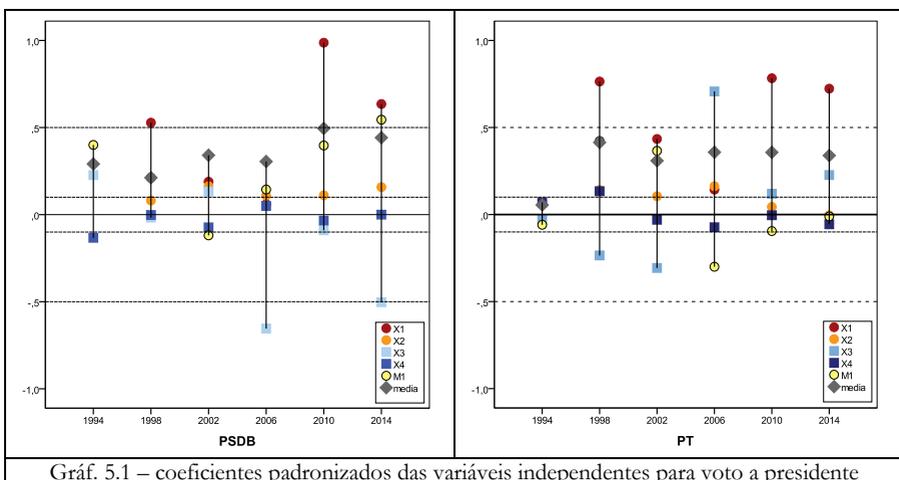
No caso do PT, o comportamento é distinto, há um forte crescimento da variação explicada no início do período, para depois cair e se manter estável até 2014. Começa muito baixo, em 0,055 em 1994, salta em 1998 para 0,414, cai em 2002 para 0,366, mantém-se estável no ano seguinte em 0,358 e praticamente o mesmo coeficiente em 2010 (0,357), para cair em 2014 a 0,339. No caso do PSDB, os anos em que os modelos apresentam maior proporção média de variação explicada, 2010 e 2014, são aqueles em que as variáveis políticas são mais fortes. O mesmo acontece com o PT, em 1998.

Para a descrição dos efeitos de cada variável ao longo do tempo, o Gráfico 5.1, a seguir, mostra os coeficientes “Beta” para a votação a presidente do PSDB e do PT, em cada eleição. Existem indicações, nas imagens, para as marcas entre zero e $\pm 0,10$ (coeficiente nulo) e $\pm 0,10$ e $\pm 0,50$, do ponto de corte entre coeficiente

fraco e forte. Os coeficientes das duas variáveis socioeconômicas estão representados por quadrados e cores frias. As variáveis políticas são indicadas por círculos e cores quentes. O coeficiente médio de variação explicada está apresentado na forma de losango e na cor cinza. As variações explicadas são muito próximas entre os dois partidos, ficando entre 0,10 e 0,50 em todo o período analisado – exceto para o caso do PT, em 1994, que fica abaixo de 0,10.

Comparando as duas imagens, é possível perceber que a variável X_1 (votação a presidente na eleição anterior) apresenta comportamentos similares para PSDB e PT, sendo o maior coeficiente na maioria das eleições. No caso do PT, é forte em 1998, cai até 2006 e volta a subir em 2010 e 2014, ficando acima do limite de 0,50 em três das seis disputas. Para o PSDB, o efeito em 1998 fica no limite de 0,50, cai até 2006 para voltar a subir nas duas eleições seguintes, quando também fica acima de 0,50 em 2010 e 2014.

A segunda variável com efeitos importantes para os dois partidos em todo o período é Índice de Vulnerabilidade Social (X_3). Para o PSDB, seu efeito é positivo, mas fraco em 1994,



Fonte: Autor

oscila em valores nulos em 1998 e 2002, para crescer em 2006, ficando acima de -0,50 naquele ano. Ou seja, uma associação forte e negativa. Na eleição seguinte, o coeficiente perde força, para voltar a crescer em 2014, com sinal negativo; 2006 e 2014 foram os anos com maior associação inversa entre voto para presidente do PSDB e vulnerabilidade social dos municípios.

Em outras palavras, nessas duas eleições o partido tende a ser mais votado em municípios com baixa vulnerabilidade. A vulnerabilidade social dos municípios também é a segunda variável em importância para explicar o voto para presidente do PT no período, porém, com sinal trocado em relação ao PSDB. Em 1994, seu efeito é nulo. Na eleição seguinte, ele passa a efeito fraco e negativo. Em 2002, o coeficiente para o PT passa a ser positivo e crescente, ou seja, nas três eleições seguintes em que o PT esteve no governo ele tende a ser mais votado em municípios com mais vulnerabilidade social. Em 2006, há maior associação de IVS sobre o voto para presidente do PT, sendo a principal variável do modelo.

Ou seja, na reeleição de Lula, os votos para o PT estão principalmente associados a municípios com alta vulnerabilidade social. Nas duas eleições seguintes, o coeficiente diminui, mas continua acima de 0,100 e positivo. Durante as eleições em que esteve no poder, tanto as votações do PSDB quanto as do PT estão associadas positivamente com vulnerabilidade social dos municípios, embora no caso do PT o efeito seja maior.

Outra diferença nos efeitos dos dois modelos está no efeito da variável moderadora (M_1), Ipe do partido nas eleições subnacionais concomitantes à votação para presidente. Durante o período em que PSDB esteve no governo, entre 1994 e 2002,

o coeficiente da M_1 é alto e vai caindo gradativamente, chegando a efeito negativo em 2002. A partir de 2006, como partido de oposição, o coeficiente volta a ser positivo, com crescimento gradativo. No caso do PT, enquanto o partido está na oposição, entre 1994 e 2002, o coeficiente da variável M_1 passa de fraco negativo a fraco positivo, com crescimento gradativo nas três disputas. Em 2006, o efeito é negativo e fraco. Nas duas últimas eleições, ele passa a ter efeito nulo sobre as votações para presidente do partido, indicando um deslocamento entre desempenho do PT nas disputas subnacionais e votos para presidente.

Os modelos descritivos mostram que a memória eleitoral tem um importante efeito sobre o voto para presidente no Brasil, entre as variáveis políticas. Já a vulnerabilidade social do município explica as variações de proporção de voto no PT e PSDB com mais intensidade que o PIBpercapta. Embora de formas distintas, as duas variáveis apresentam os maiores coeficientes sob controle das demais.

Como o objetivo é descrever os efeitos sobre o voto a presidente ao longo do tempo, o Gráfico 5.2, a seguir, sumariza as curvas de tendência individuais delas separadamente. Também apresenta o comportamento dos efeitos diretos da variável mediadora, Ipe nas disputas subnacionais. Como a mediadora apresenta apenas efeito direto sobre o voto a presidente, a imagem possui apenas uma curva de tendência ao longo do tempo para cada partido. Para as outras duas imagens, há sempre uma linha contínua, que indica o efeito total e uma linha tracejada, que indica o efeito direto, para cada variável à votação para presidente do PSDB e do PT. O efeito direto (linha tracejada) representa o coeficiente Beta padronizado de uma regressão li-

near pelo método dos mínimos quadrados. A linha contínua indica o ponto em que o coeficiente da regressão linear é acrescido do efeito indireto, via variável moderadora, na análise de trajetória. Quanto mais distantes estiverem as duas linhas (contínua e tracejada de cada partido), maior o efeito moderador do desempenho do partido nas eleições subnacionais. Se as duas linhas se encontram sobrepostas, significa que o efeito moderador do Ipe nas eleições subnacionais é nulo para as explicações da variação de votos para presidente de cada partido.

Cada gráfico também apresenta linhas horizontais que indicam os intervalos de zero a $\pm 0,10$, efeito nulo, e $\pm 0,10$ a $\pm 0,50$, efeito fraco. Também é apresentada uma linha vertical para a eleição de 2002, que divide o período em que PSDB está no governo (1994, 1998 e 2002) do que o PT governa (2006, 2010 e 2014).

O gráfico com os coeficientes da variável moderadora (Ipe na disputa subnacional) mostra um comportamento oposto entre PSDB e PT até a eleição de 2006. A partir de então, os efeitos apresentam a mesma direção, embora com intensidades distintas. No caso do PSDB, o efeito é relativamente alto em 1994, caindo gradativamente até 2002, quando o partido perde a eleição. No período que está no governo, o efeito da presença do partido nas eleições estaduais cai até se tornar próximo de nulo e negativo em 2002. A partir de então, quando o PSDB passa a disputar eleições como opositor, o efeito do desempenho do partido nas eleições estaduais para a votação a presidente apresenta coeficientes crescentes e contínuos – até ultrapassar a marca de 0,5 em 2014, um dos maiores coeficientes de todo o período.

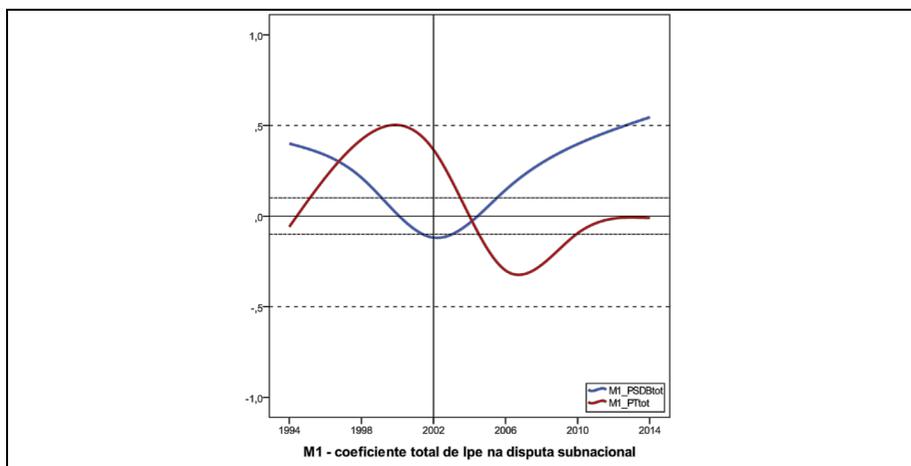
No caso do PT, o comportamento no início do período é inverso. Enquanto na oposição, entre 1994 e 2002, os coeficientes de associação entre Ipe subnacional e voto para presidente são positivos e crescentes, chegando quase a 0,5 em 1998. Assim que chega ao governo, os coeficientes da variável para o partido começam a ter uma direção oposta. Em 2006, há uma associação negativa entre as duas variáveis, ou seja, a votação para presidente está associada de maneira indireta ao desempenho do partido nas eleições estaduais daquele ano. Este é o ponto mais negativo de todo o período, pois ele se afasta de zero com crescimento de valores negativos. A partir de então, a direção se inverte e volta a subir, embora nas eleições de 2010 e 2014 os coeficientes de M_1 para o PT fiquem próximos a zero, indicando nulidade de efeitos.

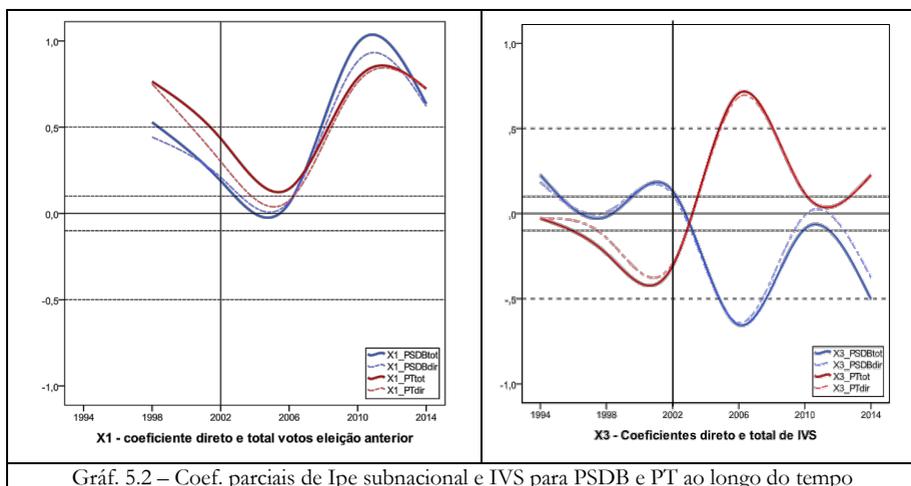
Nos dois casos, PSDB e PT, enquanto o partido está na oposição, há maior associação entre as variações de votos para presidente e desempenho nas eleições estaduais do mesmo ano. Quando o partido está no governo, a votação para presidente é mais independente da presença eleitoral do partido nas disputas regionais. Isso vale tanto para PSDB quanto para PT, embora este último apresente uma relação negativa entre as duas variáveis em uma disputa como governista, o que não acontece no período de governos do PSDB, quando, no máximo, em 1994, o coeficiente é negativo, porém, muito próximo de zero.

Duas explicações podem ser mobilizadas para este comportamento. A menor associação entre desempenho do partido nas eleições nacionais e voto para presidente no partido governista pode ser consequência dos efeitos das políticas públicas federais nos municípios, com respostas diretas no resultado para

voto a presidente, mas não para outros cargos do sistema subnacional. O deslocamento dos votos para presidente também pode ser explicado pela necessidade que o partido governista tem de fazer alianças e coalizões no sistema subnacional, abrindo espaço para candidatos de outros partidos nas eleições estaduais, o que diminuiria a sua presença eleitoral. Como partido de oposição, as siglas grandes tendem a concentrar as forças de coalizões eleitorais no sistema subnacional e não contam com os efeitos da visibilidade de políticas públicas federais durante a campanha, o que explicaria a maior associação entre presença nas eleições subnacionais e voto para presidente.

A variável X_1 , voto para presidente no ano anterior, é a que apresenta o maior impacto geral sobre a votação para presidente de cada eleição, exceto para 2006. A imagem com as curvas de tendência do impacto da variável sobre o voto mostra, em primeiro lugar, uma semelhança quase perfeita do seu impacto para





Gráf. 5.2 – Coef. parciais de Ipe subnacional e IVS para PSDB e PT ao longo do tempo

Fonte: Autor

os dois partidos. Os efeitos começam altos em 1998⁴⁹, caindo até 2006 e depois voltando a subir gradativamente até 2010, com pequena queda em 2014. Ainda assim, nas duas últimas eleições são percebidos os maiores coeficientes dessa variável para o voto a presidente dos dois partidos.

No caso do PSDB, o efeito da queda e do crescimento é maior, tanto assim que, em 2006, o coeficiente, apesar de próximo a nulo, é negativo. E em 2010 o partido apresenta o maior coeficiente de associação das variações de voto entre eleição anterior e atual para presidente. No caso do PT, o coeficiente é alto em 1998, sendo este o ponto mais distante em relação ao PSDB. Depois, há uma gradativa queda até 2006, quando os coeficientes voltam a crescer, também de maneira menos intensa. Em 2010, há um novo distanciamento nos coeficientes dos dois partidos, porém, desta vez, com PSDB ficando acima do PT.

Assim o que muda nos dois anos é o partido que está go-

verno. Sempre o da oposição apresenta coeficiente acima do governista para esta variável explicativa. A presença no governo também explica as diferenças de efeitos de trajetória. A imagem mostra que, quando no governo, as distâncias entre efeito direto e efeito total são menores que no período em que se encontra na oposição – isso vale tanto para PSDB, quanto para PT. Ou seja, quando o partido disputa a eleição como oficialista, o efeito de mediação sobre o voto na eleição anterior é mais baixo, ficando próximo a nulo.

Mas, nas eleições em que disputam como opositorista, tanto PT quanto PSDB apresentam ganhos explicativos do coeficiente total sobre o direto – isso é indicado pelo maior afastamento da linha contínua em relação a zero do que a linha tracejada. Um caso incomum é o do PSDB em 2002. Embora muito próximos a zero, o efeito direto (linha tracejada) é positivo, mas com a mediação da presença do partido nas disputas subnacionais passa a negativo, porém continua muito próximo a zero, tendo efeito praticamente nulo. Em todos os demais casos, a direção da associação entre variações diretas e totais é sempre a mesma.

A variável socioeconômica Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), X_3 , é a que apresenta maior poder explicativo na análise de trajetória sobre as variações de votos para presidente nos municípios entre 1994 e 2014, ainda assim de maneira heterogênea. No início do período, os coeficientes de IVS são menores, crescendo a partir de 2006, quando obtêm as maiores associações.

Em 1994, o efeito é positivo para PSDB e negativo para PT. Na eleição seguinte, há uma redução do efeito positivo para PSDB e aumento do efeito negativo para PT, ou seja, nessas duas eleições as curvas dos partidos são praticamente paralelas, po-

rém, com coeficientes nulos, próximos a zero para o partido do governo de então, e coeficiente negativo acima de -0,10 para o partido da oposição.

A eleição de 2002 é a primeira em que os efeitos do IVS são invertidos entre os dois partidos. Para o partido do governo, PSDB, o coeficiente do IVS é positivo, ficando acima de 0,10 e voltando ao mesmo nível da primeira eleição presidencial vitoriosa do partido, a de 1994. Já para o partido da oposição, o coeficiente é o mais baixo de todo o período, chegando próximo a -0,50. Já a eleição de 2006 se destaca pela inversão dos efeitos e pela intensidade dos mesmos. É quando o PT, em sua primeira disputa de reeleição como partido do governo, obtém a maior associação positiva entre variação de voto para presidente e IVS. O mesmo, e com a mesma intensidade, acontece com o coeficiente para o PSDB naquele ano, porém, em direção oposta. O coeficiente de IVS é negativo para a variação de votos a presidente do partido.

Em 2010, os coeficientes do IVS se aproximam de zero e são nulos para os dois partidos, e em 2014 percebemos uma retomada da força de associação dessa variável com voto para presidente, em especial para o partido oposicionista, PSDB, que apresenta coeficiente negativo e próximo a -0,50. O efeito positivo do IVS para votação no PT em 2014 é positivo e com menor intensidade. Os ganhos com a análise de trajetória são semelhantes aos identificados na variável anterior. Existe maior efeito de mediação da presença do partido nas eleições subnacionais (M_1) para as siglas que estão na oposição do que no período em que estão no governo – seja para PSDB, seja para PT.

Notas

45. Os coeficientes de trajetória a partir de modelos de regressão foram usados pela primeira vez por Sewall Wright, um geneticista, no início de 1918, e a técnica foi exposta formalmente por ele em uma série de artigos publicados em 1920 (Duncan, 1966).

46. Edwards & Lambert (2007), após definirem os dois tipos de efeitos, moderação e mediação, discutem a utilização conjunta dos dois tipos de variáveis para combinar seus efeitos para o que chamam de moderação mediada.

47. A literatura na área faz uma distinção entre efeito mediador e efeito moderador. Uma variável moderadora é um fator que apresenta influência na relação das variáveis do modelo. Já a variável mediadora tem a função de identificar a força da relação entre as variáveis em diferentes momentos do tempo.

48. A análise de trajetória mais comum é feita a partir da comparação entre diferentes modelos, alterando gradativamente o número de variáveis para comparar os resultados. Começa-se com o modelo máximo, que inclui todas as variáveis em que há expectativa de efeitos. Depois, são produzidos modelos “reduzidos”, só com variáveis significativas, para comparar e identificar qual delas apresenta o modelo com maior capacidade explicativa. Neste tipo de análise de trajetória, o diagrama reúne as seguintes variáveis:

- V. Independentes (exógenas) = que não têm causas explícitas sobre o fenômeno e/ou estão separadas no tempo. Representadas por X;
- V. Intermediárias (endógenas) = são as imediatamente anteriores ao fenômeno e que se espera que apresentem efeitos explícitos sobre a dependente. Representadas por M;
- V. dependente = que representa o fenômeno que se pretende explicar. Representada por Y.

49. Como o período de análise começa em 1994, para este primeiro ano não é considerada a votação no ano anterior, por isso os coeficientes começam na eleição seguinte, 1998.

Capítulo 6

Geografia e desempenho eleitoral de PSDB e PT entre 1994 e 2014

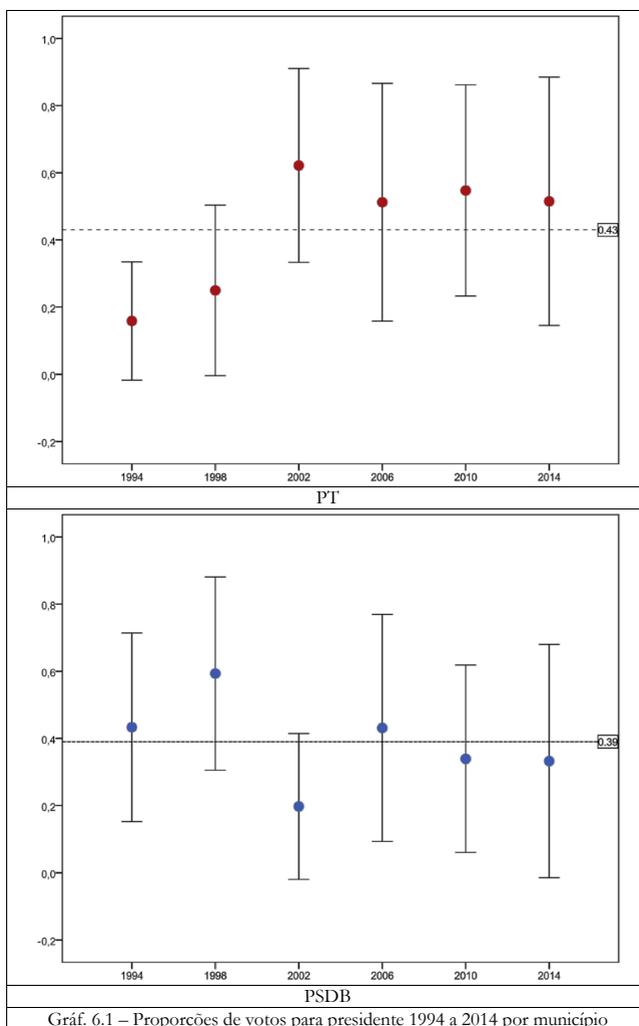
Embara seja usada como técnica de análise há mais de 100 anos⁵⁰, a difusão de bases de dados geográficas a partir dos anos 1970 permitiu o desenvolvimento de análises exploratórias espaciais específicas que são usadas para estudos de fenômenos políticos com instrumentos de pesquisa mais elaborados (Anselin e Rey, 1991). O passo seguinte foi a apresentação de técnicas regressivas específicas para análises geográficas, aplicadas principalmente a descrições de fenômenos eleitorais.

A característica mais importante dessas técnicas é que elas solucionam o problema criado pela quebra do pressuposto de independência entre os resíduos presentes nos testes tradicionais de associação e de medição da dependência entre variáveis. A análise geográfica permite identificar dependência geográfica dos resíduos entre as variações dos fenômenos políticos e controlar seus efeitos, tornando os resultados mais

precisos (Anselin e Rey, 1991), dado que um pressuposto básico das técnicas regressivas clássicas é a independência entre os resíduos. Aqui, utilizaremos inicialmente descrições de frequências univariadas, seguidas de análises clássicas de associação entre variáveis e, por fim, a aplicação de técnicas regressivas geográficas.

Como a unidade de análise são os municípios, apresentamos as médias e os desvios das proporções de votos dos candidatos à presidente em nível local. Não consideraremos as variações internas aos municípios. As distribuições das proporções de votos para os candidatos a presidente do PT e PSDB, entre 1994 e 2014, indicam uma relativa estabilidade. O Gráfico 6.1 mostra as barras de erro com médias e dois desvios padrões acima e abaixo, o que inclui praticamente 100% dos casos.

No caso do PT, as médias variam em torno de 0,20 a 0,50 por município, com uma amplitude que começa menor, para depois subir e variar entre 0,40 e 0,50 em cada eleição. Há uma clara mudança abrupta entre 1998 e 2002, quando o PT vence a eleição. A média das seis disputas é de 0,43 por município. No caso do PSDB, as médias por eleição variam em torno de 0,39 por município, muito próximo do PT, com a diferença de que não há um crescimento abrupto, ao contrário, uma queda em 2002 em relação ao movimento ascendente de 1994 para 1998. O melhor desempenho do PSDB na oposição foi em 2006, quando fica acima de 0,42 de média por município. Nas duas disputas seguintes, a proporção de votos do candidato a presidente do partido fica abaixo da média do período.



Fonte: Autor

A aparente estabilidade, com um ponto de mudança, que foi a eleição de 2002, em geral não se mantém quando analisamos os resultados mais detalhadamente. Ainda em nível da unidade

de análise dos municípios, o Gráfico 6.2, a seguir, apresenta as distribuições em histogramas por eleição para cinco faixas iguais de intervalos de percentuais de votos. Em primeiro lugar, eles indicam como se deu a modificação no desempenho do PT por município nas últimas seis eleições presidenciais.

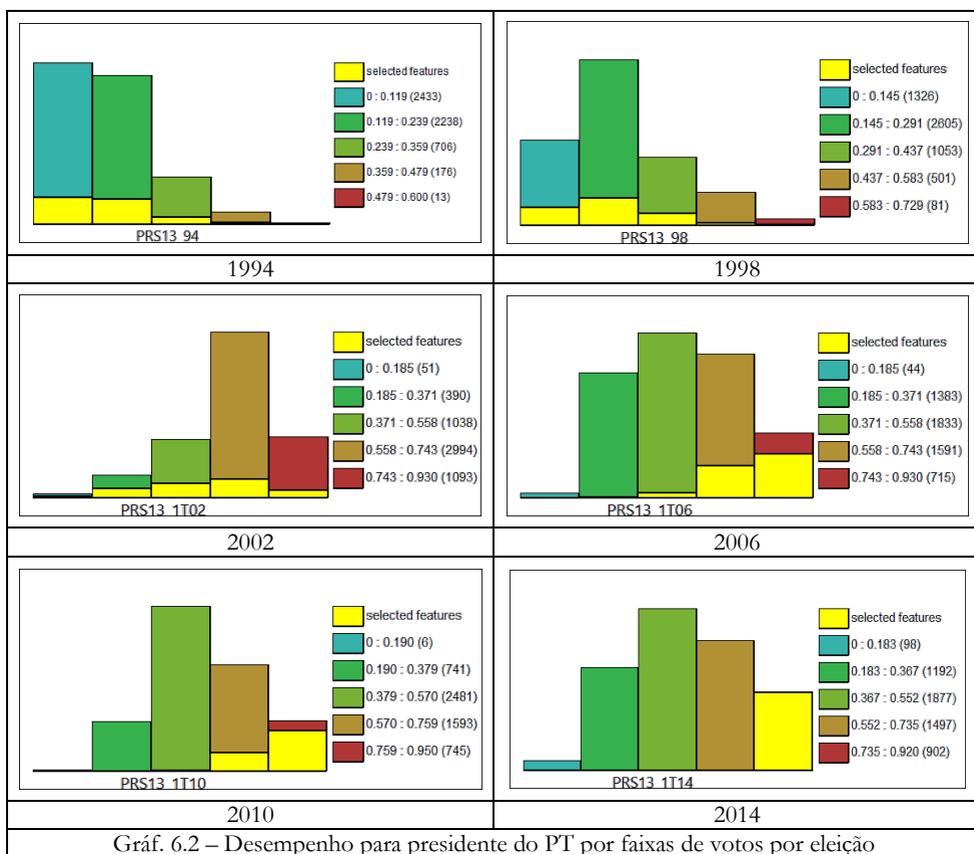
Em 1994, cada faixa tem intervalo de 0,11 de proporção de votos e há uma grande concentração de municípios nas duas primeiras faixas, que vão até 0,23. São 4.671 municípios em que o PT obtém até 23% no primeiro turno de 1994. Nesse primeiro ano de análise, o melhor desempenho municipal do PT é de 0,60 e apenas 13 municípios localizam-se na faixa superior. Na eleição seguinte, os intervalos dentro de cada faixa sobem para 0,14, indicando maior heterogeneidade em relação à anterior, e a maior concentração se dá na segunda faixa, entre 0,14 e 0,29 de proporção de votos, com 2.605 municípios nesse grupo. Aqui o melhor desempenho sobe para 0,72 e, ao todo, 81 municípios localizam-se na faixa superior.

A terceira eleição do período, a de 2002, e última em que o PT disputa na oposição, apresenta as maiores mudanças. A primeira delas é que o intervalo entre classes sobe para 0,18, indicando maior variação. Além disso, a faixa mais populosa é a segunda maior, com 2.994 municípios, em que o PT obtém entre 0,55 e 0,74 em proporção de votos. Nas três eleições seguintes, entre 2006 e 2014, nas quais o PT disputa como *incumbent*, há uma relativa estabilidade.

A faixa que concentra o maior número de municípios é a central, variando entre 0,37 e 0,55 de proporção de votos para 1,8 mil municípios em 2006 e 2014, e 2,4 mil em 2010. Ou seja, nas três eleições disputadas pelo PT no governo, o desempenho geral

por município tem uma estabilidade em torno da média. No entanto, os dados apresentados até aqui não nos permitem identificar se há uma manutenção dos municípios em que o PT tem bons e maus desempenhos nas eleições ou se existem mudanças de desempenho entre as unidades de análise.

Para demonstrar o desempenho do PT nos municípios, o Gráfico 6.2 marca os municípios que fazem parte da faixa mais alta na última eleição do período, a de 2014. Estão indicados (em



Gráf. 6.2 – Desempenho para presidente do PT por faixas de votos por eleição

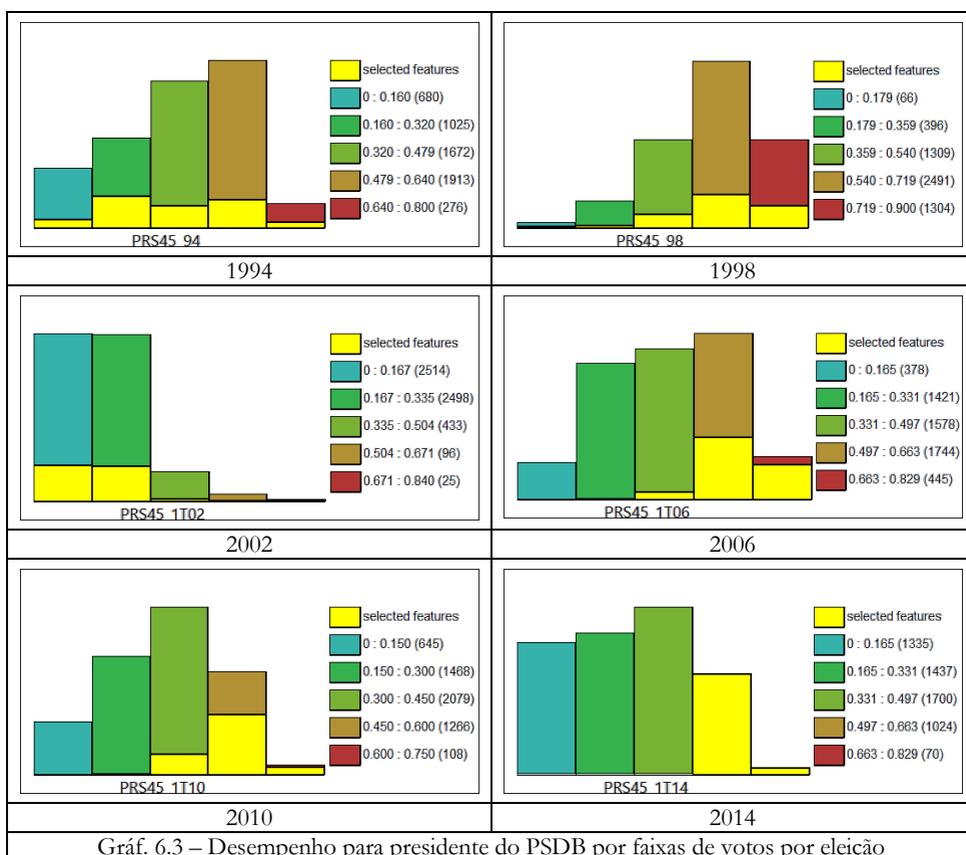
Fonte: Autor

amarelo) os municípios em que o PT teve, em 2014, entre 0,73 e 0,92 de proporção de votos. Essa marca é replicada nas eleições anteriores para identificar em que faixas se encontravam os municípios em que o PT de 2014 foi mais bem-sucedido.

Em 2010, todos os municípios marcados encontram-se nas duas faixas superiores, acima de 0,57 de proporção de votos. Em 2006, há um pequeno número na faixa intermediária, porém, a maioria encontra-se também nas faixas superiores, acima de 0,55 de proporção de votos. No entanto, quando comparamos com as três primeiras disputas, percebemos que há uma distribuição, em 2002, em praticamente todas as faixas, e que em 1994 e 1998, os municípios em que o PT é majoritário em 2014 são justamente aqueles em que ele apresenta os piores desempenhos. Isso indica que, pelo menos nos casos do PT, há uma troca de territórios com bom e mau desempenho eleitoral para presidente, no período em que o partido está na oposição (1994 a 2002), em relação às três eleições seguintes.

O Gráfico 6.3, a seguir, apresenta as mesmas distribuições de histogramas com cinco faixas de igual amplitude para os desempenhos dos candidatos do PSDB à Presidência da República, entre 1994 e 2014. A primeira característica que chama atenção é que, no caso do PSDB, há maior estabilidade ao longo do tempo, no desempenho por município. Em todas as eleições, as faixas têm amplitudes muito próximas, entre 0,16 e 0,17 de proporção de voto, independentemente de o partido estar no governo ou na oposição. O que varia é o número de municípios em cada faixa.

Em 1994, o maior número de municípios (3.585) localiza-se nas faixas média e média-alta, entre 0,32 e 0,64 de proporção de votos. Apenas em 276 municípios o partido consegue proporção



Gráf. 6.3 – Desempenho para presidente do PSDB por faixas de votos por eleição

Fonte: Autor

de votos entre 0,64 e 0,80. Em 1998, a faixa que concentra maior número de municípios (2.491) é a média-alta, que varia entre 0,54 e 0,71 de proporção de votos. Nessas duas eleições, o partido consegue vencer no primeiro turno. Em 2002, aparece a distribuição mais negativa do partido, com a quase totalidade dos municípios (4.912) concentrada nas duas faixas mais baixas, com até 0,33 de

proporção de votos. Em 2006, há uma recuperação do desempenho do partido por municípios e a forma de distribuição é muito parecida com a de 1994, porém, com derrota do PSDB. Em 2010, há distribuição em torno do centro, e em 2014 as três primeiras faixas apresentam números parecidos de municípios. As duas faixas superiores, com variações de 0,49 a 0,82 de proporção de votos para presidente, reúnem 1.094 municípios, apenas.

Para identificar a distribuição dos municípios com melhor desempenho em 2014 nas eleições anteriores, no caso do PSDB, estão marcados esses 1.094 municípios com proporções de votos acima de 0,49. Percebemos que há um gradativo deslocamento em direção às proporções mais baixas, porém, não tão marcado como no caso do PT. Os municípios em que o PSDB consegue os melhores desempenhos em 2014 ficam nas faixas de média para cima em 2010 e em 2006. Porém, em 2002, a totalidade deles encontra-se nas duas faixas com votações mais baixas.

Os grupos superiores, ainda que em pequeno número, não são compostos pelos municípios com melhor desempenho em 2014. Em 1998, quando o partido está no governo, os municípios com melhor desempenho encontram-se na parte superior da distribuição, o que indica uma relação mais fraca entre ser *incumbent* e desempenho eleitoral em determinado tipo de município, no caso do PSDB. E, em relação à primeira disputa do período, os municípios em que o PSDB obtém os melhores desempenhos em 2014 estão distribuídos de maneira proporcional em todas as cinco faixas de desempenho eleitoral. Ou seja, no caso do PSDB, o desempenho eleitoral por município parece estar menos associado ao fato de o partido estar ou não no governo.

Identificadas as variações de desempenho nas unidades territoriais, a seguir são feitos testes de correlação com variáveis explicativas socioeconômicas e políticas, para, em seguida, medir a associação geográfica do voto controlado pelas variáveis independentes.

A Tabela 6.1 mostra os resultados do teste de correlação de Pearson da proporção de votos do PT e PSDB, por município, com cada uma das variáveis explicativas. Como variável política, utiliza-se o Índice de Presença Eleitoral (Ipe) de cada partido para os municípios. O índice pretende abranger diferentes aspectos da presença eleitoral dos partidos. O indicador varia de zero a 1. Quanto mais próximo de 1, mais presente o partido esteve no município em termos de recursos de campanha, número de candidatos, número de eleitos y votos (pessoais e de legenda). Esperamos que exista uma associação positiva entre votação do candidato a presidente e Ipe em todas as disputas.

A variável econômica é o Produto Interno Bruno percapta (PIBpcp) do município. Como não existem medições disponíveis todos os anos eleitorais, optamos por aproximar ao máximo a informação do PIBpcp da data da eleição. Assim, para as três primeiras disputas (1994, 1998 e 2002), utilizamos o PIBpcp de 1999 e para as três outras (2006, 2010 e 2014) utilizamos a mediação de 2009. Em todos os casos, as informações são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A hipótese é que municípios com maior PIBpcp e que, portanto, dependem menos de políticas públicas, apresentem correlação negativa com votação do candidato a presidente do partido *incumbent* e positiva com o partido challenger. Assim, esperamos uma mudança no sinal da associação entre PT e PSDB a partir de 2006.

A variável explicativa da dimensão social é o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), calculado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea)⁵¹. Este índice possui três dimensões (educação, economia local e infraestrutura pública) por município. Ele varia de zero a 1. Quanto mais próximo de 1, menores os indicadores educacionais, economia local mais precária e menor a oferta de bens públicos. Quanto mais próximo de zero, ao contrário, menor a vulnerabilidade social no município. Aqui se espera uma associação contrária à do PIBpcp. Por dependerem mais de políticas públicas locais, os municípios com maior vulnerabilidade tenderiam a ser mais governistas e votar mais no partido *incumbent*, enquanto que o desafiante teria melhor desempenho em municípios menos vulneráveis.

Os coeficientes de correlação bivariada apresentados na Tabela 6.1, a seguir, todos estatisticamente significativos ao nível de 95% de intervalo de confiança, mostram que algumas associações não são tão fortes como esperadas e, por vezes, inclusive na direção contrária. A começar pela variável explicativa política, o Ipe. No caso do PT, o Índice de Presença Eleitoral do partido tem baixa associação com a votação para presidente em 1994, 2010 e 2014, todas abaixo de 0,10, e na última eleição apenas 0,01. Outra informação importante é que nessas três disputas e na de 2006 os coeficientes são negativos. Quer dizer, em municípios onde o PT apresenta alta presença eleitoral nas disputas regionais (governador, senador, deputado federal e estadual), o candidato a presidente teve baixa votação. Em outras palavras, em quatro das seis eleições, os votos para presidente do PT estão deslocados dos votos para candidatos a outros cargos do partido. Apenas em 1998 e 2002 é que as correlações são positivas e altas,

Tab. 6.1 – Correlação de votos para presidente em PT e PSDB com variáveis explicativas

Coef. r	Votpres_PT					
	1994	1998	2002	2006	2010	2014
Ipe_PT	-0,059	0,423	0,366	-0,300	-0,095	-0,011
PIBpcp	0,073	0,242	0,267	-0,358	-0,355	-0,409
IVS	-0,064	-0,238	-0,350	0,695	0,653	0,721
Coef. r	Votpres_PSDB					
	1994	1998	2002	2006	2010	2014
Ipe_PSDB	0,400	0,212	-0,119	0,143	0,397	0,545
PIBpcp	-0,248	-0,095	0,052	0,331	0,287	0,361
IVS	0,240	0,135	0,103	-0,661	-0,591	-0,755

Todos coeficientes $p < 0,000$

Fonte: Autor

com destaque para 1998, quando o coeficiente chega a 0,42.

No caso do PSDB, a associação entre desempenho do candidato a presidente e presença regional do partido fica mais próximo do esperado. Apenas na eleição de 2002, que ao que tudo aponta trata-se de uma eleição atípica do período, a correlação entre Ipe e proporção de votos no candidato do PSDB por município é negativa (-0,11). Em todas as outras disputas, a correlação é positiva, indicando tendência de encontrar municípios com alta presença eleitoral do partido e com alta proporção de votos ao candidato a presidente do PSDB.

No entanto, quando comparamos os coeficientes de correlação ao longo do tempo, percebemos que eles apresentam um movimento de curva em forma de “U”, começando alto, com 0,40 em 1998, caindo para 0,21 e -0,11, correlação mais baixa, e em seguida começa a subir para 0,14, 0,39 e 0,54 nas três últimas eleições. A correlação de 2014 para Ipe e votação

para presidente do PSDB é a mais alta para essa variável, nos dois partidos. Isso indica que, nas eleições mais recentes, tendeu a haver uma associação crescente entre bom desempenho do candidato a presidente do partido e alta presença do PSDB nas eleições para os cargos regionais por município.

Essas primeiras associações mostram que a estruturação local do partido (medida pela presença eleitoral nos municípios para as eleições regionais) está associada ao desempenho do partido desafiante, mas não ao partido *incumbent* – principalmente no caso do PT. Já para o PSDB, enquanto partido de oposição, tendeu a apresentar uma crescente associação entre as votações de seus concorrentes à presidência com o desempenho de seus candidatos aos cargos regionais.

O comportamento das correlações das votações para presidente com a variável econômica (PIBpcp) apresenta um resultado mais próximo do esperado, mudando de direção quando o partido passa de governo para oposição. Municípios com mais riqueza econômica local, PIBpcp maior, tendem a apresentar correlação positiva com votação em candidato a presidente de partido de oposição e negativa com candidato *incumbent*.

No caso do PT, as relações estatísticas são mais fortes, com três coeficientes positivos entre 1994 e 2002 (0,073, 0,242 e 0,267) e coeficientes de correlação negativos quando o partido está no governo, entre 2006 e 2014 (-0,358, -0,355 e -0,409). Além disso, os coeficientes apresentam uma tendência de crescimento permanente, passando de uma associação muito fraca, de 0,073 em 1994, para uma correlação média, de -0,409 em 2014.

No caso do PSDB, o ajustamento não é tão bom porque,

em 2002, quando o partido ainda é governo, a correlação com PIBpcp é positiva de 0,052, embora seja a mais baixa em todo o período. Nas eleições de 1994 e 1998 as correlações são negativas, de -0,248 e -0,095, respectivamente. Nas três eleições em que o PSDB está na oposição, as correlações são estáveis e positivas, variando entre 0,331, 0,287 e 0,361, respectivamente em 2006, 2010 e 2014. Ou seja, no que diz respeito à associação com a variável econômica, municípios mais desenvolvidos (maior PIBpcp) tendem a votar na oposição, que pode ser o PT, entre 1994 e 2002, ou o PSDB, de 2006 a 2014. Enquanto as maiores votações no partido *incumbent* tendem a ser mais associadas com municípios de menor desenvolvimento econômico e, portanto, mais dependentes de inversões de recursos públicos.

A terceira variável da correlação, a que representa a dimensão social, Índice de Vulnerabilidade Social, apresenta comportamento similar ao das correlações com PIBpcp, porém, com o sinal trocado. A associação é negativa com os partidos que estão na oposição (PT na primeira parte e PSDB na segunda) e positiva com o partido *incumbent*, independentemente de ser PT ou PSDB. Indica que, em municípios mais vulneráveis socialmente, com maior dependência direta de políticas públicas, tende a ser encontrada proporção de votos mais alta para candidato a presidente do partido que está no governo.

A diferença entre PT e PSDB é que, no primeiro caso, percebemos um crescimento gradual e constante dos coeficientes de correlação. Sai de uma correlação muito baixa de -0,064, em 1994, para chegar a um coeficiente de correlação alto, de 0,721, em 2014. No caso do PSDB, a dinâmica ao longo do tempo é um pouco diferente. Na primeira parte do período,

os coeficientes são positivos, porém, decrescentes, passando de 0,240 em 1994 para 0,103 em 2002. Ou seja, enquanto está no governo, o PSDB não consegue traduzir em apoio eleitoral as políticas públicas implantadas em municípios com alta vulnerabilidade social. Já ao passar à oposição, em 2006, as votações do partido passam a apresentar altos coeficientes negativos de correlação com IVS municipal – os coeficientes são bem mais altos do que os do PT na oposição. Isso indica que, para o período em foco, como partido de oposição, o PSDB tende a ter mais votos em municípios com menor vulnerabilidade social, no entanto, enquanto governo o inverso não se aplica com tanta força.

Até aqui as análises mostram dois comportamentos concomitantes, mas descritos isoladamente. Em primeiro lugar, as distribuições dos votos para presidente por município revelam que PT e PSDB não apresentaram bons desempenhos sempre nos mesmos locais. A mudança de posição entre os dois partidos em 2002 faz com que também haja uma troca de municípios, onde cada um é bem-sucedido (ver Gráficos 6.1 e 6.2). Em segundo lugar, as correlações bivariadas com três variáveis explicativas de diferentes dimensões (política, econômica e social) apontam algumas manutenções e outras mudanças ao longo do tempo.

Em termos gerais, votação de presidente tem associação positiva com desempenho regional do partido, com desenvolvimento econômico e social quando o partido está na oposição. Já as votações do *incumbent* não contam com forte associação com desempenho regional do partido, estando correlacionadas com maior vulnerabilidade social e menor riqueza local, no âmbito

dos municípios. E isso vale para os dois partidos: PT e PSDB.

O próximo passo da análise é testar como essas variáveis se comportam controladas pelo território, ou seja, medir o efeito de vizinhança dos municípios para o desempenho eleitoral dos partidos, PIB percapita e Índice de Vulnerabilidade Social. Em seguida, propomos uma regressão múltipla geográfica para controlar o desempenho dos partidos nos municípios pelas variáveis independentes das dimensões política, social e econômica.

Como estamos trabalhando com explicação multivariada no espaço, antes de iniciarmos as regressões para medir os efeitos geográficos propriamente ditos, é necessário testar a existência de colinearidade entre as variáveis explicativas. Se houver efeito colinear entre pares delas, a inclusão de todas no modelo pode alterar significativamente os resultados finais. Aqui serão usadas duas medidas de colinearidade. O VIF (sigla em inglês para fator de inflação da variância), que indica quanto da presença de uma variável no modelo impacta sobre as demais. Para não inflacionar os efeitos das demais variáveis, o VIF deve estar abaixo de 10,0. A segunda medida de colinearidade é o fator de tolerância, segundo o qual, quanto mais alta, menor a associação colinear entre as variáveis. Os coeficientes do fator de tolerância variam de 0,00 a 1,00, sendo que fatores acima de 0,100 são aceitos como representativos de ausências de colinearidade.

A Tabela 6.2, a seguir, mostra os coeficientes VIF e de tolerância para as três variáveis explicativas aos votos de PT e PSDB, nas seis eleições nacionais entre 1994 e 2014. Também apresenta os coeficientes angulares padronizados, Beta padronizado (Bp) para cada uma das variáveis. Esse coeficiente, também chamado de coeficiente de regressão parcial padronizado, indica as contri-

buições relativas de cada variável para a predição das variações. Como são calculados a partir das variações, eles são independentes da escala de medida e podem ser usados para comparações diretas entre variáveis explicativas. O objetivo é usá-los para comparar o efeito de cada variável explicativa com as demais em eleições isoladas e por partido.

De acordo com o que indica a Tabela 6.2, a seguir, as variáveis explicativas não apresentam colinearidade a ponto de interferir no resultado dos testes para nenhuma das eleições, nem para PT, nem para PSDB. O VIF fica sempre muito abaixo de 10,0 e a tolerância bem acima de 0,100. Isso indica que, em um modelo de regressão, as três variáveis podem ser usadas em conjunto para tentar explicar as variações da variável dependente. Quanto aos coeficientes preditivos padronizados (Bp), há diferenças que, em parte, reforçam as indicações das correlações anteriores, e em parte nos traz novas informações.

Entre 1994 e 2002, quando o PSDB está no governo, a variável explicativa que, comparativamente, ajuda mais nas explicações da variação de votos do partido por município é Ipe, em 1994 e 1998, e IVS em 2002. Os três coeficientes são positivos. Com efeitos negativos sobre a variação de votos do partido está o PIBpcp, em 1994 e 1998, e Ipe em 2002. Os efeitos negativos do PIBpcp para o partido *ncumbent* já tinham sido encontrados nas correlações bivariadas anteriores. Agora, com efeitos controlados por outras variáveis, ele fica mais claro.

Em 2002, eleição de mudança, a votação para presidente do PSDB tem relação negativa com Ipe e positiva com as outras duas variáveis, ou seja, para presidente o partido tende a receber votações maiores em municípios com baixo PIBpcp e alta vulnerabi-

lidade social e a ter desempenhos baixos em municípios onde a presença eleitoral (Ipe) do partido nas eleições regionais é alta. Para o período em que o PSDB está na oposição, os efeitos das variáveis explicativas são distintos. O maior impacto nas três disputas é do IVS, e sempre negativo, ou seja, o que mais explica a votação do PSDB entre 2006 e 2014 é a sua presença em município com baixa vulnerabilidade social. No entanto, a participação do Ipe na explicação dos votos do PSDB cresce gradativamente nas três disputas, ganhando importância na explicação. A diferença é que o Ipe tem um impacto positivo para os votos de presidente do PSDB.

No caso dos Bps para as regressões com voto no candidato

Tab. 6.2 – Colinearidade e Bp para var. explicativas na regressão linear multivariada clássica

Var. Ind.		PT			PSDB		
		Bp	Toler.	VIF	Bp	Toler.	VIF
1994	PIB _{pct}	0,067	0,773	1,294	-0,101	0,772	1,296
	IVS	-0,035	0,770	1,298	0,102	0,740	1,350
	Ipe	-0,061	0,996	1,004	0,359	0,936	1,069
1998	PIB _{pct}	0,028	0,757	1,321	-0,032	0,778	1,285
	IVS	-0,090	0,730	1,370	0,132	0,776	1,289
	Ipe	0,389	0,851	1,175	0,218	0,997	1,003
2002	PIB _{pct}	-0,025	0,776	1,289	0,064	0,777	1,286
	IVS	-0,261	0,708	1,413	0,118	0,763	1,311
	Ipe	0,274	0,863	1,159	-0,109	0,979	1,022
2006	PIB _{pct}	-0,064	0,815	1,227	0,065	0,817	1,223
	IVS	0,635	0,799	1,252	-0,626	0,812	1,232
	Ipe	-0,160	0,953	1,050	0,093	0,991	1,009
2010	PIB _{pct}	-0,095	0,817	1,224	0,054	0,817	1,224
	IVS	0,616	0,805	1,242	-0,491	0,715	1,398
	Ipe	0,020	0,969	1,032	0,209	0,861	1,161
2014	PIB _{pct}	-0,116	0,817	1,224	0,059	0,818	1,222
	IVS	0,714	0,771	1,297	-0,613	0,696	1,436
	Ipe	0,171	0,938	1,067	0,286	0,832	1,202

Fonte: Autor

a presidente do PT, nas três eleições que disputou como opositor, o maior efeito comparativo é de PIBpcp em 1994 e Ipe em 1998 e 2002. Todos os coeficientes positivos, o que significa que na primeira eleição o que mais explica a variação de votos para presidente no PT nos municípios é alto PIBpcp, enquanto que nas outras duas disputas é alta presença eleitoral do partido nas eleições regionais.

Nessas três disputas, o efeito do IVS é sempre negativo. Nas eleições em que disputou como *Incumbent*, as votações para presidente do PT, comparativamente entre as variáveis explicativas, têm suas variações mais explicadas pelo IVS – sempre com coeficientes positivos. PIBpcp tem baixo efeito explicativo, porém, sempre negativo, indicando que votação para presidente do PT tende a não estar em municípios com alto PIBpcp. O Ipe tem efeito negativo para votação de presidente do PT em 2006, um efeito muito próximo de zero em 2010 e efeito positivo em 2014.

Até aqui os dados mostram, de maneira isolada, que PT e PSDB não mantiveram seus desempenhos quando se analisam as votações nos municípios entre 1994 e 2014. Municípios em que foram bem votados seus candidatos a presidente no final do período não coincidem com o início. Em segundo lugar, houve mudanças nos efeitos das variáveis explicativas de caráter político, social e econômico. Quando no governo, PT e PSDB tendem a ter mais votações em municípios mais vulneráveis e mais pobres, enquanto que, como opositores, eles tendem a ser mais votados em regiões mais ricas e com maior associação com as presenças eleitorais dos partidos nas disputas regionais.

O próximo passo da análise é reunir as duas dimensões: verificar os efeitos multivariados sociais, econômicos e políticos sobre as votações dos dois partidos, controladas pelo fator geográfico.

Antes de qualquer análise multivariada sobre efeitos geográficos, é preciso identificar se há dependência geográfica em cada uma das variáveis isoladas. Existe dependência geográfica quando os valores de uma variável em duas unidades vizinhas assemelham-se mais do que valores de unidades mais distantes. Existem várias medidas de dependência espacial. Uma das mais comuns é o coeficiente I de Moran, que será usado aqui.

O I de Moran mede a autocorrelação espacial a partir dos produtos dos desvios em relação à média geral (Anselin & Rey, 1991). Portanto, é um coeficiente que mede a autocorrelação no total do conjunto das unidades espaciais. Em outras palavras, é uma medida global da autocorrelação no espaço, indicando a associação que existe no conjunto de dados espaciais. A hipótese nula aplicada ao teste é que existe independência espacial na distribuição dos valores da variável entre as unidades espaciais. Nesse caso, o coeficiente ficaria próximo de zero. Quanto mais próximos de um positivo, maior a correlação direta entre as unidades espaciais. Quanto mais próximos de um negativo, maior a correlação espacial inversa. Aqui, o coeficiente será usado como uma primeira aproximação exploratória, para indicar a força da autocorrelação espacial de cada uma das variáveis do modelo isoladamente. Na sequência, elas serão incluídas em um modelo multivariado de regressão espacial.

A Tabela 6.3, a seguir, mostra os coeficientes I de Moran para proporção de votos ($Prpv$) para PT e PSDB, em todas as seis eleições, assim como os Índices de Presença Eleitoral (Ipe) para os dois partidos, em todas as eleições. Também constam os resultados para as outras duas variáveis independentes, medidas em apenas dois momentos do tempo. $PIBpcp$, com dados por município em 1999 e em 2009, e o Índice de Vulnerabilidade

Social (IVS), em 2000 e 2010. Para garantir maior proximidade temporal possível, as três primeiras eleições (1994 a 2002) serão testadas com o primeiro ponto no tempo do PIBpcp e IVS e as três seguintes (2006 a 20140) com a segunda medição.

De maneira geral, os coeficientes I Moran indicam altas

Tab. 6.3 – Coeficientes I de Moran para efeito espacial univariado todas as variáveis do modelo

I Moran	1994	1998	2002	2006	2010	2014	Comp. Tempo	Comp. Espaço
Prpv_PT	0,573	0,672	0,656	0,822	0,782	0,838	Crescente	Médio-alto
Prpv_PSDB	0,746	0,694	0,686	0,805	0,763	0,862	Estável	Médio-alto
Ipe_PT	0,836	0,837	0,876	0,909	0,935	0,908	Estável	Alto
Ipe_PSDB	0,854	0,874	0,934	0,892	0,949	0,961	Crescente	Alto
	1999			2009				
PIBpcp		0,342			0,307		Estável	Baixo
	2000			2010				
IVS		0,806			0,808		Estável	Alto

Fonte: Autor

autocorrelações geográficas para todas as variáveis, exceto para PIBpcp, que fica em 0,342 e 0,307 nos dois anos de mediação. Isso indica que, para essa variável, os efeitos de vizinhança não são tão altos quanto para as demais e, devido aos efeitos negativos no modelo, para a regressão geográfica o PIBpcp não será incluído nos modelos.

As proporções de votos, tanto do PT quanto do PSDB, apresentam coeficientes altos e crescentes ao longo do tempo. A proporção de votos para presidente do PT tem I Moran em 0,573 em 1994 e chega a 0,838 em 2014. No caso do PSDB, o crescimento no tempo não é tão evidente porque o coeficiente

na primeira eleição é alto. Ele está em 0,746 em 1994, oscila entre 0,686 em 2002 e 0,863 em 2014.

A análise dos coeficientes por variável e eleição nos permite identificar os comportamentos de cada uma delas no tempo (se estável ou com mudanças crescentes ou decrescentes dos coeficientes) e a outra no espaço (se o coeficiente I de Moran é alto, médio ou baixo). Os coeficientes de autocorrelação geográfica para IVS são estáveis e altos para as duas medições, ficando em 0,806 e 0,808, respectivamente. Já os índices de presença eleitoral para os dois partidos são as variáveis que têm os índices mais altos no início do período e, também, no final, apresentando crescimento gradual e constante nas seis disputas. Elas começam em 0,836 e 0,854 para PT e PSDB, respectivamente em 1994, e chegam a 0,908 e 0,961 para os dois partidos, na mesma ordem.

Isso mostra autocorrelação entre vizinhos (municípios) para a presença eleitoral dos partidos. Essa aproximação exploratória dos efeitos geográficos revela alguns comportamentos distintos das variáveis no espaço e no tempo. Em relação às variáveis explicativas, o IVS apresenta alta autocorrelação geográfica e estabilidade no tempo. O PIBpcp tem baixa autocorrelação geográfica e estabilidade no tempo. Já o Ipe apresenta alta autocorrelação geográfica e crescimento do coeficiente ao longo do tempo. Em relação às variáveis independentes dos modelos, as proporções de votos em PT e PSDB apresentam autocorrelação geográfica de média para alta e crescente no tempo.

Quanto à explicação das variações de votação a partir das variáveis explicativas, deve-se levar em conta que a regressão clássica (OLS) parte do pressuposto de que não existe dependência entre os resíduos. Assume-se, então, que os erros são in-

dependentes entre si. Como estamos trabalhando com unidades espaciais e variáveis socioeconômicas, por princípio é possível esperar algum grau de dependência entre resíduos de unidades próximas. Os coeficientes I Moran reforçam essa possibilidade.

Dadas essas condições, uma regressão OLS não teria condições de captar os efeitos da dependência entre vizinhos e os resultados dos efeitos individuais não seriam confiáveis. A dependência geográfica ocorre quando o valor observado de uma unidade de análise depende, ainda que em parte, do valor da unidade vizinha. Existe dependência geográfica quando as características socioeconômicas de diferentes unidades geográficas ajudam a explicar as variações do fenômeno analisado – como é o caso em análise. Como na regressão geográfica assume-se que os erros não são independentes, são usados ajustes para neutralizar o efeito da correlação espacial dos resíduos.

Uma vez identificada autocorrelação geográfica geral pelo I Moran, antes de aplicar o modelo regressivo entre variáveis explicativas e a dependente, é preciso identificar se os resíduos geográficos das regressões são estatisticamente significativos. Se forem, o modelo espacial agregará informação. Se não forem, a indicação é que se use uma regressão clássica (OLS). As regressões aqui usam, em cada modelo, como variável dependente o percentual de votos do candidato a presidente do PT e do PSDB. Como variáveis explicativas estão o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) e o Índice de Presença Eleitoral (Ipe), a primeira para medir a dimensão social e a segunda para a dimensão política.

A Tabela 6.4, a seguir, indica os coeficientes de erro de I Moran para as regressões em todas as eleições. É possível perce-

ber, no primeiro conjunto de resultados (Error I Moran), que os coeficientes são estatisticamente significativos e apresentam um comportamento de curva em forma de “U invertido”, com crescimento até 2006, para em seguida os coeficientes começarem a apresentar queda. Ainda assim, os coeficientes mantêm-se em torno de 0,600. O teste de normalidade de erros de Jarque-bera, também na Tabela 6.4, é usado para verificar a existência de colinearidade entre as variáveis explicativas do modelo de regressão geográfica. Com a variável PIBpcp, haveria colinearidade significativa para os anos de 1994 e 2014. Por este motivo e para garantir a possibilidade de comparação ao longo do tempo, ela foi excluída dos modelos em todos os anos.

Os coeficientes de Jarque-bera mostram que as duas variá-

Tab. 6.4 – Testes de ajustamento dos modelos de regressão geográfica

Ano	Error (I Moran)		Norm. (Jarque-bera)		r ² PT			r ² PSDB		
	PT	PSDB	PT	PSDB	classic	lag	error	classic	Lag	error
1994	0,586 (0,000)	0,663 (0,000)	1.435,96 (0,000)	35,61 (0,000)	0,008	0,564	0,808	0,181	0,708	0,722
1998	0,627 (0,000)	0,658 (0,000)	512,18 (0,000)	638,46 (0,000)	0,188	0,674	0,741	0,067	0,649	0,654
2002	0,651 (0,000)	0,680 (0,000)	426,60 (0,000)	5.870,83 (0,000)	0,187	0,626	0,674	0,026	0,658	0,663
2006	0,680 (0,000)	0,695 (0,000)	447,50 (0,000)	385,29 (0,000)	0,511	0,807	0,818	0,448	0,738	0,800
2010	0,674 (0,000)	0,663 (0,000)	307,63 (0,000)	8,742 (0,012)	0,434	0,763	0,775	0,389	0,739	0,761
2014	0,645 (0,000)	0,584 (0,000)	33,07 (0,000)	182,65 (0,000)	0,550	0,835	0,854	0,636	0,854	0,869

Fonte: Autor

veis explicativas mantidas nos modelos (IVS e Ipe) não apresentam colinearidade em nenhum ano. Estabelecida a dependência espacial dos erros da variável dependente (error I Moran) e a não colinearidade das variáveis explicativas (Jarque-bera), é necessário definir o melhor modelo regressivo geográfico. Para tanto, usamos o coeficiente de ajustamento do modelo (r²) para identificar qual apresenta o melhor ajustamento.

Existem dois modelos regressivos geográficos comparados aqui. O primeiro é de “*spatial error*”, que considera que os termos de erro de vizinhos estão correlacionados, porém, os valores das variáveis explicativas entre unidades vizinhas, não. O segundo é o “*spatial lag*”, que parte do princípio de que tanto os termos de erro da variável dependente quanto os efeitos das variáveis explicativas em unidades vizinhas sofrem influências mútuas. Dadas as características de independência das variáveis explicativas usadas aqui, que são de distintas dimensões, é possível antecipar que o modelo mais ajustado será o “*spatial error*”.

A Tabela 6.4⁵² inclui também os coeficientes para os modelos regressivos clássicos (OLS) apenas para efeitos comparativos. Os resultados deixam claro que os dois modelos de regressão espacial são mais ajustados que a regressão clássica e que, entre eles, o “*spatial error*” apresenta coeficientes mais altos, por isso, a análise dos efeitos individuais das variáveis explicativas será feito por esse modelo.

Como percebemos na Tabela 6.4, acima, o ajustamento de todos os modelos pelo método “*spatial error*” oscila entre médio e alto no período, ou seja, as duas variáveis explicativas apresentam bom ajuste para a interpretação das variações de votos para presidente do PT e do PSDB nas seis eleições. No caso do PT, o ajustamento geográfico começa alto e apresenta queda até 2002, quando o partido chega ao governo. A partir de então, há uma estabilização do coeficiente em torno de 0,800. O mesmo comportamento ao longo do tempo é percebido no caso do PSDB, o que indica uma inversão na relação com estar ou não no governo. Entre 1994 e 2002, há uma queda nos coeficientes de ajustamentos, para estabilizar-se também em torno de 0,800,

entre 2006 e 2014.

A partir daqui, analisamos os efeitos individuais de cada variável explicativa na regressão geográfica. Para isso, usamos o coeficiente padronizado (*z-value*) para IVS e Ipe sobre as variações dos votos a presidente. O *z-value* é um coeficiente padronizado, baseado na aproximação da curva normal das variações, ou seja, usa os resíduos para regressão para indicar quanto cada variável contribui para a explicação das variações (Anselin & Rey, 1991). Por ser padronizado, o coeficiente é adimensional, portanto, não estando na unidade da variável independente.

Tab. 6.5 – Coeficientes *z-value* para variáveis explicativas dos modelos entre 1994 e 2014

		1994	1998	2002	2006	2010	2014
PT	IVS	-11,86	-5,373	-2,843	17,419	26,291	35,223
	Ipe	132,36	44,519	29,129	11,701	7,580	19,732
PSDB	IVS	6,490	11,540	7,873	-11,154	-10,184	-20,683
	Ipe	34,945	7,175	-3,169	16,687	22,760	26,743

Fonte: Autor

De maneira geral, a eleição de 2002 marca algumas diferenças entre os efeitos. Até esse ano, o IVS apresenta efeito negativo para o PT e positivo para o PSDB. A partir de 2002, há uma inversão no sinal do efeito do IVS para os dois partidos. Ou seja, a vulnerabilidade social, quando controlada geograficamente, ainda exerce efeito positivo para voto no partido do governo e negativo para a oposição. A diferença, no caso dos dois partidos, está na intensidade. Enquanto no governo PSDB o *z-value* do IVS varia entre 6,490 e 11,540, no governo PT o

menor coeficiente para a vulnerabilidade social é 17,419, tendo chegado a 35,223.

Isso significa que os municípios mais vulneráveis socialmente tendem a preferir mais o governo PT que o governo PSDB, ainda que nos dois casos os coeficientes tenham sido positivos. O mesmo vale para o período em que os partidos estão na oposição. No caso do PT em oposição, entre 1994 e 2002, os coeficientes negativos de *z-value* para IVS variam de -11,860 até -2,843, com queda gradual ao longo do tempo. Os coeficientes negativos para o PSDB na oposição (2006 a 2014) são maiores, indo de -11,154 até -20,683, crescendo gradativamente. Quer dizer que, enquanto na oposição, o PSDB sofre mais influência negativa da maior vulnerabilidade por município do que o PT sofreu quando estava na oposição.

O impacto individual da variável que mede a presença dos partidos em disputas regionais (Ipe) segue um comportamento distinto do IVS. Ela tende a ser positiva em todas as eleições, independentemente de o partido ser ou não *incumbent* (exceto em 2002 para o PSDB, único *z-value* negativo para Ipe em toda a série). O que ocorre é que, entre 1994 e 2002, há uma queda gradual no *z-value* para os dois partidos. A partir de 2006, o coeficiente para o PSDB passa a apresentar crescimento gradual, enquanto que para o PT ele fica estável (oscilando entre 11,701 e 7,580).

Em 2014, há um crescimento do *z-value* do Ipe para os dois partidos. Isso significa que, para a explicação das variações espaciais dos votos para presidente, os coeficientes de presença eleitoral dos partidos nas disputas regionais têm efeitos decrescentes até 2002 e crescentes a partir de então. A diferença da

intensidade de explicação também diminui entre os dois partidos ao longo do tempo. Em 1994, o *z-value* do Ipe para PT é o maior de toda a série, indicando que a votação para presidente do partido naquele ano está mais dependente da variação da presença eleitoral do PT nas eleições de 1994 do que em todas as demais.

Comparando os dois partidos, a votação para presidente do PSDB está menos associada ao Ipe do que a do PT até 2006. A partir de então, presença eleitoral do PSDB em disputas regionais passa a ter maior efeito sobre a variação de votos para presidente do partido do que no caso do PT. A similaridade entre os dois partidos aqui é que, enquanto no governo, tanto PSDB quanto PT sofrem menos impacto do Ipe para suas votações a presidente do que na oposição, comparativamente.

Em resumo, quando usados para controlar as votações a presidente, a vulnerabilidade social do município está mais associada ao voto do partido *incumbent*, enquanto que a presença eleitoral em disputas regionais explica mais o voto para o partido challenger. No entanto, as intensidades são distintas. As variações da vulnerabilidade social explicam mais os votos no PT em quase todo o período e menos no PSDB. Isso pode ser constatado tanto nas magnitudes de ajustamento dos modelos (r^2 *spatial error*) quanto nos coeficientes de variação padronizados (*z-value*) para o IVS. Já a presença eleitoral em disputas regionais explica mais os votos para presidente do PT no início da série e mais para o PSDB no final.

Feitas as descrições da distribuição geográfica geral, o passo final da análise busca identificar possíveis áreas de concentração de votações para presidente do PSDB e PT, quando

controlado pelas variáveis explicativas IVS e Ipe. As estatísticas I Moran mostram associação geográfica geral entre as variáveis, no entanto, não permitem identificar em que regiões as concentrações são mais fortes e se elas são mantidas ao longo do tempo.

Para testar a similaridade de desempenho dos partidos por vizinhança geográfica, usamos o coeficiente LISA (sigla em inglês para Indicador de Associação Espacial Local), proposto por Anselin (1995). Este coeficiente é calculado a partir da decomposição de um indicador global de associação espacial, como o I Moran e, com isso, permite identificar a influência de unidades locais sobre a magnitude global das associações. Na prática, o que ele faz é identificar outliers de unidades de observação em relação à média geral da associação espacial.

A definição dada por Anselin (1995) é a de que o LISA dá para cada observação um indicador da extensão de clusters espacialmente significativos em função da similaridade de valores ao redor de cada unidade observada. Além disso, a soma do coeficiente LISA, para todas as unidades de observação, é proporcional ao indicador de associação espacial geral (Anselin, 1995). Com isso, o coeficiente permite identificar a formação de clusters espaciais, ou seja, de conjuntos de unidades contínuas que têm coeficiente estatisticamente significativo a partir de um teste de hipóteses para associação espacial.

6.1 Clusters eleitorais nas regiões do País

A análise de clusters com o coeficiente LISA tem dois objetivos: o primeiro é identificar em que regiões cada partido apresenta clusters de votação alta, *clusters* de votação baixa e ine-

xistência de significância estatística para formação de clusters. A segunda é analisar os clusters regionais entre as eleições para identificar possíveis mudanças ao longo do tempo.

Para controlar os clusters pelos efeitos espaciais das variáveis explicativas IVS e Ipe, os mapas serão gerados para as votações dos candidatos a presidente por partido e ano (var. dependente) sobre a base da distribuição dos resíduos das regressões por “*spatial error*” realizadas anteriormente. Com isso, espera-se a formação de clusters não apenas a partir das distribuições espaciais dos votos, mas em função da distribuição de votações nos municípios controladas pelo efeito da vulnerabilidade social e da presença do partido em eleições regionais.

Como nosso objetivo é analisar os clusters de votação para presidente controlada pelas variáveis independentes do modelo, o Mapa 6.1, a seguir, representa as distribuições dos clusters univariados, ou seja, para a distribuição de cada variável independente isolada. No caso do IVS, estão representadas as duas medições disponíveis no período (2000 e 2010). Para o Ipe, há um mapa para a presença de cada partido no início e no final da série (1994 e 2014), apenas para indicar as distribuições das presenças eleitorais dos partidos nos dois pontos extremos da série.

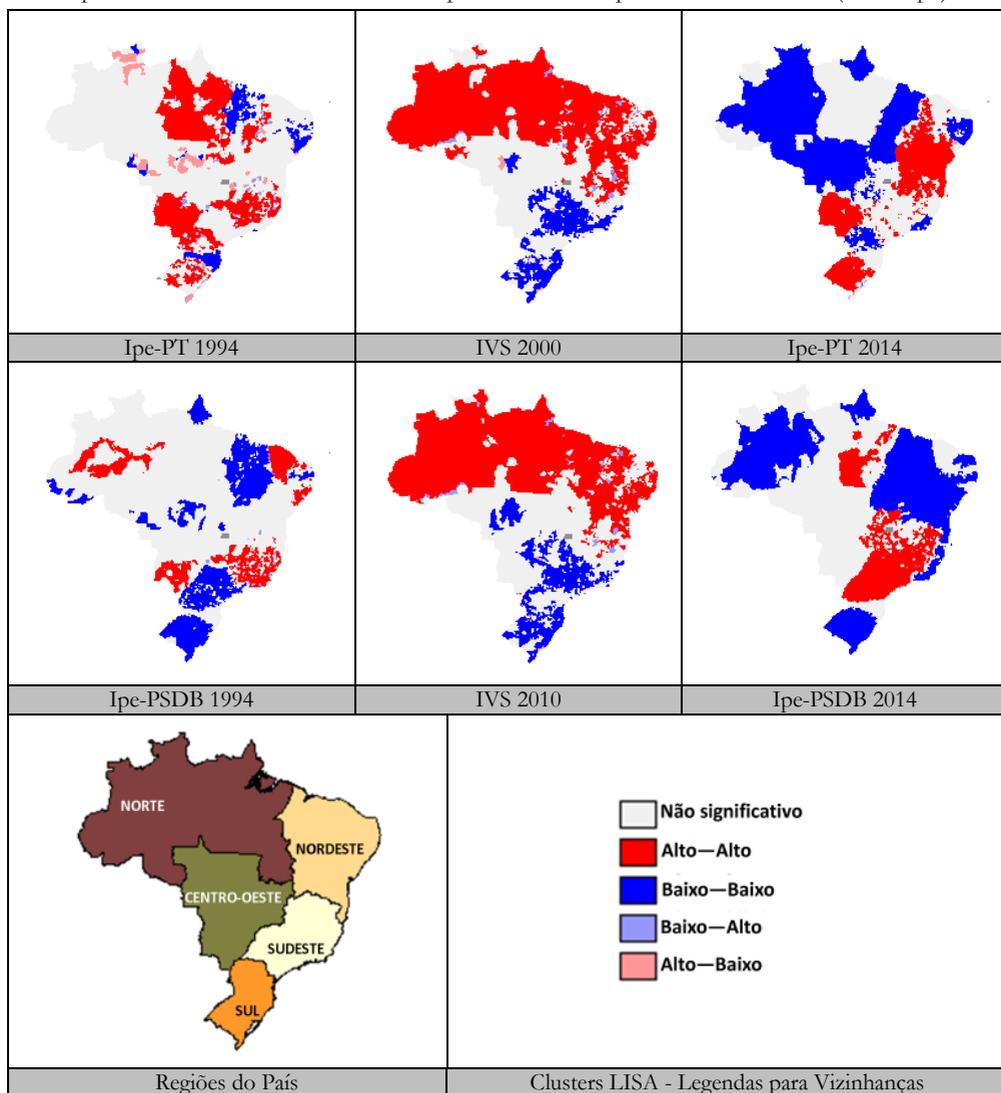
No caso do IVS, fica evidente a formação de dois clusters principais. O primeiro, com valores de alta vulnerabilidade social nas regiões Norte e Nordeste do País, e o segundo com valores de baixa vulnerabilidade social no Sul e Sudeste. O Centro-Oeste não apresenta clusters estatisticamente significativos. Também fica evidente a estabilidade das duas medições, com quase nenhuma alteração entre 2000 e 2010. Em relação ao Ipe

do PT, em 1994 o partido apresenta mais clusters de alta presença do que de baixa. As altas presenças do partido aparecem principalmente no sul do Centro-Oeste, algumas áreas da região Sul, norte do Sudeste e em áreas da região Norte. Os poucos clusters de baixa votação localizam-se no centro da região Sul e em algumas áreas do Nordeste.

Em 2014, há um volume maior de municípios formando clusters. Os de baixa votação localizam-se principalmente no extremo-Norte, norte do Centro-Oeste e na divisa entre Nordeste e Norte, além do extremo sul. Já os clusters de alta votação estão no sul do Centro-Oeste e interior do Nordeste. Para o PSDB, na primeira eleição do período, os clusters com alta votação estão no sul do Centro-Oeste, norte do Sudeste e em algumas áreas do Norte e Nordeste. Em 2014, as áreas com clusters são maiores. Regiões com vizinhanças de baixa votação estatisticamente significativa são o extremo sul e o extremo norte, além do interior do Nordeste. Clusters de alta votação predominam no Sudeste e em áreas da divisa entre Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Esses padrões de distribuição de clusters univariados serão usados no Mapa 6.2 como variável de controle, a partir dos resíduos não-padronizados das regressões, para as distribuições LISA das votações para voto em presidente do PT e PSDB entre 1994 e 2014.

Mapa 6.1 – Clusters LISA univariados para variáveis explicativas do modelo (IVS e Ipe)



Fonte: Autor

Os controles das votações para presidente são a partir do resíduo das regressões com IVS e Ipe, que é a variável base,

enquanto os votos presidenciais são as variáveis dependentes. Assim, a diferença entre o valor real e o esperado para a reta de regressão de votos por IVS e Ipe é o controle para a variação dos votos nas disputas nacionais.

Esperamos com isso uma visualização mais matizada, pois, para existir um cluster alto-alto, é preciso vizinhança com alta votação e resíduos positivos, por exemplo. Também encontramos clusters inconsistentes (alto-baixo ou baixo-alto) em áreas onde o desempenho eleitoral do partido esteja dissociado das variáveis explicativas do modelo.

O Mapa 6.2, a seguir, mostra o conjunto de visualizações dos clusters para PT e PSDB, entre 1994 e 2014. No caso do PT, as três primeiras imagens são do período em que o partido disputa eleições como challenger e entre 2006 e 2014 como *incumbent*. O inverso vale para o PSDB, que é *incumbent* entre 1994 e 2002, passando a challenger nas três eleições seguintes. Uma primeira informação geral, que confirma os coeficientes de distribuição geral I Moran, é que nas eleições de 2002 os dois partidos têm seus menores *clusters* de alta e baixa votação. Esse é o ano com os coeficientes I Moran mais baixos da série (0,674 para PT e 0,663 para PSDB), indicando que as votações dos dois partidos não têm fortes associações de vizinhança no ano em que há a mudança de partido vitorioso na eleição.

Começando as descrições em ordem cronológica pelo PT, em 1994 o partido apresenta pequenos clusters de alta votação em áreas das regiões Sul, Centro-Oeste, Sudeste e Norte. Em todas elas, existem clusters inconsistentes (resíduos altos e baixa votação), enquanto que o inverso, baixo resíduo e alta votação, é menos presente. Aqui, alto resíduo indica alta vulnerabilidade

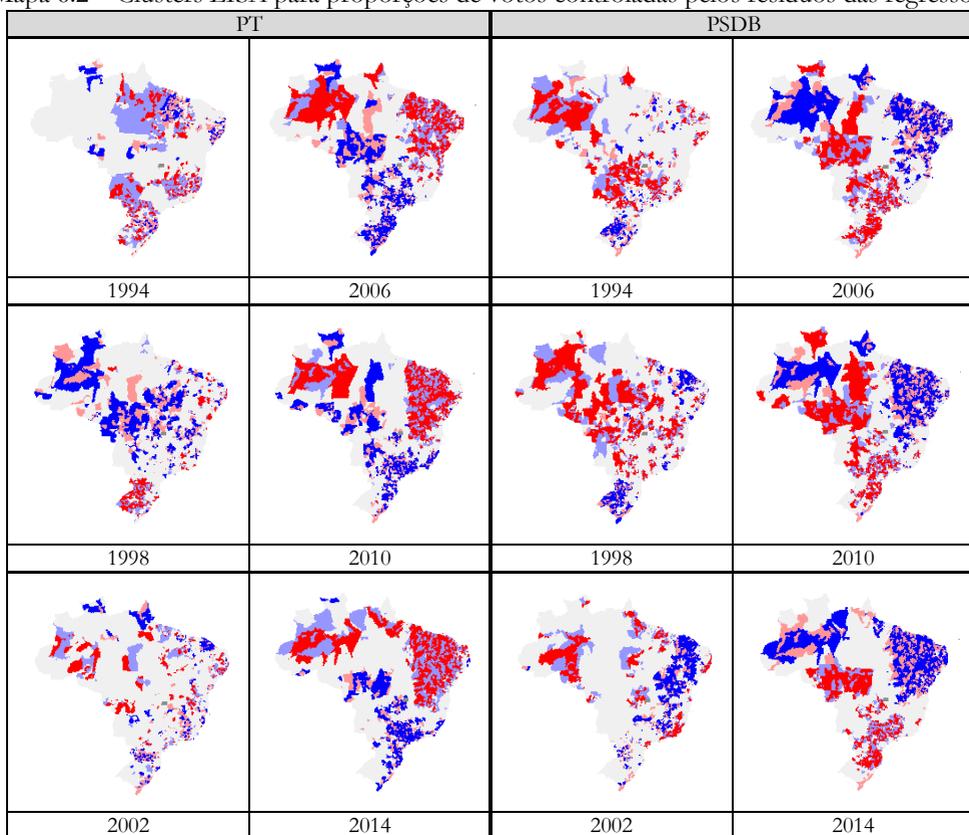
e alta presença eleitoral do partido em disputas regionais.

Em 1998, o PT concentra clusters “alto-alto” em áreas da região Sul do País, enquanto no Centro-Oeste e Norte há variações de clusters em “baixo-baixo” e “alto-baixo”. Em 2002, os clusters estatisticamente significativos são muito fragmentados, com clusters “alto-alto” e “baixo-baixo” distribuídos tanto em áreas do centro e extremidades do País. Em 2006, quando o partido disputa a primeira eleição como *incumbent*, já começam a se formar os clusters que se repetirão nas eleições seguintes. “alto-alto” no extremo Norte e Nordeste; “baixo-baixo” no Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Também existem *clusters* inconsistentes, principalmente em áreas do Centro-Oeste, onde há baixa votação para o PT e altos resíduos da regressão (alta vulnerabilidade e baixa presença do partido).

O principal aporte informativo dos clusters bivariados no caso do PT está na região Nordeste, no período em que o partido está no governo. Estudos que analisam a distribuição univariada do voto para presidente do PT encontram clusters positivos em toda a região. No entanto, quando controlamos pelos efeitos do IVS e Ipe sobre as votações nos municípios, é possível perceber uma heterogeneidade de desempenho na região, que oscila entre “alto-alto” e “baixo-alto”. Ou seja, há clusters nessa região que são formados por municípios com baixa votação para presidente, alta vulnerabilidade social e baixa presença do partido em disputas regionais. Estes clusters são distribuídos quase que igualmente aos de alta votação e altos resíduos em praticamente toda a região Nordeste.

As imagens dos clusters do PSDB mostram que o partido não consegue formar cluster “alto-alto” nas mesmas regiões do PT no período em que está no governo. Os clusters positivos para o PSDB, entre 1994 e 2002, localizam-se principalmente nas regiões Norte e Centro-Oeste do País. Nesse período, os clusters locais indicam alta votação do PSDB em áreas com alta vulnerabilidade e baixa presença eleitoral do partido em disputas regionais.

Mapa 6.2 – Clusters LISA para proporções de votos controladas pelos resíduos das regressões



Fonte: Autor

Em 1994 e 1998, os *clusters* “baixo-baixo” localizam-se principalmente em áreas da região Sul, ou seja, baixa votação para presidente em municípios com baixo IVS e baixo Ipe. Em 2002, ano em que o partido perde a eleição nacional, o principal cluster local é “baixo-baixo” e está localizado em municípios da região Nordeste do País, ou seja, nesse ano o PSDB apresenta baixa votação em municípios com baixo IVS e baixo Ipe dessas áreas. Nas eleições seguintes, como principal partido de oposição, os clusters do PSDB apresentam variações. Forma cluster “alto-alto” nas três disputas, principalmente em municípios da região Centro-Oeste.

No Sudeste e Sul (excetuando o extremo sul) também são formados clusters “alto-alto” no período. Por outro lado, clusters “baixo-baixo” tendem a predominar nas regiões Norte (onde o partido tem bons desempenhos como *incumbent*) e no Nordeste. Também há na região Nordeste, entre 2006 e 2014 para o PSDB, a formação de clusters inconsistentes – “alto-baixo” – ou seja, alta votação para presidente em áreas com baixos resíduos.

Ainda que a leitura dos clusters bivariados não seja tão simples, ela nos permite validar alguns achados nas regressões de distribuição geográfica geral. A primeira delas é que os partidos não apresentaram, ao longo do tempo, desempenhos estáveis do ponto de vista espacial. A principal mudança para PT e PSDB em termos de distribuição geográfica de voto é marcada em 2002, quando eles trocam de posição em relação ao governo.

Enquanto governa (1994 a 2002), PSDB tem bons desempenhos eleitorais para presidente no Norte e Centro-Oeste, em áreas com alta vulnerabilidade e baixa presença do partido. Na oposição (2006 a 2014), o desempenho do PSDB para presidente mantém-se no Centro-Oeste e migra para o Sudeste, principalmente em municípios com

baixa vulnerabilidade e alta presença do partido em disputas regionais.

O PT, enquanto opositor, apresenta desempenho fragmentado e sem padrão de cluster local entre eleições. Já no governo, o partido concentra seus melhores desempenhos nas regiões Norte e Nordeste, as duas com alta vulnerabilidade social, porém, no Nordeste também há alta presença eleitoral do partido em disputas regionais, o que não acontece no Norte. Além disso, a maior intensidade de clusters para os dois partidos no final do período mostra que, nessas duas décadas, PT e PSDB não conseguem nacionalizar suas votações para presidente, ao contrário, elas tendem a ser mais localizadas geograficamente a partir de 2006.

Notas

50. Considera-se a primeira obra com uso de bases geográficas para análise política o livro de André Siegrifed, *Tableau Politic de la France*, publicado em 1913, no qual o autor relaciona os padrões de voto com as diferenças do tipo de solo do norte e sul da França (Terron, 2012). Para uma discussão resumida das relações entre princípios teóricos e técnicas de análise geográfica aplicada a fenômenos políticos, ver Zavala (2012)

51. Para mais detalhes sobre o índice, consultar Atlas da Vulnerabilidade Social em: <http://ivs.ipea.gov.br/ivs/>

52. Para resultados completos, ver Anexos 6.1 e 6.2.

Capítulo 7

Conclusões a respeito de 20 anos de eleições nacionais de PSDB e PT

Apenas recentemente, e ainda assim sem unanimidade, é possível enquadrar o Brasil como uma democracia eleitoral plena. O período analisado aqui, de 20 anos (1994 a 2014), com seis eleições nacionais e cinco eleições municipais, sem interrupção, com regras claras e resultados aceitos por todos, é o mais largo de todo o período republicano do país.

Nos anos 1960, Lipset afirmou que só existiam 13 democracias estáveis no mundo. Nenhum país apontado por Lipset como democracia estável era latino-americano. Na América Latina, existia o que Lipset chamava de democracias instáveis, entre elas, o Brasil. Em outra classificação do mesmo período, Dahl identificou 24 democracias poliárquicas. O Brasil não estava entre elas. Da América Latina, apenas Costa Rica, Chile e Uruguai (Alcántara Sáez, 1991). O déficit democrático na região toda, que também caracteriza o sistema representativo brasileiro, é tido

como resultado da oposição entre populismo e autoritarismo para alcançar o poder central em sistemas presidencialistas com aparatos estatais complexos e burocrático-autoritários.

As mudanças em países latino-americanos no início do século XXI são identificadas como um avanço no sistema democrático, que passa a ter eleições periódicas, sem manipulação e resultados aceitos (Alcántara Sáez, 1991). As duas décadas compreendidas entre 1994 e 2014 no Brasil são um exemplo de eleições periódicas, com resultados limpos e com vitória de partido de oposição (PT em 2002), que é outro critério para definir uma democracia eleitoral estável.

O capítulo 2 apresentou o índice de presença eleitoral, dividindo-se em duas partes. Na primeira, foi apresentado um indicador e testada sua consistência interna para medir a presença eleitoral de partidos políticos em determinada circunscrição eleitoral, chamado de Índice de Presença Eleitoral (Ipe). Na segunda parte, o Ipe foi utilizado como variável teste para, a partir da associação com um conjunto de variáveis explicativas, procurar entender as variações de presença eleitoral do PT e PSDB em eleições regionais e locais brasileiras entre 1994 e 2014. Os resultados mostram grandes variações espaciais e temporais dos dois partidos.

Proposto para medir a presença de cada partido em processos eleitorais nos municípios brasileiros, o Ipe, mostrou-se consistente. Como é composto por fatores do início da campanha (proporção de candidatos), do meio da campanha (proporção de doadores e de doações de recursos de campanha) e do final da campanha (proporção de votos e de eleitos), o índice vai além da medição de êxito eleitoral. Ele representa quanto

proporcionalmente cada partido está presente em um distrito eleitoral – aqui, o município – e pode ser usado para representar a presença eleitoral de partidos em diferentes dimensões: local, regional ou nacional.

Outra característica importante é que sua variação está padronizada entre os limites teóricos de zero e 1. Quanto mais próximo de zero, menor a presença eleitoral de determinado partido. A somatória dos índices de todos os partidos que disputaram a eleição em determinada circunscrição resulta no valor máximo, que é 1. Isso significa que o coeficiente de um partido em determinada eleição é a participação relativa desse partido na circunscrição em análise. Em outras palavras, o Ipe indica quão enraizado está o partido em determinada circunscrição eleitoral. Ganha poder informativo quando comparado com os indicadores ao longo tempo, em diferentes eleições regionais e em eleições locais, permitindo indicar se determinado partido está muito ou pouco presente em uma circunscrição eleitoral e se essa presença tem se mantido ao longo do tempo.

Em democracias eleitorais de largo prazo, espera-se encontrar partidos enraizados eleitoralmente em diferentes regiões, se forem regionais, e distribuídos nacionalmente, se forem dominantes em eleições nacionais. Não foi o que encontramos no caso brasileiro.

Aplicado o índice para PSDB e PT entre 1994 e 2014 no Brasil, tem-se que para o PSDB, o índice médio nas disputas nacionais (1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014) ficou em 0,16, com crescimento entre as três primeiras eleições e estabilidade nas últimas. Para o PT, a média do Ipe em eleições nacionais ficou em 0,18, com oscilações em todo o período. Juntos, em

média, eles representaram uma presença de 0,34 nos municípios, embora tenham sido os dois partidos que sempre representaram mais de 0,66 dos votos nas disputas presidenciais nos mesmos anos.

Essa diferença indica um distanciamento entre presença e desempenho em eleições nacionais e enraizamento partidário no sistema eleitoral. É possível pensar que, em função das características de um sistema presidencialista (que tende a ser mais personalista) e pluripartidário (com cerca de 30 partidos disputando cada eleição), fique dificultado o enraizamento local das grandes siglas nacionais.

Nas disputas locais (1996, 2000, 2004, 2008 e 2012), o Ipe do PSDB apresentou média de 0,11, com queda gradativa a partir de 2000. No caso do PT, a média do índice em eleições locais ficou em 0,07, com crescimento gradativo a partir de 2004. As diferenças temporais mostram alguma relação entre a presença do partido no governo federal e o crescimento do Ipe. Enquanto esteve no governo, entre 1994 e 2002, o PSDB apresentou Ipe crescente em disputas regionais, e depois que saiu do governo, o Ipe do partido em disputas locais começou a cair, enquanto nas eleições regionais, estabilizou-se. O mesmo ocorreu com o PT, antes de chegar ao governo, o Ipe em disputas nacionais oscilava em sentido crescente e após ser governo ele se estabilizou.

Se por um lado, o desempenho eleitoral em disputas nacionais não tem impacto direto sobre a presença eleitoral dos partidos no sistema subnacional, a permanência no Governo Federal indica uma associação positiva com crescimento do Ipe dos dois partidos. Aprofundar as relações entre desempenho partidário em eleições nacionais e enraizamento nas disputas

subnacionais é um objeto para uma agenda futura de pesquisas.

Para além das estatísticas descritivas, o cruzamento do Ipe com variáveis socioeconômicas agregadas dos municípios demonstrou que, apesar de se revezarem no governo federal, PT e PSDB não conseguiram nacionalizar suas presenças eleitorais. As variáveis explicativas inseridas nos modelos de testes de hipóteses multivariadas (MANOVA) indicaram que justamente a variável de caráter geográfico (região do País) foi a única a apresentar coeficiente estatisticamente significativo para diferenças das médias do índice por partido e por dimensão da disputa. Isso significa que, entre 1994 e 2014, tanto para PT quanto para PSDB, os desempenhos eleitorais apresentaram distinções estatisticamente significativas entre pelo menos duas das cinco regiões do País.

As outras variáveis de caráter socioeconômico incluídas no modelo são: i) se o município pertence ou não a uma região metropolitana, ii) PIB-percapta do município, iii) população, e iv) IDH do município apresentaram-se estatisticamente significativos apenas para parte das eleições analisadas. Por este motivo, foi analisada em maiores detalhes a associação entre região do país e Ipe por partido e eleição. Tanto no PSDB quanto no PT, houve um maior número de variáveis com resultados estatisticamente significativos em eleições nacionais do que nas locais.

Isso significa que as variações no nível municipal de presença dos partidos são explicadas por outras variáveis que não as utilizadas nos modelos. Apenas IDH não apresentou coeficiente estatisticamente significativo em nenhum dos modelos, indicando que os desempenhos dos partidos, ao longo do tempo e em distintas dimensões eleitorais, variaram de maneira independente

das variações de IDH.

No caso do PSDB, no início do período o partido está mais nacionalizado e se regionaliza, ou seja, concentra suas presenças eleitorais em regiões específicas no final. O PT apresenta coeficientes mais próximos de uma distribuição homogênea entre diferentes regiões do País em eleições nacionais do que o PSDB. Nas eleições municipais, tanto PSDB quanto PT apresentam coeficientes que indicam uma distribuição estável ao longo do período.

Quanto ao desempenho por região, nas eleições nacionais, o PSDB apresenta melhor desempenho no Sudeste em todo o período, com índice crescente no Centro-Oeste e Sul, e desempenho abaixo da média do partido no Nordeste, em todo o período. Nas disputas municipais o desempenho regional do PSDB é mais heterogêneo, embora a região Sudeste seja a que o partido apresente o melhor desempenho, seguida do Centro-Oeste e Norte. Sul e Nordeste são as regiões em que o partido apresenta os índices mais baixos em eleições locais.

Já o PT, em eleições regionais, apresenta melhor desempenho na região Sul. Os índices crescentes ficam no Nordeste e Sudeste, enquanto Norte e Centro-Oeste têm os menores valores. Nas disputas municipais, a região Sul também é onde o PT apresenta melhores índices. Sudeste e Norte têm índices crescentes no período, enquanto Nordeste e Centro-Oeste são os desempenhos mais baixos do partido. As análises geográficas reforçaram os achados anteriores a respeito da distribuição regional das presenças eleitorais dos dois partidos. PT e PSDB localizam-se regionalmente em disputas nacionais (nas eleições regionais) de maneira mais consistente do que nas

eleições locais. Isso significa que, além de apresentarem menor Ipe nas disputas municipais, a presença dos partidos nessas eleições é mais dispersa geograficamente.

Quando analisamos os clusters de vizinhança para alta e para baixa presença, isso fica ainda mais claro. O que as análises geográficas permitiram detalhar foi a identificação de determinados padrões de presença eleitoral dos partidos. Tanto para PT quanto para PSDB existem Estados em que os partidos estão presentes em todo o período, em outros há presença ocasional de um dos partidos, e em um terceiro grupo estão as regiões que oscilam entre os dois partidos.

Também pensando em uma possível agenda futura de pesquisa, a associação entre existência de líder regional e enraizamento de partido pode ser um objeto importante contrafactual à ideia de que líderes regionais personalistas enfraquecem e fazem os partidos desaparecerem. O rendimento analítico a partir do índice de presença eleitoral, aliado às variações de desempenho dos partidos por região e tipo de eleição, permite pensar desdobramentos analíticos. O primeiro é tentar explicar o motivo das variações regionais e por que partidos que chegam ao governo federal não conseguem se nacionalizar ou apresentam oscilações na nacionalização. Outra questão que falta explorar diz respeito às variações ao longo do tempo, pois um partido com oscilação de presença não está institucionalizado e pode depender mais da presença de lideranças com apelo eleitoral do que preferências partidárias consolidadas dos eleitores. Por fim, a maior variação do Ipe em disputas nacionais do que locais poderia nos levar a discutir a dependências de lideranças regionais – nem sempre presentes em todas as disputas – para o bom desempenho

eleitoral de PT e PSDB.

O capítulo 3 tratou das características do sistema eleitoral brasileiro no período de estabilidade institucional pós-redemocratização, de 1994 a 2014, e no qual apenas dois partidos conseguiram concentrar a maioria de votos para as eleições presidenciais: PSDB e PT. A complexidade do sistema eleitoral brasileiro, que reúne em uma mesma votação a escolha de representantes estaduais e presidente da república em um sistema misto, com parte dos cargos eleitos por eleição majoritária e outra parte em disputas proporcionais, dificulta a identificação imediata de manutenções ou mudanças no desempenho do próprio sistema e dos partidos nacionais.

A análise foi dividida em três partes. Na primeira, de caráter mais geral, foi discutida a concorrência eleitoral para os quatro cargos com eleição direta por Estado nas eleições nacionais: governador de Estado, senador, deputado federal e deputado estadual. A segunda parte analisou o desempenho dos partidos políticos no mesmo período, verificando o sucesso eleitoral dos partidos grandes, médios e pequenos. Em um subtópico, foi descrito o desempenho dos três partidos grandes: PT e PSDB, que dominaram as eleições presidenciais, e PMDB, que é a principal força partidária legislativa e promove o equilíbrio político entre Executivo e Legislativo no presidencialismo brasileiro. Por fim, no tópico mais específico da análise discutimos a associação entre desempenho dos partidos em eleições presidenciais, com presença deles nas disputas políticas estaduais.

No que diz respeito ao primeiro ponto, o da competição eleitoral brasileira nas disputas regionais entre 1994 e 2014, foi possível identificar uma estabilidade na competição em eleições

majoritárias (para governador e senador), com apresentação média de 5 a 10 candidatos por vaga durante as duas décadas. Porém, nas eleições proporcionais (para deputado federal e estadual), não percebemos a mesma estabilidade, havendo um crescimento gradual e contínuo ao longo de todo o período do número de partidos que conseguem eleger representantes.

O Nep para as duas representações legislativas (federal e estadual) dobra em 2014, quando comparado ao de 1994. Outra diferença identificada é que o percentual de eleitos em relação ao total de candidatos manteve-se estável ao longo do período nas eleições majoritárias, porém, cresceu gradualmente nas eleições proporcionais. O aumento na média do percentual de eleitos nas eleições indica um maior sucesso dos partidos com o passar do tempo, ou seja, significa que do total de candidatos apresentados, um número maior consegue se eleger.

Como isso é possível em um sistema em que o número de candidatos cresce, mas o número de vagas mantém-se estável? A explicação está na ampliação do número de partidos nas disputas. O maior número de partidos nas eleições fez com que, no período, houvesse um incremento do percentual de eleitos por partidos, visto que os candidatos se dividem entre as siglas. O que também ajuda a incrementar o percentual de eleitos em disputas proporcionais é a possibilidade de realização de coligações eleitorais nessas eleições. Sobre os padrões de concorrência eleitoral no País, os resultados mostram que, nas disputas proporcionais, existe uma homogeneidade no número de candidatos/vaga em todas as regiões. Já nas eleições majoritárias, é possível encontrar diferenças na concorrência eleitoral entre as regiões. Não é objetivo do livro explicar essas diferenças,

porém, do ponto de vista descritivo, percebemos que as áreas com maior desenvolvimento econômico são as que apresentam mais candidatos/vaga, em média, nas eleições para governador e senador, em especial o Sudeste e Sul do País.

Em relação ao desempenho dos partidos nos 20 anos analisados, quando consideramos os partidos em agregados por tamanho, em função do número de eleitos, percebemos que os partidos grandes apresentaram uma queda na participação relativa dos eleitos em 2014, quando comparado a 2010. No caso das disputas majoritárias, até mesmo os partidos médios tiveram resultado negativo. Nas eleições proporcionais, enquanto os grandes diminuíram, médios e pequenos ganharam espaço na Câmara de Deputados e Assembleias Legislativas.

A análise detalhada dos três grandes partidos eleitorais do período (PMDB, PSDB e PT) mostra que o partido que mais sofreu perdas no período foi o PMDB, com quedas graduais e constantes, entre 1994 e 2014, no número de eleitos para cargos majoritários e proporcionais nos Estados. Por sua vez, PSDB e PT apresentam crescimento no início do período, mas em 2002 e 2006, respectivamente, iniciam um período de queda. Essa maior relevância dos partidos pequenos na arena eleitoral indica a possibilidade de estar ocorrendo um silencioso e gradual rearranjo de forças políticas no País, ainda que do ponto de vista da competição geral o que apareça é uma relativa estabilidade. O fato de um sistema multipartidário brasileiro ser composto por cerca de 30 partidos nacionais é menos importante do que o fato de estes partidos, agregados, estarem ocupando espaços que antes eram praticamente uma exclusividade de poucos partidos grandes.

A terceira parte da análise centrou-se nos dois principais partidos em disputas nacionais e que venceram as eleições: PSDB (1994 e 1998) e PT (2002, 2006, 2010 e 2014). O objetivo foi testar a hipótese de associação entre votos para presidente e presença eleitoral regional, dado que as eleições para presidente e para as representações estaduais no Executivo e Legislativo são concomitantes. Os resultados mostraram que não há um padrão geral de associação entre desempenho na eleição nacional e nas regionais. Mais do que isso, foi possível identificar que o partido do governo tende a apresentar menor associação com a presença em eleições regionais, enquanto que o partido da oposição tende a ter uma correlação mais forte com a presença regional.

Ou seja, se o desempenho do *incumbent* está menos associado à presença partidária no nível subnacional, podendo ser diretamente o resultado de políticas públicas ou de resultados macroeconômicos, o desempenho do desafiante depende mais da organização partidária nos Estados. Isso vale tanto para o PT quanto para o PSDB.

Em relação ao desempenho regional dos candidatos à presidência, os resultados também mostraram uma não nacionalização nos votos dos dois partidos. Há melhores desempenhos em determinadas regiões quando o partido está na oposição e não quando está no governo. São poucos os casos em que PT ou PSDB apresentaram bons desempenhos eleitorais em todas as disputas entre 1994 e 2014. De maneira geral, quando na oposição PT e PSDB tendem a ter melhor desempenho em Estados das regiões Sul e Sudeste e quando, no governo, os dois partidos tendem a ganhar espaço em Estados das regiões Norte e Nordeste. A exceção é o Centro-Oeste, onde o PT não apresenta

bom desempenho em todas as disputas, e o PSDB, sim.

Quanto ao desempenho regional do Ipe, o PT tem melhor desempenho na região Sul, entre 1994 e 2014, com crescimento na região Sudeste ao longo do período. O Centro-Oeste e Nordeste são duas regiões onde o PT tem baixo Ipe em todo o período analisado. No caso do PSDB, o Ipe do Sudeste e Centro-Oeste mantém-se alto em todo o período. A região Sul apresenta crescimento gradativo do Ipe do PSDB, enquanto no Norte e Nordeste o partido tende a reduzir a presença eleitoral.

Os resultados apresentados até aqui nos permitem duas conclusões gerais. A primeira é que o sistema eleitoral misto brasileiro tem apresentado estabilidade ao longo do tempo e cumprido as funções de manter baixo o número de partidos em disputas majoritárias e em crescimento o número de partidos em eleições proporcionais. A segunda é que, ainda que em disputas nacionais bipartidárias (PT e PSDB), entre 1994 e 2014, não é possível afirmar que o bom desempenho de um está diretamente associado ao mau desempenho do outro. As explicações para o sucesso ou insucesso eleitoral são relativamente independentes. O partido *incumbent* tende a ter seu desempenho para presidente mais dissociado da sua presença eleitoral no sistema subnacional, enquanto que o desafiante tende a ter seus resultados mais associados à presença eleitoral nas eleições estaduais. Isso vale, no geral, tanto para PT, quanto para PSDB – ainda que cada um deles apresente particularidades.

No quarto capítulo foram analisadas cinco eleições locais nas últimas duas décadas no Brasil, o que permite algumas conclusões a respeito do sistema eleitoral e da participação dos partidos político em eleições locais. Entre os principais resultados

do estudo está o fato de que, entre 1996 e 2012, o sistema eleitoral manteve-se estável no caso das eleições majoritárias, para prefeito, em torno de três candidatos por vaga. Já no caso de eleições para vereador, com voto proporcional, houve crescimento na média de candidatos por vaga, passando de cinco em 1996 para oito em 2012, com uma média de seis candidatos a vereador por vaga.

Outro “achado” é que esse resultado se aplica de maneira geral em todas as regiões do País, o que indica uma homogeneidade na concorrência geral pelos cargos municipais, em torno de 5,6 mil prefeitos e 59 mil vereadores. Apesar de pequenas variações, os resultados mostraram que as maiores concorrências se localizam em municípios das regiões Sudeste e Norte, enquanto as menores concorrências em eleições municipais ficam na região Sul. Isso contradiz o argumento de que concorrência eleitoral está associada a desenvolvimento econômico e social, pois a região Norte é a menos desenvolvida.

Em relação ao desempenho dos partidos, apesar do sistema multipartidário, que permitiu que 33 partidos diferentes disputassem pelo menos uma eleição no período, há grande concentração de êxito em poucas siglas. Considerando a média do período, apenas três partidos (DEM, PMDB e PSDB) conseguiram eleger mais de 40% de seus candidatos a prefeitos e vereador em cada disputa. Isso em termos médios, mas, se considerarmos que o DEM apresentou notáveis decréscimos ao longo do período, a concentração de sucesso eleitoral em poucos partidos aumenta. O PT é um partido intermediário quando se trata de sucesso em disputas locais, embora tenha crescido ao longo do período, enquanto PMDB e PSDB tenham apresentado quedas nos números de eleitos. Em geral, partidos

pequenos tiveram crescimento do sucesso eleitoral nas eleições mais recentes, tirando vantagem dos partidos grandes.

Em relação à presença de PT e PSDB, principais partidos em eleições nacionais, nas disputas locais, percebem-se diferenças. Em primeiro lugar, o Índice de Presença Eleitoral (Ipe) do PSDB é maior que o do PT em todo o período, ainda que nas eleições mais recentes os índices tenham se aproximado, com crescimento da presença do PT e queda do PSDB. Os resultados indicam uma relação geral da presença do partido nas disputas locais, com a presença na Presidência da República. Embora não de forma perfeita, a queda do PSDB é mais acentuada após 2004, quando se percebe o crescimento mais acentuado do PT. E esta é a primeira eleição municipal depois da troca de partidos na Presidência da República.

No caso das presenças eleitorais dos dois principais partidos nacionais, notamos diferenças regionais que indicam a não nacionalização do desempenho das siglas no período em análise. Para além das variações gerais, o PSDB tende a manter maior presença eleitoral em municípios do Centro-Oeste e Sudeste em todo o período. O Sul é a única região onde o PSDB apresenta crescimento constante nas cinco eleições locais. Já o PT mantém presença eleitoral crescente no Norte e alto na região Sul.

Os desempenhos regionais dos dois partidos estão vinculados a resultados acima da média em alguns Estados. No caso do PSDB, destaca-se a grande presença eleitoral em municípios do Ceará entre 1996 e 2004, em Mato Grosso do Sul na eleição de 2000, e em todo o período em São Paulo e Goiás. Já os Estados com menor presença do partido são Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte. No caso do PT, com alta presença

eleitoral em disputas municipais são Acre e Rio Grande do Sul, em todo o período. Já Mato Grosso do Sul e Bahia apresentam crescimento ao longo do tempo. Goiás e Alagoas são as unidades da federação onde o PT apresenta menor presença em todo o período.

Estudos mais detalhados - tendo como unidade de análise os líderes políticos e não os municípios - da presença de lideranças regionais nessas unidades da federação são necessários para identificar o efeito positivo da liderança local para a manutenção de presença eleitoral do partido.

Os testes realizados no capítulo 5 mostram que as explicações para as votações ao PSDB ou PT variaram. De maneira geral, é possível afirmar que, em 1994, 1998 e 2010, as variáveis políticas foram mais importantes. Em 2002, 2006 e 2014 as explicações não políticas, ou seja, socioeconômicas, ganharam força na identificação das variações de voto para presidente do PSDB e do PT para presidente. Além disso, ser partido oficialista ou oposicionista importa para as explicações sobre os efeitos políticos e socioeconômicos no desempenho eleitoral.

A respeito da técnica de análise aqui utilizada, em primeiro lugar, os modelos de trajetória ganham poder explicativo (medido em proporção média de variação explicada) ao final do período em relação às primeiras eleições. Isso significa que o conjunto de variáveis socioeconômicas e políticas usadas foram capazes de explicar mais as variações de voto a candidato a presidente do PT e PSDB, conforme eles foram se instituindo como os principais partidos brasileiros na esfera federal. No entanto, existem variações importantes entre eleições e entre partidos.

A principal explicação para o voto a presidente nos municípios brasileiros foi o voto na eleição anterior. Isso vale para os dois partidos e praticamente todas as eleições analisadas, exceto a de 2006, quando a variável explicativa com maior associação ao voto a presidente foi o índice de vulnerabilidade social dos municípios (IVS). Ela apresentou forte associação positiva para o voto ao PT e forte negativa para o PSDB, ou seja, naquele ano o candidato à reeleição do PT foi mais votado em municípios com maior vulnerabilidade social, enquanto o candidato da oposição pelo PSDB apresentou melhores desempenhos em municípios com baixa vulnerabilidade social.

Como o IVS está associado à dependência do município a programas e recursos públicos para suprir a fragilidade social local, é possível afirmar que 2006 foi o ano com maior efeito do voto governista nas disputas a presidente. Desde então, o peso do IVS na explicação do voto a presidente tem caído para o PT e oscilado entre efeito nulo e fraco, porém sempre negativo, para o PSDB.

Uma diferença no tempo diz respeito ao efeito total das demais variáveis políticas que não o voto a presidente na eleição anterior para explicar o desempenho dos candidatos em determinada eleição. Para PSDB e PT, quando na oposição, tanto o Índice de Presença Eleitoral (Ipe) nas disputas subnacionais do ano da eleição, quanto o Ipe da eleição municipal anterior estão mais associados à votação do candidato a presidente, enquanto no governo, independentemente de ser PSDB ou PT, o candidato a presidente depende mais da memória eleitoral do cargo e da variável socioeconômica. Já na oposição, o partido depende do desempenho na eleição imediatamente anterior e da eleição para cargos no sistema subnacional.

Por fim, a técnica de análise de trajetória mostrou-se adequada para ajustar os coeficientes de determinação de variáveis socioeconômicas e políticas de distintos momentos no tempo, considerando a mediação dos efeitos explicativos por uma terceira variável, chamada de mediadora. As eleições devem ser entendidas como processos políticos e sociais mais amplos e contínuos no tempo. Não são eventos isolados e, portanto, a cadeia temporal de causas precisa ser considerada na análise dos resultados. Uma limitação aos resultados obtidos aqui é o fato de usarmos como unidade de análise o município e não o eleitor. Portanto, estamos falando de resultados dos processos eleitorais ao longo do tempo e não da decisão de voto, o que demandaria o eleitor individual como unidade analítica.

Os resultados apresentados no capítulo 6 mostram que os padrões geográficos de votação para presidente no Brasil se organizam em função de o partido estar no governo ou na oposição. A eleição de 2002 marcou uma mudança na distribuição dos votos dos dois partidos que estavam no governo e na oposição. Independentemente de ser PT ou PSDB, o partido *incumbent* tende a ter melhor desempenho em municípios mais vulneráveis socialmente e o partido challenger tende a ser o mais votado em áreas mais desenvolvidas do ponto de vista econômico e menos dependentes de políticas públicas.

Estes resultados não contradizem os achados da literatura da área sobre a associação geográfica entre programas de distribuição de renda e voto no PT, mas, ao ampliar o período histórico de análise, permite identificar comportamento similar no período em que o PSDB esteve no governo. Entre 1994 e 2002, PSDB foi mais votado em municípios com maior vulnerabilidade nas regiões Norte

e Centro-Oeste. O PT, entre 2006 e 2014, apresentou o mesmo comportamento, porém, predominantemente em municípios com alta vulnerabilidade social das regiões Norte e Nordeste. A diferença entre os dois partidos está na intensidade da associação geográfica. O PSDB não conseguiu uma relação tão intensa com municípios vulneráveis socialmente durante seus governos como fez o PT.

Outro resultado tão importante quando o desempenho do governante é a distribuição de votos do partido de oposição, embora menos explorada pela literatura especializada. As regressões multivariadas indicaram que partidos de oposição, no caso das disputas presidenciais brasileiras, tenderam a ser votados em municípios mais desenvolvidos socialmente e nas regiões em que os partidos apresentavam maior presença eleitoral em disputas regionais. Isso vale tanto para PT quanto para PSDB. A presença eleitoral regional é medida pelo desempenho dos partidos em eleições para governador, senador, deputado federal e estadual.

No caso do PT, em 1994, primeiro ano da análise, a associação espacial com presença eleitoral regional do partido apresentou o coeficiente *z-value* mais alto de todo o período. Assim que o partido chega ao governo, os votos para presidente têm associação geográfica com desempenho regional gradualmente reduzida. O inverso acontece com o PSDB, que inicia o período no governo e quando se transforma em oposição a presença eleitoral em disputas regionais passa a ter maior associação com os votos para presidente.

Em resumo, os achados mostram que, se por um lado, o partido governante tem seus votos associados a áreas mais dependentes de políticas públicas, o partido de oposição não

depende apenas do insucesso dessas políticas para ser bem votado, ele conta com a associação à estrutura partidária nas disputas subnacionais para alavancar o desempenho de seu candidato a presidente.

Em geral, no Brasil, entre 1994 e 2014, os desempenhos do PT e PSDB mantiveram-se com médias pelo total de municípios estáveis. Nas seis eleições, o PT apresentou proporção de votos por município em 0,43 (ou 43% de votos a seus candidatos a presidente por município e eleição) e o PSDB teve média de 0,39. A eleição que fez o realinhamento partidário para Presidência da República, 2002, foi o melhor desempenho do PT e o pior do PSDB. Depois desse ano, as médias dos candidatos do PT oscilaram um pouco acima do geral e as do PSDB ficaram um pouco abaixo, com exceção de 2006, quando o PSDB apresentou a mesma proporção de votos por município que tinha obtido em 1994. No entanto, esta aparente estabilidade não é real. Quando se analisam as distribuições de proporções de voto por faixa de desempenho, percebe-se que até 2002 o PSDB tinha bom desempenho em municípios que passou a ter baixas votações a partir de 2006. O mesmo aconteceu com o PT.

A primeira explicação para as variações de desempenho dos partidos foi buscada na associação com variáveis sociodemográficas e políticas. Todos os coeficientes das correlações bivariadas foram significativos, embora tenham apresentado grandes variações. Novamente, a eleição de 2002 mostra-se como um marcador importante, embora com variações nos desempenhos dos partidos.

Entre 1994 e 2002, o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) foi positivo para votação a presidente do PSDB e negativo para

PT. Nas eleições seguintes, os sinais se inverteram. PIBpercapta é negativo para os partidos que estão no governo na maioria das eleições. Índice de Presença Eleitoral (Ipe) em disputas regionais tem correlação positiva com partido da oposição e negativa ou baixa para o governista. Isso mostra que as associações de votos para presidente com variáveis políticas ou sociodemográficas devem ser controladas pela posição do partido em relação ao governo. Municípios pobres votam no partido do governo, municípios ricos tendem a votar na oposição, seja ela quem for. Partido que está no governo e pretende se manter, depende menos da sua própria estrutura política subnacional. Já o opositor depende mais do desempenho dos candidatos em disputas regionais para o sucesso de seu concorrente à presidência.

O segundo conjunto de resultados diz respeito à distribuição geográfica de cada uma das variáveis usadas nos modelos de análise. Apenas PIBpercapta apresentou baixo coeficiente de associação geográfica. O IVS tem associação espacial alta, o que indica que os índices de vulnerabilidade tendem a se distribuir regionalmente no Brasil. As regiões Norte e Nordeste são as que apresentam mais municípios com alta vulnerabilidade social. A proporção de votos para presidente do PT e o Ipe do PSDB tiveram coeficientes de associação espacial crescentes no período, o que indica uma tendência de regionalização desses indicadores. Já a proporção de votos para presidente do PSDB e o Ipe do PT são altos e estáveis nas duas décadas. Isso significa que os dois partidos que disputaram todas as eleições presidenciais entre 1994 e 2014 no Brasil não só não conseguiram nacionalizar suas votações, como também apresentaram uma tendência de maior localização regional, ao longo do tempo.

As regressões multivariadas, com IVS e Ipe, com métodos que consideram as dependências geográficas, mostraram maior ajustamento dos modelos. Coeficientes que medem o efeito de cada variável sobre a variação dos resíduos (*z-value*) reforçaram as conclusões sobre a inversão de papéis entre PSDB e PT a partir de 2002. Até este ano, quando consideradas as dependências espaciais, o IVS tem efeito negativo para a variação de votos do PT e positivo para o PSDB, invertendo os sinais para os partidos quando o PT chegou ao governo e o PSDB foi para a oposição. O Ipe apresentou coeficiente padronizado de *z-value* positivo para todas as eleições do PT, embora com valores mais baixos após 2002. No caso do PSDB, os coeficientes começaram altos e foram caindo até 2002, quando chegaram a um efeito negativo. A partir de então, quando o partido se transforma em oposição, os coeficientes crescem de forma gradativa.

Como os resíduos controlados geograficamente mostraram-se significativos, eles foram usados para controlar a formação de clusters locais pelo método LISA para as distribuições regionais dos votos para presidente dos dois partidos. Os clusters locais mostram que as votações dos partidos governistas tendem a estar em áreas contínuas em regiões mais vulneráveis socialmente. No caso do PSDB, no Norte e Centro-Oeste, e no PT, no Norte e Nordeste. Já nas eleições em que os partidos estão na oposição, *clusters* de alta votação encontram-se em regiões Sudeste e Sul do País. A diferença entre PT e PSDB está no extremo sul (especificamente em municípios do Estado do Rio Grande do Sul), onde o PT apresentou clusters positivos em todo o período, e em áreas do Centro-Oeste, onde o PSDB tem clusters positivos nas seis disputas.

Por fim, as análises realizadas mostraram que, em estudos eleitorais, é necessário levar em consideração os efeitos de autocorrelação geográfica quando se buscam explicações para as variações de votos em territórios com grande número de distritos eleitorais. Além disso, a inclusão de variáveis contextuais contribui para aprofundar as explicações geográficas, como apontadas pela literatura da área desde os anos 1970. Como eleições não são fenômenos discretos, mas sim contínuos, com momentos específicos para conclusão de ciclos (dia da votação), os resultados de uma disputa sempre são melhor explicados quando consideradas as variações dos fatores contextuais ao longo do tempo.

Os achados da pesquisa apresentada reforçam as conclusões de que não é racional a um partido político nacionalizar sua presença eleitoral, mesmo no caso dos partidos majoritários PSDB e PT, no Brasil, de 1994 e 2014. Os seus desempenhos em eleições, tanto para presidente quanto para disputas regionais, mudaram ao longo do tempo. Além disso, não houve total coincidência regional entre o desempenho do partido e do candidato a presidente em todo o período.

As análises longitudinais mostraram que o partido que está no governo tende a ter mais votos para presidente nas regiões Norte e Nordeste (PSDB até 2002 e PT depois disso), enquanto o candidato de oposição é mais votado no Sudeste e Sul. Já o desempenho regional dos partidos não segue a mesma lógica. PSDB manteve bons desempenhos em eleições regionais de Estados da região Sudeste e Centro-Oeste em todo o período. O PT teve seus melhores desempenhos em eleições regionais em Estados do extremo norte e Sul.

Há, também, uma associação com dependência geográfica entre municípios com maior vulnerabilidade social e voto no candidato a presidente do partido oficialista e voto no candidato de oposição em municípios com maior desenvolvimento econômico. Vem daí a relação entre desempenho de governo, em especial políticas sociais, e voto para presidente; enquanto os ganhos econômicos não se refletem na mesma proporção em apoio ao governo, pois áreas mais desenvolvidas economicamente tendem a ser mais opositoras. A continuidade da democracia eleitoral brasileira, com novas substituições de partidos governantes, permitirá a continuidade dessa linha de análises.

Referências Bibliográficas

ABENSUR , Themis C. CRIBARI-NETO, Francisco & MENEZES, Tatiane. Impactos do programa Bolsa Família nos resultados das eleições presidenciais no Brasil em 2006. Paper apresentado no XXXV Encontro Nacional de Economia da Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia - Anpec, Niterói, 2007.

ALESINA, A. Macroeconomics and politics. NBER Macroeconomic Annual. Cambridge, Mass., MIT Press, 1988.

ALCÁNTARA SÁEZ, Manuel. ¿Donde Encajan las democracias electorales latinoamericanas? *América Latina Hoy*. V. 2, 1991. (p. 9 a 13).

ALCÁNTARA SÁEZ, Manuel. *Sistemas políticos de América Latina*, vol I: América del Sur (532 pp.) y vol. II: México, América Central y el Caribe (550 pp.), Madrid, Tecnos, 1999.

ALCÁNTARA SÁEZ, Manuel & GARCÍA DIEZ, Fátima (coord). *Elecciones y política en América Latina*. México, Porrúa-Instituto Electoral del Estado de México, 2008.

ALKMIM, Antonio. De Brizola a Cabral. De Collor a Dilma: a geografia do voto no Rio de Janeiro de 1982 a 2010. Rio de Janeiro: Ed. Puc-Rio, 2014.

ALWIN, Duane F. & HAUSER, Robert M. The decomposition of effects in path analysis. *American Sociological Review*. V. 4. 1975 (p. 37 a 47).

AMORIM NETO, Octavio & COELHO, Carlos F. Brasil en el 2007: el desencuentro entre la economía y la política. *Revista de Ciencia Política*. v. 28. n. 1, 2008 (p. 81 a 102).

ANSELIN, Luc e REY, Serge. Properties of tests of spatial dependence in lineal regression models. *Geographical Analysis*. V. 23. N 2. 1991 (p. 112 a 131).

ANSELIN, Luc. Local Indicators of Spatial Association – Lisa. *Geographical Analysis*. V. 27. N 2. 1995 (p. 93 a 115).

AVELAR, Lúcia, and Maria Inez Machado Telles Walter. Lentas mudanças: o voto e a política tradicional. *Opinião Pública* 14(1), 2008 (p.96–122).

BARRETO, Alvaro A. de B. Reeleição para executivo municipal no Brasil (2000 a 2008). *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 3 n. 2. 2009 (p.97 a 115).

BRAGA, Maria do Socorro Sousa. BOURDOUKAN, Adla. Partidos políticos no Brasil: organização partidária, competição eleitoral e financiamento público. *Perspectivas*, São Paulo, v. 35, jan./jun. 2009. (p. 117-148).

BRAGA, Maria do S. & RODRIGUES-SILVEIRA, Rodrigo. Competição partidária e territorialidade do voto: mudanças na distribuição do padrão espacial do voto para presidente da República do Brasil. Paper

apresentado no XXXV Encontro anual da Anpocs, Caxambu-MG, 2011.

BRAGA, Maria do S. S. e SPECK, Bruno. Organização partidária e carreiras políticas no nível local. XII Encontro Brazilian Studies Association (Brasa): Londres, 2014.

BRAMBOR, Thomas e CENEVIVA, Ricardo. Reeleição e continuísmo nos municípios brasileiros. Revista Novos Estudos Cebrap, São Paulo, n. 93. 2012 (p. 9 a 21)

BUNCHAFT, Guenia & KELLNER, Sheilah Ribno de Oliveira (1999). Estatística Sem Mistérios (2ª edição corrigida) vol. I, II, III e IV. Editora Vozes. Petrópolis (RJ).

BUSTANI, Camilla. The 1998 elections in Brazil. Electoral studies. N. 20. 2001 (p. 305 a 313).

BUTLER, D. & STOKES, D. Political Change in Britain. London: MacMillan, 1974.

CALLANDER, Steven. Duverger's hypothesis, the run-off rule and electoral competition. Political Analysis Review, nº 13, 2005 (p. 209 a 232).

CALVO, Ernesto; GUARNIERI, Fernando & LIMONGI, Fernando. Why coalitions? Party system fragmentation, small party bias and preferential voto in Brazil. Electoral Studies. N 39. 2015 (p. 219 a 229).

CAMPOS, M. M. Democracia, partidos e eleições: os custos do sistema partidário-eleitoral no Brasil. Belo Horizonte - MG: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2009.

CARMINES, Edward G & ZELLER, Richard A. Reliability and validity assessment. Sage University Paper: California, USA, 1979

CARNEIRO, Leandro Piquet, ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de: Definindo a Arena Política Local: Sistemas Partidários Municipais na Federação Brasileira. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 51, no. 2, pp. 403 a 432, 2008.

CARREIRÃO, Yan S. A Decisão de Voto nas Eleições Presidenciais Brasileiras. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 2002.

CARREIRAO, Yan de S. Identificação ideológica e voto para presidente. Opinião Pública. V. 8. N. 1. 2002 (p. 54 a 79).

CARREIRÃO, Yan. A eleição presidencial de 2002: uma análise preliminar do processo e dos resultados eleitorais. Revista de Sociologia e Política: Curitiba. n. 22. Junho, 2004 (p.179 a 194).

CARREIRÃO, Yan de S. & KINZO, Maria D'Alva. Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002). Revista Dados. V. 47. N. 1, 2004 (p. 131 a 168).

CORREA, Diego S. Os custos eleitorais do Bolsa Família: reavaliando seu impacto sobre a eleição presidencial de 2006. Opinião Pública. V. 21. N. 2. 2015 (p. 514 a 534).

CRONBACH, Lee Joseph. Test Validation. In R. L. Thorndike, ed., Educational Measurement, 1971 (p. 443-507).

DUNCAN, Otis Dudley. Pathy analysis: sociological examples. The American Journal of Sociology. V. 72. N. 1. 1966 (p. 1 a 16).

DUNLEAVY, P. (1979). The urban basis of political alignment: social class, domestic property ownership and state intervention in consumption processes. British Journal of Political Science, 9, 1979 (p. 409–433).

DUVERGER, Maurice. Os Partidos Políticos. Rio de Janeiro:

Zahar, 1970.

EDWARDS, Jeffrey R. & LAMBERT, Lisa S. Methods for Integrating Moderating and Mediation: A General Analytical Framework Using Moderated Path Analysis. *Psychological Methods*. N.1, 2007 (p. 1 a 22).

FELISBINO, Riberti de Almeida et all. Somente um deve vencer: as bases de recrutamento dos candidatos à Prefeitura das capitais brasileiras em 2008. *Rev. Sociologia e Política* 20(41), 2012 (p. 219 a 234).

FIELDHOUSE, Edward; SHRYANE, Nick & PICKELS, Andrew. Strategic voting and constituency context: modelling party preference and vot in multiparty elections. *Political Geography*. N 26. 2007 (p. 159 a 178).

FLEISHER, David. As eleições municipais no Brasil: uma análise comparativa (1982-2000). *Revista Opinião Pública*, Campinas. n 1. 2002 (p. 80 a 105).

FIGUEIREDO, Rubens & COUTINHO, Ciro. A eleição de 2002. *Revista Opinião Pública: Campinas*. v. IX. n. 2. Outubro, 2003 (p. 93 a 117).

GELMAN, Andrew & KING, Gary. Why Are American Presidential Election Campaign Polls So Variable When Votes Are So Predictable? *British Journal of Political Science*: 23, 1993 (p.409 a 451).

GUARNIERI, F. Comportamento eleitoral e estratégia partidária nas eleições presidenciais no Brasil (2002 - 2010). *Opinião Pública*, v. 20, n. 2, p. 157-177, 2014.

GUGLIANO, Alfredo A. & JEREZ, Ariel. Las elecciones brasileñas de 1994: ¿continuidad o cambio? *Revista America Latina Hoy*. V.13, 1996 (p.73 a 79).

HUNTER, Wendy. The 2010 elections in Brazil. *Electoral Studies*. V.31, 2012 (p.225 a 228).

JEREZ, Ariel Novara. Notas Sobre la Crisis Y los partidos políticos em Brasil. *America Latina Hoy*. Vol. 3. N. 2, 1992. (p. 43 a 50).

JESSE, Neal G. Candidate success in multi-member districts: an investigation of Duverger and Cox. *Electoral Studies Review*, nº 18, 1999 (p. 323 a 340).

JOHNSTON, R. J. Spatial continuity and individual variability: a review of recent work on the geography of electoral change. *Electoral Studies*. N 2. V. 1, 1983 (p. 53 a 68)

JOHNSTON, R.J. ET all. Social location, spacial locations and voting at the 1997 British general election: evaluating the sources of Conservative support. *Political Geography*. N 20, 2001. (p. 85 a 111).

KERKAUY, M. T. M. Os programas de transferência de renda e o voto regional nas eleições presidenciais de 2010. *Opinião Pública*, v. 17, n. 2, p. 477–492, 2011.

KEY, V.O. *Southern Politics in State and Nation*, New York: Alfred A. Knopf, 1949.

KING, Gary. Electoral Responsiviness and Partisan Bias in multiparty democracies. *Legislative Studies Quarterly*. XV, 2, maio 1990 (p 159 a 181).

KINZO, Maria D´Alva. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. V. 19. N. 54. 2004 (p. 23 a 41).

KNOOP, Joachim. El Brasil con Lula: ¿mas de lo mismo? *Revista Nueva Sociedad*, nº 187. sep.-oct. 2003 (p.44 a 58).

KRAUSE, Silvana et al. As eleições municipais e a emergência de novas forças políticas. Alacip. 2008. Bogotá.

LAAKSO, Markku & TAAGEPERA, Rain. Effective Number of Parties: a measure with application to West Europe. Comparative Political Studies Review, nº 12, 1979 (p. 3 a 27).

LAVAREDA, Antônio; TELLES, Helcimara de S. (orgs.): Como o eleitor escolhe seu prefeito: campanha e voto nas eleições municipais. São Paulo: Editora FGV, 2011.

LEMOS, Leany Barreiro, and Sonia Ranincheski. O perfil sociopolítico dos senadores brasileiros. Revista Senatus 2(1), 2002 (p. 33–39).

LEVINE, Daniel & MOLINA, José Henrique. La calidad de la democracia en America Latina: una visión comparada. America Latina Hoy. Vol. 45, 2007 (p. 17 a 46).

LICIO, Elaine C.; RENNO, Lucio R. & CASTRO, Henrique C. de O. Bolsa Família e o voto na eleição presidencial de 2006: em busca do elo perdido. Opinião Pública. V 15. N. 1. 2009 (p. 31 a 54).

LIKERT, R. Uma técnica para medir actitudes. In G. Summer (coord.) Medición de actitudes. Mexico: Trillas, 1978 (p. 182-193).

LIMA, Marcelo O. C. & BUSTANI, Camila. The brazilian elections of 1994. Electoral Studies. V. 14. N.2, 1995 (p. 212 a 218).

LIMONGI, Fernando e MESQUISA, Lara. Estratégia partidária e preferência dos eleitores: as eleições municipais em São Paulo entre 1985 e 2004. Novos Estudos - CEBRAP (81), 2008 (p. 49 a 67).

LYNE, Mona. Proffering Pork: how party leaders build party

reputations in Brazil. Midwest Political Science Association. V. 52. n. 2. April, 2008 (p.290 a 303).

MAGALHÃES, André M. et all. Eleição de Dilma ou segunda reeleição de Lula? Uma análise espacial do pleito de 2010. Revista Opinião Pública, v. 21, n. 3, 2015 (p. 535 a 573).

MARENCO DOS SANTOS, A. Não se fazem mais oligarquias como antigamente: recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros (1946-1998). Porto Alegre - RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, 2000.

MARZAGÃO, T. A dimensão geográfica das eleições brasileiras. Opinião Pública, v. 19, n. 2, 2013 (p. 270 A 290).

MEIRELES, Manuel. Ferramentas administrativas para identificar, observar e analisar problemas. São Paulo: Arte e Ciência, 2001.

MERLLIÉ, D. La construcción estadística. In CHAMPAGNE, P; LENOIR, R; MERLLIÉ, D; PINTO, L. Iniciació a la pràctica sociològica. Méxio: siglo XXI, 1993.

MICHELS, Robert. Sociologia dos partidos políticos. Brasília: EdUnB. 1982.

MILLER, W. L. Electoral dynamics. London: Macmillan, 1977.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO. Mudança Social no Brasil: um panorama descritivo de 1992 a 2014 a partir de diferentes indicadores. Estudo técnico 10/2015. Brasília: MDS, 2015.

MORA NAWRATH, H. De “quantofrenias” y “artefactos” o la “doxa” en el reino de la “episteme”. Revista Latinoamericana de

Metodologia de las Ciencias Sociales, nº 5 (1), 2015 (p. 1-25).

MORRIL, Richard; KNOOP, Larry; BROWN, Michael. Anomalies in red and blue: exceptionalism in American electoral geography. *Political Geography*. N 26, 2007 (p. 525 a 553).

MOURA, Rosa e KORNIN, Thaís. (Des)Construindo o discurso eleitoral: o primeiro turno das eleições municipais majoritárias em Curitiba no ano 2000. *Revista de Sociologia e Política* (16), 2001 (p. 67 a 95).

NICOLAU, Jairo M. *História do voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2002.

NICOLAU, Jairo. The october 2002 elections in Brazil. *Electoral Studies*. V. 23. 2004 (p. 338 a 345).

NICOLAU, Jairo. The presidential and congressional elections in Brazil, october 2006. *Electoral Studies*. V. 27. 2008 (p. 170 a 175).

NICOLAU, J. M. *Vermelhos e Azuis: um estudo sobre os determinantes do voto nas eleições presidenciais brasileiras (2002-2010)* IX ENCONTRO DA ABCP AT: Anais. Brasília: 2014.

PAIVA, C. Interesses eleitorais e flutuações de preços em mercados regulados. *Revista de Economia Política*, 4(56), 1994 (p. 31 a 40).

PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de partidos: organização e poder dos partidos políticos*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2005.

PERDOMO, Carlos J. V. El voto de oposición al segundo piso del periférico: una contribución empírica sobre su geografía y posibles mecanismos causales. *Gestión y política pública*, v. XVI, n. 2, 2007 (p. 381 a 420).

PEIXOTO, Vitor de Moraes: Eleições e Financiamento de Campanhas no Brasil, Tese de Doutorado, IUPERJ, Rio de Janeiro, 2010.

PEIXOTO, Vitor & RENNÓ, Lucio. Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil. *Opinião Pública*. V. 17. N. 2. 2011 (p. 304 a 332).

PEIXOTO, Victor de M. & CAMPOS, Mauro M. Por onde se ramificam os partidos políticos no Brasil? Uma análise da taxa de natalidade e mortalidade dos diretórios partidários. Paper apresentado no 38º Encontro Anual da Anpocs: Caxambu, 2014.

PEÑA, Ricardo. El Número de Autonomías y La Competitividad Electoral. *Política y Cultura*, otoño, 2005. N. 24 (p. 233 a 255).

PIERSON, Paul. Increasing Returns, Path Dependence, and the Study of Politics. *The American Political Science Review*. V. 49. N. 2. 2000 (p. 251 a 267).

PIQUET CARNEIRO, L. e SCHMITT, R. Eleições Casadas, Resultados nem sempre Solteiros: Campanhas Proporcionais e Imagem Partidária no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral. *Opinião Pública*, vol. III, nº 1, 1995. (p. 45 a 59)

POTTER, Joshua D. & OLIVELLA, Santiago. Electoral strategy in geographic space: accounting for spatial proximity in district-level party competition. *Electoral Studies*. N 40. 2015 (p.76 a 86).

REIS, Fabio W. Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 1978.

RENNÓ, Lucio R. Escândalos e voto: as eleições presidenciais brasileiras de 2006. *Opinião Pública*. V. 13. N. 2. 2007 (p. 260 a 282).

RENNÓ, L.; CABELLO, A. As bases do Lulismo: a volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 25, p. 39–60, 2010

RIBEIRO, Fernando José. *Economia Brasileira no período 1987-2013*. Brasília: IPEA, 2015.

RIKER, William H. El sistema bipartidista y la ley de Duverger: un ensayo sobre la historia de la ciencia política. *American Political Science Review*, nº 76, dezembro de 1982 (p. 134 a 159).

RODRIGUES, L. M. *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*. São Paulo: Edusp, 2002.

RODRIGUES, L. M. *Mudanças na classe política brasileira*. São Paulo: PubliFolha, 2006.

ROSSI, Pedro. *Regime macroeconômico e projeto social-desenvolvimentista*. Texto para discussão. Ipea: Brasília – Rio de Janeiro, 1990.

SAMUELS, David: Money, elections, and democracy in Brazil. *Latin American Politics and Society*, Vol. 43, No. 2, p.27-48, 2001a.

SAMUELS, David : Pork barreling is not credit claiming or advertising: campaign finance and the source of the personal vote in Brazil. *The Journal of Politics*, Vol. 64, no. 3, p. 845-863, 2002.

SAMUELS, David: Money, elections, and democracy in Brazil. *Latin American Politics and Society*, Vol. 43, No. 2, p.27-48, 2001a.

SILVA, Pedro G. de S. *PSDB e PT: antes e depois de ser governo*. Paper apresentado no IX Congresso da ABCP: Brasília, 2014.

SHIDLO, Gil. The Brazilian election of 1989. *Electoral Studies*. Nº 9, V.3, 1990 (p. 251-256).

SOARES, G. & SILVA, N. Regime político e crescimento econômico no Brasil. *Revista Sociais*, 1, 1989 (p. 25 a 39).

SOARES, G. A. D.; TERRON, S. L. Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial). *Opinião Pública*, v. 14, n. 2, 2008 (p. 269 a 301).

SPECK, B. W. Reagir a escândalos ou perseguir ideais? A regulação do financiamento político no Brasil. *Cadernos Adenauer*, São Paulo, v. 6, n. 2, 2005 (p. 123 a 159).

SPECK, B. W; MANCUSO, W. P. Financiamento de campanhas e prestação de contas. *Cadernos Adenauer*, São Paulo, v. 15, 2014 (p. 135 a 150).

SPECTOR, Paul E. Summated Rating Scale Construction: na introduction. Newbury: Sage University Paper, 1992.

TAAGEPERA, Rein & SHUGART, M.S. Shugart. Seats & Votes: The effects & determinants of Electoral Systems. New Haven: Yale University Press, 1989.

TAFNER, Paulo. Proporcionalidade e Exclusão no sistema Político-eleitoral Brasileiro. Rio de Janeiro: Textos Para Discussão nº 450 IEPA/IUPERJ, 1996.

TERRON, S. L.; SOARES, G. A. D. As bases eleitorais de Lula e do PT: do distanciamento ao divórcio. *Opinião Pública*, v. 16, n. 2, p. 310–337, 2010.

TERRON, Sonia. Geografia eleitoral em foco. *Revista Em Debate*. V. 4. N. 2, 2012 (p. 8 a 18).

TTIUNIK, Rocío. Incumbency advantage in Brazil: evidence from municipal mayor elections. Berkley university: paper, 2009.

THURSTONE, L. Las actitudes pueden medirse. In G. Summer (coord.) Medición de actitudes. Mexico: Trillas, 1978 (p. 157-173).

TRIGAL, Lorenzo L. & POZO, Paz B. Geografía política. Madrid: Edições Cátedra, 1999.

VEIGA, Luciana Fernandes, et all. As estratégias de retórica na eleição pela Prefeitura de São Paulo em 2004: PT, mandatário, versus PSDB, desafiante. *Opinião Pública* 13(1), 2007 (p. 51 a 73).

VILLELA, Jorge Mattar. O dinheiro e suas diversas faces nas eleições municipais em Pernambuco. *Mana* 11(1), 2005 (p. 267 a 296).

ZAVALA, Rita G. B. Génesis dela geografia electoral. *Revista Espacialidades*. V. 2. N. 1, 2012 (p. 81 a 95).

Anexos

PSDB e PT nas eleições nacionais - Emerson Urizzi Cervi
Anexos

Anexo 2.1 - Resultados dos testes de diferenças de médias multivariados MANOVA

VARIÁVEL	PT-LOCAL		PT-NACIONAL		PSDB-LOCAL		PSDB-NACIONAL	
	F	Sig.	F	Sig.	F	Sig.	F	Sig.
REGIÃO	1,790	0,016	30,228	0,000	4,064	0,000	42,688	0,000
RMETROP	1,604	0,155	10,986	0,000	0,916	0,470	5,628	0,000
PIB	0,883	0,609	2,324	0,000	1,011	0,445	2,278	0,000
POPUL	3,636	0,000	1,447	0,073	1,100	0,340	1,599	0,032
IDH	0,497	0,893	1,134	0,327	0,954	0,482	1,448	0,136
REGIÃO * RMETROP	0,975	0,490	3,308	0,000	1,122	0,318	3,737	0,000
REGIÃO * PIB	1,004	0,470	1,786	0,000	1,030	0,407	2,999	0,000
REGIÃO * POPUL	1,190	0,118	1,453	0,003	1,052	0,354	1,505	0,001
REGIÃO * IDH	1,207	0,173	2,476	0,000	1,396	0,049	2,693	0,000
RMETROP * PIB	0,754	0,772	0,967	0,507	1,430	0,096	0,523	0,973
RMETROP * POPUL	1,284	0,177	0,994	0,469	0,800	0,716	1,493	0,057
RMETROP * IDH	1,175	0,302	2,165	0,011	0,953	0,483	1,007	0,439
PIB * POPUL	1,302	0,041	0,902	0,734	0,763	0,937	1,362	0,013
PIB * IDH	0,947	0,565	0,834	0,787	1,383	0,054	1,180	0,184
POPUL * IDH	1,023	0,431	0,751	0,881	1,458	0,039	0,802	0,817
REGIÃO * RMETROP * PIB	1,322	0,042	1,124	0,212	1,281	0,063	1,396	0,012
REGIÃO * RMETROP * POPUL	1,617	0,003	0,884	0,725	0,740	0,925	0,775	0,899
REGIÃO * RMETROP * IDH	0,935	0,555	1,139	0,274	1,095	0,338	1,357	0,092
REGIÃO * PIB * POPUL	1,090	0,166	1,271	0,001	1,082	0,186	1,353	0,000
REGIÃO * PIB * IDH	1,060	0,315	1,056	0,313	1,234	0,049	1,410	0,001
REGIÃO * POPUL * IDH	1,327	0,024	1,109	0,219	1,322	0,025	1,172	0,121
RMETROP * PIB * POPUL	1,207	0,122	1,107	0,243	0,738	0,944	1,373	0,016
RMETROP * PIB * IDH	1,196	0,198	1,271	0,112	1,058	0,376	0,972	0,523
RMETROP * POPUL * IDH	0,860	0,665	1,473	0,046	0,898	0,609	1,407	0,069
PIB * POPUL * IDH	0,906	0,739	1,035	0,380	1,148	0,149	0,900	0,775
REGIÃO * RMETROP * PIB * POPUL	1,022	0,431	0,745	0,918	0,782	0,867	0,931	0,618
REGIÃO * RMETROP * PIB * IDH	0,927	0,552	0,631	0,878	1,377	0,121	0,850	0,641
REGIÃO * RMETROP * POPUL * IDH	1,919	0,004	0,778	0,801	1,056	0,386	0,877	0,659
REGIÃO * PIB * POPUL * IDH	1,038	0,356	0,899	0,818	0,874	0,872	1,421	0,000
RMETROP * PIB * POPUL * IDH	0,574	0,955	1,098	0,336	1,089	0,345	0,519	0,974
REGIÃO * RMETROP * PIB * POPUL * IDH	1,0	.	1,0	.	1,0	.	1,0	.
INTERCEPTO	57,693	0,000	755,527	0,000	70,868	0,000	321,665	0,000

Anexo 2.2 - Identificação geográfica das regiões e dos Estados (UFs) brasileiros

MAPA	REGIÃO	UF
	Sul	Rio Grande do Sul (RS)
	Sul	Santa Catarina (SC)
	Sul	Paraná (PR)
	Sudeste	São Paulo (SP)
	Sudeste	Rio de Janeiro (RJ)
	Sudeste	Espírito Santo (ES)
	Sudeste	Minas Gerais (MG)
	C-Oeste	Mato Grosso do Sul (MS)
	C-Oeste	Mato Grosso (MT)
	C-Oeste	Goiás (GO)
	C-Oeste	Distrito Federal (DF)
	Norte	Rondônia (RO)
	Norte	Roraima (RR)
	Norte	Amapá (AP)
	Norte	Amazonas (AM)
	Norte	Pará (PA)
	Norte	Tocantins (TO)
	Norte	Acre (AC)
	Nordeste	Maranhão (MA)
	Nordeste	Piauí (PI)
Nordeste	Bahia (BA)	
Nordeste	Ceará (CE)	
Nordeste	Rio Grande do Norte (RN)	
Nordeste	Paraíba (PB)	
Nordeste	Pernambuco (PE)	
Nordeste	Alagoas (AL)	
Nordeste	Sergipe (SE)	

Anexo 2.3 - Médias de *Ipe* por ano e Unidade da Federação para PT

REG	UF	1994	1996	1998	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2012	2014
CO	DF	0,463		0,172		0,284		0,123		0,249		0,274
	MT	0,230	0,017	0,096	0,029	0,155	0,076	0,069	0,090	0,096	0,062	0,118
	MS	0,309	0,054	0,154	0,122	0,453	0,192	0,270	0,126	0,283	0,102	0,285
	GO	0,234	0,020	0,052	0,014	0,171	0,058	0,021	0,056	0,076	0,052	0,154
NE	SE	0,027	0,029	0,026	0,024	0,233	0,053	0,330	0,098	0,226	0,073	0,187
	MA	0,176	0,015	0,111	0,015	0,087	0,037	0,066	0,047	0,018	0,056	0,034
	RN	0,211	0,019	0,093	0,018	0,112	0,034	0,020	0,042	0,053	0,033	0,186
	PI	0,285	0,018	0,067	0,017	0,271	0,056	0,249	0,085	0,178	0,072	0,252
	BA	0,236	0,025	0,081	0,034	0,177	0,070	0,210	0,128	0,385	0,143	0,297
	PE	0,157	0,021	0,098	0,024	0,261	0,057	0,136	0,061	0,150	0,064	0,132
	AL	0,124	0,012	0,139	0,021	0,064	0,026	0,047	0,033	0,022	0,032	0,041
	CE	0,173	0,022	0,063	0,024	0,148	0,065	0,026	0,081	0,135	0,096	0,230
	PB	0,205	0,019	0,080	0,021	0,079	0,033	0,018	0,044	0,019	0,036	0,110
NO	TO	0,289	0,015	0,083	0,018	0,069	0,095	0,043	0,082	0,081	0,062	0,036
	AP	0,184	0,066	0,022	0,062	0,290	0,106	0,050	0,095	0,049	0,117	0,091
	AM	0,214	0,018	0,086	0,021	0,035	0,047	0,022	0,088	0,048	0,058	0,105
	AC	0,245	0,131	0,319	0,202	0,506	0,274	0,560	0,288	0,335	0,196	0,205
	RR	0,212	0,002	0,039	0,003	0,073	0,078	0,010	0,044	0,129	0,076	0,099
	RO	0,244	0,111	0,119	0,131	0,126	0,128	0,096	0,133	0,285	0,100	0,101
	PA	0,322	0,042	0,103	0,072	0,250	0,109	0,253	0,162	0,304	0,110	0,211
SD	RJ	0,197	0,045	0,036	0,041	0,159	0,077	0,066	0,083	0,133	0,086	0,098
	ES	0,337	0,064	0,024	0,026	0,143	0,055	0,023	0,070	0,026	0,061	0,167
	MG	0,286	0,040	0,080	0,049	0,166	0,092	0,099	0,092	0,104	0,093	0,236
	SP	0,194	0,047	0,208	0,053	0,214	0,098	0,278	0,092	0,259	0,098	0,231
SU	RS	0,297	0,073	0,192	0,107	0,371	0,104	0,272	0,111	0,308	0,129	0,286
	SC	0,073	0,052	0,093	0,072	0,248	0,109	0,154	0,104	0,203	0,102	0,202
	PR	0,294	0,037	0,100	0,038	0,175	0,084	0,144	0,087	0,141	0,084	0,137
Média	0,231	0,037	0,109	0,046	0,196	0,081	0,149	0,090	0,174	0,088	0,195	

Anexo 2.4 - Médias de *Ipe* por ano e Unidade da Federação para PSDB

REG	UF	1994	1996	1998	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2012	2014
CO	DF	0,022		0,023		0,016		0,103		0,020		0,000
	MT	0,046	0,086	0,398	0,268	0,230	0,061	0,160	0,046	0,118	0,037	0,133
	MS	0,155	0,191	0,200	0,191	0,111	0,068	0,194	0,103	0,053	0,106	0,200
	GO	0,043	0,093	0,242	0,193	0,382	0,221	0,219	0,151	0,306	0,156	0,283
NE	SE	0,185	0,185	0,184	0,225	0,095	0,067	0,051	0,032	0,079	0,027	0,014
	MA	0,021	0,061	0,037	0,077	0,078	0,046	0,182	0,073	0,085	0,032	0,018
	RN	0,143	0,089	0,103	0,053	0,076	0,031	0,045	0,027	0,019	0,023	0,020
	PI	0,012	0,128	0,087	0,166	0,149	0,129	0,099	0,051	0,083	0,053	0,023
	BA	0,045	0,065	0,098	0,055	0,052	0,044	0,070	0,055	0,023	0,021	0,028
	PE	0,129	0,079	0,081	0,118	0,165	0,109	0,040	0,075	0,046	0,078	0,045
	AL	0,174	0,135	0,083	0,167	0,180	0,104	0,180	0,097	0,213	0,111	0,116
	CE	0,406	0,338	0,494	0,298	0,407	0,276	0,225	0,161	0,177	0,055	0,159
NO	PB	0,010	0,089	0,049	0,097	0,230	0,163	0,385	0,123	0,141	0,095	0,171
	TO	0,131	0,100	0,034	0,099	0,071	0,127	0,319	0,062	0,183	0,119	0,014
	AP	0,011	0,167	0,071	0,130	0,122	0,037	0,077	0,090	0,174	0,027	0,018
	AM	0,143	0,048	0,039	0,122	0,146	0,063	0,057	0,039	0,117	0,028	0,051
	AC	0,006	0,025	0,028	0,102	0,078	0,060	0,064	0,078	0,110	0,167	0,093
	RR	0,112	0,078	0,182	0,130	0,162	0,029	0,198	0,244	0,231	0,126	0,106
SD	RO	0,082	0,125	0,109	0,071	0,202	0,153	0,016	0,027	0,038	0,057	0,124
	PA	0,114	0,161	0,226	0,205	0,204	0,207	0,319	0,073	0,257	0,135	0,272
	RJ	0,264	0,195	0,141	0,100	0,093	0,050	0,097	0,051	0,022	0,025	0,013
	ES	0,180	0,159	0,407	0,174	0,078	0,083	0,039	0,094	0,121	0,053	0,041
	MG	0,151	0,183	0,201	0,128	0,356	0,134	0,311	0,118	0,329	0,115	0,312
SU	SP	0,013	0,217	0,187	0,195	0,292	0,197	0,248	0,180	0,292	0,173	0,404
	RS	0,014	0,019	0,023	0,027	0,055	0,038	0,153	0,038	0,137	0,041	0,026
	SC	0,041	0,051	0,030	0,049	0,111	0,083	0,052	0,093	0,127	0,085	0,122
	PR	0,020	0,128	0,227	0,160	0,157	0,098	0,150	0,081	0,258	0,129	0,371
Total		0,085	0,128	0,154	0,131	0,197	0,117	0,186	0,095	0,182	0,090	0,180

Anexo 6.1 - Tabela de correlação de Pearson entre Ipe e voto para presidente por eleição e região para PT e PSDB

Ano	Região	PT			PSDB		
		PvPres	Ipe	Corr(r)	PvotPres	Ipe	Corr(r)
1994	NO	0,137	0,276	-0084 (0,000)	0,451	0,110	-0,163 (0,001)
	CO	0,129	0,246	0,363 (0,000)	0,551	0,064	-0,038 (0,437)
	NE	0,168	0,197	-0,059 (0,018)	0,465	0,110	0,359 (0,000)
	SD	0,122	0,246	0,328 (0,000)	0,422	0,102	0,749 (0,000)
	SU	0,216	0,240	-0,160 (0,000)	0,345	0,022	0,009 (0,771)
1998	NO	0,184	0,101	0,326 (0,000)	0,684	0,110	-0,028 (0,554)
	CO	0,164	0,082	0,418 (0,000)	0,702	0,280	0,498 (0,000)
	NE	0,232	0,084	0,384 (0,000)	0,573	0,125	-0,315 (0,000)
	SD	0,222	0,124	0,251 (0,000)	0,635	0,201	0,447 (0,000)
	SU	0,361	0,135	0,675 (0,000)	0,503	0,094	0,533 (0,000)
2002	NO	0,582	0,157	0,135 (0,004)	0,257	0,143	0,383 (0,000)
	CO	0,588	0,213	0,272 (0,000)	0,240	0,290	0,340 (0,000)
	NE	0,548	0,161	0,419 (0,000)	0,183	0,148	-0,288 (0,000)
	SD	0,656	0,182	0,279 (0,000)	0,207	0,303	-0,622 (0,000)
	SU	0,706	0,275	0,083 (0,004)	0,172	0,102	0,163 (0,000)
2006	NO	0,562	0,137	-0,270 (0,000)	0,398	0,222	0,164 (0,000)
	CO	0,395	0,077	-0,063 (0,175)	0,551	0,196	-0,096 (0,038)
	NE	0,690	0,125	-0,149 (0,000)	0,263	0,142	-0,048 (0,044)
	SD	0,451	0,162	-0,463 (0,000)	0,487	0,262	0,107 (0,000)
	SU	0,373	0,199	-0,030 (0,303)	0,555	0,127	0,079 (0,006)
2010	NO	0,555	0,184	-0,473 (0,000)	0,337	0,178	0,021 (0,655)
	CO	0,463	0,117	-0,085 (0,067)	0,432	0,205	-0,197 (0,000)
	NE	0,697	0,161	0,059 (0,012)	0,210	0,083	0,141 (0,000)
	SD	0,466	0,162	-0,369 (0,000)	0,382	0,288	0,117 (0,000)
	SU	0,490	0,226	0,299 (0,000)	0,421	0,175	0,092 (0,001)
2014	NO	0,584	0,121	0,015 (0,748)	0,273	0,121	0,156 (0,001)
	CO	0,411	0,165	0,173 (0,000)	0,434	0,223	-0,174 (0,000)
	NE	0,697	0,183	0,147 (0,000)	0,140	0,062	0,206 (0,000)
	SD	0,411	0,223	0,337 (0,000)	0,417	0,318	0,531 (0,000)
	SU	0,433	0,214	0,386 (0,000)	0,464	0,165	0,067 (0,020)

PSDB e PT nas eleições nacionais - Emerson Urizzi Cervi
Anexos

Anexo 6.2 – resumo de resultados: modelo de erro espacial

	PT	PSDB
1994	<p>Data set: 55mu2500gsd Spatial Weight: 55mu2500gsd.gal Dependent Variable: PR13_94 Number of Observations: 5566 Mean dependent var: 0,193036 Number of Variables: 3 S.D. dependent var: 0,14442 Degrees of Freedom: 5563 Lag coeff. (Lambda): 0,846952 R-squared: 0,808626 R-squared (BUSE): - Sq. Correlation: - Log likelihood: 6948,708422 Sigma-square: 0,00399172 Akaike info criterion: -13891,4 S.E of regression: 0,06318 Schwarz criterion: -13871,5</p> <hr/> <p>Variable Coefficient Std.Error z-value Probability</p> <hr/> <p>CONSTANT -0,05011713 0,008189575 -6,119626 0,0000 IVS_2000 -0,1454195 0,012254 -11,8671 0,0000000 IPE13_94 1,198442 0,00905386 132,3681 0,0000000 LAMBDA 0,8469525 0,008092342 104,661 0,0000000</p> <hr/> <p>REGRESSION DIAGNOSTICS DIAGNOSTICS FOR HETEROSKEDASTICITY RANDOM COEFFICIENTS TEST DF VALUE PROB Breusch-Pagan test 2 21,89616 0,0000176 DIAGNOSTICS FOR SPATIAL DEPENDENCE SPATIAL ERROR DEPENDENCE FOR WEIGHT MATRIX : 55mu2500gsd.gal TEST DF VALUE PROB Likelihood Ratio Test 1 4949,443 0,0000000 ===== END OF REPORT =====</p>	<p>Data set: 55mu2500gsd Spatial Weight: 55mu2500gsd.gal Dependent Variable: PR45_94 Number of Observations: 5566 Mean dependent var: 0,440144 Number of Variables: 3 S.D. dependent var: 0,146991 Degrees of Freedom: 5563 Lag coeff. (Lambda): 0,817894 R-squared: 0,722065 R-squared (BUSE): - Sq. Correlation: - Log likelihood: 5863,589299 Sigma-square: 0,00600515 Akaike info criterion: -11721,2 S.E of regression: 0,0774929 Schwarz criterion: -11701,3</p> <hr/> <p>Variable Coefficient Std.Error z-value Probability</p> <hr/> <p>CONSTANT 0,3491368 0,009072309 38,48379 0,000000 IVS_2000 0,09573528 0,01475104 6,490069 0,0000000 IPE45_94 0,2619381 0,00749553 34,9459 0,0000000 LAMBDA 0,8178938 0,008992684 90,95101 0,0000000</p> <hr/> <p>REGRESSION DIAGNOSTICS DIAGNOSTICS FOR HETEROSKEDASTICITY RANDOM COEFFICIENTS TEST DF VALUE PROB Breusch-Pagan test 2 53,15633 0,0000000 DIAGNOSTICS FOR SPATIAL DEPENDENCE SPATIAL ERROR DEPENDENCE FOR WEIGHT MATRIX : 55mu2500gsd.gal TEST DF VALUE PROB Likelihood Ratio Test 1 4667,774 0,0000000 ===== END OF REPORT =====</p>
1998	<p>Data set: 55mu2500gsd Spatial Weight: 55mu2500gsd.gal Dependent Variable: PR13_98 Number of Observations: 5566 Mean dependent var: 0,248746 Number of Variables: 3 S.D. dependent var: 0,129421 Degrees of Freedom: 5563 Lag coeff. (Lambda): 0,842974 R-squared: 0,741562 R-squared (BUSE): - Sq. Correlation: - Log likelihood: 6730,522348 Sigma-square: 0,00432876 Akaike info criterion: -13455 S.E of regression: 0,0657933 Schwarz criterion: -13435,2</p> <hr/> <p>Variable Coefficient Std.Error z-value Probability</p> <hr/> <p>CONSTANT 0,1584209 0,008754312 18,09632 0,000000 IVS_2000 -0,06768116 0,01259511 -5,373607 0,0000001 IPE13_98 1,044848 0,02346968 44,51907 0,0000000 LAMBDA 0,8429744 0,008219575 102,5569 0,0000000</p> <hr/> <p>REGRESSION DIAGNOSTICS DIAGNOSTICS FOR HETEROSKEDASTICITY RANDOM COEFFICIENTS TEST DF VALUE PROB</p>	<p>Data set: 55mu2500gsd Spatial Weight: 55mu2500gsd.gal Dependent Variable: PR45_98 Number of Observations: 5566 Mean dependent var: 0,594653 Number of Variables: 3 S.D. dependent var: 0,147305 Degrees of Freedom: 5563 Lag coeff. (Lambda): 0,815726 R-squared: 0,654489 R-squared (BUSE): - Sq. Correlation: - Log likelihood: 5249,630991 Sigma-square: 0,00749717 Akaike info criterion: -10493,3 S.E of regression: 0,0865862 Schwarz criterion: -10473,4</p> <hr/> <p>Variable Coefficient Std.Error z-value Probability</p> <hr/> <p>CONSTANT 0,4813832 0,01059356 45,44113 0,000000 IVS_2000 0,1885935 0,0163423 11,54021 0,0000000 IPE45_98 0,1621758 0,02260024 7,175842 0,0000000 LAMBDA 0,8157263 0,009057313 90,06272 0,0000000</p> <hr/> <p>REGRESSION DIAGNOSTICS DIAGNOSTICS FOR HETEROSKEDASTICITY RANDOM COEFFICIENTS TEST DF VALUE PROB</p>

PSDB e PT nas eleições nacionais - Emerson Urizzi Cervi
Anexos

	<p>Breusch-Pagan test 2 480,9982 0,0000000 DIAGNOSTICS FOR SPATIAL DEPENDENCE SPATIAL ERROR DEPENDENCE FOR WEIGHT MATRIX : 55mu2500gsd.gal TEST DF VALUE PROB Likelihood Ratio Test 1 5258,602 0,0000000 ===== END OF REPORT =====</p>	<p>Breusch-Pagan test 2 26,66502 0,0000016 DIAGNOSTICS FOR SPATIAL DEPENDENCE SPATIAL ERROR DEPENDENCE FOR WEIGHT MATRIX : 55mu2500gsd.gal TEST DF VALUE PROB Likelihood Ratio Test 1 4622,817 0,0000000 ===== END OF REPORT =====</p>
2002	<p>Data set: 55mu2500gsd Spatial Weight: 55mu2500gsd.gal Dependent Variable: PR13_1T02 Number of Observations: 5566 Mean dependent var: 0,620428 Number of Variables: 3 S.D. dependent var: 0,147320 Degrees of Freedom: 5563 Lag coeff. (Lambda): 0,816586 R-squared: 0,674724 R-squared (BUSE): - Sq. Correlation: - Log likelihood: 5415,572820 Sigma-square: 0,00705958 Akaike info criterion: -10825,1 S.E of regression: 0,0840213 Schwarz criterion: -10805,3</p> <hr/> <p>Variable Coefficient Std.Error z-value Probability</p> <hr/> <p>CONSTANT 0,4574076 0,01231103 37,15428 0,000000 IVS_2000 -0,04548966 0,01599719 -2,843603 0,0044608 IPE13_02 0,9679869 0,03323983 29,12129 0,0000000 LAMBDA 0,8165861 0,009031715 90,41318 0,0000000</p> <hr/> <p>REGRESSION DIAGNOSTICS DIAGNOSTICS FOR HETEROSKEDASTICITY RANDOM COEFFICIENTS TEST DF VALUE PROB Breusch-Pagan test 2 364,7542 0,0000000 DIAGNOSTICS FOR SPATIAL DEPENDENCE SPATIAL ERROR DEPENDENCE FOR WEIGHT MATRIX : 55mu2500gsd.gal TEST DF VALUE PROB Likelihood Ratio Test 1 4166,004 0,0000000 ===== END OF REPORT =====</p>	<p>Data set: 55mu2500gsd Spatial Weight: 55mu2500gsd.gal Dependent Variable: PR45_1T02 Number of Observations: 5566 Mean dependent var: 0,199156 Number of Variables: 3 S.D. dependent var: 0,110495 Degrees of Freedom: 5563 Lag coeff. (Lambda): 0,828320 R-squared: 0,663178 R-squared (BUSE): - Sq. Correlation: - Log likelihood: 6899,534382 Sigma-square: 0,00411232 Akaike info criterion: -13793,1 S.E of regression: 0,0641273 Schwarz criterion: -13773,2</p> <hr/> <p>Variable Coefficient Std.Error z-value Probability</p> <hr/> <p>CONSTANT 0,1693721 0,00896346 18,89583 0,000000 IVS_2000 0,09584877 0,01217387 7,873321 0,0000000 IPE45_02 -0,07485785 0,02362164 -3,169036 0,0015296 LAMBDA 0,8283195 0,008677127 95,46011 0,0000000</p> <hr/> <p>REGRESSION DIAGNOSTICS DIAGNOSTICS FOR HETEROSKEDASTICITY RANDOM COEFFICIENTS TEST DF VALUE PROB Breusch-Pagan test 2 183,6419 0,0000000 DIAGNOSTICS FOR SPATIAL DEPENDENCE SPATIAL ERROR DEPENDENCE FOR WEIGHT MATRIX : 55mu2500gsd.gal TEST DF VALUE PROB Likelihood Ratio Test 1 4949,004 0,0000000 ===== END OF REPORT =====</p>
2006	<p>Data set: 55mu2500gsd Spatial Weight: 55mu2500gsd.gal Dependent Variable: PR13_1T06 Number of Observations: 5566 Mean dependent var: 0,515959 Number of Variables: 3 S.D. dependent var: 0,178808 Degrees of Freedom: 5563 Lag coeff. (Lambda): 0,891460 R-squared: 0,818902 R-squared (BUSE): - Sq. Correlation: - Log likelihood: 5821,328577 Sigma-square: 0,00579008 Akaike info criterion: -11636,7 S.E of regression: 0,0760926 Schwarz criterion: -11616,8</p> <hr/> <p>Variable Coefficient Std.Error z-value Probability</p> <hr/> <p>CONSTANT 0,3466673 0,01263816 27,4302 0,0000000 IVS_2000 0,2580002 0,01481113 17,41934 0,0000000 IPE13_06 0,3888265 0,03322737 11,70199 0,0000000 LAMBDA 0,89146 0,006562718 135,837 0,0000000</p>	<p>Data set: 55mu2500gsd Spatial Weight: 55mu2500gsd.gal Dependent Variable: PR45_1T06 Number of Observations: 5566 Mean dependent var: 0,427964 Number of Variables: 3 S.D. dependent var: 0,170489 Degrees of Freedom: 5563 Lag coeff. (Lambda): 0,876161 R-squared: 0,800666 R-squared (BUSE): - Sq. Correlation: - Log likelihood: 5853,382511 Sigma-square: 0,00579393 Akaike info criterion: -11700,8 S.E of regression: 0,0761179 Schwarz criterion: -11680,9</p> <hr/> <p>Variable Coefficient Std.Error z-value Probability</p> <hr/> <p>CONSTANT 0,4128917 0,01200546 34,392 0,0000000 IVS_2000 -0,1645514 0,01475259 -11,15407 0,0000000 IPE45_06 0,4924865 0,02951299 16,68711 0,0000000 LAMBDA 0,8761608 0,007112883 123,1794 0,0000000</p>

PSDB e PT nas eleições nacionais - Emerson Urizzi Cervi
Anexos

	<p>-----</p> <p>REGRESSION DIAGNOSTICS DIAGNOSTICS FOR HETEROSKEDASTICITY RANDOM COEFFICIENTS TEST DF VALUE PROB Breusch-Pagan test 2 99,85072 0,0000000 DIAGNOSTICS FOR SPATIAL DEPENDENCE SPATIAL ERROR DEPENDENCE FOR WEIGHT MATRIX : 55mu2500gsd.gal TEST DF VALUE PROB Likelihood Ratio Test 1 4426,772 0,0000000 ===== END OF REPORT =====</p>	<p>-----</p> <p>REGRESSION DIAGNOSTICS DIAGNOSTICS FOR HETEROSKEDASTICITY RANDOM COEFFICIENTS TEST DF VALUE PROB Breusch-Pagan test 2 22,0786 0,0000161 DIAGNOSTICS FOR SPATIAL DEPENDENCE SPATIAL ERROR DEPENDENCE FOR WEIGHT MATRIX : 55mu2500gsd.gal TEST DF VALUE PROB Likelihood Ratio Test 1 4664,169 0,0000000 ===== END OF REPORT =====</p>
2010	<p>Data set: 55mu2500gsd Spatial Weight: 55mu2500gsd.gal Dependent Variable: PR13_1T10 Number of Observations: 5566 Mean dependent var: 0,552855 Number of Variables: 3 S.D. dependent var: 0,158552 Degrees of Freedom: 5563 Lag coeff. (Lambda): 0,834204 R-squared: 0,775287 R-squared (BUSE): - Sq. Correlation : - Log likelihood : 6005,602621 Sigma-square: 0,00564898 Akaike info criterion: -12005,2 S.E of regression: 0,0751597 Schwarz criterion: -11985,3</p> <p>-----</p> <p>Variable Coefficient Std.Error z-value Probability</p> <p>-----</p> <p>CONSTANT 0,3473192 0,01066826 32,55631 0,0000000 IVS_2000 0,3761543 0,01430722 26,29123 0,0000000 IPE13_10 0,2388153 0,03150511 7,580208 0,0000000 LAMBDA 0,8342038 0,008495451 98,19418 0,0000000</p> <p>-----</p> <p>REGRESSION DIAGNOSTICS DIAGNOSTICS FOR HETEROSKEDASTICITY RANDOM COEFFICIENTS TEST DF VALUE PROB Breusch-Pagan test 2 28,28532 0,0000007 DIAGNOSTICS FOR SPATIAL DEPENDENCE SPATIAL ERROR DEPENDENCE FOR WEIGHT MATRIX : 55mu2500gsd.gal TEST DF VALUE PROB Likelihood Ratio Test 1 4330,299 0,0000000 ===== END OF REPORT =====</p>	<p>Data set: 55mu2500gsd Spatial Weight: 55mu2500gsd.gal Dependent Variable: PR45_1T10 Number of Observations: 5566 Mean dependent var: 0,335916 Number of Variables: 3 S.D. dependent var: 0,140640 Degrees of Freedom: 5563 Lag coeff. (Lambda): 0,845715 R-squared: 0,761156 R-squared (BUSE): - Sq. Correlation : - Log likelihood: 6482,108995 Sigma-square: 0,00472427 Akaike info criterion: -12958,2 S.E of regression: 0,0687334 Schwarz criterion: -12938,3</p> <p>-----</p> <p>Variable Coefficient Std.Error z-value Probability</p> <p>-----</p> <p>CONSTANT 0,2615009 0,01057233 24,73445 0,0000000 IVS_2000 -0,1340085 0,01315874 -10,184 0,0000000 IPE45_10 0,7277367 0,03197416 22,76015 0,0000000 LAMBDA 0,8457149 0,008132068 103,9975 0,0000000</p> <p>-----</p> <p>REGRESSION DIAGNOSTICS DIAGNOSTICS FOR HETEROSKEDASTICITY RANDOM COEFFICIENTS TEST DF VALUE PROB Breusch-Pagan test 2 5,580848 0,0613952 DIAGNOSTICS FOR SPATIAL DEPENDENCE SPATIAL ERROR DEPENDENCE FOR WEIGHT MATRIX : 55mu2500gsd.gal TEST DF VALUE PROB Likelihood Ratio Test 1 4289,014 0,0000000 ===== END OF REPORT =====</p>
2014	<p>Data set: 55mu2500gsd Spatial Weight: 55mu2500gsd.gal Dependent Variable: PR13_1T14 Number of Observations: 5566 Mean dependent var: 0,522195 Number of Variables: 3 S.D. dependent var: 0,185392 Degrees of Freedom: 5563 Lag coeff. (Lambda): 0,871569 R-squared: 0,854339 R-squared (BUSE): - Sq. Correlation: - Log likelihood: 6269,658163 Sigma-square: 0,005006 Akaike info criterion: -12533,3 S.E of regression: 0,070756 Schwarz criterion: -12513,4</p> <p>-----</p> <p>Variable Coefficient Std.Error z-value Probability</p> <p>-----</p>	<p>Data set: 55mu2500gsd Spatial Weight: 55mu2500gsd.gal Dependent Variable: PR45_1T14 Number of Observations: 5566 Mean dependent var: 0,327803 Number of Variables: 3 S.D. dependent var: 0,173668 Degrees of Freedom: 5563 Lag coeff. (Lambda): 0,871071 R-squared : 0,869860 R-squared (BUSE) : - Sq. Correlation: - Log likelihood: 6947,861672 Sigma-square: 0,00392512 Akaike info criterion: -13889,7 S.E of regression : 0,0626508 Schwarz criterion: -13869,9</p> <p>-----</p> <p>Variable Coefficient Std.Error z-value Probability</p> <p>-----</p>

PSDB e PT nas eleições nacionais - Emerson Urizzi Cervi
Anexos

<p>----- CONSTANT 0,1942271 0,01150384 16,88368 0,00000 IVS_2010 0,5481385 0,01556156 35,22387 0,0000000 IPE13_14 0,7499656 0,03800583 19,73291 0,0000000 LAMBDA 0,8715687 0,007272627 119,8423 0,0000000 -----</p>	<p>----- CONSTANT 0,2963133 0,009498083 31,19716 0,00000 IVS_2010 -0,2849618 0,01377736 -20,68334 0,0000000 IPE45_14 0,6796619 0,02541395 26,74366 0,0000000 LAMBDA 0,8710708 0,007289806 119,4916 0,0000000 -----</p>
<p>REGRESSION DIAGNOSTICS DIAGNOSTICS FOR HETEROSKEDASTICITY RANDOM COEFFICIENTS TEST DF VALUE PROB Breusch-Pagan test 2 68,54852 0,0000000 DIAGNOSTICS FOR SPATIAL DEPENDENCE SPATIAL ERROR DEPENDENCE FOR WEIGHT MATRIX : 55mu2500gsd.gal TEST DF VALUE PROB Likelihood Ratio Test 1 5157,611 0,0000000 ===== END OF REPORT =====</p>	<p>REGRESSION DIAGNOSTICS DIAGNOSTICS FOR HETEROSKEDASTICITY RANDOM COEFFICIENTS TEST DF VALUE PROB Breusch-Pagan test 2 137,38 0,0000000 DIAGNOSTICS FOR SPATIAL DEPENDENCE SPATIAL ERROR DEPENDENCE FOR WEIGHT MATRIX : 55mu2500gsd.gal TEST DF VALUE PROB Likelihood Ratio Test 1 4715,839 0,0000000 ===== END OF REPORT =====</p>

Copyright @ 2016 do autor

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-915195-2-1



9 788591 519521

ISBN 978-85-915195-2-1



9 788591 519521